



Anuário

de Itajaí

2009







Anuário de Itajaí



2009





Editora FGML - Anuário de Itajaí

Periódico anual da Fundação Genésio Miranda Lins

Projeto Gráfico

Rogério Marcos Lenzi

Conselho Editorial do Anuário 2009

Edison d'Ávila

Ivan Carlos Serpa

Vera Lúcia de Nóbrega Pecego Estork

Rogério Marcos Lenzi

Francisco Alfredo Braum Neto

Conheça mais sobre a Fundação Genésio Miranda Lins

www.fgml.itajai.sc.gov.br

Os artigos são de inteira responsabilidade dos autores

A636 Anuário de Itajaí 2009 / Fundação Genésio Miranda Lins. –
Itajaí : FGML, 2009.
176 p. : Il.

ISSN 1679 – 3056

1.Itajaí (SC) – História – Periódicos 2. História – Periódicos

CDD: SC I981.642005

CDU: 94(816.4)Itajaí

Ficha catalográfica

Bibliotecária Vera Lúcia de Nóbrega Pecego Estork

CRB 14/321



Sumário

APRESENTAÇÃO	06
AS DIMENSÕES DO ENCONTRO EU - OUTRO: IN-TOLERÂNCIA E ALTERIDADE	
Cintia Cardoso	11
INCLUSÃO DIGITAL: DESAFIOS QUE VÃO ALÉM DAS BOAS INTENÇÕES	
Maria Tereza Lira; Rosana Radke	21
AO MESTRE COM CARINHO: MEU ANTEPASSADO, O CONSTRUTOR E ARQUITETO GUILHERME MÜLLER	
Dr. Carlos Henrique Müller	35
A MODERNIDADE APORTA EM ITAJAÍ: OS OLHARES SOBRE A INSERÇÃO DE BENS CULTURAIS EM MUSEUS	
Marco Antonio Figueiredo Ballester Junior	41
ITAJAÍ NUMA PERSPECTIVA HISTÓRICO GEOGRÁFICA	
Elisabete Laurindo; Edegilson de Souza	50
UMA ASSOCIAÇÃO A SERVIÇO DE ITAJAÍ	
Marlene Dalva da Silva Rothbarth	65
BAIRRO CORDEIROS	
Flávio André da Silva	77
PERCEPÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DO LAZER NO CONTEXTO ITAJAIENSE	
Edegilson de Souza; Elisabete Laurindo	82
OUTRAS CABEÇAS. AINDA MAIS SENTENÇAS	
Cristiano Moreira	99
DIÁRIOS DE VIAGEM - MAX JOSÉ SCHUMANN	
Saulo Adami	108
SILVESTRE JOÃO DE SOUZA JÚNIOR	
Cláudia Telles	129
A HISTÓRIA ORAL COMO FONTE DE PESQUISA NO COTIDIANO ESCOLAR	
Elizete Maria Jacinto; Berenice de Oliveira Piccoli	133
TIRO DE GUERRA 05-005/BRUSQUE	
Renata L. Montagnoli	142
SEDUÇÃO, DEFLORAMENTO E DESONRA: CRIMES SEXUAIS CONTRA MULHERES EM ITAJAÍ E REGIÃO NAS DÉCADAS DE 1930 E 1940	
Priscila Regina Carneiro Grimes; Paulo Rogério Melo de Oliveira	151
ÍNDICE ICONOGRÁFICO	169





Apresentação

A edição do Anuário de Itajaí 2009 vem retomar a periodicidade de sua publicação anual, interrompida em 2005. Deste modo, damos continuidade a um trabalho iniciado em 1998, quando o Conselho Curador da Fundação Genésio Miranda Lins decidiu pela reedição do “Anuário de Itajaí”, cuja primeira publicação se deu em 1924 por Jayme Fernandes Vieira e Juventino Linhares. A obra teve sequência em 1949, com Marcos Konder e, mais tarde, em 1959 e 1960, com Laércio Cunha e Silva e Roberto Mello de Faria.





Apresentação

Trata-se de uma obra aberta, democrática, escrita por estudantes e profissionais das mais diversas áreas do conhecimento, cujo conteúdo retrata o desenvolvimento da cidade de Itajaí sob aspectos culturais, sociais, econômicos, históricos entre outros.

Por isso, o Anuário de Itajaí é considerado uma das mais importantes publicações da Fundação Genésio Miranda Lins porque reúne poesia, fotografia e artigos científicos produzidos, essencialmente, por pesquisadores locais sobre a cidade de Itajaí e região, que também utilizam como fonte de pesquisa, o acervo do Centro de Documentação e Memória Histórica "Genésio Miranda Lins".

Como guardiã da memória e da história da cidade, a Fundação Genésio Miranda Lins, ao publicar mais uma edição do Anuário de Itajaí, cumpre uma de suas funções primordiais: a divulgação do legado histórico e do conhecimento produzido pela comunidade.

Tenham todos uma boa leitura.











As dimensões do encontro Eu - Outro: In-tolerância e alteridade

Cintia Cardoso
Graduada em Filosofia pela Unifebe e especialista em História.

O SER HUMANO É, ESSENCIALMENTE, ÚNICO E AO MESMO TEMPO diverso na pluralidade de culturas existentes. Impõe-se à esfera humana uma dualidade conflitante, que não é, tradicionalmente, "corpo e alma", mas que igualmente divide o ser humano: a essência humana (microcosmo) e a cultura na qual está inserido (macrocosmo).

A essência humana é única e universal, permeada de características que já levaram a diversas discussões ao longo da história da filosofia. Alguns pensadores afirmaram que, o ser humano, é em sua essência mau. Maquiavel, por exemplo, na obra **O Príncipe**, quando se refere à condição humana do príncipe, diz que ele "será bom sempre que possível e fará com que o estimem; mas, não sendo possível, será cruel e praticará o mal". Defende, assim, que há uma tendência natural para o mau. Thomas Hobbes, em sua máxima mais famosa, diz que "o homem é lobo do próprio homem", corroborando a idéia de uma essência má para o ser humano. Mas há, também, os que defendem a bondade natural e, ainda, os que dizem que o ser humano não é naturalmente bom e nem mau, mas vai tornando-se um ou outro ao longo de sua vida, dependendo dos estímulos culturais que recebe. Enfim, são características atribuídas a uma essência única e universal, inserida na pluralidade cultural do mundo.

É na cultura que o ser humano se identifica, se conhece e tem o primeiro contato com o "Outro". Dentro de uma visão personalista de existência, o ser humano descobre o seu ser por intermédio do outro. A existência se dá em um exercício contínuo de relação do homem consigo mesmo, com o mundo e com os outros. Esta é, portanto, a forma originária de conhecimento do 'Eu' e do 'Outro', imersos na cultura e na pluralidade de valores e concepções de mundo. Um exemplo desta condição é a situação de descoberta do Outro que a criança faz. Antes de descobrir a si mesma, ela descobre a mãe e, após, esta descoberta lhe é favorecida pelo conhecimento de si. É o contato com o Outro, que neste caso é a mãe, que vai lhe possibilitar conhecer sua própria condição humana.

Da criança para a mãe, do ocidental para o oriental, do branco para o negro, do judeu para o alemão, do cristão para o muçulmano...É conhecendo o Outro que



o ser humano conhece a si mesmo. A idéia de existência personalista remete a uma idéia de alteridade, na qual o ser humano se reconhece e percebe a sua existência através da existência do Outro. Eu me conheço como ser humano porque conheço primeiro os Outros.

Através do encontro do Eu com o Outro, no universo da pluralidade cultural, surgem duas espécies de relações, a de alteridade e a de intolerância, ambas objeto de estudo e análise deste trabalho.

O foco central deste estudo é a dimensão possível para o encontro do Eu com o Outro frente à tolerância, intolerância e alteridade. Assim, não será abordado um comportamento intolerante específico, visto que o trabalho não é um estudo de caso, mas sim uma análise (se é que ela é possível) sobre a essência da intolerância frente à alteridade. O comportamento intolerante acontece sempre à beira de uma situação limite, sendo, assim, a situação limite o estudo do encontro do Eu com o Outro. É, no fundo, uma reflexão sobre a essência humana, sobre as marcas da cultura e da diversidade impressas no ser humano.

As possibilidades do encontro do Eu com o Outro

“A relação entre o Mesmo e o Outro nem sempre se reduz ao conhecimento do Outro pelo Mesmo, nem sequer à revelação do Outro ao Mesmo” (LEVINAS, 1988, p. 15). O Mesmo de Levinas é, na realidade, o Eu que se defronta com aquele em Totalidade e Infinito, que é diferente dele. E então, à beira desse enfrentamento, o mundo se transforma e o que era originariamente o “meu mundo” transforma-se em “nosso mundo”, e essa transformação gera três possíveis reações. Primeiramente, pode haver um choque quando o ser humano percebe o Outro e compreende que este é diferente dele, é estranho, um ser que não pertence ao seu grupo. Surge então uma atitude intolerante, uma negação da humanidade do Outro; é o conflito estabelecido.

Uma segunda situação é a de tolerância com relação à condição do Outro.

Esta relação se estabelece a partir do momento em que o Eu identifica a diferença e convive com ela; é a convivência estabelecida. Por último, o enfrentamento do Eu com o Outro pode gerar também uma relação de alteridade, quando se estabelece um entendimento entre a lacuna da diferença. O Eu se identifica com o Outro, consegue vê-lo como humano e partilham ambos da mesma essência, universal e única. Estabelece-se, aí, a aceitação e, principalmente, o respeito.

Resumidamente, temos três reações para o encontro Eu – Outro: a intolerância (advinda do conflito, do choque de culturas e concepções), a tolerância (como resultado da convivência com o diferente) e por fim, a alteridade (representando um estágio de total respeito entre os seres que se apresentam diferentes em suas culturas e formas de ler e interpretar o mundo).



O ser humano é um ser intolerante

A vida em grupo é uma condição da natureza humana. Em virtude disso, o ser humano necessita de seus semelhantes para sobreviver, perpetuar a sua espécie e, também, para se realizar plenamente como pessoa. “O homem é por natureza um animal social”, afirmava Aristóteles referindo-se a exigência humana de “con-viver”, ou seja, viver com o Outro. A socialização é um requisito essencial para que o indivíduo se integre a algum grupo e faça parte dele. Mas, infelizmente, esse encontro do Eu com o Outro (dentro do mesmo grupo de identificação ou de um grupo para outro), proporcionado pela socialização, nem sempre é pacífico.

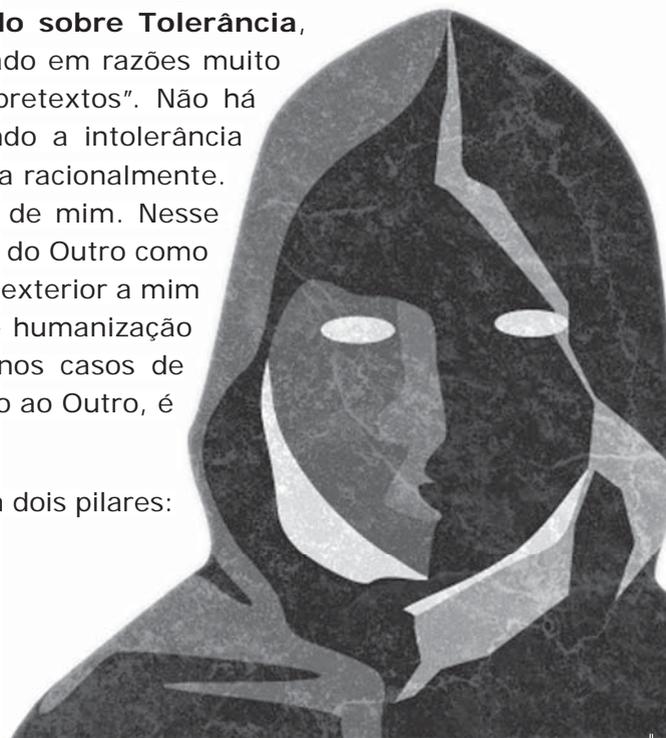
Desde o início da história da humanidade houveram conflitos gerados pelo estranhamento à diferença. Conflitos de espécies diferentes, de grupos diferentes, de tribos diferentes, de condições sociais diferentes, de religiões diferentes, de etnias diferentes, de culturas diferentes, de ideologias diferentes... As diferenças sempre existiram e, a partir delas, criam-se os conflitos, que tem no seu cerne a intolerância, comprovando que até mesmo entre iguais existem diferenças.

A intolerância, por agredir a sociabilidade humana, não se enquadra em qualquer teoria. Ela se encontra na essência humana, “é natural na criança, como o instinto de se apropriar de tudo o que lhe agrada” (ECO, 1997, p.17). E como característica essencial do ser humano:

[...] a intolerância tem raízes biológicas, manifesta-se entre os animais em forma de territorialidade e baseia-se em reações emocionais superficiais. Não gostamos dos que são diferentes de nós, porque tem uma cor diferente de pele, porque falam uma língua que não entendemos, porque comem rã, cachorro, macaco, porco, alho, porque usam tatuagem... (ECO, 1997, p.17)

A intolerância humana se torna quase instintiva, é inata. Isto pode ser observado com facilidade nas atitudes intolerantes de uma criança e na naturalidade com que ela exclui algo ou alguém que lhe é estranho. E mais, não há justificativa razoável para os atos intolerantes. Voltaire, no seu **Tratado sobre Tolerância**, diz que “O espírito de intolerância deve estar apoiado em razões muito más, já que por toda a parte busca os menores pretextos”. Não há motivos racionais para tais atos de violência. Sendo a intolerância uma condição inata no ser humano, não é justificada racionalmente. Nega-se ao Outro, simplesmente por ser diferente de mim. Nesse sentido, a intolerância é a total e veemente negação do Outro como ser humano. A partir do momento em que ele é algo exterior a mim eu o excluo e nego todas as suas possibilidades de humanização e, principalmente, de vida em sociedade. O Eu (nos casos de intolerância) só consegue respeitar os iguais. Quanto ao Outro, é preciso negá-lo para excluí-lo.

O espírito da intolerância acontece apoiado em dois pilares:



o primeiro é a desaprovação das crenças do Outro e, o segundo, diz respeito ao poder que o Eu tem de modificar as convicções do Outro. Seguindo esse raciocínio, pode-se afirmar que a intolerância é uma pré-disposição que o Eu tem de impor ao Outro suas próprias convicções. E, neste sentido, quando o Eu julga que suas crenças formam a leitura mais adequada para o mundo, está se afirmando um conjunto de valores universais, portanto, a existência de uma ética universal para todos os grupos humanos. É uma questão controversa e bastante discutida nos debates éticos atuais:

...existem valores universais, e portanto, uma possibilidade de levar os julgamentos para além das fronteiras, ou todos os valores são relativos (a um lugar, a um momento da história, ou mesmo à identidade dos indivíduos)? E caso se admita uma escala universal de valores, qual a sua extensão, o que engloba, o que exclui? (TODOROV, 1993, p. 21)

O universal e o relativo entram em um debate acirrado em que um deles deve prevalecer, quando e onde e, principalmente, para quem. Quando se impõe uma crença específica, negando outras, afirma-se o universal sobre o relativo e remete-se à discussão ao campo da ética. Há na história vários casos. Todorov, na obra **Nós e os Outros**, cita o caso do etnocentrismo, quando se intenta "erigir em valores universais os valores próprios à sociedade a que pertencem". É, na realidade, uma tentativa de atribuir para o conjunto da humanidade, em toda a sua pluralidade e diversidade, valores e concepções que pertencem apenas a um grupo. É violência, é atrocidade, é banalizar e negar a cultura, as crenças, os valores do Outro. Nega-se ao Outro, na sua totalidade, sua humanidade; sua capacidade de humanizar-se lhe é negada e tolhido o seu direito de "ser humano". Assim, como o etnocentrismo, há outros exemplos na história que podem ser citados como representação da negação das crenças do Outro e como imposição de convicções universais.

Vários foram os conflitos gerados pela imposição de valores particulares ao universal. Na ocupação da América, por exemplo, há o conflituoso encontro dos europeus com os americanos, encontro este classificado por Todorov como "o mais surpreendente de nossa história" (TODOROV, 1999, p. 07), visto que houve, por parte dos europeus, um sentimento radical de estranheza. Assim, "o século XVI veria perpetrar-se o maior genocídio da história da humanidade" (TODOROV, 1999, p. 07). Há, também, os exemplos de intolerância da Europa medieval, a exploração servil, a total ausência de liberdade, a injustiça social e a não menos intolerante Santa Inquisição. No ritmo dos exemplos, pode-se citar o Nazismo, o Fascismo, a Ditadura Militar, atos terroristas e também a própria injustiça social. Mas há um conflito de valores que seria interessante ressaltar aqui: aquele que acontece bem próximo a nós, na cidade onde estamos, na rua onde moramos, "debaixo dos nossos narizes".

É a violência que gera a pobreza, a subnutrição, a falta de oportunidades. O conflito e a intolerância não estão somente nos livros de história, nos horrores deprimentes que inspiraram filmes não menos deprimentes. Estão entre nós, nos nossos olhares



através da janela do carro, na esmola oferecida, na cumplicidade com a corrupção... Enfim, o ser humano tem buscado cada vez mais olhar para dentro de si mesmo. E o encontro do Eu com o Outro, esse momento que deveria ser de troca e de construção, acaba por transformar-se em pura insensibilidade e violência.

A tolerância como meio de convivência com o diferente

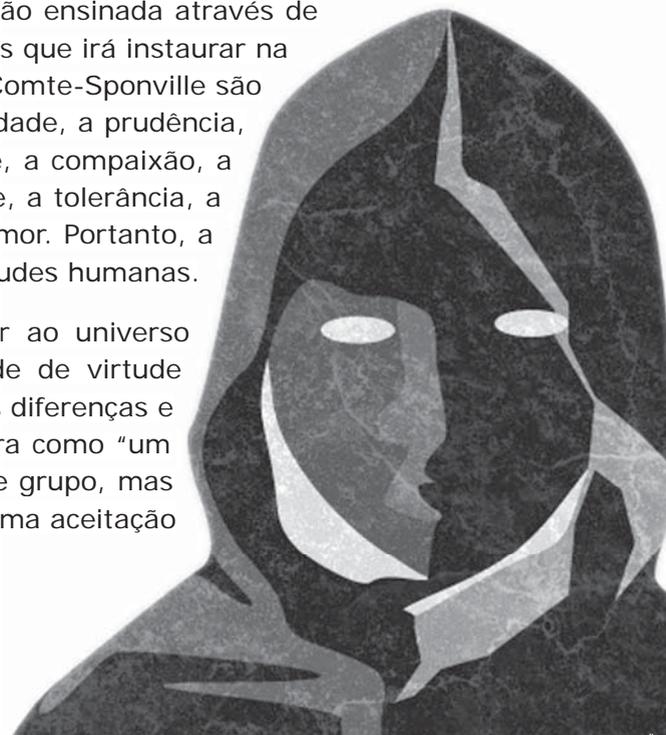
Partindo da etimologia da palavra tolerância, que provém de *Tolerare* e que significa “sofrer ou suportar pacientemente”, vemos que a tolerância não pode ser encarada como uma superação dos conflitos entre o Eu e o Outro. Neste caso, o ser humano convive com a diferença, mas não a aceita. Suporta aquele que é diferente e que não pertence ao seu grupo (social, cultural, étnico, ideológico). Assim, a dimensão da tolerância concretiza-se numa relação assimétrica de poder, na qual quem tolera está, em princípio, numa posição de superioridade em relação a aquele que é tolerado. Permanece o problema da diferença.

A atitude tolerante pode ser considerada uma virtude humana:

No sentido da ética, virtude é o que faz com que um sujeito aja de forma a fazer o bem para si e para os outros. Platão considerava a virtude como uma qualidade que o indivíduo traz consigo e que, portanto, não pode ser ensinada. Aristóteles pensa o contrário, ou seja, ações boas realizadas e repetidas pelo sujeito, formam o hábito de ser bom (LIMA, 2003).

Para Kant, a virtude “é a medida justa entre dois extremos, um por excesso e outro por falta. A partir da modernidade se entende que a virtude é a disposição moral para o bem”. Assim, Kant aproxima o conceito de virtude à idéia de Platão, defendendo uma inclinação natural do ser humano para as virtudes e conseqüentemente para o bem. Ambos defendem o princípio de uma natureza boa para a essência humana. Em contraponto, André Comte-Sponville corrobora a noção de Aristóteles sobre a virtude. No preâmbulo de sua obra **Pequeno Tratado das Grandes Virtudes**, afirma que “se a virtude pode ser ensinada, como creio, é mais pelo exemplo do que pelos livros”. A virtude, como uma qualidade humana, pode ser então ensinada através de ações. Não é a teoria, mas sim, a prática das virtudes que irá instaurar na essência humana inclinação à bondade. Na obra de Comte-Sponville são citadas dezoito virtudes humanas: a polidez, a fidelidade, a prudência, a temperança, a coragem, a justiça, a generosidade, a compaixão, a misericórdia, a gratidão, a humildade, a simplicidade, a tolerância, a pureza, a doçura, a boa-fé, o humor e, por fim, o amor. Portanto, a tolerância é, segundo Comte-Sponville, uma das virtudes humanas.

Quando o Outro irrompe como algo exterior ao universo do “meu mundo”, a atitude tolerante, na qualidade de virtude humana, seja ela aprendida ou inata, é “suportar” as diferenças e conviver com elas. Desta forma, o Outro se configura como “um estranho no ninho”, um ser que não pertence àquele grupo, mas que, por algum motivo, está lá e deve ser aceito. É uma aceitação



imposta, que põe em cheque a validade da tolerância como virtude. O Outro não é visto como “alguém simplesmente diferente”, alguém que constitui a pluralidade cultural da humanidade. Ele é encarado como “alguém diferente de mim” e que, por isso, não pertence ao meu grupo, seja ele social, político, religioso ou ideológico. Isso leva a pensar que a linha que divide a tolerância da intolerância é tênue e que facilmente pode ser ultrapassada. Basta que, para isso, aquele que tolera adquira o poder de mudar o tolerado. Aí entramos em outro campo, o da intolerância.

A tolerância, concebida como convivência pacífica com a diferença, pode ser um caminho para a solução de alguns conflitos. Pensando nisto, a questão da tolerância foi tema central na 28ª Reunião da Conferência Geral da ONU, realizada entre 25 de outubro a 16 de novembro de 1995, em Paris. Neste encontro, foi estabelecida a “Declaração de Princípios sobre a Tolerância”, através da qual consideram a tolerância não somente um princípio relevante, mas uma condição necessária para a paz e para o progresso econômico e social de todos os povos. No referido documento, a tolerância:

[...] é o respeito, a aceitação e o apreço da riqueza e da diversidade das culturas de nosso mundo, de nossos modos de expressão e de nossas maneiras de exprimir nossa qualidade de seres humanos. É fomentada pelo conhecimento, a abertura de espírito, a comunicação e a liberdade de pensamento, de consciência e de crença. A tolerância é a harmonia na diferença. [...] A tolerância é uma virtude que torna a paz possível e contribui para substituir uma cultura de guerra por uma cultura de paz.

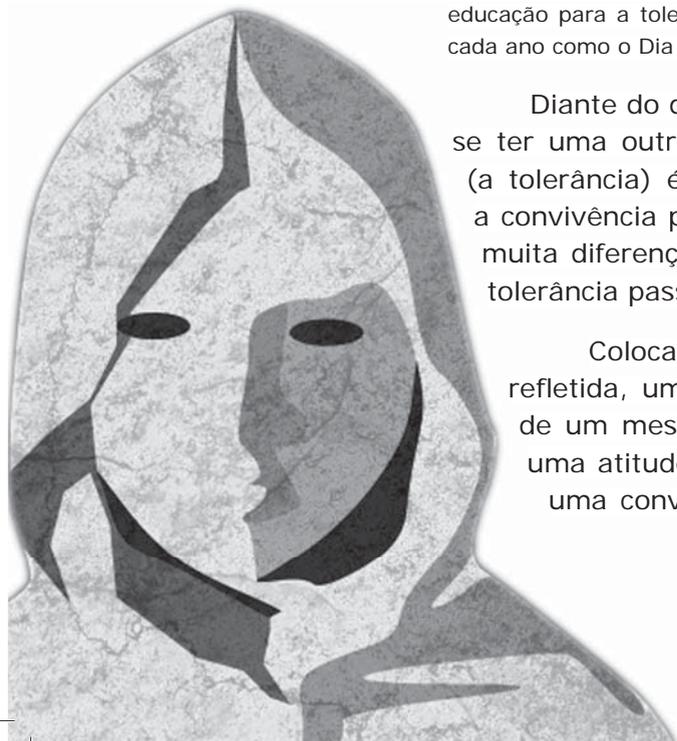
[...] A tolerância é, antes de tudo, uma atitude ativa fundada no reconhecimento dos direitos universais da pessoa humana e das liberdades fundamentais do outro. [...] A tolerância deve ser praticada por indivíduos, pelos grupos e pelo Estado (ONU, 1995).

O documento redigido pela ONU delimita o papel do Estado diante da tolerância, as dimensões sociais alcançadas, o contexto da educação e sua atuação na prevenção da intolerância, o compromisso de agir efetivamente e, por fim, instaura um “Dia Internacional da Tolerância”:

A fim de mobilizar a opinião pública, de ressaltar os perigos e de reafirmar nosso compromisso e nossa determinação de agir em favor do fomento da tolerância e da educação para a tolerância, nós proclamamos solenemente o dia 16 de novembro de cada ano como o Dia Internacional da Tolerância (ONU, 1995).

Diante do documento da Organização das Nações Unidas, pode-se ter uma outra concepção muito mais humana da tolerância. Ela (a tolerância) é contextualizada no documento como solução para a convivência pacífica do Eu com o Outro. As diferenças não fazem muita diferença se há tolerância de ambos os lados da relação. A tolerância passa a ser aceitação da diferença.

Coloca-se, aqui, uma questão a ser ainda pesquisada e refletida, uma controvérsia que revela concepções diferenciadas de um mesmo tema. Alguns autores falam da tolerância como uma atitude de suportar o Outro e conviver com a diferença. É uma convivência pacífica, mas subjetivamente desrespeitosa,



visto que conviver não significa respeitar. Uma segunda concepção vem, principalmente, do documento da ONU citado anteriormente, que aponta a tolerância como um caminho para a superação da intolerância. É, portanto, ainda um aspecto a ser discutido e estudado.

Independentemente da concepção fundante para a construção do conceito de tolerância, há ainda uma outra questão importante a ser abordada, a dos limites e universalidade da tolerância. Comte-Sponville diz que:

Uma tal tolerância universal seria, por certo, moralmente condenável: porque esqueceria as vítimas, abandonando-as à sua sorte, deixando perpetuar o seu martírio. [...] Tolerar o sofrimento dos outros, a injustiça de que não somos vítimas, o horror que nos poupa não é tolerância, mas egoísmo, indiferença, ou mesmo pior. Tolerar Hitler é tornar-se cúmplice dele, pelo menos por omissão, por abandono, e essa tolerância era já colaboração. Antes o ódio, a fúria, a violência, do que esta passividade diante do horror, do que esta aceitação vergonhosa do pior! Uma tolerância universal seria tolerância do atroz: atroz tolerância (COMTE-SPONVILLE, 1995, p. 176)

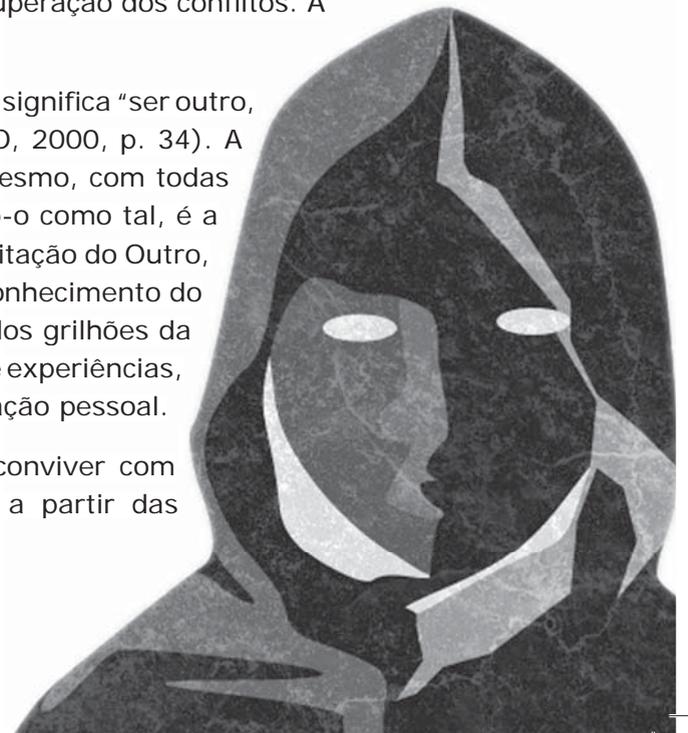
A tolerância universal, portanto, é perigosa porque pode levar à indiferença, à aceitação de tudo como aceitação da diferença. Será tolerante ou, por que não dizer, prudente, tolerar o intolerável? Até que ponto se aceita realmente o Outro nas suas diferenças? Como pode uma cultura sobreviver quando no seu próprio seio há ações intolerantes (contra ela mesma)? São todos questionamentos que levam a pensar na validade da tolerância como aspecto universal e demonstram que até mesmo a atitude de tolerar tem limites e que estes devem ser observados para não se cair no indiferentismo.

O Outro é um espelho

O Eu olha para o Outro e consegue ver nos olhos dele o reflexo da sua própria essência. O rosto do Outro se torna familiar e já não causa mais espanto, fúria ou asco. A diversidade permanece porque o Outro existe, e sua presença marca a ferros a pluralidade humana, mas inicia-se um processo de superação dos conflitos. A alteridade entra em cena.

A palavra Alteridade provem do latim *Alteritas* e significa "ser outro, colocar-se ou consituir-se como outro" (ABBAGNANO, 2000, p. 34). A ação de colocar-se no lugar do Outro e de ser ele mesmo, com todas as suas convicções e leituras de mundo, respeitando-o como tal, é a relação alteritária por excelência. Não é a simples aceitação do Outro, mas sim, o respeito para com as suas crenças. O reconhecimento do Eu pelo Outro, ou vice-versa, liberta o ser humano dos grilhões da ignorância. Com a interação há conhecimento, troca de experiências, crescimento pessoal e desenvolvimento da humanização pessoal.

Alteridade seria, portanto, a capacidade de conviver com o diferente, de se proporcionar um olhar interior a partir das



diferenças. Significa que o Eu reconhece o Outro também como sujeito de iguais direitos. É exatamente essa constatação das diferenças que gera a alteridade. A relação do Eu com o Outro surge não como solução imediata para os problemas da humanidade, mas sim, como um caminho a ser seguido, principalmente com vistas a evitar os conflitos no futuro.

Ser "alteritário" é ser capaz de apreender o Outro na plenitude da sua dignidade, dos seus direitos e, sobretudo, da sua diferença. Quanto menos alteridade existe nas relações pessoais e sociais, mais conflitos ocorrem. Deixa de ter sentido a velha máxima "a minha liberdade termina quando começa a dos outros", sendo substituída pela proposta de que a minha liberdade é garantida pela liberdade dos outros.

Em resumo, a alteridade seria a capacidade de respeitar o Outro, de se proporcionar um olhar interior a partir das diferenças. Significa que o Eu reconhece o Outro em si mesmo, também como sujeito aos mesmos direitos, o que também gera deveres e responsabilidades, ingredientes necessários para a cidadania plena. Desta constatação e respeito às diferenças é que se gera a alteridade, alavanca da solidariedade, da responsabilidade, eixo da cidadania.

Referências

- ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2000.
- ARENDT, H. **A condição humana**. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 2003.
- COMTE-SPONVILLE, A. **Pequeno Tratado das Grandes Virtudes**. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1995.
- Declaração de Princípios sobre a Tolerância**, 28ª reunião da Conferência Geral da ONU (1995). Disponível em <<http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/paz/dec95.htm>>. Acesso (revisão) em 02 de dezembro de 2009.
- ECO, H. Definições léxicas. In: **A intolerância**. São Paulo: SP: Bertrand Brasil, 1997.
- LIMA, R. O Conceito e a Prática da Intolerância. **Revista Espaço Acadêmico**, Ano III, n26, 2003. Disponível em <<http://www.espacoacademico.com.br/026/26ray.htm>>. Acesso (revisão) em 02 de dezembro de 2009.
- LEVINAS, E. **Totalidade e Infinito**. São Paulo, SP: Edições 70, 1988.
- OLIVEIRA, P. S. de. **Introdução à Sociologia**. São Paulo, SP: Editora Ática, 2001.
- SARTE, JEAN-PAUL. **O ser e o nada – Ensaio da ontologia fenomenológica**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- SILVA, M. B. da. **Metafísica e Assombro**. São Paulo, SP: Papirus, 1994.
- _____. **Rosto e Alteridade**. São Paulo, SP: Paulus, 1995.
- TODOROV, T. **Em face do extremo**. Campinas, SP: Papirus, 1995.
- _____. **Nós e os Outros – A reflexão francesa sobre a diversidade humana**. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 1993.
- _____. **A conquista da América – A questão do Outro**. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1999.



Barroco nauemblu

*Cristiano Moreira
Para Dennis Radúnz*

“todo retrato é insciência/ feição de sobrenatureza”

aqui, uma nervura do barroco
imagens construídas
opacas, opalas ou faltas
sobre tudo. ao que possivelmente
morrerá, erguemos outra imagem
retrato ou borrão.
em pascal e lezama lima
confluências da falas
rodopio de música e memória
-marimebad-nauemblu-

o rio é barroco em suas curvas.







Inclusão digital: desafios que vão além das boas intenções

*Maria Tereza Lira
Professora da Rede Municipal de ensino
Rosana Radke
Acadêmica de Jornalismo - UNIVALI*

Introdução

VIVEMOS NUM MUNDO EM CONSTANTE EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA. Em poucas décadas, a internet revolucionou a comunicação. Através dela, o mundo da globalização tornou-se cada vez menor e mais rápido. O uso desta ferramenta, já indispensável para milhares de pessoas, possibilita um intercâmbio de ideias e troca de informações.

Na educação, as ferramentas digitais, se utilizadas de forma correta, podem se tornar aliadas na preparação das aulas e incentivo à aprendizagem dos alunos, pois ela possibilita a interação dos estudantes com pessoas de diversos lugares do mundo, ultrapassando as paredes da sala de aula.

Quando pensamos em inclusão digital na educação, logo associamos este fato ao uso de computadores nas escolas, mas ela vai muito além. A fim de saber como está se fazendo inclusão digital no município de Itajaí, decidimos levantar uma pesquisa nas escolas da rede pública e privada da cidade.

Após coletar informações nas seis escolas escolhidas (todas situadas em Itajaí), abordamos o acesso à inclusão digital e as dificuldades para implantá-la. Nossos questionamentos se dão em como ela é realmente utilizada para melhorar os estudos ou se ainda é tida como um tabu para os educadores que não sabem ao certo como manuseá-la. Até que ponto ela contribui para educação do ensino fundamental e médio? Após esta apuração, traçamos um quadro comparativo. Outro problema levantado é a questão da falta de indicadores de qualidade: será que a inclusão digital, da forma como é aplicada, supre a necessidade de educadores e governantes?

O objetivo geral deste trabalho é procurar saber como é feita a inclusão digital nas escolas de Itajaí, pois, como já mencionamos, não basta somente disponibilizarmos computadores aos alunos. Os objetivos específicos são: comparar os dados das escolas municipais, estaduais e privadas; questionar o porquê da falta de indicadores sociais;



descrever como ocorre o uso dos laboratórios de computação nestas escolas: horários de uso, professor que coordena este processo, o que é ensinado nestas aulas.

A pergunta problema que norteou o trabalho foi: de que forma deve ser trabalhada a internet nas escolas para que os alunos tirem proveito das aulas e realmente se faça a inclusão digital?

As escolas em que levantamos a pesquisa foram duas de rede municipal: Escola Básica Aníbal César e Escola Básica Avelino Werner. Duas estaduais: Escola Estadual de Educação Básica Paulo Bauer e Escola de Ensino Médio Victor Meireles. E duas particulares: Escola Salesiano e Escola São José.

A metodologia de pesquisa é de caráter exploratório, empírica, com abordagem qualitativa e quantitativa. Em primeiro lugar, será realizada uma pesquisa teórica, com base em diversos autores que abordam inclusão digital, uso de internet como ferramenta de estudo e as mudanças na forma de ensinar após a utilização de computadores.

Os benefícios da inclusão digital

O principal diferencial da internet é dar voz e vez a todos. Com a criação de um *blog*, por exemplo, o indivíduo tem a chance de expor para milhões de pessoas seus pensamentos e pontos de vista, e tudo isso sem precisar gastar muito dinheiro.

Os computadores possibilitam representar e testar ideias ou hipóteses que levam a criação de um novo mundo abstrato e simbólico. Ao mesmo tempo, introduzem diferentes formas de atuação e de integração entre as pessoas. Estas novas relações, além de envolverem a realidade técnico-operacional e lógico-formal, ampliam a compreensão sobre aspectos afetivos e tornam evidentes fatores pedagógicos, psicológicos, sociológicos e epistemológicos. Para Cabral (2004, p. 56):

Iniciativas de inclusão digital são aquelas que visam oferecer à sociedade "os conhecimentos necessários para utilizar com um mínimo de proficiência os recursos de informática e de telecomunicações existentes e dispor de acesso físico regular a esses recursos". A inclusão digital se assemelha, portanto, à ideia de alfabetização digital, numa equivalência com a perspectiva da alfabetização no processo de inclusão social, voltando o foco para aqueles que também se encontram no próprio contexto de exclusão social, acrescentando a temática da tecnologia digital no sentido de somar esforços para atenuar essa diferença.

O computador, empregado como ferramenta de reflexão pedagógica, pode ajudar o professor a tomar consciência de sua prática e tentar modifica-la. À medida que estabelece um movimento entre a teoria e a prática, o professor constrói uma nova teoria de acordo com o seu contexto e com sua prática transformadora. Ao assumir esta nova postura, vai propiciar ao aluno a formação de sua identidade, o desenvolvimento de sua capacidade crítica, de sua autoconfiança e de sua criatividade.

Um exemplo de inclusão digital é a oficina de jornalismo comunitário, realizada no Telecentro de Guaianases, que criou o *fanzine* intitulado "Ponto de Vista", onde aliou informação e tecnologia para gerar a socialização da informação.

Para Moraes (2007, p. 230) a internet propicia a educação e a troca de informações:

Não temos dúvida de que a internet, quando utilizada no processo ensino-aprendizagem, aumenta o potencial produtivo dos estudantes de maneira inovadora. Podemos trocar propostas e projetos ultrapassando os muros da escola, melhorando a qualidade da educação, levando o corpo docente a rever suas técnicas e metodologias. A internet possibilita colocar pessoas em contato com outras, sem importar a distância física, de maneira que sejam complementares, a partir de suas experiências e da diversidade de informações.

Além disso, a internet possibilita melhor armazenamento das informações. Ela, rapidamente, se tornou um lugar digital para guardar arquivos históricos.

É importante salientar que a mudança de função do computador como meio educacional acontece juntamente com um questionamento da escola e do papel do professor. A verdadeira função do computador é de criar condições de aprendizagem diferenciada. Uma ferramenta nova que pode ajudar no campo da pesquisa e questionamentos.

Conforme Moraes (2007, p.230) as tecnologias cooperam para o desenvolvimento de um novo espaço:

A eliminação destas barreiras e diferenças envolve uma mudança cultural e acesso à tecnologia. Os objetos de aprendizagem digitais contribuem para a formação deste novo ambiente. Hoje em dia temos tecnologia para realizar esse sonho. Projetos como "*One Laptop per child*" e a versão brasileira, "Um computador por aluno", com os aparelhos que vêm sendo desenvolvidos e aperfeiçoados, permitem que tornemos esses sonhos realidade. A mudança cultural depende de nós.

Outro ponto favorável são objetos de aprendizagem desenvolvidos pelos próprios alunos: quando eles utilizam a internet sabendo que tornaram seus trabalhos públicos e que poderão ser utilizados por outras pessoas. Um exemplo disso são os trabalhos desenvolvidos por alunos de Ensino Médio de escolas públicas do Estado de São Paulo, no programa "Laboratório Didático Virtual", onde eles escrevem roteiros de situações-problema envolvendo seus assuntos curriculares e o tornam disponíveis na rede. Turkle (1997, p. 11-12) diz que o mundo digital funciona conforme um espelho:

Nestes últimos tempos, o computador tornou-se algo mais do que um misto de ferramenta e espelho: temos agora a possibilidade de passar para o outro lado do espelho. Estamos a aprender a viver em mundos virtuais. Por vezes é sozinhos que navegamos em oceanos virtuais, desvendamos mistérios virtuais e projetamos arranha-céus virtuais. Porém, cada vez mais, quando atravessamos o espelho, nos deparamos com outras pessoas.

O propósito destes novos espaços de interação é promover a construção do conhecimento através da interatividade e aprendizagem cooperativa. Com esta troca de conhecimentos, os envolvidos no processo trocam experiência e contribuem para sua própria aprendizagem. A troca de opiniões e idéias em grupo, com auxílio da internet, enriquece e motiva os alunos. Assim, o conhecimento adquirido é resultado de uma construção social.

Nos dias de hoje, a internet já faz parte do cotidiano do aluno, de acordo com Moraes (2007, p.255):

É neste contexto que se podemos usufruir da tecnologia em prol da educação. A criação de espaços na *web* que permitam a interação entre alunos e professores como inovação educativa estende a situação do docente além do momento presencial e atrai o aluno, já que o uso da tecnologia faz parte de seu dia-a-dia.

A internet propicia a aprendizagem, pois ela reúne o que é encontrado nos livros, no cinema, em jornais, em revistas. Isto favorece o processo de ensino. Assim, surge uma nova cultura através da utilização deste recurso.

Dificuldades

Antes de tudo, é preciso ter-se ideia de que inclusão digital vai muito além do acesso à informação digital. Os dois termos, apesar de semelhantes, diferem profundamente. A inclusão digital deve possibilitar aprendizagem eficaz para que o indivíduo circule por este mundo de novas mídias. Assim, estabelece-se uma relação inseparável entre acesso e utilização.

Hargittai (2002) distingue níveis variados de inclusão digital a partir das habilidades das pessoas para navegação na Internet. A autora acredita que:

[...] oferecer às pessoas o acesso a computadores conectados à Internet (primeiro nível de inclusão digital) não garante que elas conseguirão utilizar este meio para satisfazer suas necessidades (segundo nível de inclusão digital), visto que podem não ser capazes de extrair da Web as informações de que necessitam.

O aluno de hoje já está acostumado a entrar em contato com as tecnologias e com a internet, por isso a escola que não faz uso destas ferramentas pode se tornar desinteressante para certos alunos.

Segundo Moraes (2007, p. 139), a simples inserção da tecnologia não modifica a escola, mas é impossível chegar à escola que queremos sem ela. Crianças copiando no caderno o que aparece na tela do computador, professores que acham que inovar é usar uma apresentação de *slides* no lugar da lousa ou utilizar ambientes virtuais de aprendizagem como grandes repositórios, não é a utilização adequada para a mudança de paradigmas da educação, é repetir o que já fazíamos antes, com um visual mais agradável.

A educação precisa transformar as potencialidades dos alunos. Para isso é necessário ter um professor que oriente, instigue, provoque para despertar o interesse de seus estudantes. E quando a escola procurar a internet como auxílio, vale lembrar que os alunos de hoje, em sua maioria, são nativos da tecnologia. Informações na internet há em abundância, porém, isso também se torna um problema. Daí o papel do professor em orientar o aluno para que se utilize da que melhor convém, da mais confiável, estimulando uma reflexão crítica.

Segundo Almeida (2000, p. 20), os computadores não devem servir apenas como mais uma utensílio a disposição; eles devem contribuir de modo expressivo na educação dos alunos.

A tentativa de se usar o microcomputador como instrumento de consolidação da prática pedagógica tradicional é semelhante à inserção dos recursos audiovisuais na escola. Os microcomputadores são incorporados como mais um meio disponível. Não há uma reflexão sobre a possibilidade de contribuir de modo significativo para a aprendizagem de novas formas de pensar. O programa de ensino é o mesmo, a única diferença é o modo de transmitir informações, que se dá através de microcomputadores e de programas elaborados por especialistas e colocados à disposição de professores e alunos.

Almeida (2000, p. 32) defende, ainda, que haja outros recursos a serem explorados.

O aluno pode ainda fazer uso de outros recursos disponíveis, tais como redes de comunicação a distância ou sistemas de autoria, para construir conhecimento de forma cooperativa ou para busca de informações. Todas estas situações levam o aluno a refletir sobre o que está sendo representado.

Castells (2003, p. 50) defende que a capacidade educativa e cultural de utilizar a internet é um segundo elemento de divisão digital, muito mais difícil de solucionar que a simples ausência de conectividade técnica. Para o autor, não saber onde encontrar a informação, como busca-la, processa-la e transforma-la em conhecimento específico para aquilo que se quer fazer é o que determina a divisão digital. Para ele, a capacidade de aprender a aprender e saber o que fazer com o que se aprende é uma capacidade socialmente desigual, associada à origem social e familiar, bem como ao nível cultural e educacional.

De acordo com Almeida (2000, p. 32), estamos em um momento em que a disseminação do computador na educação atingiu larga escala. Mas o impacto das mudanças que ele poderia provocar ainda não ocorreu, embora existam modalidades de uso cujos ambientes de aprendizagem informatizados podem contribuir para transformações. Uma das formas é o emprego do computador como ferramenta educacional com a qual o aluno resolve problemas significativos.

Desafios aos educadores

De acordo com Alava (2002, pág 54), a introdução das modernas técnicas de educação, de audiovisual, de televisão educativa diz respeito, sobretudo, a educadores e militantes. As inovações são realizadas para sustentar as novas tecnologias e suscitam poucas pesquisas científicas.

Para a educação, a internet traz uma revolução nos modos de aprendizagem, pois ela vai além das paredes das salas de aula, permitindo o intercâmbio de ideias e troca de informações entre alunos de diversos lugares do mundo. Mas ao mesmo tempo é necessário que os educadores estejam preparados para conduzir a ferramenta aos alunos, e não apenas coloca-la a sua disposição.

Para Rondelli (2003) “[...] dizer que inclusão digital é somente oferecer computadores seria análogo a afirmar que as salas de aula, cadeiras e quadro negro garantiriam a escolarização e o aprendizado dos alunos”.

A inclusão digital ainda é vista de forma errônea: instalar computadores nas escolas não é incluir educação digital no currículo dos alunos. É preciso capacitar profissionais para direcionar o estudante durante as aulas. Além do mais, o aluno precisa saber como usar as ferramentas digitais, caso contrário se torna um "copia e cola" da rede, o que não é um trabalho de inclusão.

Neste cenário, fazer inclusão digital nas escolas públicas se torna ainda mais difícil, já que as condições financeiras costumam ser precárias em comparação à rede de ensino privado. Para Caligaris (2005):

Somente colocar um computador na mão das pessoas ou vendê-lo a um preço menor não é, definitivamente, inclusão digital. É preciso ensiná-las a utilizá-lo em benefício próprio e coletivo. Induzir a inclusão social a partir da digital ainda é um cenário pouco estudado no Brasil, mas tem à frente os bons resultados obtidos pelo CDI no País, cujas ações são reconhecidas e elogiadas mundialmente.

O grande erro das autoridades é tratar inclusão digital apenas como um processo de democratização da informática e não da informação. O grande propósito é difundir as ideias e pensamentos e não a ferramenta em si. É a informação que tem propósito inovador.

De acordo com Thiago Guimarães (2003), coordenador de atividades dos Telecentros, "parece ser consensual para os especialistas que a inclusão digital é algo que deve ser feito via políticas públicas. Porém, não há a devida coordenação nos níveis federal, estadual e municipal". Guimarães acredita que as esferas de governo vão atuar com sua lógica, com a sua demanda, com as suas pressões políticas, sem uma estruturação organizada e racional dessa rede de inclusão digital. Para contornar o problema, o primeiro passo seria uma ampla conscientização do que é inclusão digital, caso contrário, poderão ocorrer sérios problemas com o financiamento e a institucionalização do processo. Justamente por não estar claro o conceito de inclusão digital para os próprios promotores das políticas públicas e para a sociedade, surge esse impasse que precisa ser resolvido.

Guimarães (2003) defende que as pesquisas podem ser um caminho para a melhoria na forma de se fazer inclusão digital em nosso país:

Pesquisas em educação científica de outros países podem trazer alternativas a nossa realidade. Intrigados com dados que mostravam que, nos EUA, os resultados no aprendizado de ciência eram inferiores ao de países que gastavam menos com educação, como Coréia do Sul, China, República Checa e Hungria, Epstein conta que "um grupo de pesquisadores norte-americanos foi investigar o problema e constatou que, nesses países há uma forte tradição cultural valorizando a ciência e a cultura em geral". A conclusão do trabalho foi que, com a participação construtiva dos pais nos estudos dos filhos, a valorização social da competência intelectual e a organização do ensino, o desempenho dos estudantes melhoraria.

De acordo com Alava (2002 p. 61), os dispositivos midiáticos não são simples auxiliares pedagógicos, mas catalisadores de uma mudança de postura de ensino. Das ilusões aos usos, o profissional deve cumprir uma trajetória que o leve a rever sua caixa

de ferramentas didáticas e pedagógicas. Em geral solitários, de forma autônoma, os formadores constroem então um “novo ofício” de ciberprofessor.

Isso significa que o professor terá papéis diferentes a desempenhar, o que torna necessário novos modos de formação: que possam prepara-lo para uso pedagógico do computador a fim de refletir sobre sua prática.

Para tanto, é preciso desafiar os alunos em um nível de pensamento superior ao trabalho no treinamento de habilidades e incita-los a aprender. As ações do professor são para depositar a curiosidade, a dúvida, a pergunta, a investigação e a criação num ambiente em que, além de ensinar, o professor aprende. E o aluno ensina e aprende.

Para Alava (2002, p. 61), “O professor não quer negociar sobre suas escolhas didáticas nem midiáticas e recusa os produtos técnicos e os dispositivos midiáticos relegando-os à categoria de simples suporte de transmissão.”.

Nesta concepção, o computador não é o detentor do conhecimento, mas uma ferramenta tutorada pelo aluno que lhe permite buscar informações obtidas pelo professor; isto significa uma mudança de paradigma que favoreça a formação de cidadãos mais críticos, com autonomia para construir o próprio conhecimento.

Para se fazer inclusão digital, também é preciso investir de forma pesada nos conteúdos, senão a inclusão será somente parcial. Não podemos fazer a inclusão digital para que os alunos naveguem somente em sítios de relacionamentos e bate-papo. Devemos estimular os conteúdos referentes à língua portuguesa e demais disciplinas que fortaleçam a identidade nacional.

Disparidades nas formas de educar digitalmente

O advento às tecnologias de informação viabiliza ao aluno a partida a outros lugares do mundo com apenas um clique. Informações relevantes e descobertas importantes podem ser levantadas neste tempo exposto à tecnologia. Por isso percebe-se a importância de um trabalho guiado de forma correta; para que não se desperdice tempo ao levar os alunos ao laboratório de informática.

Um dos problemas enfrentados é que as escolas se preocupam mais em oferecer ao aluno a ferramenta do que conteúdos que tenham ligação com as disciplinas trabalhadas em sala de aula. Para Almeida (2000, p. 24):

Até hoje muitas experiências educacionais se restringem a colocar microcomputadores e programas (softwares educativos) nas escolas para uso em disciplinas que visam a preparar os alunos para o domínio de recursos da computação. Isso acabou por originar uma nova disciplina no currículo do ensino tradicional, cujas atividades se desenvolvem em um laboratório de informática, totalmente dissociadas das demais disciplinas.

Ainda segundo a autora (ALMEIDA, 2000, p. 25), atribuiu-se a uma pessoa que domina os recursos como computacionais a responsabilidade pela disciplina. Acredita-se que não há necessidade de que esta pessoa seja um professor, pois o objetivo é que os

alunos adquiram habilidade no manuseio do equipamento, sem preocupação com sua utilização como ferramenta do processo ensino-aprendizagem. Essa prática, sem real integração no processo educacional, contrapõe a transmissão tradicional do saber às novas inter-relações estabelecidas entre informações, às novas formas de comunicação e pensamento que surgem e, finalmente, às novas organizações que nascem – o que gera questionamentos e inquietações.

Indicadores de qualidade

Outro problema é a falta de indicadores de qualidade. Há poucos projetos que procuram saber os resultados obtidos e comparativos com os objetivos pretendidos.

Na visão de Alava (2002, p. 56), é preciso que ocorram os primeiros fracassos destas inovações para que os pesquisadores voltem a incluir a pedagogia e o ensino em suas problemáticas de pesquisa.

A realidade da inclusão digital em Itajaí

Para se chegar a estes dados, foram analisadas seis escolas de Itajaí.

Municipais	Estaduais	Particulares
Escola Básica Aníbal César	Escola de Ensino Médio Victor Meirelles	Colégio Salesiano
Escola Básica Avelino Werner	Escola Estadual de Educação Básica Paulo Bauer	Colégio São José

As pesquisas foram feitas entre os dias 03 a 31 de agosto de 2009, com professores, orientadores e alunos destes colégios citados acima. Buscou-se saber, principalmente, através desta pesquisa, se as escolas possuem computadores suficientes; quem coordena as aulas; quantas vezes por semana os alunos têm acesso aos computadores; que programas são trabalhados nestas aulas.

Na era da informática faltam computadores nas escolas públicas

Em pleno período de informatização, verificou-se que faltam computadores na rede de ensino público de Itajaí. As duas escolas municipais visitadas têm nove computadores cada, enquanto que o número de alunos por turma é, em média, de 20 a 30 estudantes. Assim, trabalham dois ou três alunos por computador, o que dificulta a aprendizagem, já que os níveis de aprendizagem e entendimento variam de aluno para aluno.

Nas escolas estaduais a história não difere muito: um aluno chega a dividir um computador com dois colegas. Em algumas turmas da Escola Estadual Victor Meirelles, há situações em que metade da turma permanece em sala de aula aprendendo as lições enquanto a outra parte vai ao laboratório fazer as pesquisas.

“Facilitaria muito se tivéssemos mais computadores, porque quando eles sentam em trios para trabalhar, às vezes, acabam conversando entre si e deixando o ensino de lado”, conta a professora da Escola Victor Meirelles, Lidiane Rengel.

“A falta de computadores dificulta a aprendizagem dos alunos. Isso porque há diferença nos níveis de aprendizagem entre eles”, declara o coordenador do laboratório de informática da Escola Básica Aníbal Cezar, Cleberson Roberto Pereira.

Laboratórios de informática com computadores sobrando. Essa é a realidade dos dois colégios particulares pesquisados; um fato bem diferente do que é visto em rede pública. No colégio Salesiano, por exemplo, há 28 computadores, na maioria das aulas sobram computadores, já que as turmas costumam ter de 20 a 25 alunos. Na Escola São José, dificilmente os alunos tem necessidade de dividir a máquina com o colega já que possui 24 computadores disponíveis aos alunos.

Os horários das aulas e seus empecilhos

Em todas as escolas, os alunos têm aulas de informática no mesmo turno das aulas corriqueiras. Porém, no caso das Municipais, há programas como o projeto Xadrez (onde o aluno participa *on line* de competições de nível nacional); nesse caso, seria mais proveniente se todos tivessem oportunidade de participar, mas não é possível por vários motivos, um deles é a falta de transporte no contra-turno.

As aulas de informática no horário de aula pode ser um problema se não for bem estudada e planejada, pois se elas não oferecerem os resultados esperados acabam gastando tempo dos alunos em vão, tempo que poderia ter sido utilizado em sala de aula.

“As aulas têm que ser bem planejadas e monitoradas; caso contrário, os alunos acabam entrando em sites que não tem nada a ver com a proposta inicial”, apontou a professora da Escola de Ensino Médio Victor Meirelles Lidiane Rengel.

Aula de informática nas escolas: diversão ou aprendizagem?

Verificou-se que nas escolas municipais, estaduais e particulares as aulas de informática para séries iniciais enfatizam a aprendizagem através de jogos educativos, como o “jogo silábico” e “tabuada nota 10”. Nas estaduais dá-se mais ênfase a pesquisas na internet, raramente disponibilizando jogos educativos aos alunos.

Para alunos de 4ª série em diante, as escolas costumam trabalhar pesquisas sobre temas estudados em sala de aula.

“Eu adoro a aula de informática, tem joguinho, brincadeiras de colorir. A gente aprende bem mais do que em sala de aula”, diz a aluna da 3ª série da Escola Básica Avelino Werner, Yorrana de Souza, de 8 anos.

“Para os alunos que passaram das séries iniciais, a ferramenta principal na aprendizagem é a pesquisa na internet; eles não se prendem tanto a jogos educativos,

talvez porque faltem jogos educativos com foco nestas faixas etárias”, conta o coordenador do laboratório de informática da Escola Básica Aníbal Cezar, Cleberson Roberto Pereira.

Os alunos João Pedro Rodrigues (14) e João Elias da Silva Santos (12), da Escola Aníbal Cezar, acreditam que as aulas no laboratório de informática prendem atenção dos alunos e auxiliam na aprendizagem. “É uma forma diferente de aprender, com mais interação entre os estudantes”, declara João Pedro.

Os coordenadores das aulas de informática e suas formações

Uma das descobertas importantes da pesquisa foi que nem sempre os coordenadores responsáveis pelos laboratórios têm formação específica para atuar nesta área. Na maioria das vezes, apenas possuem curso básico em informática e sequer sabem desenvolver *software* para uso dos alunos.

No Colégio Particular Salesiano, Márcia Silva Madeira coordena o laboratório. Ela tem formação em pedagogia e pós-graduação em informática na educação. “Acredito que as escolas particulares tem profissionais mais bem preparados, já que a condição financeira limita as escolas públicas”, declara Márcia.

Além dos coordenadores de laboratório, os professores de cada disciplina auxiliam as aulas, orientando os alunos sobre os *sites* que melhor convêm para pesquisas e quais serão os trabalhos desenvolvidos.

Na Escola São João, a coordenadora das aulas de informática, Célia Regina da Cunha Pianecer, possui formação em informática com pós em Educação, porém, na Escola Estadual de Educação Básica Paulo Bauer, o coordenador das aulas, Vinícius Frontino Neto, nem concluiu o ensino médio, possuindo apenas cursos básicos de computação.

A dificuldade de expor trabalhos na internet

Mesmo com a internet à disposição, poucas escolas utilizam o principal diferencial desta ferramenta – a transmissão de ideias. O ponto favorável da internet é divulgar a opinião e não apenas consumi-la, já que nos outros meios esta troca de informações é feito com mais restrição. É isto que difere a internet dos outros meios de comunicação de massa. Porém, ela ainda é pouco explorada.

Apesar de possibilitar programas bastante ligados a aprendizagem, os colégios de rede municipal não expõem na internet os trabalhos produzidos pelos alunos. Com isso, a troca de experiências acaba não ultrapassando as paredes da sala de aula. Isso se repete na Escola Estadual de Educação Básica Paulo Bauer, que nem sempre possui *sites* próprios. No colégio Victor Meirelles, que possui *site* da escola, esta história começou a mudar. Agora são os alunos que abastecem o *site* da Escola. “Alguns textos e fotos dos alunos são disponibilizados na rede, e neste semestre até a nota passou a ser divulgada *on line*”, diz a professora de informática Lidiane Rengel.

"Nós até possuímos *blogs* educativos e assim conseguimos divulgar nossas ideias.", conta a aluna Letícia Ribeiro Mendonça, de 17 anos, que mantém o *blog* www.brincandodereporter.blogspot.com.

Diferente da rede pública, as escolas particulares valorizam mais este lado inovador da internet. No colégio Salesiano, por exemplo, há vários *sites* onde os alunos têm oportunidades de expor os trabalhos: www.salesianoitajai.g12.br/cartas, www.salesianoitajai.g12.br/noticias/projeto-animando-a-vida-8as-series, www.salesianoitajai.g12.br/noticias/brincadeiras-setransformam-em-poesia, www.salesianoitajai.g12.br/noticias/o-poder-que-vem-do-sol.

Além destes sites, alguns professores utilizam *blogs* com espaço para participação dos alunos nos comentários e discussões. Como exemplo, podemos citar os professores de geografia da 7ª série e de física do ensino médio.

O mesmo acontece na Escola São José, que disponibiliza o *site* www.saojose.com.br para que os alunos divulguem textos e fotos sobre eventos acontecidos na escola ou que envolva a prática pedagógica dos alunos. Tal divulgação é acompanhada e revisada pelos professores.

Conclusão

Após pesquisa bibliográfica e prática, concluiu-se que apesar de ter potencial transformador, a inclusão digital ainda não ocorre como deveria. De forma significativa, é mais difícil implanta-la na rede pública, já que esta área está diretamente ligada com a utilização de recursos financeiros. O problema começa com a falta da ferramenta principal: o computador. Foi unânime a escassez do aparelho nas escolas públicas de Itajaí.

Outro desafio aos educadores é driblar o medo de não saber manusear o computador. Por serem da era da digitalização, os alunos de hoje, ao contrário dos professores, não se intimidam ao manejar a máquina. Já os professores muitas vezes têm receio de inovar porque não são suficientemente treinados para lidar com estes equipamentos. Verificou-se que falta maior preparo aos docentes, para que eles também possam sugerir a criação de programas de acordo com a necessidade da turma, e não somente guiar o aluno até o laboratório. Em todas as escolas há coordenadores que possuem conhecimento em informática, mas se o conhecimento fosse mais difundido entre os pedagogos isto facilitaria a educação, já que são os professores que desenvolvem a didática com seus alunos e sabem melhor as necessidades destes.

Outra questão observada foi quanto ao mau uso da internet. Em todas as escolas de rede pública os alunos utilizam-se do meio apenas para buscar informações e não para fazer comunicação. Justo o que é de inovador neste mundo digital não é aproveitado pelos educadores. Não há troca de informações (a comunicação) mas, sim, apenas o consumo da informação disponível. Não que as pesquisas sejam ruins; elas são proveitosas para aprendizagem, porém, poder-se-ia criar espaços para discussões onde o aluno não só lê o que é divulgado, mas divulga o que quer repassar para outras pessoas.

Referências

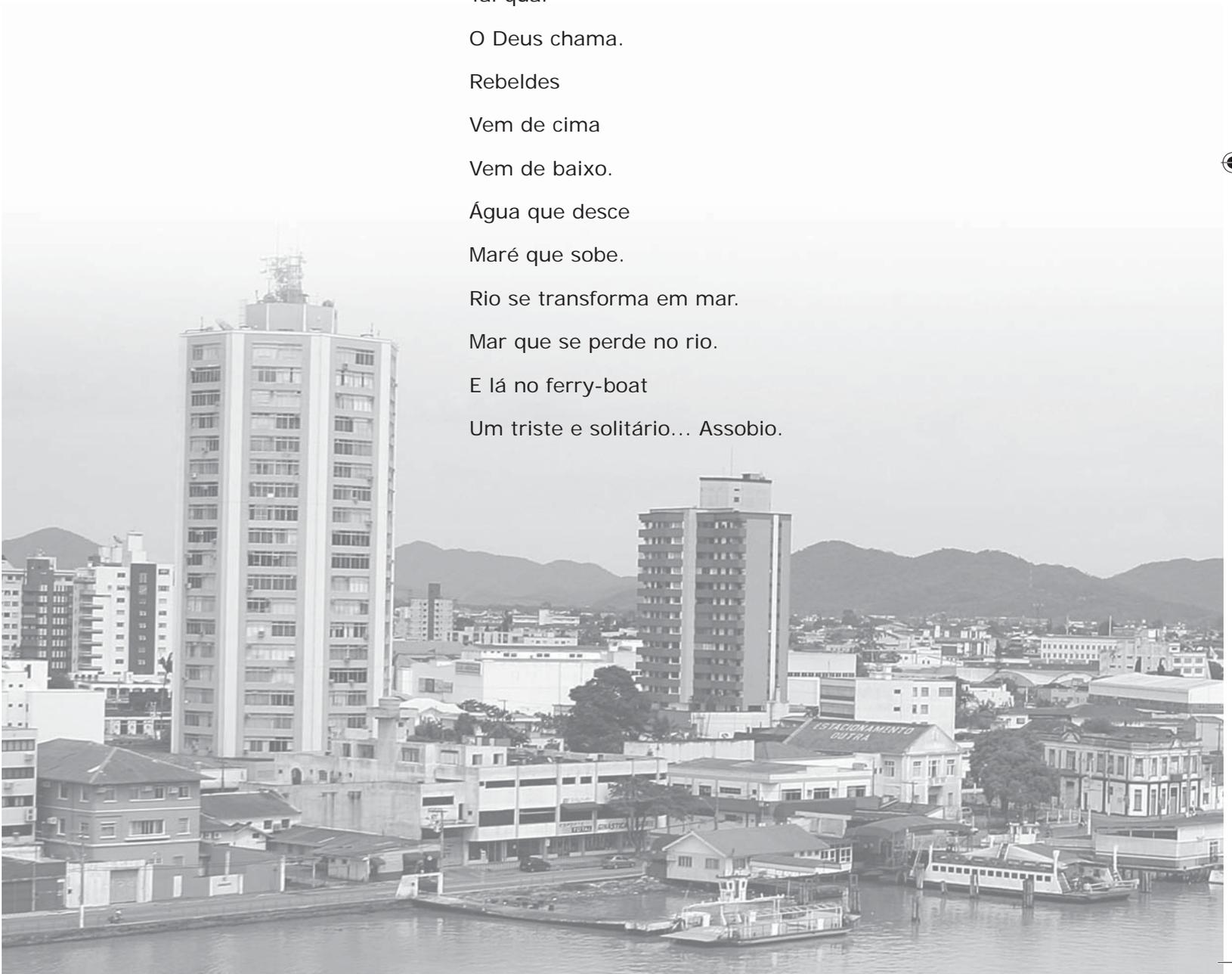
- ALAVA, S. **Ciberespaço e formações de abertas**: rumo a novas práticas educacionais? Porto Alegre: Artmed. 2002.
- ALMEIDA, M. E. de. **Informática e formação de professores**. Brasília: 2000.
- CASTELLS, M. Internet e Sociedade em Rede. In: MORAES, D. de (org.). Rio de Janeiro: Record, 2003
- MORAES, U. C. de. **Tecnologia educacional e aprendizagem**: o uso dos recursos digitais. São Paulo: Livro Pronto. 2002 (p. 230)
- TURKLE, S. **A vida no ecrã**: a identidade na era da internet. Lisboa: Relógio D'água, 1997.
- CABRAL, A. **Sociedade e tecnologia digital**: entre incluir ou ser incluída. Disponível em: <<http://www.ourmedianet.org/papers/om2004/Cabral.om4.port.pdf>>. acessado em 16 de jul. 2009
- CALIGARIS, C. **Inclusão digital**: o que é e a quem se destina?. *Webinsider*, 2005. Disponível em: <E:\artigo inclusão\Inclusão digital o que é e a quem se destina - Webinsider.htm> acessado em 16 de jul. 2009
- GUIMARÃES, T. **Acesso à informação promove inclusão social**. 2003. Disponível em<<http://comciencia.br/reportagens/cultura/cultura06.shtml>>Acessado em 17 de jul. 2009
- HARGITTAI, E. **Second-level Digital Divide**: differences in people's online skills. Disponível em: <http://firstmonday.org/issues/issue7_8/loosen/index.html>. Acesso em: 20 jul. 2009
- RONDELLI, E. **Quatro Passos para a Inclusão Digital**. 2003. Disponível em: <<http://www.icoletiva.com.br/icoletiva/secao.asp?tipo=editorial&id=9>>. Acessado em 18 de jul. 2009
- RENGEL, L. ENTREVISTA. Itajaí, 28 ago. 2009
- PEREIRA, C. R. ENTREVISTA. Itajaí, 20 ago. 2009
- SOUZA, Y. de. ENTREVISTA. Itajaí. 28 ago. 2009
- PEREIRA, C. R. ENTREVISTA. Itajaí, 20 ago. 2009
- RODRIGUES, J. P. ENTREVISTA. Itajaí, 20 ago. 2009
- MADEIRA, M. S. ENTREVISTA. Itajaí, 10 ago. 2009
- RENGEL, L. ENTREVISTA. Itajaí, 28 ago. 2009c
- MENDONÇA, L. R. ENTREVISTA. Itajaí, 28 ago. 2009



Lágrimas de Chuva

HM. Estork CCoelho

A lágrima sai
Tal qual
A chuva cai.
O coração chora
Tal qual
A dor apavora.
A alma clama
Tal qual
O Deus chama.
Rebeldes
Vem de cima
Vem de baixo.
Água que desce
Maré que sobe.
Rio se transforma em mar.
Mar que se perde no rio.
E lá no ferry-boat
Um triste e solitário... Assobio.







Ao Mestre com Carinho: meu antepassado, o Construtor e Arquiteto Guilherme Müller

*Dr. Carlos Henrique Müller
Médico e genealogista*

NASCIDO EM 30 DE AGOSTO DE 1838 NA CIDADE de Helmstedt, em Braunschweig, e batizado com o nome de Johann Carl Georg Wilhelm, Guilherme Müller era filho de pessoas de origem humilde. Sua mãe, Johanna Juliane Müller, era costureira. Seu pai, August Ludwig Schmidt, era um sapateiro que prestava serviços ao antigo Ginásio (*Collegium*) naquela cidade.

Perdeu a mãe ainda na infância e passou a ser criado pelo pai e pela tia materna, Elisabeth Schmidt. Apesar das dificuldades econômicas da época, recebeu uma saudável educação familiar e aprendeu a ler e escrever corretamente o idioma alemão. Naqueles difíceis tempos cresceu e aprendeu o ofício de pedreiro, chegando a mestre de obras.

Ainda em Helmstedt, ele conheceu Caroline Strohmeier, com quem casou aos 28 anos, na secular igreja de Saint Stephani, da comunidade evangélica luterana em Helmstedt, a mesma onde ele fora batizado e onde também batizou, no ano seguinte, o primeiro filho: Carl Hermann Franz Georg Müller.

Neste período, a vinda para o Brasil estava sendo estimulada por diversos agentes de emigração. No mês de outubro de 1867, ele e sua família embarcaram no veleiro de três mastros Victoria, no porto de Hamburgo, com destino a São Francisco de Sul. O final escolhido por ele para aquela longa viagem foi a Colônia Blumenau. Curiosamente, esta mesma viagem trouxe ao Brasil um outro imigrante que teria seu nome vinculado à história da cidade de Itajaí, e com quem Guilherme manteria, anos mais tarde, intensa amizade: Jorge Tzaschel (Georg Tzasehel), o qual viajou ainda criança e acompanhado dos pais.

A travessia do Navio Victoria foi marcada pelo surto de cólera e pela morte de 51 pessoas do total de 262 passageiros. Uma das vítimas desta moléstia contagiosa foi a esposa Caroline. Quando o Navio chegou ao porto de São Francisco, às vésperas do Natal, os passageiros não puderam desembarcar antes da liberação pelas autoridades locais. Guilherme, juntamente com outros passageiros, assinou uma nota de repúdio, datada de 26 de dezembro de 1867, e dirigida à Presidência da Federação Norte Alemã em Berlim, contra a agência Donati & Cia, situada em Hamburgo, responsável pela viagem do navio Victoria.

No ano seguinte, continuou sua viagem até a Colônia Blumenau, onde conheceu aquela que seria sua segunda esposa e companheira até o final de seus dias: Caroline Wilhelmine Lange. Eles casaram em março de 1869, e naquele mesmo ano, deixaram a Colônia, indo fixar residência definitiva em Itajaí, onde praticamente não existiam casas de alvenaria e o futuro parecia ser mais promissor.

Já em fevereiro 1870, nascia o segundo filho de Guilherme: Friedrich Karl, o Fritz, apelido que adotou como nome na vida adulta. Neste mesmo ano, juntamente com Samuel Heusi e Jacob Heusi, Friedrich Ramlow, Hermann Willerding e Carl Hugo Praun (estes dois últimos haviam lutado como voluntários e retornado da guerra do Paraguai), entre vários outros, Guilherme ajudou a fundar a Comunidade Evangélica de Itajaí. Foi participante ativo e membro das primeiras diretorias, inclusive, Presidente da Comunidade no mandato de 1911 a 1914. Ele foi o construtor da Primeira Igreja, cuja obra foi iniciada no ano de 1891.

Durante os vários anos seguintes, Guilherme edificou quase todas as casas de alvenaria de Itajaí. Em 1884, firmou contrato com a Câmara Municipal de Itajaí para a construção de uma fonte pública, a criação de um hospital e um edifício para a sede do governo municipal. A Câmara Municipal deveria ser construída no terreno atrás da Igreja Matriz. A Mitra protestou contra a construção naquele local, sob a alegação de que o terreno era propriedade sua. O contrato de construção ficou sem efeito, apesar de já terem sido lançados os fundamentos do prédio. Apesar disso, em 1886, iniciou a construção do Hospital de Santa Beatriz, obra concluída no ano seguinte. Posteriormente, vendeu uma de suas construções, uma casa situada na Rua Dom Pedro II, atual rua XV de novembro, para ser a primeira sede da Câmara Municipal, e também concluiu a construção do prédio do "Hotel Brazil". Já no ano de 1897, concluiu a construção do casarão da família Konder.

A conclusão das obras de construção do casarão da família Fontes, iniciada em 1899, bem como as residências de Emílio Palumbo e Manoel Cunha, ocorreu em 1904. Uma de suas edificações, existentes já naquele período, foi uma casa construída e presenteada à filha Paulina, situada no início da Rua Felipe Schmidt, hoje está totalmente descaracterizada após sucessivas reformas.

Na política manteve fidelidade ao amigo Samuel Heusi e ao grupo formado por Pedro Ferreira, Félix Asseburg - filho do armador Guilherme Asseburg, conterrâneo e amigo - além de Jorge Tzachel, João Bauer, Donato Gonçalves da Luz, Ângelo Rodi. Guilherme foi nomeado o primeiro Intendente Municipal republicano, em 26 de julho de 1890, por ato do Governo Estadual. Sua posse ocorreu em 04 de agosto, perante o Conselho Municipal reunido. Licenciou-se logo após, quando foi substituído por João Pinto D´Amaral. No quadriênio de 1903-1907, ele conquistou a vereança.

Com Pedro Bauer, Gabriel Heil, Julio Gern, Mathias Bauer, Alfredo Eicke, Julio Willerding, o amigo Otto Moldenhauer, Emílio Palumbo, Joaquim Espíndola, Alfredo Eicke e João Rodrigues Pereira, entre outros, Guilherme fundou, em 28 de abril de 1895, o Clube de Atiradores (Schützenverein Itajahy), do qual foi Presidente de honra e onde participou de algumas diretorias. Foi também um dos fundadores e colaboradores da Escola Alemã de Itajaí.

Um dos períodos mais difíceis foi durante a Primeira Guerra Mundial. Teve o retrato do filho Fritz, Oficial da Marinha do Brasil, arrancado da parede da sala de sua casa e queimado no meio da rua, devido à suposição dos agressores de que era um quadro contendo o "retrato do Kaiser!". Também junto à Comunidade Luterana teve sua amargura, pois esta foi mantida fechada por força do Estado. Esta perseguição aos alemães e seus descendentes fez com que várias destas famílias deixassem a cidade definitivamente e assim o velho Mestre afastou-se de sua vida pública. Seu trabalho de muitos anos trouxe relativa prosperidade e conforto para si e seus familiares. Preferiu viver dedicado ao seu lar, a esposa e a família.

Metódico e organizado, um dos seus hábitos prediletos era escrever em seus diários os acontecimentos do cotidiano familiar, da cidade e de seu trabalho, hábito este imortalizado nas crônicas de Juventino Linhares. Dos exemplares destes diários, apenas um ainda existe, e está no acervo do Arquivo Histórico de Blumenau.

Foram dois casamentos e seis filhos: Franz Georg trabalhou na Companhia Paulista de Estradas de Ferro e, posteriormente, foi Guarda Livros da Companhia Paul & Cia em Itajaí; Fritz ingressou na Marinha de Guerra e lá fez carreira militar; Willy foi comerciante, indo residir no estado de São Paulo onde permaneceu até o final de sua vida; Otto foi alfaiate em Itajaí, de onde saiu após seu casamento sem que saibamos de seu destino até hoje; Antonieta casou com Ernesto Schneider, dono e construtor do primeiro curtume de couro do estado de Santa Catarina, o qual ficava no Bairro Fazenda; A caçula, Paulina, viúva do primeiro casamento com Heinrich Ehrlich, construtor de maquinários, falecido em 1898, casou novamente, com Germano Friese, dono e construtor do primeiro moinho de arroz em Itajaí.

A respeito de alguns de seus descendentes: O seu filho Fritz Müller chegou ao posto de Contra Almirante da Marinha de Guerra do Brasil, e os seus filhos Carlos e Lúcio Soares Müller participaram da fundação do tradicional Teresópolis Tênis Clube naquela cidade.

O neto Guilherme Ernesto Schneider foi escritor e evangelista, e figurou entre os nomes dos perseguidos pela campanha nacionalista de Getúlio Vargas.

O neto Armínio Mueller foi funcionário da Celesc em Blumenau e eleito operário padrão de Santa Catarina em 1973. O neto Cezar Francisco Mueller foi diretor comercial da Celesc em Blumenau. O bisneto Sérgio Dulac Müller é Juiz aposentado, e hoje é Professor da Faculdade de Direito na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

O bisneto Amaury Friese Freire é Coronel de Infantaria do Exército Brasileiro e instrutor da Academia Militar das Agulhas Negras. O trineto Paulo Prisco Paraíso foi o Presidente do Figueirense Futebol Clube, e José Cláudio Prisco Paraíso, é conceituado jornalista em Santa Catarina. E entre os descendentes, pelo menos um herdou as habilidades do velho Mestre para arquitetura, o bisneto Renato Mueller, residente em Curitiba.

No dia 10 de maio de 1924, Guilherme faleceu devido às complicações de uma pneumonia. Assim noticiou o jornal *O Pharol* de Itajaí, em sua edição de número 1014, o falecimento de Guilherme:

Com a avançada idade de 87 anos, faleceu, na madrugada de hoje, em sua residência, o respeitável ancião Sr. Guilherme Müller, natural da Alemanha e residente entre nós há cerca de 50 anos, gozando de estima e grande respeito. O Mestre Müller, como era geralmente conhecido, por ser aqui o antigo empreiteiro de obras, onde construiu a maioria de nossas casas, gozava de relativa prosperidade, e vivia para sua família. De velhas tradições, fazia lembrar um patriarca bíblico incapaz sempre de praticar um acto só que lhe viesse manchar a pureza de seu carácter austero ou que destoasse da conducta que sempre tivera por norma durante a trajectória longa de sua existência.

A esposa Carolina faleceu bem mais tarde, em janeiro de 1938, aos 91 anos de idade, já tendo presenciado o nascimento de bisnetos. Guilherme e Carolina Müller repousam juntos no jazigo da Família, situada na parte Luterana do Cemitério da Fazenda.

Mesmo com toda sua participação na vida social da cidade, bem como na importância de suas construções para o desenvolvimento da cidade, Guilherme Müller, curiosamente, não tem o seu nome associado a nenhuma praça ou rua em Itajaí. Aliás, seu nome praticamente caiu no esquecimento, embora raros foram os outros construtores, naquela época, que viveram e trabalharam em Itajaí, e nenhum deles através do próprio trabalho, atingiu a importância que Guilherme teve no período compreendido entre 1870 e 1910. Recentemente, várias de suas obras estavam sendo supostamente atribuídas a construtores emigrados da região de Trento, na Itália, para o Vale do Itajaí. Talvez, este levantamento sobre as construções de sua autoria, bem como sobre o estilo arquitetônico nelas empregado, possa vir a ser uma bela fonte de pesquisa aos historiadores da antiga arquitetura da cidade.



Referências

- BÖBEL, M. T.; THIAGO, R. S. **Joinville: os pioneiros**. Joinville, Ed. Univille. v.2, 2005;
- CARDOSO, A. F. **Correspondências**. Arquivo Pessoal do autor;
- D'ÁVILA, E. **Pequena História de Itajaí**. Itajaí, Prefeitura Municipal de Itajaí, 1982.
- DEEKE, N. **Correspondências**. Arquivo Pessoal do autor.
- FÁVERI, M. de. **Memórias de uma (outra) Guerra**. Itajaí, Ed. Univali, 2004.
- FREIRE, L. F. **Correspondências**. Arquivo pessoal do autor;
- JORNAL O Pharol. Itajaí, 10 maio, 1924. [Arquivo Público de Itajaí].
- KÖNDER, M. **Lauro Muller**: ensaio bibliográfico. Rio de Janeiro, Publicações da Academia Brasileira, 1953.
- KÖNDER, G. Algo sobre o município de Itajaí. **Blumenau em Cadernos**. Blumenau, v.11, p. 84-86, 1970.
- _____. Tipos inesquecíveis. **Blumenau em Cadernos**. Blumenau, v.12, n.12, p. 224-226, dez. 1971.
- _____. Influência Alemã no Município de Itajaí. **Blumenau em Cadernos**. Blumenau, v. 11, n.5, p. 84-86, maio, 1970.
- LINHARES, J. **O que a Memória Guardou**. Itajaí, Univali, 1997.
- LOBO, A. S. O. **Diálogos**. Arquivo Pessoal do Autor.
- MILMANN, M. **Correspondências**. Arquivo Pessoal do Autor.
- MUELLER, A. **Diálogos de Família**. Arquivo pessoal do Autor.
- MUELLER, C. A. **Correspondências**. Arquivo Pessoal do Autor.
- MUELLER, C. R. **Correspondências**. Arquivo Pessoal do Autor.
- MÜLLER, C. H. **Subsídios para a Genealogia e História da família Müller**. Arquivo Pessoal do Autor.
- MÜLLER, S. J. D. **Correspondências**. Arquivo Pessoal do Autor.
- PARAÍSO, H. M. P. **Correspondências**. Arquivo Pessoal do Autor.
- ROTHBARTH, M. da S. **Famílias de Itajaí: mais de cem anos de História**. Itajaí, Odorizzi, 2001.
- SILVA, L. D. **Itajaí: imagens e memória**. Itajaí, Fundação Genésio Miranda Lins, 1995.
- STAUDOHAR, G. **Correspondências**. Arquivo pessoal do autor.





A Modernidade aporta em Itajaí: os olhares sobre a inserção de bens culturais em museus

*Marco Antonio Figueiredo Ballester Junior
Acadêmico da 8ª fase do curso de Bacharelado em Museologia do UNIBAVE.*

O PRESENTE ARTIGO TEM O INTUITO DE CONSTRUIR UMA LEITURA do surgimento, uso e intervenções sociais da máquina fotográfica na sociedade e seus reflexos na cidade de Itajaí/SC. O método utilizado para o desenvolvimento da pesquisa foi o histórico por permitir a análise de aspectos relacionados ao desenvolvimento de tecnologias e instituições.

[...] do princípio de que as atuais formas de vida social, as instituições e os costumes tem origem no passado, é importante pesquisar suas raízes, para compreender sua natureza e função (MARKONI; LAKATOS, 2004, p. 30).

Tendo como análise a cidade de Itajaí, a pesquisa enfatiza como essa localidade foi influenciada por fatores externos na sua gênese e os registros tridimensionais deixados nos seus espaços de memória, no qual cito o Museu Histórico de Itajaí e as interpretações que esse local construiu sobre seu acervo.

A Cidade

A cidade de Itajaí, localizada no litoral norte do Estado de Santa Catarina, apresentando-se através de sua privilegiada posição geográfica, juntamente com as facilidades de atracação e um porto protegido de intempéries marítimas, favorece o contato com outras localidades no mundo. Sua localização possibilita o encontro de diversas culturas que passam pelo seu cais, principalmente com a leva de imigrantes que adentraram o Vale do Rio Itajaí-Açu no final do séc. XIX e que trouxeram contribuições primorosas na ocupação territorial, de novidades vindas de outras localidades, bem como serviços que antes eram somente oferecidos em grandes centros do Velho Continente.

O Mundo Muda

Desde o final do século XVIII, a Europa passava por modificações na sua estrutura política e econômica. Essas mudanças foram impulsionadas pelo processo de industrialização das cidades, também conhecido como Revolução Industrial. O advento





de novas tecnologias para o processo produtivo europeu rompeu com o modo de produção agrário e artesanal que existia naquele continente e países como Grã Bretanha, Alemanha, França e Itália investiram de forma maciça nesse novo modo de produção, principalmente em novas tecnologias.

Várias foram as inovações nesse período, desde maquinários até a sistemas econômicos, a história na qual se conhecia, naquele momento, começa um processo de aceleração. As pessoas ficaram ao mesmo tempo assombradas e maravilhadas com o "progresso" da ciência. A burguesia se vê triunfante, tendo ao mesmo tempo a criação de grandes levas de imigrantes devido às péssimas condições de vida que esse processo suscitou para as classes menos abastadas.

A Revolução Industrial, nas suas diversas faces, foi um período que possibilitou o aparecimento de novas tecnologias que nos acompanham até hoje. Uma das inúmeras invenções criadas nos séculos XVIII e XIX foi a reprodução de imagens de forma mecânica.

A construção de máquinas fotográficas foi um dos subprodutos desse período. Os métodos tecnológicos, da época, para a fabricação se deram de forma industrial, sendo que uma das empresas pioneiras desse processo foi a Thornton-Pickard, companhia formada em 1888, auge da industrialização inglesa. Essa companhia lançou dois modelos, Jubileu e Rubi. A referida empresa desenvolveu o primeiro modelo com obturador, sistema que proporciona controle da luz no interior do aparelho. Devido a diversos problemas internos da empresa e o crescimento técnico-científico nessa área, a Thornton-Pickard foi ultrapassada em 1940 pela Kodak, com máquinas menores e com maior agilidade de revelação dos negativos.

A Engrenagem no Maquinário

A Máquina Fotográfica foi o instrumento que registrou esse período de grandes transformações. Com isso, muda-se a observação das cenas do real, a arte (até então a única forma de registro visual) se reordena onde "[...] o desejo de idealizar as aparências, o repúdio ao feio, conforme os cânones da pintura oficial, convergem igualmente para o ordenamento do retrato foto" (DUBY; ARIÈS, 2003, p. 426).

Nesse âmbito, esse instrumento, filho de uma época, serviu para a criação de diversos imaginários. Sua patente foi oficializada em 1839 por Jacques Mandé Daguerre, com a técnica de "[...] fixar em uma placa de metal, após um quarto de hora

de exposição, um retrato único” (DUBY; ARIÈS, 2003, p. 425). Com isso, a Revolução Industrial alterou as práticas sociais, econômicas e culturais do homem; ela “inventou” um método de se auto-registrar. Após o anúncio da técnica, o governo francês adquire a patente e a transformou em domínio público.

Portanto, a reprodução de imagens, de forma mecânica, torna-se popularizada; a sociedade começa a ancorar sua lembrança na fotografia. Anteriormente, o sistema de memória social se procedia através de relatos ou escritos e nunca de maneira iconográfica: nesse formato, quem tinha seu acesso eram os grupos sociais com posses e poderes para tal projeto.

A máquina fotográfica possibilitou, através de seu produto, a foto, a tentativa de democratização, pois “[...] pela primeira vez, a maior parte da população tem a possibilidade de representar seus antepassados desaparecidos e parentes desconhecidos” (DUBY; ARIÈS, 2003, p. 425). A memória familiar começa a operar de forma diferente porque suas referências para esse processo mudam: o simbolismo na visualização de outra pessoa tende a canalizar sentimentos antes meramente orgânicos para condições psicológicas. A máquina fotográfica proporciona, dessa forma, a modificação de processos e conexões anteriormente biológicas para a construção de imaginários individuais.

O aparelho de estado em busca de um aparelho de imaginário

No Brasil, a inserção de máquinas fotográficas ocorreu no período histórico nacional conhecido como II Império. Desde a sua coroação em 1840, o imperador buscou diversas formas de modernização do país, tais como o telégrafo e a instalação de ferrovias.

Mas o estado conhecido como “Império do Brasil”, por ser jovem (o Brasil tornou-se nação somente em 1822), necessitava de reconhecimento interno. Para isso, o uso de imagens que demonstrassem a “modernidade” no país era importante e, neste caso, “[...] a foto serviu como instrumento de formulação de uma ‘imagem oficial’ ligada ao Imperador [...]” (TRINDADE; TRINDADE; GARCIA, sd. p. 02). Com isso, aliado a inserção de outras tecnologias já citadas, o governo tentava demonstrar que era esclarecido diante dos novos avanços da ciência.

Aliado a essa busca de legitimação, a máquina fotográfica também auxiliou para a divulgação de imagens das elites imperiais. Juntamente a esse fator, o fenômeno que aconteceu na Europa, onde as pessoas e classes de camadas intermediárias da população (profissionais liberais e comerciantes) tivessem acesso a essa tecnologia, favoreceu a interiorização de valores na população pelos grupos dominantes nacionais.

Contudo, a colocação do imperador como grande responsável pelo crescimento e criação do processo civilizatório no Brasil foi a lógica desse movimento de propaganda interna, resultando para a população o imaginário de que o país seria um referencial no Novo Mundo, fazendo com que o projeto de fortalecimento da monarquia e do Estado avançasse para a unificação nacional. O produto desse aparelho, a fotografia,

proporcionou a construção de uma “imagem” oficial das elites. Juntamente, com a propaganda diretamente associada a “[...] D. Pedro II, mecenas das artes e ciências, que já tinha sido responsável pela chegada do daguerrótipo ao Brasil” (TRINDADE; TRINDADE; GARCIA, sd. p. 04).

Aliado a essa imagem idealizada e construída do imperador, foi também, durante esse período, que aconteceram grandes imigrações vindas do continente europeu. Esse processo foi incentivado devido a problemas citados anteriormente na Europa, bem como a substituição de mão-de-obra escrava africana, que cada vez mais estava dificultada pelas inúmeras legislações que restringiam e proibiam a prática do tráfico negreiro. Tendo em vista que a migração advinda do continente europeu vem ao encontro de idéias raciais defendidas no séc. XIX, as mesmas serviram de justificativa para a promoção da ocupação de boa parte do território brasileiro que outrora era ocupado, em boa parte, por populações indígenas.

As novidades antigas do Velho Mundo

No contexto exposto acima, as regiões brasileiras que receberam tal contingente de imigrantes europeus em maior quantidade foi o Sul do país, os atuais Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Em Santa Catarina, as levas migratórias se deram principalmente das etnias alemã e italiana, regiões como o sul e norte catarinense foram os principais núcleos coloniais. O Vale do Itajaí-Açu, região estratégica para ocupação e exploração, foi primeiramente ocupado por alemães e logo após por italianos. O ponto de encontro para os lotes destinados para essas correntes migratórias no vale foi a Vila do Santíssimo Sacramento de Itajaí. Nem todas as pessoas foram para as terras a elas destinadas; grupos de alemães e italianos ficaram na Vila, ponto de referência de venda de produtos produzidos na região.

Essa leva de pessoas, que optaram em residir no pequeno centro urbano da cidade, começou a operacionalizar em formato de casas comerciais a compra e a venda de produtos que vinham do exterior e das colônias que estavam a ser instaladas. Profissionais liberais, artesãos, trabalhadores portuários (nesse caso afro-descendentes alforriados) circulavam nas ruas da cidade. Serviços que anteriormente só eram vistos no Velho Continente também começaram a serem oferecidos na cidade, dentre eles, os chamados “Foto Artísticos”.

Um dos primeiros do ramo foi José Hindelmeyer. Dados históricos desse primeiro fotógrafo na cidade e seu *ateliê* são atualmente desconhecidos. A única fonte que remete a esse profissional é uma máquina fotográfica de tripé, que hoje se encontra no Museu Histórico de Itajaí. O mesmo artefato pertenceu a Geraldo Von Hacke, que perdeu como sua propriedade até 1945. Nesse ano, Roland Schneider adquire a referida aparelhagem e torna-se um dos fotógrafos que permeou as memórias da cidade.

Além de jogador e técnico de futebol, atuando em clubes da cidade (no caso, o Almirante Barroso e o Clube Tiradentes), foi exímio fotógrafo e seu *ateliê* estava bem



localizado em ponto estratégico do centro histórico da cidade (nos eixos das ruas Hercílio Luz e Lauro Müller). Em sua memória encontram-se alguns registros dessa época:

Ah! Na fotografia trabalhei muito, bem na esquina da catarinense eu tinha foto [...] eu tinha foto naquele tempo, eu trabalhei 42 anos de fotografia ai na praça, em frente a catarinense, no lado dela agora tem uma loja bonita, lá naquele tempo uma casinha velha, lá eu trabalhei 42 anos lá [...].

Nesse espaço onde estava localizado o *ateliê*, a máquina fotográfica foi utilizada desde os finais do século XIX, período que foi de grande fluxo migratório na cidade, até 1982. Através do olho desse fotógrafo muitas imagens de casamentos (que eram realizados na Igreja Imaculada Conceição, localizada na praça do Edifício Catarinense) foram feitas, juntamente com eventos religiosos.

Leituras museológicas

A partir de 1982, com a abertura do Museu Histórico de Itajaí, a referida máquina foi doada àquela instituição adotando o número de tomo M.H.I. 021/0018, ficando na categoria de artistas e artesãos (021). Pode-se analisar que a profissão de fotógrafo era mais um ofício artesanal, uma vez que essa leitura é feita a partir de sua categorização no momento em que a peça adentra o museu.

O processo de musealização consiste em que o objeto tridimensional é despidido de seu valor de face e ganha outros significados. Isso fica caracterizado quando a peça em si entra em exposição. No caso da máquina fotográfica em questão, encontrava-se na seção de economia e progresso tecnológico (exposta desde 1982 até 2004).

Atualmente, a peça está no setor de reserva técnica. A mesma foi retirada de exposição devido a mudança da expografia do museu em 2005, onde se contemplou mais a memória de determinado segmento social da cidade do que o "progresso tecnológico" em que a mesma era retratada.

Analisando a peça dentro da lógica de que "[...] um museu, seja ele qual for, só pode ser produzido e reconhecido como tal quando está inserido numa codificação social compartilhada, quando faz parte de uma experiência comum" (CHAGAS, 2005, p. 57), a peça em questão não foi interpretada como meio social ou entendida como imaginário de uma sociedade em ambos os casos; foi observada dentro de uma lógica inicial tecnicista (progresso tecnológico) e, após 2004, de representações sociais de um grupo (atual exposição intitulada Casa Museu).



Gilberto Freyre – o exemplo pode ser esclarecedor – no início dos anos vinte, em viagem pela Europa, foi recebido na casa de Léon Kobrin, escritor israelita que se exprimia em iídiche. Ao oferecer-lhe uma xícara de chá, servindo à moda russa, Kobrin lhe disse: “desta xícara que vamos servi-lo, muitas vezes bebeu chá, aqui mesmo, Léon Trotski”. Relembrando o acontecimento, Gilberto Freyre comentou: “Tive emoção fácil de ser compreendida; afinal entre os grandes homens de ação do nosso tempo, quem é maior do que Trotski?”

Interessa compreender que naquele momento o jovem Freyre, por meio da xícara, conectou-se a um outro tempo, a um personagem, a uma imagem que não estava ali. Aquela xícara foi investida de uma determinada potência aurática como diria Walter Benjamin, e por esse caminho Freyre fez uma conexão com Trotski. Observa-se no entanto que essa potência aurática não está depositada na xícara como propriedade intrínseca ou como valor inerente ao objeto. A potência aurática da xícara resulta de um caldo de experiência social, posto que Gilberto Freyre não soubesse quem era Léon Trotski, a experiência não faria sentido (CHAGAS, 2005, p. 58).

Vendo nesse viés, a peça M.H.I. 021/0018 em ambos os casos foi interpretada sem uma análise da sua relevância diante da sociedade. Ou seja, um objeto que suscitou duas interpretações que não aquela de sua origem e sua funcionalidade.

A sua valorização só ocorreu com uma exposição temporária que no mesmo Museu Histórico de Itajaí. A mostra intitulada “Noivas de Maio” foi alusiva à comemoração ao dia 18 de Maio, também conhecido como Dia Internacional dos Museus. Nesse período, os museus do mundo fazem mostras e ações que remetam a sociedade a esses espaços de memória.

A referida exposição reproduziu um *ateliê* fotográfico com fotos de diversas noivas em épocas distintas, onde existiam máquinas fotográficas de modelos variados e dentre elas a M.H.I. 021/0018. Na cenografia construída naquele contexto, a peça foi apenas um elo entre a profissão ou artesão fotógrafo e sua proposta de reproduzir imaginários, que foi demonstrado nas ações educativas sobre as temáticas: namoros e relações sociais.

Já em 2009, o Museu Histórico de Itajaí optou em rever as exposições de curta duração, deparando-se a questão da pesquisa e projetos para aplicabilidade da exposição aliada a temas que consigam completar datas históricas, eventos ou fatos. No ano citado, foi optado pela fotografia como recurso de memória, tendo como temática o Clube Náutico Marcílio Dias, usando a pesquisa sobre o referido clube e também sobre a máquina fotográfica como forma de registrar essa história.

É a primeira exposição do Museu Histórico de Itajaí onde se utiliza o objeto como fruto de experiências sociais, dentre elas o registro de jogos de futebol. Mesmo sabendo que essa máquina não saiu apenas para jogos de futebol, se repetiu a temática social da peça sendo utilizado em outro contexto, ou seja, a busca da questão das representações sociais desse artefato e não mais o tecnicismo. A peça em si traduz diversas temáticas de registro e como podem ser exploradas, dentre elas, o registro fotográfico de um desporto onde o uso desse tipo de artefato é de grande dificuldade.

Considerações Finais

Analisando como a peça foi musealizada, foi reparado as diversas interpretações que uma peça pode tomar, bem como o uso dela para um determinado conceito expositivo ou informacional.

A principal observação dessa análise é que uma peça pode ter diversos significados. Mas a pesquisa sobre ela pode desvendar qual o caminho a ser tomado de um acervo para sua comunicação, observando sua trajetória social, seu contexto cultural e econômico. Esses dados para a interpretação do objeto em questão auxiliariam nas exposições.

Dentro dos três exemplos tomados diante da máquina fotográfica, sua primeira exposição de forma longa (1982 à 2004) teve sua pesquisa voltada para a peça por si só e não para o contexto social. A retirada dela de exposição no ano de 2005 é o ponto de não contemplação da peça na exposição. A última exposição, realizada no ano de 2008, possui a contextualização de seu uso e as representações que ela tomou diante da cenografia construída, sem a peça se tomar destaque da mostra, mas ser a mola propulsora para a mesma.

Em 2009, a peça continua com sua temática social, agora conectada a outras atividades da cidade, dentre elas, os jogos do Clube Náutico Marcílio Dias e do Clube Náutico Almirante Barroso. A mostra suscita a memória das pessoas, tendo a máquina em si como produto de novas significações sociais, o que demonstra a possibilidade de múltiplos usos de uma modalidade de acervo dentro de outras temáticas sociais.

A pesquisa é fundamental para embasar o uso desse tipo de artefato em outras exposições, o que é de extrema importância para a construção de contextos. A pesquisa realizada para as últimas duas exposições foi fundamental na composição de contextos. Isso permitiu melhor utilizar o acervo museológico. Nos dois casos, foram exposições de curta duração, mas não exclui o fazer da mesma ação em exposições de longa duração. Contudo, novas pesquisas sobre a mesma peça em questão podem suscitar novas propostas expositivas e a construção de outros contextos. Nada impede que a peça tenha outras utilidades dentro de novas exposições.

O uso de acervos museológicos para fins de pesquisa não termina em si ou para si, é apenas um *link* para o contato de um determinado contexto social. Sempre será preciso discutir qual é a função desta ou daquela peça, o seu objetivo e o seu papel educativo para a comunidade.

Referências

- Anuário de Itajaí 1998.** Itajaí: Fundação Genésio Miranda Lins, 1998.
Anuário de Itajaí 2000. Itajaí: Fundação Genésio Miranda Lins, 2000.
d`ÁVILA, E. **Pequena História de Itajaí.** Itajaí: Fundação Genésio Miranda Lins, 1981.
DUBY, G.; ARIÈS, P. **História da Vida Privada: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra.** Vol. 4 São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
FOCAULT, M.. **Microfísica do Poder.** 20ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
GRANATO, M; SANTOS, C. P. **MAST Colloquia.** V. 7 Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2005.



JANSON, H. W.; JANSON, A. **Iniciação a História da Arte**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
Museum of Science & Industry. **Thornton-Pickard Manufacturing Company**. 2008. Disponível em: <[http://www.mosi.org.uk/media/611566/thornton-pickard%20manufacturing%20company%20\(large%20print\).rtf](http://www.mosi.org.uk/media/611566/thornton-pickard%20manufacturing%20company%20(large%20print).rtf)>. Acesso em: 28 jun. 2008.
TRINDADE. D. F.; TRINDADE. L. dos S. P.; GARCIA. L. F. dos S. P. s/data. Disponível em: <<http://oswaldocruz.br/download/artigos/social3.pdf>>. Acesso em: 04 jul. 2008.
Roland Schneider. Entrevistado em 2008, Acervo Fundação Genésio Miranda Lins.





Estudo para um retrato de outono

Cristiano Moreira

chegou teu poema
depois que arco íris desta manhã
dançava com o outono na palheta.

na tua mão imaginei estes versos
um leque que anunciava um sopro
ou a coreografia das lâminas se recolhendo
e se abrindo. livro ou flor. peso e leveza.

antes ainda, [enquanto os versos entre dedos]
órbita derramada em cócegas
nas membranas desenhadas
em um tríptico liquefeito.

é a distância, ela sim enfuna a vela do barco
e o pulmão faz dormir o vento em pinceladas
nos alvéolos da respiração contida.

daí o mergulho em apnéia no
aberto dos desejos, no limite
corpo-oceano, confirm estrelado
dança que conjura o deserto

já no emaranhado branco,
a subordinação da mão
vela o desenho da ausência
talvez festa, atrito apenas
um croqui.



Itajaí numa perspectiva histórico geográfica

Elisabete Laurindo
Professora de Educação Física da Rede Municipal de Ensino de Itajaí
Edegilson de Souza
Professor de História da Rede Municipal de Ensino de Itajaí

Introdução

A configuração geográfica do Brasil foi se conformando num processo multifacetado originando-se das relações estabelecidas pelos colonizadores portugueses, a população autóctone e africana e posteriormente pelos imigrantes europeus influenciando sobremaneira o modelo de produção social, cultural, econômica e política. O solo catarinense inicia um processo de mudança no seu desenho territorial num verdadeiro mosaico étnico-cultural representado pelos povos europeus, os nativos e os africanos.

O desenho sócio-espacial itajaiense foi formatado seguindo os mesmos parâmetros nacional e estadual, ainda no século XVII motivado pela necessidade de povoamento contra a invasão espanhola no território catarinense.

Nesse contexto, o presente trabalho objetiva discutir a formação sócio-espacial do município de Itajaí ao longo da história. Na primeira parte serão apresentadas as questões relativas à organização espacial de Itajaí. Na segunda será abordado a construção do plano diretor. Por fim as considerações finais e as referências.

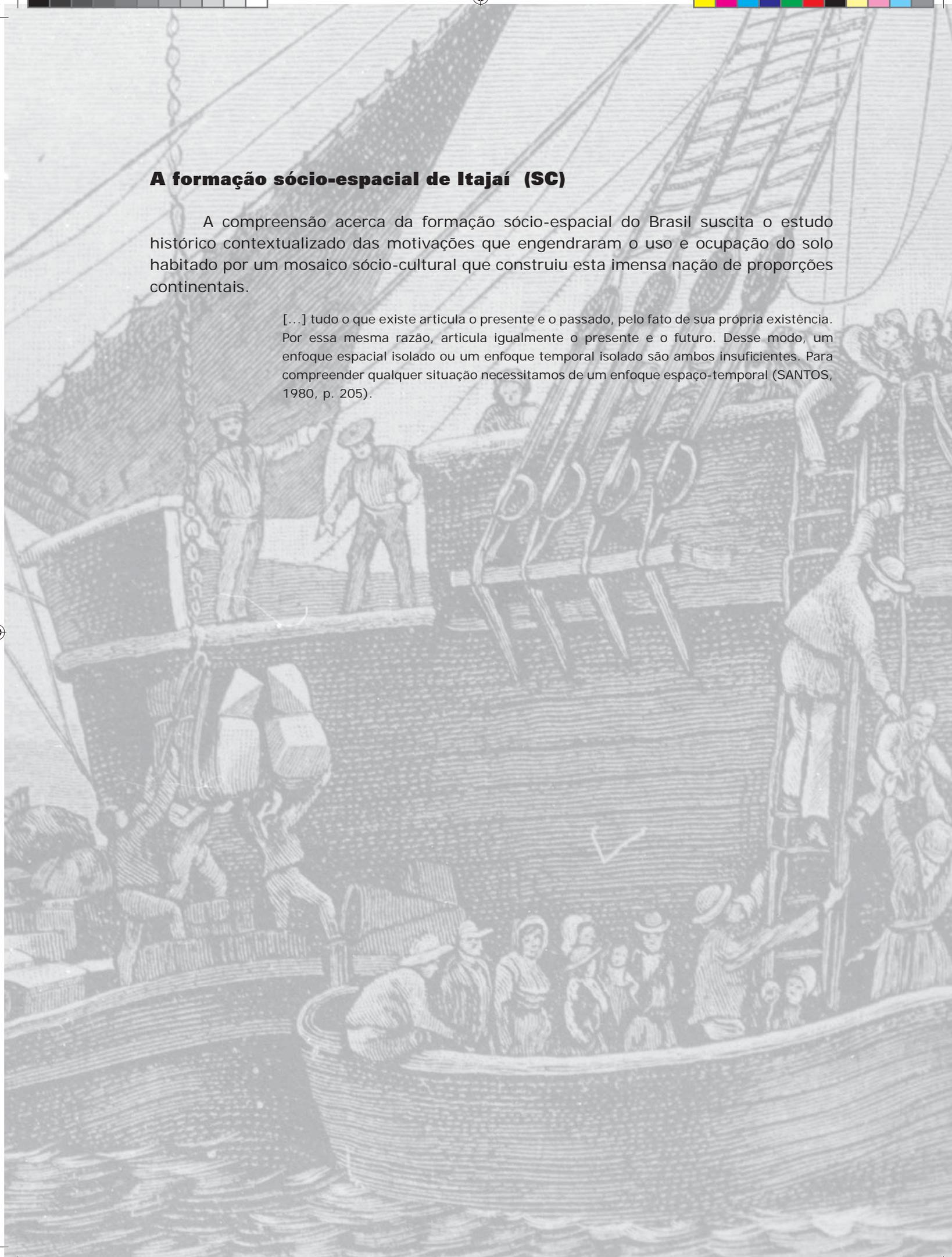




A formação sócio-espacial de Itajaí (SC)

A compreensão acerca da formação sócio-espacial do Brasil suscita o estudo histórico contextualizado das motivações que engendraram o uso e ocupação do solo habitado por um mosaico sócio-cultural que construiu esta imensa nação de proporções continentais.

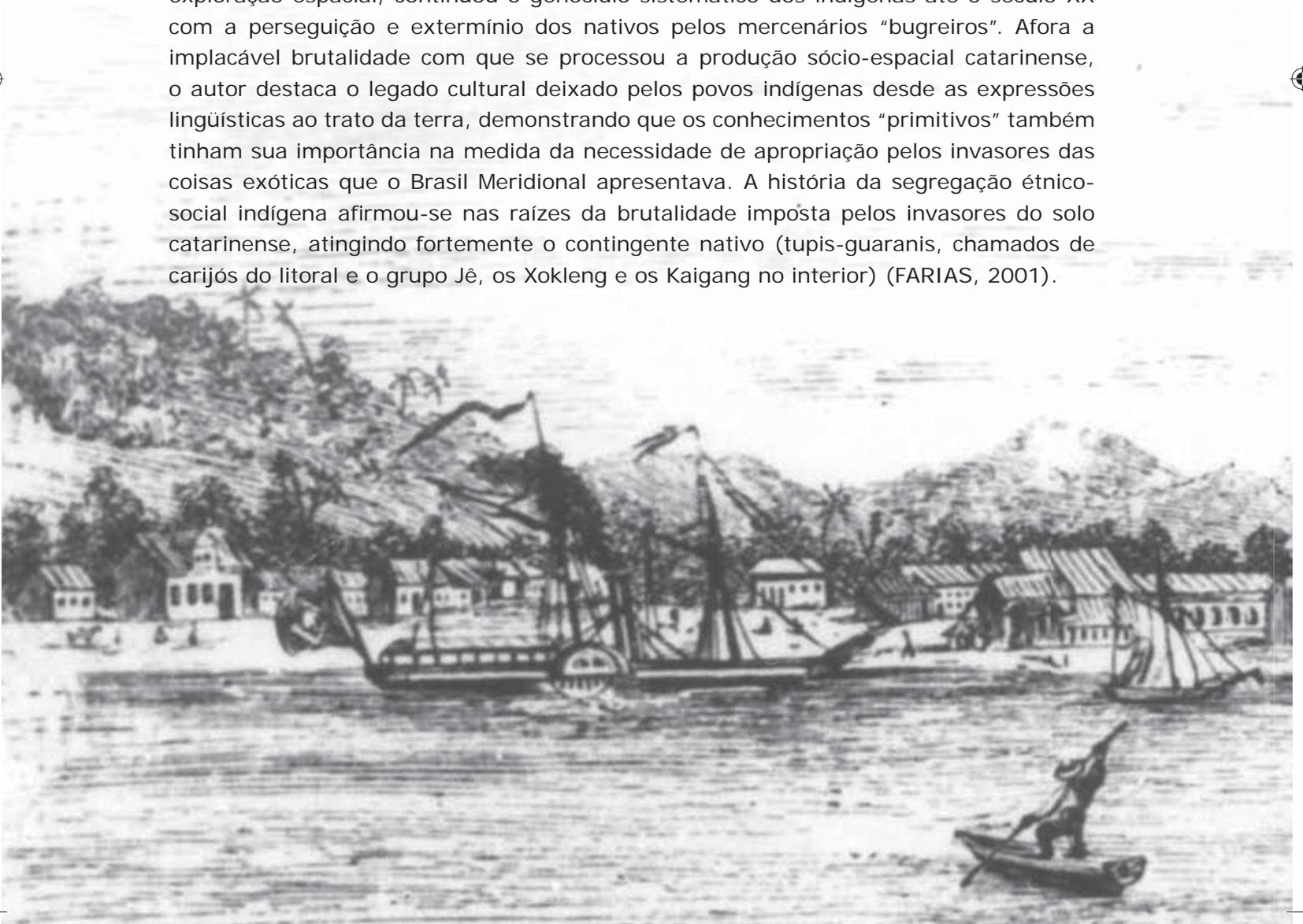
[...] tudo o que existe articula o presente e o passado, pelo fato de sua própria existência. Por essa mesma razão, articula igualmente o presente e o futuro. Desse modo, um enfoque espacial isolado ou um enfoque temporal isolado são ambos insuficientes. Para compreender qualquer situação necessitamos de um enfoque espaço-temporal (SANTOS, 1980, p. 205).



O período colonial brasileiro foi marcado por uma grande desigualdade social. Vale destacar que as mazelas da exclusão social na atualidade brasileira têm sua origem desde os primórdios do povoamento branco em solo tupiniquim. O gargalo desta problemática social é evidenciada no relatório 2005 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, que apresenta o Brasil como oitavo país com maior desigualdade social do planeta, onde os 10% mais ricos se apropriam de 46,9% da renda nacional. O Brasil só perde para o Chile (47%), República Centro-Africana (47,7%), Guatemala e Lesoto (48,3%), Suazilândia (50,2%), Botsuana (56,6%) e Namíbia (64,5%). A pobreza brasileira ainda guarda as marcas coloniais da desigualdade social, cujo fosso entre os ricos e pobres permanece inalterado (PNUD, 2005).

A rica cultura nativa do sul do Brasil foi violentamente alterada pelos invasores peninsulares. Portugueses e espanhóis destruíram coercitivamente toda forma de organização tribal "através do aprisionamento para a escravidão, de seu confinamento em missões jesuíticas e do simples extermínio fizeram rapidamente desaparecer uma população de milhares de indivíduos a partir do século XVI" (FARIAS, 2001, p. 143).

A imigração proeminentemente ítalo-germânica do século XIX, a pretexto da exploração espacial, continuou o genocídio sistemático dos indígenas até o século XX com a perseguição e extermínio dos nativos pelos mercenários "bugreiros". Afora a implacável brutalidade com que se processou a produção sócio-espacial catarinense, o autor destaca o legado cultural deixado pelos povos indígenas desde as expressões lingüísticas ao trato da terra, demonstrando que os conhecimentos "primitivos" também tinham sua importância na medida da necessidade de apropriação pelos invasores das coisas exóticas que o Brasil Meridional apresentava. A história da segregação étnico-social indígena afirmou-se nas raízes da brutalidade imposta pelos invasores do solo catarinense, atingindo fortemente o contingente nativo (tupis-guaranis, chamados de carijós do litoral e o grupo Jê, os Xokleng e os Kaingang no interior) (FARIAS, 2001).

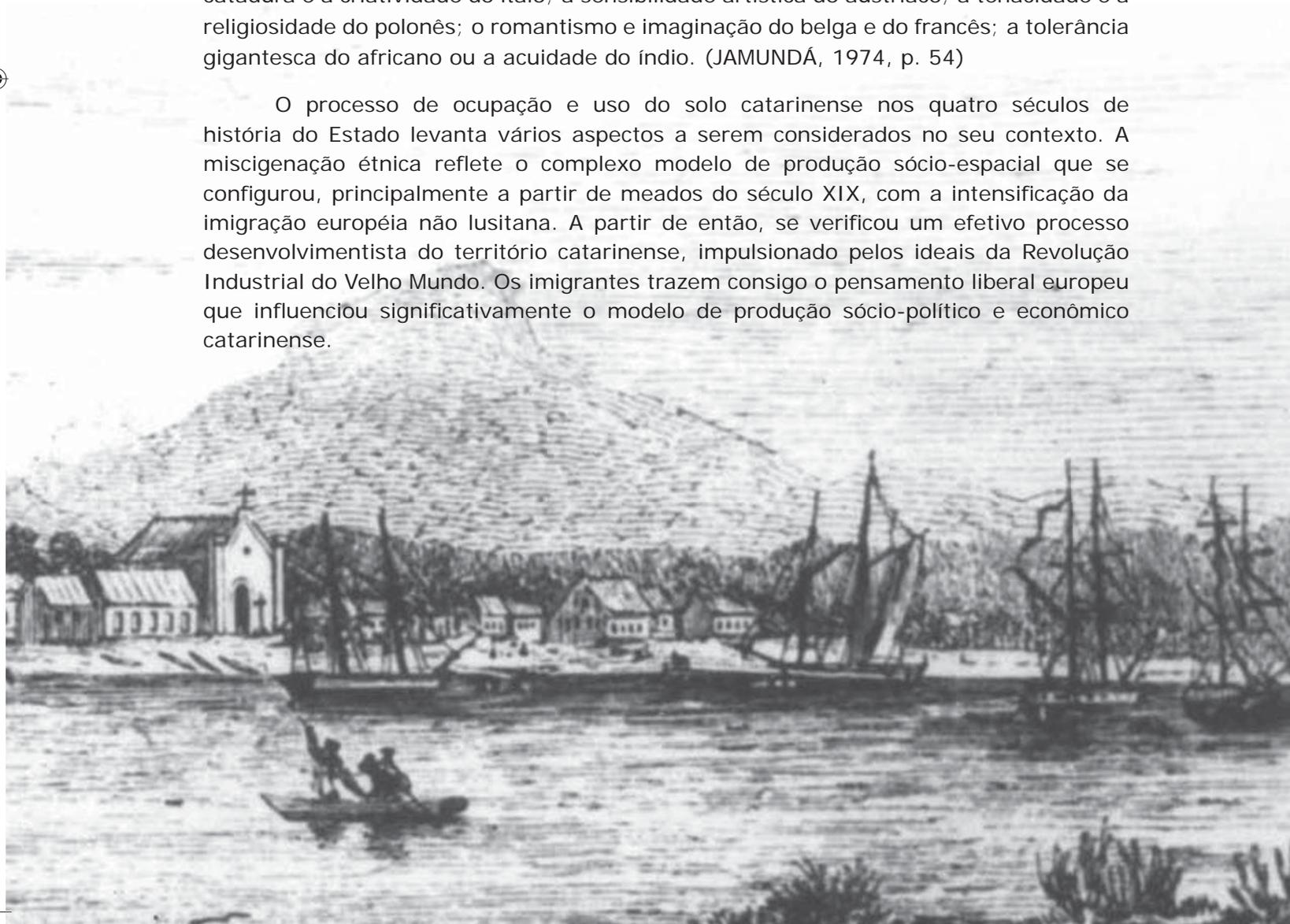


Na transição do século XIX para o século XX, Santa Catarina foi povoada mais intensamente pela colonização européia continental, provinda da Alemanha, Itália, Polônia, Ucrânia entre outras. Nesta época, o Brasil já se tornara independente de Portugal. Os alemães povoaram Joinville e o Vale do Itajaí, os italianos povoaram as regiões mais ao sul como Tubarão e Urussanga.

No período da colonização por imigrantes europeus, o Vale do Itajaí recebeu incentivo à imigração alemã e italiana através da implementação de diversas leis, entre elas a de 05/05/1835, permitindo o estabelecimento de novas colônias, a de 15/07/1836, introduzindo a colonização por empresa, a de 02/05/1837, dispendo sobre a imigração e a Lei n°. 142, de 29/04/1840 (ver em: www.radarsul.com.br/itajai/historia), designando distritos de colônias nas margens dos rios que descem a Serra Geral. Diversamente dos outros núcleos populacionais, a presença da imigração européia no espaço catarinense oportunizou a fomentação econômica e transformação do espaço através do trabalho artesanal e assalariado fomentado pelo progressivo processo de industrialização.

O catarinense é produto da complexidade geográfica deste Estado: tenha ele a resistência física e espiritual do açoriano; a altiveza e a engenhosidade do germânico, a catadura e a criatividade do ítalo; a sensibilidade artística do austríaco; a tenacidade e a religiosidade do polonês; o romantismo e imaginação do belga e do francês; a tolerância gigantesca do africano ou a acuidade do índio. (JAMUNDÁ, 1974, p. 54)

O processo de ocupação e uso do solo catarinense nos quatro séculos de história do Estado levanta vários aspectos a serem considerados no seu contexto. A miscigenação étnica reflete o complexo modelo de produção sócio-espacial que se configurou, principalmente a partir de meados do século XIX, com a intensificação da imigração européia não lusitana. A partir de então, se verificou um efetivo processo desenvolvimentista do território catarinense, impulsionado pelos ideais da Revolução Industrial do Velho Mundo. Os imigrantes trazem consigo o pensamento liberal europeu que influenciou significativamente o modelo de produção sócio-político e econômico catarinense.





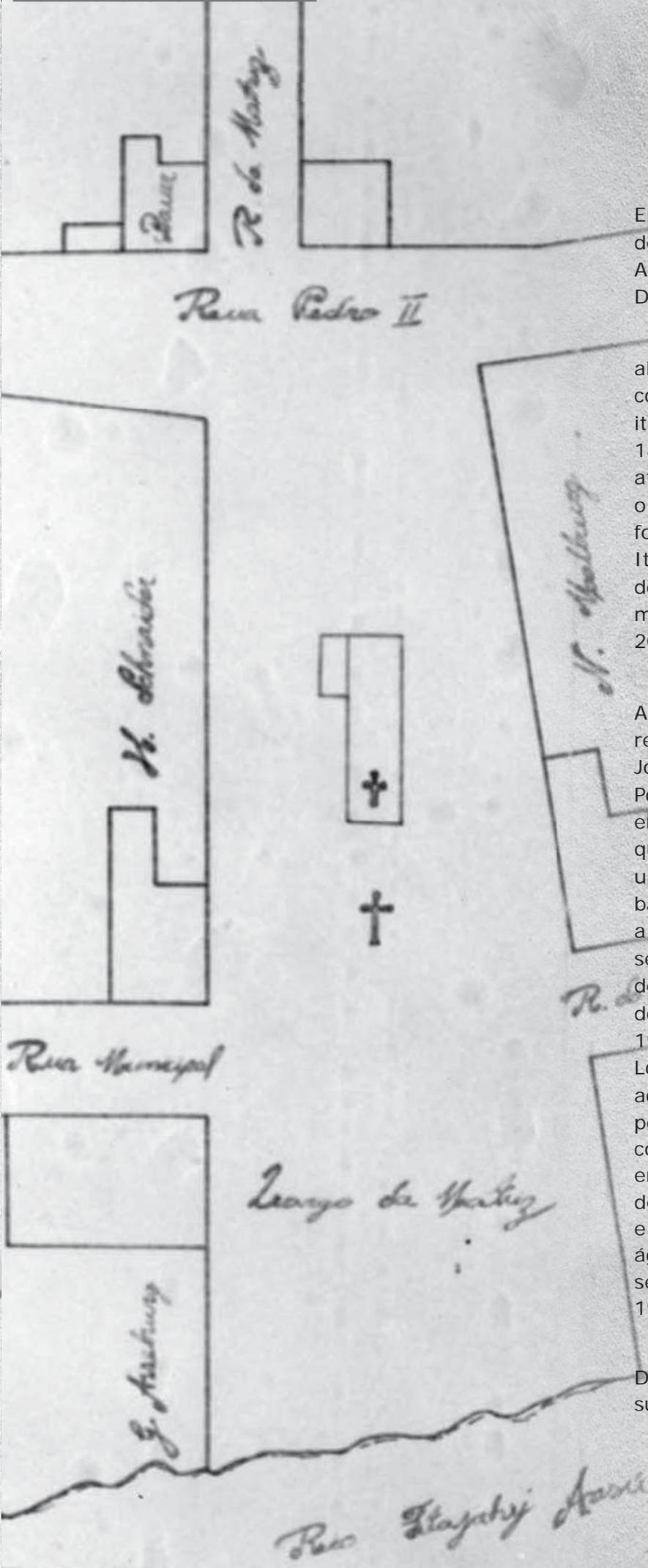
Por outro lado, verificou-se uma ocupação violenta do solo transformando-se num verdadeiro genocídio das populações indígenas, reduzindo substancialmente as tribos autóctones. Do mesmo modo, embora em pequeno número, se relacionada com outras regiões da Colônia, a mão-de-obra escrava utilizada em Santa Catarina deixou suas marcas de exclusão étnico-social.

No contexto da organização sócio-espacial de Santa Catarina, o município de Itajaí, certamente pela sua localização estratégica, teve posição de destaque iniciando sua exploração ainda no século XVII. A colonização açoriana inicialmente e depois a germânica, preponderantemente, deixaram seu legado cultural, político e econômico, balizando a estrutura sócio-espacial local.

Os primeiros registros históricos de Itajaí datam de 1658, quando João Dias de Arzão se estabeleceu em frente à foz do rio Itajaí-Mirim, numa porção de terra (sesmaria - S.f. Terreno inculto ou abandonado que era concedido pelos reis de Portugal a sesmeiros. In.: AMORA, 1998. p. 654-655) doada pelo capitão-mor da Vila de São Francisco, que correspondia a uma área com 2.200 metros de frente, por 440 metros de largura, localizada na confluência do Itajaí-Mirim, na atual Fábrica de Papel. Porém, Arzão não teve meios para criar uma póvoa.

A partir de 1777, a região começou a ser ocupada por agricultores açorianos, vindos de Florianópolis, que na época havia sido invadida por uma esquadra espanhola e muitos foram os requerentes de sesmarias na região de Itajaí, sendo que alguns se estabeleceram na região com moradias e lavouras, aproveitando a piscosidade do rio.





Em seguida, chegaram colonos da região de São Francisco do Sul, Paranaguá, Armação de Itapocoroy, Porto Belo e Desterro.

A obra de Farias (2001) levanta alguns números importantes para a compreensão da formação sócio-espacial itajaiense. Foram doados, no período de 1811 a 1823, doze lotes de terras, por ato do governador da capitania. Segundo o autor, "[...] no início do século XIX foram distribuídas várias sesmarias em Itajaí, junto as suas praias e margens do rio, completando a ocupação das melhores terras da região" (FARIAS, 2001, p. 448).

Em 05 de fevereiro de 1820, Antonio Menezes Vasconcelos Drummond recebeu ordens do ministro do Rei Dom João VI, Tomás Antônio de Villanova, de Portugal, para estabelecer uma colônia em terras da região. Nos dois anos em que viveu em Itajaí, Drummond construiu um engenho de serrar madeira e um barco, a sumaca (s.f Bras. Antigo navio a vela muito usado na costa do Brasil semelhante ao patacho, porém menor, de mastreação constituída de gurupés e dois mastros inteiriços. In.: FERREIRA, 1988, p. 614) de São Domingos Lourenço, provavelmente próximo ao ribeirão Schneider, na Fazenda. O potencial exportador de Itajaí teve início com a primeira embarcação construída em solo itajaiense levando para o Rio de Janeiro uma carga de milho, feijão e taboado (S.f. Planta que cresce em águas paradas e rasas, e de cujas folhas se fazem esteiras e cestos. In.: AMORA, 1998, p. 683).

Em 26 de fevereiro de 1821, Drummond recebeu ordens para suspender as obras e voltar para a Corte,

sendo substituído pelo coronel Agostinho Alves Ramos que ao final de 1823 fixou-se no município, organizando administrativamente o povoado e estabelecendo o curato ([...] pequena comunidade assistida por um capelão e com aprovação da autoridade religiosa. In.: D'ÁVILA, 1982, p. 28), com a construção da capela do Santíssimo Sacramento em 1824, data que alguns autores defendem como o marco da fundação de Itajaí. Providenciou, também, a vinda do religioso Frei Antônio de Agote para dirigir o curato. A visão administrativa de Alves Ramos engendrou a transformação do pequeno povoado em freguesia. Em 1835 investiu na criação da Cadeira das Primeiras Letras.

O distrito de Itajaí foi criado em 1833, à margem direita do rio, junto à sua foz com a Paróquia do Santíssimo Sacramento, que no ano anterior passava da jurisdição de São Francisco do Sul para a de Porto Belo. A definição do nome do município foi inspirada no rio Itajaí-Açu, na linguagem nativa tupi-guarani, porém, o seu significado sugere duas interpretações: rio das Pedras ou rio dos Taiás, apresentando diversas grafias como: Taa-hy; Tajay e Tajhaug, evoluindo para Itajahy e, finalmente, Itajaí (D'ÁVILA, 1982, p. 14).

O município de Itajaí foi criado pela Lei n°. 164, de 04 de abril de 1859, mas a sua instalação somente se deu em 15 de junho de 1860, data em que aconteceu a emancipação política. A comarca de Itajaí foi criada pela Lei n°. 603, de 13 de abril de 1968. Em 1° de maio de 1876, a Vila do Santíssimo Sacramento de Itajaí foi transformada oficialmente em Cidade.

A organização sócio-espacial de Itajaí reflete o modelo de colonização do litoral catarinense, baseado na pequena propriedade com povoamento açoriano. Na primeira metade do século XIX o povoamento ainda acontecia de forma relativamente lenta. Segundo Farias (2001), em 1840, Itajaí apresentava um contingente populacional de 338 famílias, somando 1.551 pessoas: 1.417 livres e 134 escravos (homens 783 e mulheres 768) com média de 4,4 indivíduos por família. Embora em pequeno número o autor destaca a presença de mão-de-obra escrava em Itajaí.

Dados do Relatório de 1867 (apresentado à Assembléia Provincial de Santa Catarina na sua sessão ordinária pelo presidente Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda no ano de 1867. Rio de Janeiro, Typ. Nacional) atestam à elevação da população escrava de Itajaí, que em 1866 atingia 784 escravos, perfazendo 6,2% de uma população total de 12.514 habitantes. Outro aspecto importante a ser destacado é a presença de tribos indígenas na região de Itajaí, segundo comentários de Amorim (2002), referindo-se aos conflitos gerados pela ocupação branca em terras indígenas neste período pela Companhia de Pedestres, responsável pela captura e extermínio dos silvícolas, destaca: "Documentos como este são testemunhos dos últimos momentos do grupo indígena, fracionado e confuso pela impossibilidade de defesa do seu território" (AMORIM, 2002, p. 20).

No período do desmembramento, em 1920, de Camboriú, Blumenau, Brusque, Ilhota, Navegantes, Penha e Luiz Alves, o município de Itajaí totalizava 21.450 habitantes, porém com maior contingente populacional distribuído na zona rural, segundo dados do Anuario de Itatahy para 1924, publicado por Vieira e Linhares (1924). O recenseamento da época revela uma população urbana de 5.094 habitantes,

para uma população rural de 14.543 habitantes. Esses mesmos autores descrevem as condições climáticas favoráveis e o solo fértil e plano como fatores motivadores da concentração rural, cujo plantio da cana-de-açúcar era abundante e a mais importante cultura agrícola da região. Há também registros de outros cultivos: milho, arroz, mandioca, banana e café.

A partir da segunda metade do século XX, o município de Itajaí passa por uma substancial transformação de sua configuração sócio-espacial. Percebe-se a partir de então uma inversão no uso e ocupação do solo itajaiense, intensificando-se o processo de urbanização que será preponderante até os dias atuais, conforme demonstrado no quadro 1.

Quadro 1 - Censo demográfico de Itajaí referente ao período de 1960 a 2000

Ano	População Rural	População Urbana	População Total	% População Rural	% População Urbana
1960	16.626	38.889	55.515	29,95	70,05
1970	9.085	54.796	63.881	14,22	85,78
1980	7.681	78.779	86.460	8,88	91,12
1991	5.076	114.555	119.631	4,24	95,76
2000	5.554	141.950	147.504	3,77	96,23

Fonte: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1960 a 2000.

Entre os percentuais apresentados da população urbana temos uma média de 89,21% de concentração populacional ocupando os espaços urbanos da cidade, caracterizando assim, a inversão sócio-espacial de Itajaí, decorrente do desenvolvimento impulsionado pelo seu potencial industrial e comercial exportador. O principal negócio girava em torno da madeira, que era transportada para o Rio de Janeiro, via trapiches, embora de forma rústica, mostrava o potencial portuário de Itajaí.

O desenho geográfico de Itajaí começa a se transformar com a chegada dos imigrantes germânicos e italianos no Vale do Itajaí. Vieira e Linhares (1924) descrevem um número de oito principais fábricas instaladas no município que eram de proprietários de origem germânica e localizavam-se no perímetro urbano. Além destas, havia uma grande diversidade de pequenas fábricas como: engenhos, fábrica de cerveja, fábrica de cigarros, entre outras.

O processo de urbanização local reproduziu o modelo de desenvolvimento capitalista. No centro erguiam-se hotéis, estabelecimentos comerciais e as casas da elite social. Concomitantemente ao desenvolvimento econômico crescia de forma significativa a segregação étnico-social, como já fora abordado, herança de um sistema colonial escravocrata, agora sob a influência liberal elitista.

Atualmente o município de Itajaí faz parte da Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí - AMFRI. A sede do município fica à margem direita do rio Itajaí, junto à foz, local onde se estabeleceu o porto de comércio, de onde se expandiu à ocupação de toda região, e para onde convergiu, ao longo de mais de um século, a produção destinada ao comércio como Desterro e outras comunidades litorâneas.

A área territorial de Itajaí é de 303,6 km², tendo como limites: ao norte - Navegantes; ao sul - Camboriú, Balneário Camboriú e Brusque; ao leste - oceano Atlântico e ao oeste - Ilhota, Gaspar e Brusque. A população em 2000 era de 147.463 habitantes, com uma densidade demográfica de 485,7 hab./km² (FARIAS, 2001, p. 448).

Segundo os dados do IBGE (2000) demonstrados no quadro 2, podemos citar os 10 bairros mais populosos de Itajaí, destacando-se o bairro Cordeiros como o mais populoso, somando 28.737 habitantes, seguido pelo bairro São Vicente com uma população de 25.401 habitantes.

Quadro 2 - População de Itajaí por bairro

N°	BAIRRO	TOTAL	%
01	Centro	10.558	7,16
02	Fazenda	13.718	9,30
03	Cabecudas	985	0,67
04	Praia Brava	2.737	1,86
05	Ressacada	3.697	2,51
06	Cidade Nova	14.592	9,89
07	São Vicente	25.401	17,22
08	Dom Bosco	5.735	3,89
09	Vila Operária	8.037	5,45
10	São João	12.510	8,48
11	Barra do Rio/Imaruí	5.402	3,66
12	Cordeiros	28.737	19,48
13	Salseiros	1.525	1,03
14	Espinheiros	3.731	2,53
15	Itaipava	4.027	2,73
16	Canhanduba	558	0,38
Total Perímetro Urbano		141.950	96,24
Total Zona Rural		5.544	3,76
Total do Município		147.494	—

Fonte: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censo 2000.

A discussão sobre a ocupação do espaço urbano torna-se relevante em virtude do rápido crescimento populacional e econômico que aliado a políticas públicas ineficazes, bem como, a planos urbanísticos, que além de acentuar a exclusão social demonstram a falta de infra-estrutura urbana básica. Tais fatos refletem a dimensão que tomou os processos e problemas de ordem social, econômica e ambiental na zona urbana, muito especialmente em Itajaí.

Analisando-se a formação do município de Itajaí no contexto sócio-político e econômico do Brasil até os dias atuais, é possível considerar que do ponto de vista sócio-político o município apresentou alguns avanços, principalmente após a chegada dos imigrantes não lusitanos no século XIX. Os ideais liberais trazidos da Europa Central vão impulsionar o processo de urbanização da cidade, que paulatinamente foi se estruturando e se amoldando ao modelo capitalista de produção sócio-espacial.

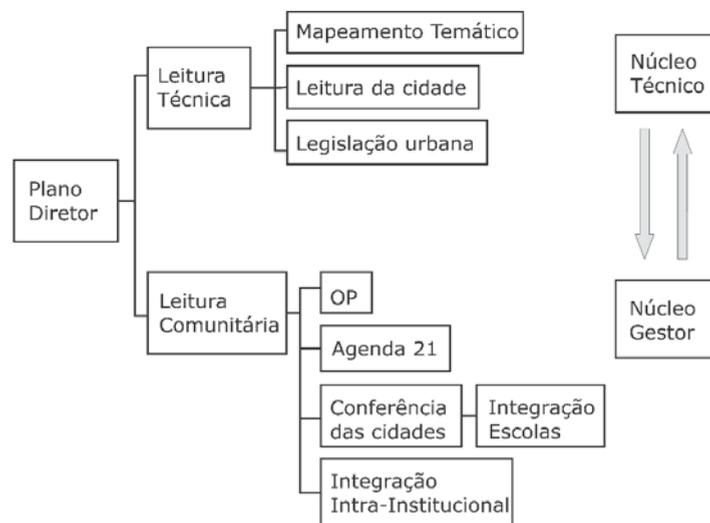
A transição econômica de uma base agrária para uma economia voltada ao comércio e a indústria, motivada pela consolidação da política nacional-desenvolvimentista iniciada na era Vargas, foi o fio condutor da inversão sócio-espacial que transformou Itajaí numa cidade urbanizada.

Plano diretor: organização do uso e ocupação do solo

A questão urbana itajaiense passou a ser discutida com profundidade pela primeira vez em 1971, quando foi elaborado o primeiro Plano Diretor da cidade, o qual fora revisado em 1980. Porém, na década de 1990 foram editadas diversas leis de regulação do uso e ocupação do solo, constituindo-se numa verdadeira colcha de retalhos. Em 2006 foram realizados estudos para o novo Plano Diretor, atendendo ao que estabelece o Estatuto da Cidade, conforme a Lei N°. 10.257, de 10 de julho de 2001, definindo as políticas de planejamento urbano dos municípios brasileiros. (DE SOUZA et al., 2006).

Em Itajaí, a metodologia utilizada para a elaboração do Plano Diretor foi sustentada por dois momentos: a Leitura Comunitária realizou análise dos dados levantados e questionamentos que surgiram durante as 33 reuniões dos orçamentos participativos, bem como nas reuniões da conferência da cidade, da Agenda 21, da participação das escolas e da integração intra-institucional. A leitura Técnica tratava da elaboração de um diagnóstico da cidade, de uma leitura do seu funcionamento, seus potenciais e suas precariedades. Essa etapa foi desenvolvida através de mapeamentos temáticos e levantamento das diversas legislações urbanas e demais dados necessários para a compreensão global. A figura 1 demonstra o fluxograma do plano diretor de Itajaí.

Figura 1 - Fluxograma do Plano Diretor de Itajaí



Fonte: SPDU, 2006.

É neste contexto, diante de tantos desafios a enfrentar, que as organizações da própria comunidade, juntamente com as novas iniciativas sociais, devem buscar consolidar e fortalecer a democracia, tentando conquistar o acesso ao debate político, a negociação entre os diversos atores sociais e políticos e acima de tudo, a participação popular na definição e na tomada de decisão formando redes de cidadania e solidariedade e principalmente desenvolvendo valores como sociabilidade, diálogo, cooperação, mobilização, disciplina e a conscientização de que é preciso ter a apropriação crítica e reflexiva em relação ao contexto social em que vivem para mudarem a realidade.

O projeto de lei do plano diretor, datado de 27 de setembro de 2006, nas suas diretrizes gerais da política de gestão territorial, apresenta no seu artigo 11 que a política de gestão territorial do Município de Itajaí observará as seguintes diretrizes:

III- implementação de estratégias de ordenamento da estrutura espacial da cidade, valorizando os elementos naturais em toda sua diversidade, assegurando a toda população o acesso à infra-estrutura, equipamentos e políticas sociais e promovendo o equilíbrio ambiental e cultural;

V- ordenação e controle do uso e ocupação do solo com vistas a respeitar as condições ambientais e infra-estruturais e valorizar a diversidade espacial e cultural da cidade com as suas diferentes paisagens formadas pelo patrimônio natural e cultural, elementos da identidade de Itajaí;

- proibição da utilização inadequada e da retenção especulativa de imóveis urbanos públicos ou privados, bem como o parcelamento do solo, o adensamento populacional e o uso das edificações de forma incompatível com a infra-estrutura urbana disponível e com o crescimento planejado da cidade;

- garantia da efetiva participação da sociedade civil no processo de formulação, implementação, controle e revisão do Plano Diretor de Itajaí, assim como dos planos setoriais e leis específicas necessárias à sua aplicação;

X- ordenação e controle do uso e ocupação do solo com vistas a respeitar e valorizar a permeabilidade do solo e o uso adequado dos espaços públicos;

Neste sentido, cabe aos gestores públicos elaborarem e implementarem políticas que viabilizem o que foi sugerido no Plano Diretor, diminuindo assim o distanciamento existente entre o Estado e a demanda social, no sentido de melhor definir ações que possam dinamizar o planejamento urbano na nossa sociedade e que seja democraticamente universalizada para atender de forma adequada à população itajaiense.

Considerações finais

A falta de uma tradição de participação comunitária na formulação da agenda social do município é um fator a ser destacado como problemático. As políticas públicas foram historicamente construídas a partir das decisões unilaterais dos atores

políticos seguindo uma proposta tecnocrática de tomada de decisão. Tal fator pode ser considerado como um dos principais motivos da retração participativa dos atores sociais no cenário itajaiense, observado ainda nos dias atuais como aspecto limitante ao avanço do processo de democratização sócio-espacial.

Este panorama sinaliza para a desconstrução de posturas cristalizadas no seio da sociedade emergindo novas atitudes e procedimentos sócio-políticos numa reinvenção da relação entre Estado e sociedade de forma equilibrada, visando equacionar o problema da desigualdade social que coloca o Brasil nas piores posições do cenário mundial. Na medida em que se desconstroem estereótipos e falsas dicotomias será possível caminhar em direção à equidade de oportunidades e de participação, condições indispensáveis para quem vislumbra uma sociedade democrática, igualitária e cidadã.

Referências

- AMORA, A. S. **Minidicionário Soares Amora da língua portuguesa**. São Paulo: Saraiva, 1998.
- AMORIM, C. S. de. Carijós e Botocudos nas terras do rio Itajaí. In: **Itajaí: outras histórias**. LENZI, R. M. (Org.). Itajaí, Prefeitura Municipal/Secretaria de Educação: Fundação Genésio Miranda Lins, 2002.
- D'ÁVILA, E. **Pequena História de Itajaí**. Tubarão: Gráfica Dehon, 1982.
- DE SOUZA, E.; LAURINDO, E.; SCHMIDT, M. C. C. O papel do poder público local na produção sócio-espacial do esporte e lazer no município de Itajaí (SC): origem, desenvolvimento e atualidade. In: **Fórum Internacional de Esportes**, 5, 2006, Florianópolis.
- FARIAS, V. F. de. **De Portugal ao sul do Brasil – 500 Anos: História, Cultura e Turismo**. Florianópolis: ed. do autor, 2001.
- ITAJAÍ. **Plano Diretor de Itajaí: ver a cidade** – Leitura Técnica. Prefeitura de Itajaí. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano e UNIVALI – Universidade do Vale do Itajaí. 2006.
- ITAJAÍ. Prefeitura Municipal de Itajaí. **Departamento de Planejamento, Estatísticas e Geoprocessamento**. Departamento de Planejamento Urbano. DEPLAN/AM/junho de 2003.
- ITAJAÍ. Prefeitura Municipal de Itajaí. **Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano**. SPDU. Itajaí 2004. Disponível em: <<http://plano.itajai.sc.gov.br>>. Acesso em: 05 maio 2006.
- JAMUNDÁ, T. C. **Catarinensismos**. Florianópolis: UDESC – EDEME, 1974.
- SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 2005.
- _____. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Hucitec, 1980.
- VIEIRA, J.; LINHARES, J. **Anuario de Itajahy para 1924**. Itajaí: Edição dos Autores, 1924.





Cais

Marcos José Konder Konder

Claro e salgado ancoradouro,
Denso de navios e de partidas,
Sob o bafo de ouro das tardes esquecidas.

Ah, poder cá do alto contemplar
E ver longe o porto independente,
Sob o bafo do mar ensolarado e recente.

Porto encostado neste muro,
Preso pelas árvores do inverno,
Sob o bafo maduro de um frêmito galerno.

Corpo e segurança, cais plantado
À beira da esperança que me afasta,
Sob o bafo amoroso de um touro que te arrasta.







Uma Associação a serviço de Itajaí

*Marlene Dalva da Silva Rothbarth
Memorialista*

UM DOS MAIORES ACONTECIMENTOS REALIZADOS EM ITAJAÍ, neste ano de 2009, foram as solenidades para festejar os 80 anos de fundação da Associação Empresarial de Itajaí – ACII.

A programação teve início em fevereiro com o lançamento das ações de 80 anos da Associação Empresarial, com a presença do Prefeito Jandir Bellini. Outro grande evento ocorreu com solenidades de aniversário da ACII, dia 29 de maio, no Itamirim Clube de Campo, ocasião em que foi entregue o troféu “Empresário do Ano” na sua 20ª edição. A Câmara de Vereadores realizou sessão solene para homenagear os 80 anos de fundação da Associação. Em seguida, foi a vez da Assembléia Legislativa prestar as homenagens. A Câmara da Mulher Empresária de Itajaí realizou o 9º Encontro da Mulher Empresária. Assuntos importantes foram discutidos em reuniões da diretoria, como a apresentação de novos associados, o lançamento da Campanha do Milésimo Associado, contando com a participação intensa dos diretores, conselheiros, coordenadores das Câmaras e Núcleos Setoriais, associados e amigos da entidade. A associação se fez presente na 23ª Marejada divulgando os serviços prestados à comunidade durante todos os anos de sua eficiente atuação. Em outubro, num jantar festivo, a ACII homenageou as empresas que completavam 25, 50, 75 e 100 anos de fundação, na Sociedade Guarani. Para encerrar as festividades de aniversário, a diretoria resolveu convidar escritores da cidade para organizar um livro que registraria a história da ACII. A edição terá seu lançamento em janeiro, por ocasião da posse da nova diretoria. É pretensão do atual presidente, Marco Aurélio Seára Júnior, e sua equipe, lançar a pedra fundamental da construção da nova sede da ACII, um sonho acalentado por muitos anos.

A história da Associação Empresarial de Itajaí começa lá pela terceira década do século XX, quando um grupo de entusiasmados sonhadores se reuniu para encontrar caminhos que solucionassem a crise financeira desencadeada pela recessão mundial. A cidade era ainda pequena, mas enfrentava dificuldades quanto aos negócios de exportação e importação de produtos comercializados através do pequeno porto, porta aberta para o crescimento econômico da região. Com firme decisão, resolveram tomar a iniciativa de formar uma associação que defendesse os interesses econômicos, evitando prejuízos à sociedade local.



E assim nasceu a Associação Comercial e Industrial de Itajaí – ACII, com a finalidade de representar a classe empresarial, sempre mantendo o espírito de solidariedade, um elevado nível moral e intelectual, oferecendo serviços de utilidade para seus associados e para o comércio e a indústria em geral.

Naquela época, o Brasil republicano iniciava um novo ciclo de desenvolvimento, deixando para trás as atividades econômicas ainda estagnadas para surgir o desejo de prosperidade material. A ânsia pelo enriquecimento como fator de prestígio no âmbito social fez despontar o “Homem de Negócios”. Comerciantes e industriais vislumbravam a hora de aumentar seu poder econômico e político, até então prerrogativa dos grandes agricultores.

Em Itajaí já surgiam os homens de negócios, envolvidos com atividades de comércio e indústria tendo como suporte a facilidade de exportação e importação de produtos pelo pequeno porto às margens do Rio Itajaí-Açu. São eles que constituirão a elite econômica e política do Município desde os alvares da República. A diversidade étnica, os interesses comuns no meio social e público, propiciou a formação de um grupo abastado unidos, muitas vezes, pelos laços familiares. Todos esses acontecimentos fizeram nascer uma classe trabalhadora diferenciada, voltada aos setores do comércio e da indústria com interesses no mercado interno. Agora já não bastava somente a agricultura. Quem buscasse atrair para Itajaí essas atividades consideradas como um dos mais poderosos fatores de progresso estaria prestando relevantes serviços à cidade e região.

A população de Itajaí chegava a quase vinte mil habitantes, cuja área compreendia também os atuais municípios de Penha, Balneário Piçarras, Ilhota, Luiz Alves e Navegantes. O comércio já era um dos mais importantes de Santa Catarina, principalmente pela expressiva exportação de madeira pelo Porto, acrescentada ao grande volume de produtos do próprio município e de todo o Vale do Itajaí. A importância do Porto de Itajaí como escoadouro das riquezas da região era prevista como das mais promissoras, garantindo prosperidade no futuro.

Os empresários de Itajaí, compreendendo que a criação de novos negócios era fator importante para o desenvolvimento do capital, sentiram a necessidade de se agremiar para se fortalecerem mutuamente em busca de mercados e em defender-





se dos impostos exigidos, cada vez mais, pelos governos. Era chegada a hora de, juntos, defenderem seus interesses de classe, com espírito de solidariedade entre eles, mostrando união para reivindicar suas aspirações.

A reunião preparatória para a criação da Associação se realizou na sede da Prefeitura Municipal de Itajaí, atual Palácio Marcos Konder, em 16 de maio de 1929, com a presença de grande número de comerciantes e industriais da cidade, que receberam convite pelos jornais dirigido a todos os homens de negócios, demonstrando a importância que eles deram para criar a agremiação. O empresário e político Irineu Bornhausen presidiu a reunião e o prefeito municipal, Marcos Konder, propôs uma diretoria provisória que ficou assim constituída: o grande negociante Bonifácio Schmitt, para presidente; o industrial Victor Kleine, para secretário; o comerciante Manoel Vieira Garção, para tesoureiro. Estava implantada a Associação Comercial e Industrial de Itajaí, que a imprensa local denominava de "Utilíssimo grêmio". Ao discutir o nome do novo grêmio, Marcos Konder propôs "Associação Comercial e Industrial de Itajaí", mas o empresário José Eugênio Müller, político e presidente da Construtora Catarinense, sugeriu uma denominação mais ampliada e propôs "Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Itajaí", que não obteve sucesso.

A reunião considerada atualmente como a de fundação da ACII se realizou em 28 de maio de 1929 e foi realizada no salão de reuniões da Prefeitura Municipal onde foram tratados a aprovação dos estatutos, a eleição da Diretoria e do Conselho Consultivo. Nos estatutos, a Associação se definia como sociedade civil, sem fins lucrativos e cujos objetivos eram "pugnar pela defesa dos interesses das classes que representava; manter-lhes sempre elevado nível moral e intelectual; desenvolver-lhes o espírito de solidariedade; promover a representação do comércio e da indústria nas assembléias legislativas; manter serviços de utilidade para os associados e para o comércio e a indústria em geral".

Mas, mesmo os estatutos definindo os fins da associação, foram estabelecidas quatro categorias de sócios, por personalidade jurídica de cada um e pelo capital que detinham: classe A, grandes firmas industriais e comerciais, exportadoras e importadoras, e bancárias; classe B, firmas comerciais varejistas, pequenos industriais e os sócios ou diretores das sociedades que fizessem parte do quadro social: classe C, diretores das sociedades anônimas, comandita por ações, de responsabilidade limitada e cooperativas; classe D, lavradores que explorassem qualquer indústria agrícola, portanto, ligados às atividades de transformação, e que "não forem analfabetos". Pela nominata dos primeiros sócios, em número de setenta, pode-se constatar as empresas da época, entre as maiores: a Malburg & CIA., A/S Usina Adelaide, Construtora Catarinense, Cia. Fábrica de Papel Itajaí, Curtume Ernesto Schneider, Olympio Miranda Jr., CIA. Nacional de Navegação Costeira, Fábrica de Tecidos Renaux, Antônio Ramos, Bauer & Cia., Almeida & Voigt, Júlio Willerding & Cia., Alfredo Conrado Moreira, Irineu Bornhausen & CIA., Emmendoerfer & Zipf, Gelásio Moreira, Vicente Bulsoni, Paulo Laux, Immanuel Currilin, Heitor Pereira Liberato, Manoel Vieira Garção, José Santângelo, Asseburg & Cia., João Cesário & Irmão, Banco Nacional do Comércio, João Angelino Jr, Juvenal Garcia e muitas outras.

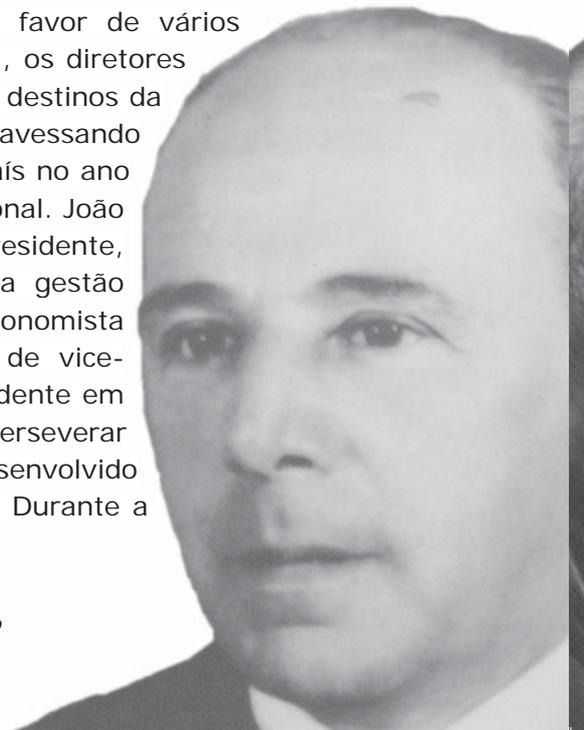
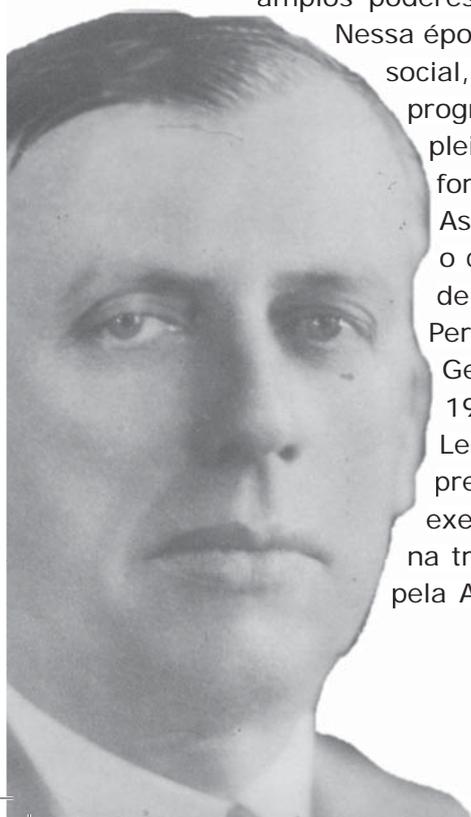
A eleição para a primeira diretoria efetiva contou com a aprovação, por unanimidade, de Bonifácio Schmitt para presidente, um dos homens de negócios que encabeçou o movimento em favor da criação da ACII. Empresário dinâmico, sócio e Diretor Presidente da Cia. Malburg, tinha a seu favor o não comprometimento político, o que lhe granjeou o apoio unânime. Os cargos de 1º Secretário e 1º Tesoureiro foram ocupados respectivamente por Victor Kleine, Diretor da Cia. Fábrica de Papel Itajaí, e Manoel Vieira Garção, comerciante proprietário da Casa Garção.

O entusiasmo desses pioneiros fez a entidade crescer, entusiasmando seus sucessores, que a representaram e ainda representam a história de sucesso da Associação Empresarial de Itajaí nestes 80 anos de existência. O trabalho liderado por todos os presidentes deu continuidade às ações desenvolvidas para o crescimento da economia e da sociedade.

Para presidente da segunda diretoria foi eleito Genésio Miranda Lins, um homem de negócios bancários, de vinte e oito anos de idade. Tinha início então a longa presidência de Genésio Miranda Lins, que duraria mais de três décadas. O mandato da nova diretoria começou com a ACII envolvida ainda na solução das difíceis situações advindas da Revolução de 30, quando foram suspensas as obras do Porto de Itajaí e a falta de pagamento das dívidas da Cobrazil. Logo na primeira reunião da diretoria, o presidente propôs implementar inovações na estrutura física da ACII, e recebeu autorização para alugar um espaço onde se instalaria a sua sede, comprar móveis e equipamentos. A escolha foi numa sala do Edifício Olympio, e assim deu-se a inauguração da primeira sede da ACII. Em 1933, transferiu-se para outro local, na Rua Lauro Müller, 21, de propriedade da família Miranda. Mas a intenção era a construção de uma sede própria.

Em 1959, foi eleita e empossada a nova Diretoria encabeçada pelo presidente reeleito, Genésio Miranda Lins, e que tinha como vice-presidente o Sr. João Pery Brandão declarado, na mesma oportunidade, substituto legal do Presidente com amplos poderes para administrar a entidade, permanecendo no cargo até 1961.

Nessa época já repercutiam como anseios da entidade as atividades de caráter social, próprio das comunidades ligadas nos avanços da ciência e do progresso mundial. A ACII posicionou-se em favor de vários pleitos de interesse da comunidade. Em 1961, os diretores foram reeleitos e permaneceram à frente dos destinos da Associação Comercial e Industrial até 1965, atravessando o conturbado ambiente político vivido pelo país no ano de 1964 com seus reflexos na economia nacional. João Pery Brandão continuava a substituir o presidente, Genésio Miranda Lins, até a eleição para a gestão 1965/68, quando foi substituído pelo economista Leodegário Pedro Silva, que na qualidade de vice-presidente assumia também o cargo de presidente em exercício, emprestando sua inteligência para perseverar na trilha de continuar o trabalho importante desenvolvido pela Associação Comercial e Industrial de Itajaí. Durante a





sua gestão, foram iniciados debates sobre turismo, tendo a empresa A. S. Propague Ltda. apresentado um plano de turismo para Itajaí e Balneário de Camboriú. Também foram discutidos problemas sobre a pesca, sugerindo-se o incentivo à industrialização do pescado e a criação de uma “Escola de Pesca”.

Nessa ocasião foi aprovada a instalação de estação retransmissora de TV em Itajaí e a encomenda de um aparelho retransmissor de TV, a grande novidade da tecnologia. Tendo em vista as grandes reivindicações encaminhadas pela ACII, a nova diretoria sugeriu a criação de grupos de trabalho que dedicariam maior atenção à solução de problemas específicos de cada um.

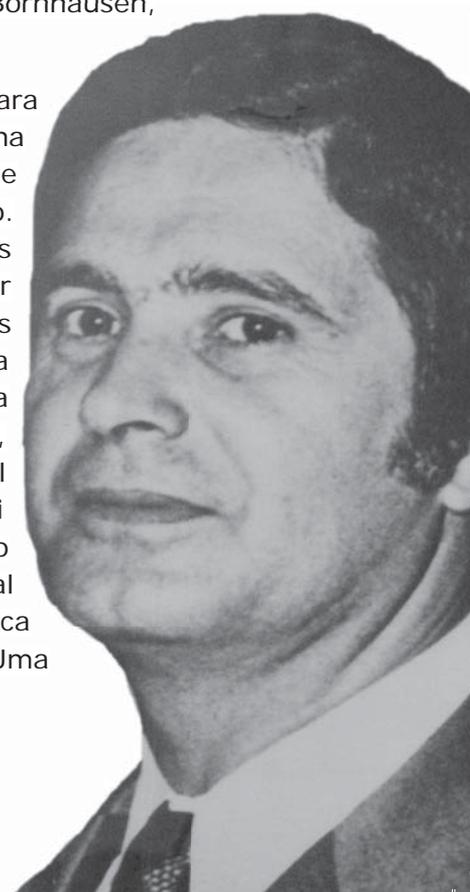
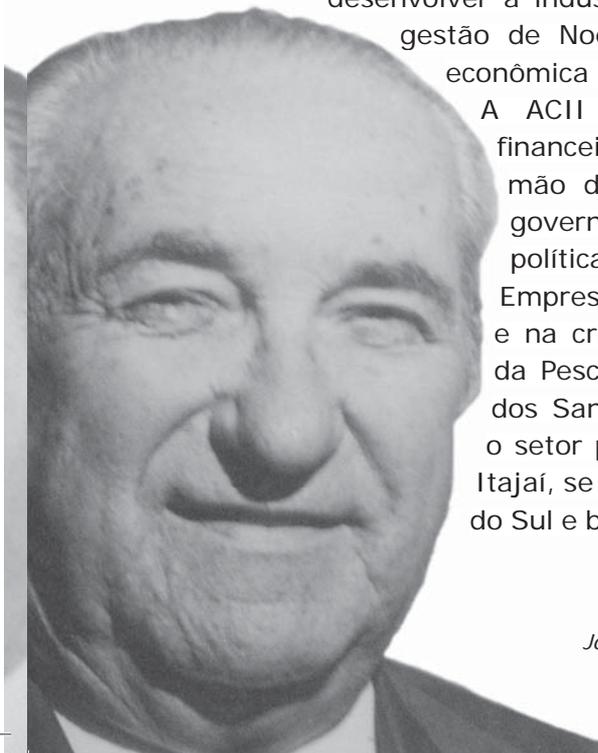
Nas décadas de 1970 e 1980 iniciam-se as políticas públicas destinadas ao desenvolvimento industrial de Itajaí. De 1968 a 1974 esteve à frente da Associação o empresário Nivaldo Detóie, que foi substituído pelo empresário Noemi dos Santos Cruz no período de 1974 a 1980. Em seguida assumiu a presidência o empresário José Luiz Colares para o período de 1980 a 1988. Dentre muitas outras propostas discutidas e encaminhadas, a Associação se debruçou no sentido de promover a industrialização do município, período denominado “Era Industrial”. Embora não tenha havido grandes resultados, não se pode negar que a cidade lançou as bases para o desenvolvimento industrial. A ACII continuava sempre presente, sugerindo e propondo alternativas ao desenvolvimento de Itajaí. Foram incentivadas a indústria da pesca e do turismo.

Neste período houve um forte crescimento econômico no Brasil conhecido como “Milagre Econômico Brasileiro”, embora o Brasil sofresse o período de maior repressão política do Regime Militar. Neste período foi criado o Primeiro Distrito Industrial de Itajaí.

Foram iniciadas as construções da nova Estação de Tratamento d’água de São Roque e as obras do novo Hospital e Maternidade Marieta Konder Bornhausen, com recursos do Estado. O apoio da ACII foi fundamental.

Os constantes apelos e reivindicações da entidade para desenvolver a indústria da pesca tiveram especial atenção na gestão de Noemi dos Santos Cruz, ramo de atividade econômica que mais se desenvolveu neste período.

A ACII empenhou-se na busca de incentivos financeiros para atender empresários e qualificar mão de obra para os trabalhadores, junto aos governos federal e estadual. Os resultados desta política de incentivos resultou na instalação da Empresa Equipescas, da Sul Atlântico de Pesca, e na criação do Centro de Formação Profissional da Pesca de Itajaí. O presidente da ACII, Noemi dos Santos Cruz, foi um batalhador, incentivando o setor pesqueiro para que o Brasil e, em especial Itajaí, se tornasse o maior porto pesqueiro da América do Sul e buscando soluções para as obras do Porto. Uma



das importantes vitórias para Itajaí e toda a Região da Foz do Rio Itajaí foi a construção do Aeroporto de Navegantes.

José Luiz Collares, na presidência da ACII, destaca a ação e a intermediação da Entidade para que se incrementassem as obras e os melhoramentos para finalizar o 5º berço de atracação do Porto. Cita ainda a recuperação dos berços do cais do Porto, destruídos pelas enchentes de 83 e 84. Também ganhou repercussão a melhoria e a duplicação da Rodovia Oswaldo Reis, que liga Itajaí a Balneário Camboriú, pois os turistas de toda a Região Sul afluíam para as atividades comerciais da cidade. Atendendo aos apelos da comunidade, a ACII também lançou campanha para conseguir, junto ao Ministério da Fazenda, a restauração do Casarão Malburg, saindo-se vitoriosa, demonstrando interesse pelo patrimônio cultural de Itajaí.

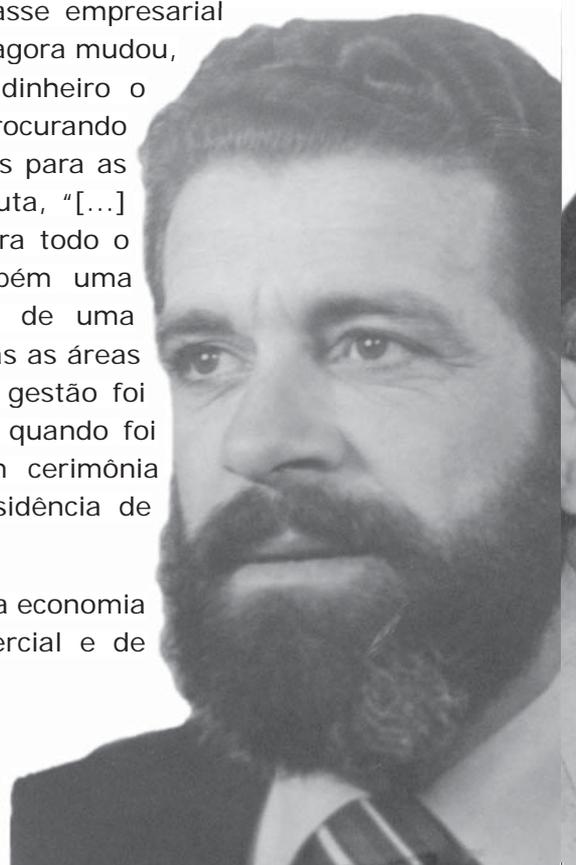
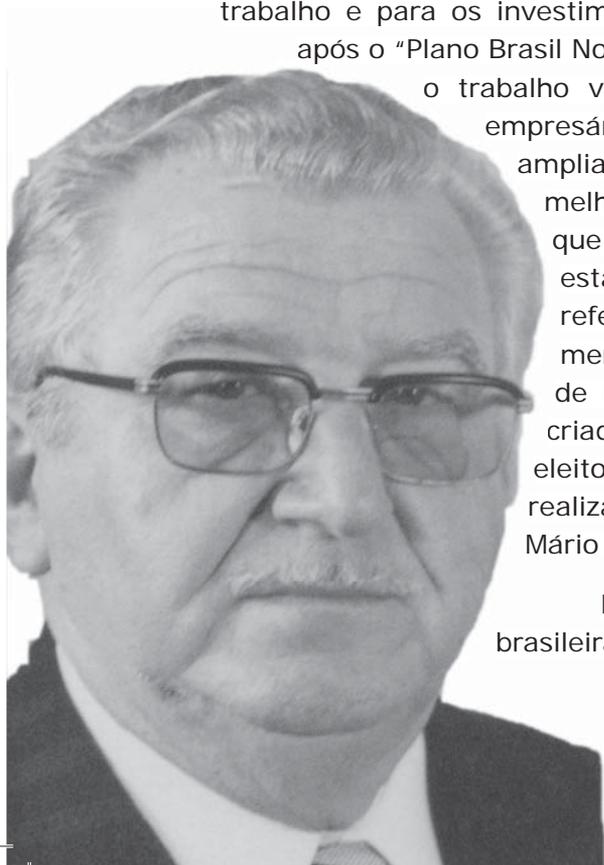
No final dos anos oitenta, assume a presidência da Associação Comercial e Industrial de Itajaí o empresário Frederico Olíndio de Souza para o biênio 1988/90. Preocupou-se em trazer para Itajaí não só grandes empresas, mas sim um grande número de empresas. Na sua gestão receberam destaque a parceria com a UNIVALI e o apoio ao patrimônio histórico de Itajaí, com destaque para o Casarão Malburg, o Herbário Barbosa Rodrigues, o Mercado Público Municipal e a criação da Fundação Genésio Miranda Lins.

O desejo de modernização dos espaços são promissores principalmente do setor produtivo e de prestação de serviços. A necessidade de modernizar o porto da cidade, de melhorar as vias de acesso, também o transporte rodoviário, torna-se alguns dos itens que ressoam na comunidade para alavancar a economia de Itajaí.

Assumiu a nova gestão para o biênio 1990/92 o empresário Horácio de Figueiredo como presidente. Em seu discurso de posse chamava atenção para a importância do trabalho e para os investimentos que se deveria fazer à classe empresarial após o "Plano Brasil Novo". Anunciava que "[...] o Brasil agora mudou,

o trabalho vai ser valorizado e vai ganhar dinheiro o empresário que investir na sua empresa, procurando ampliar sua produção". As reivindicações para as melhorias do Porto continuam em pauta, "[...]" que além de ser um elo logístico para todo o estado de Santa Catarina, é também uma referência para o desenvolvimento de uma mentalidade empreendedora em todas as áreas de investimento da cidade". Na sua gestão foi criado o troféu "Empresário do Ano" quando foi eleito o empresário Paulo Bauer, em cerimônia realizada no ano seguinte, já na presidência de Mário Cesar Sandri.

Em 1991 começa uma nova fase na economia brasileira, principalmente no setor comercial e de





prestação de serviços, segmentos econômicos historicamente desenvolvidos em Itajaí. A ACII, sempre preocupada com a administração do Porto, vai concretizar seus anseios com a municipalização do Porto de Itajaí, em 1997.

A próxima gestão coube ao empresário Mário César Sandri, reeleito, administrar a ACII no período 1992/96. Mário Sandri apontava a pesca, o turismo e a duplicação da BR-101 como elementos importantes para o desenvolvimento da região.

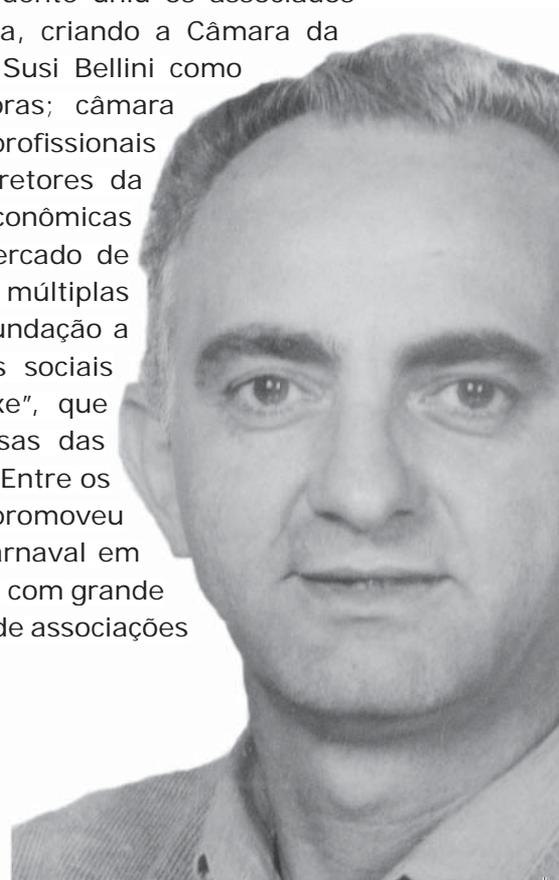
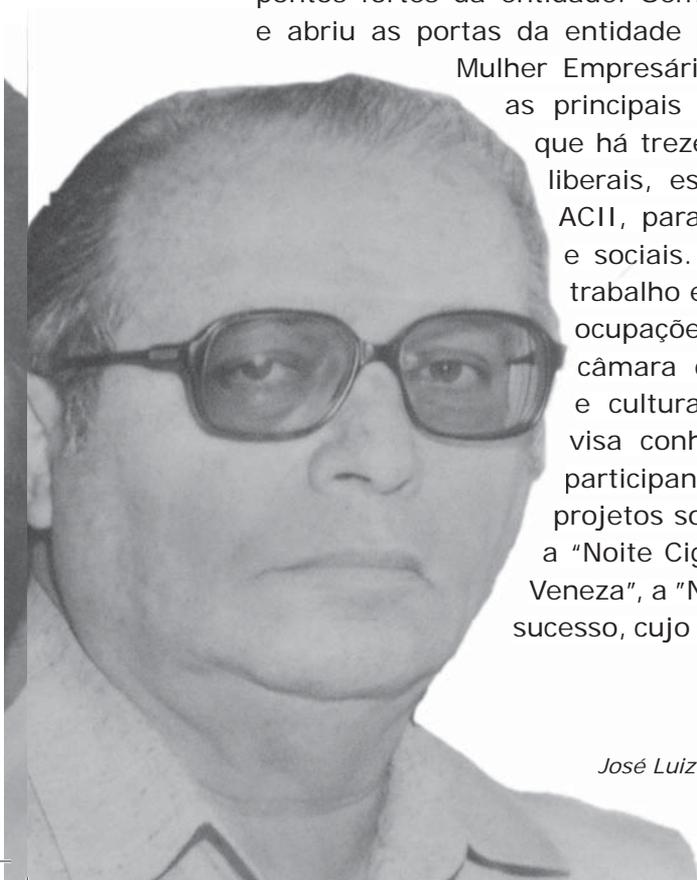
Realiza-se em Itajaí o projeto Encomercial – Encontro de Integração Universitária, Profissional e Empresarial, com a participação de representantes do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, uma iniciativa da ACII com a UNIVALI. Os assuntos sobre a modernização do Porto continuam em pauta.

Após quatro anos na presidência da ACII, o empresário Mário César Sandri deixa um saldo de grandes realizações. Para a gestão 1996/98 é eleito, para presidente, o médico e empresário Odemari Miranda Ferrari que, reeleito, permanece frente à Associação até o início do ano 2000.

1996 – Ano bissexto. As expectativas eram otimistas. A Petrobras inaugurou sua base itajaiense de armazenagem. Integra o Oleoduto Paraná – Santa Catarina – OPASC, que vai abastecer o Vale do Itajaí e a zona litorânea catarinense. O Porto de Itajaí bate recorde na movimentação mensal de carga. A ADHOC decide investir na compra de um terreno para ampliar a capacidade de armazenagem de contêineres do Porto.

Sempre atenta ao desenvolvimento empresarial em todos os setores, a Associação Empresarial prosseguiu seu trabalho com dinamismo e atualização. No quadriênio presidido pelo Dr. Odemari Miranda Ferrari, a ACII ampliou seu trabalho com a criação das Câmaras Setoriais, integrando-se com a comunidade, o que representa um dos pontos fortes da entidade. Sempre com inovações, o presidente uniu os associados e abriu as portas da entidade para a participação feminina, criando a Câmara da

Mulher Empresária, tendo Jucélia Ferreira e Susi Bellini como as principais idealizadoras e coordenadoras; câmara que há treze anos reúne empresárias, profissionais liberais, esposas de empresários e diretores da ACII, para integração e discussões econômicas e sociais. A mulher partiu para o mercado de trabalho e humanizou o ambiente nas múltiplas ocupações funcionais. Desde a sua fundação a câmara desenvolveu vários projetos sociais e culturais, além do “Venda o peixe”, que visa conhecer o trabalho ou empresas das participantes em reuniões itinerantes. Entre os projetos sociais e culturais, a câmara promoveu a “Noite Cigana”, “Noite Mexicana”, “Carnaval em Veneza”, a “Noite Grega” e “Festa Junina”, com grande sucesso, cujo resultado reverteu em favor de associações



beneficentes. Em 2002, sob a coordenação de Marisa Heusser, foi sugerida a criação de um símbolo para a Câmara da Mulher e foi escolhida uma gaivota, simbolizando a mulher alçando vôo em busca do seu papel como mulher empresária.

Foi o sucesso do trabalho da Câmara da Mulher Empresária que garantiu a eleição de duas mulheres para presidir a Associação Empresarial. O que faz a diferença é o entusiasmo que sempre envolveu a mulher empresária, com receitas de sucesso nas ações empreendidas, sempre amparadas pelo associativismo, marca fundamental da Associação Empresarial.

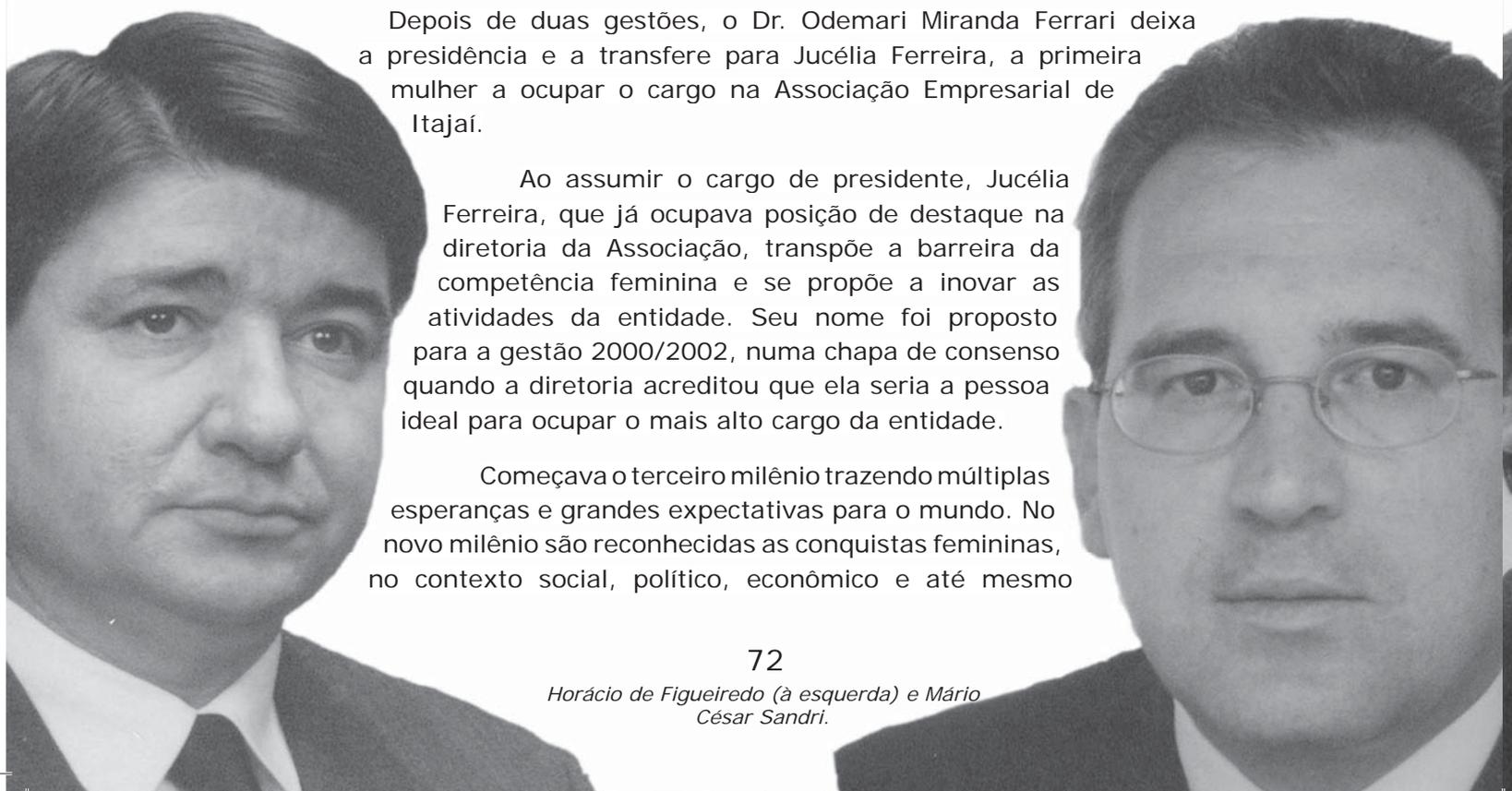
O novo presidente da ACII, Odemari Ferrari, traça metas para fortalecer a participação do empresariado itajaiense na vida econômica, política e social da cidade. Destaca o projeto ACII Migratória para realizar encontros nos diversos bairros com o objetivo de envolver o maior número de empresários nas discussões relativas às questões de interesse da categoria e do município. O ano de 1996 apresentou saldo positivo em termos de realizações com destaque para a criação das Câmaras Setoriais da Pesca, do Porto, de Turismo e Habitação, Saúde, Segurança e da Mulher Empresária, além da instituição da ACII Migratória e a formação de parcerias com a UNIVALI e os poderes públicos, visando promover um desenvolvimento integrado do município. Destaque também para os projetos Itajaí Messe e Info Ware, feiras anuais instituídas pela ACII, realizados no Itajaí Shopping, os maiores eventos da economia itajaiense dos últimos 30 anos, numa parceria com a DPM Eventos, que poderiam projetar as potencialidades econômicas e a área tecnológica de Itajaí em nível nacional e internacional. Persiste o debate sobre temas relacionados ao porto, o turismo e a pesca.

Candidato à reeleição, assume o segundo mandato para o biênio 1998/2000. Programa treinamentos que, mais que capacitar, implanta a gestão empresarial na micro e pequena empresa, abrindo caminho para a informatização.

Depois de duas gestões, o Dr. Odemari Miranda Ferrari deixa a presidência e a transfere para Jucélia Ferreira, a primeira mulher a ocupar o cargo na Associação Empresarial de Itajaí.

Ao assumir o cargo de presidente, Jucélia Ferreira, que já ocupava posição de destaque na diretoria da Associação, transpõe a barreira da competência feminina e se propõe a inovar as atividades da entidade. Seu nome foi proposto para a gestão 2000/2002, numa chapa de consenso quando a diretoria acreditou que ela seria a pessoa ideal para ocupar o mais alto cargo da entidade.

Começava o terceiro milênio trazendo múltiplas esperanças e grandes expectativas para o mundo. No novo milênio são reconhecidas as conquistas femininas, no contexto social, político, econômico e até mesmo





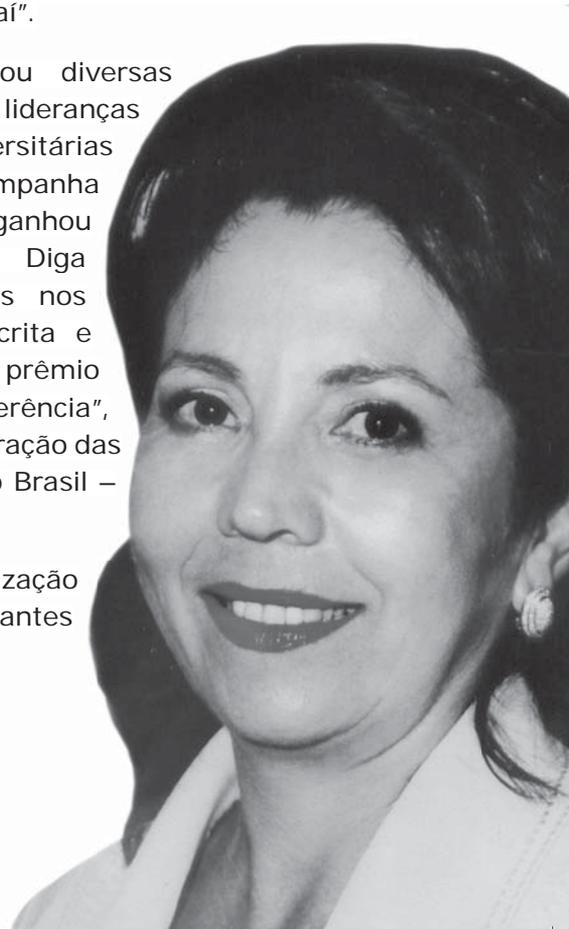
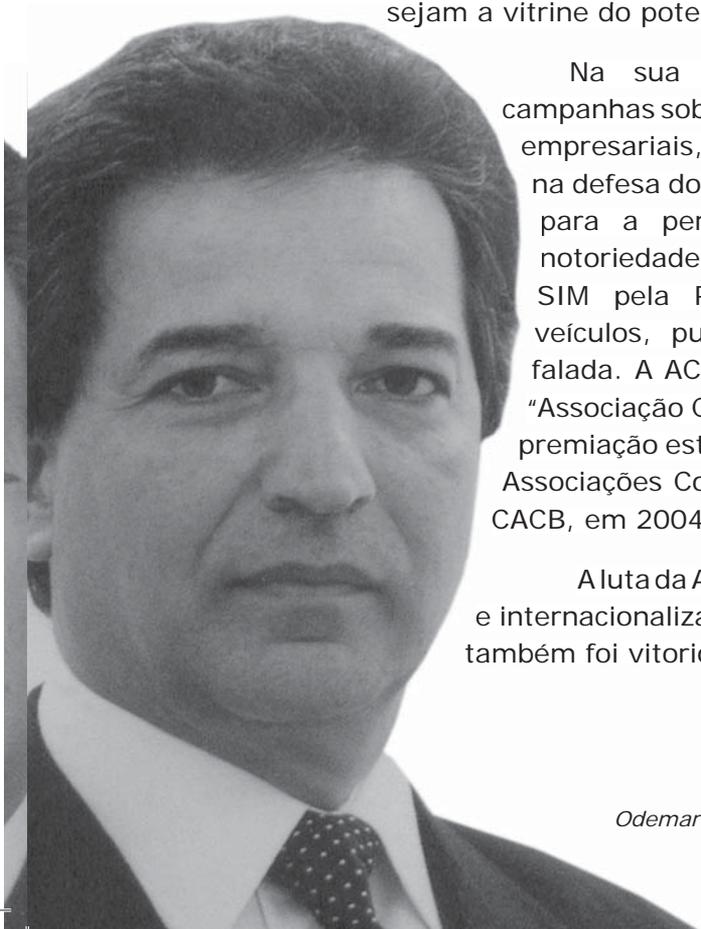
peçoal. Há um novo feminismo em evidência revelando a posição que as mulheres vêm assumindo em todas as esferas da administração pública e das empresas.

Jucélia assumia o compromisso em dar continuidade aos trabalhos desenvolvidos pelo seu antecessor, principalmente através das Câmaras Setoriais, reconhecendo ser um desafio suceder uma administração vigorosa, participativa e atuante. Considerou como prioridade da sua gestão o aumento do quadro de associados, desafio constante da diretoria da Associação. Implantou o programa “café da manhã”, que resultou num aumento de setenta novos associados na sua gestão. As mulheres empresárias eram muito atuantes, unidas, articuladas e fazia a diferença, razão pela qual o toque feminino esteve presente nesses dois anos de gestão, em todas as cerimônias, eventos, festividades, promoções, ação social desenvolvidas pela ACII. As Câmaras Setoriais se revelaram verdadeiras incubadoras de grandes projetos e parcerias. A criação dos Núcleos Setoriais, que visavam aglutinar empresários do mesmo ramo de atividades com o objetivo de quebrar o isolamento, e incentivar o associativismo foi, entre outras, as bandeiras de luta desfraldadas pela entidade nestes primeiros anos do século vinte e um. O apoio à construção do Pier Guilherme Asseburg de atracação de navios de turismo, as ações políticas de apoio ao arrendamento dos berços do Porto à iniciativa privada, o papel preponderante do TECONVI, a licitação para a construção do Terminal Rodoviário Internacional de caráter privado asseguraram o sucesso da gestão de Jucélia na presidência da ACII. Seu trabalho competente, vigoroso e articulado, resultou na sucessão da ACII por outra mulher empresária, Maria Izabel Pinheiro Sandri, para o período 2002/2004.

A nova Presidente destaca o seu desejo de “preparar a entidade para as constantes transformações do novo milênio, oferecer mais serviços aos associados para que esses sejam a vitrine do potencial empreendedor de Itajaí”.

Na sua gestão, a ACII encampou diversas campanhas sob sua liderança unindo outras lideranças empresariais, políticas, sindicais e universitárias na defesa dos interesses da região. A campanha para a permanência da Petrobras ganhou notoriedade nacional com o slogan Diga SIM pela PETROBRAS, com adesivos nos veículos, publicidade na imprensa escrita e falada. A ACII acabou agraciada com o prêmio “Associação Comercial e Empresarial Referência”, premiação esta patrocinada pela Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil – CACB, em 2004.

A luta da ACII pela ampliação, modernização e internacionalização do Aeroporto de Navegantes também foi vitoriosa.



A reivindicação dos empresários da cidade, através da ACII, favoreceu a criação de uma Secretaria Nacional da Pesca pelo Governo Lula. Seu titular é um itajaiense, o que justifica ser o município destaque nacional no setor pesqueiro, possuir o maior parque industrial vinculado à pesca e possuir uma das maiores frotas pesqueiras do país.

As grandes conquistas da ACII na gestão de Maria Izabel resultaram na sua reeleição para o período 2005/2006. A política de estímulo à adesão de novos associados ganha força em sua gestão e os novos associados são recepcionados com um coffee brake, onde cada um tem a oportunidade de se apresentar.

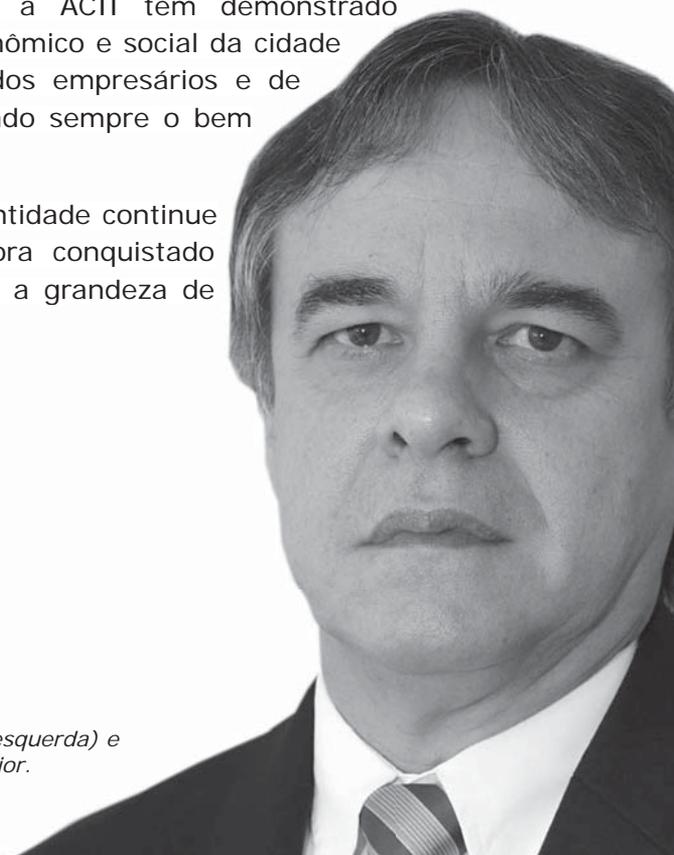
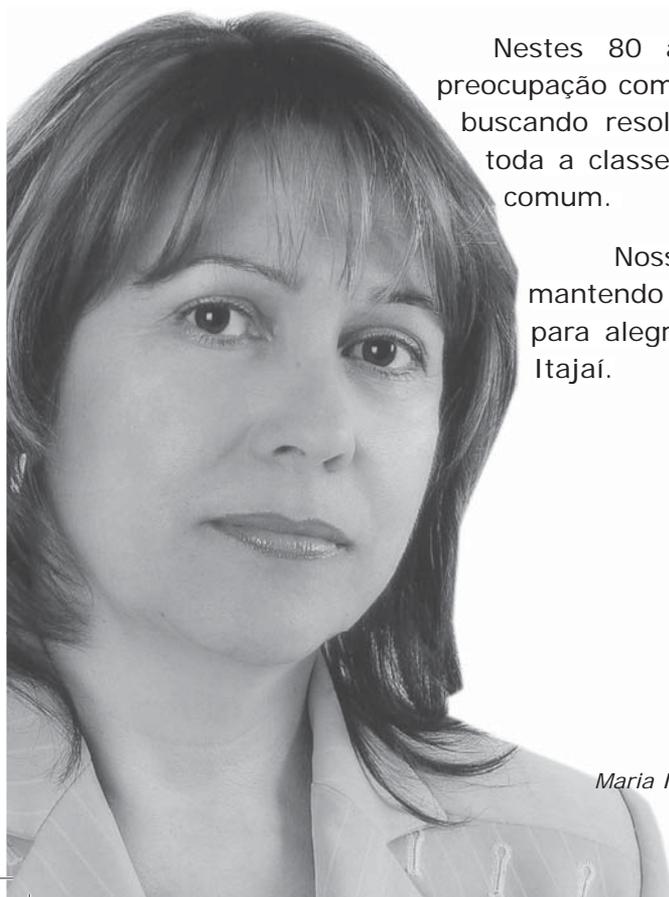
Ao final da sua gestão, Maria Izabel Pinheiro Sandri transfere a presidência para o empresário Marco Aurélio Seára Júnior. As ações da ACII para a criação da cooperativa de micro crédito prosseguiram com reuniões em vários municípios nas sedes das Associações Comerciais. O processo de discussão envolveu parcerias com as associações empresariais dos municípios da AMFRI e regiões do Alto e Médio Vale do Itajaí, com o apoio da FACISC.

O Porto de Itajaí, eixo econômico do qual girava boa parte da economia do município, sempre esteve na agenda da ACII, desde a sua fundação em 1929 e, atualmente, continua na sua agenda de trabalhos.

A ACII trilhou o caminho da inovação com a liderança dos empresários para construir uma economia local e regional sempre focada no empreendedorismo. Esta característica cultural dos negócios continua presente nas atividades de desenvolvimento em Itajaí desde a sua fundação, em meados do século XIX, e a Associação Empresarial de Itajaí, incansavelmente, vem trabalhando para realizá-la desde que foi criada, em 1929.

Nestes 80 anos de fundação, a ACII tem demonstrado preocupação com o crescimento econômico e social da cidade buscando resolver os problemas dos empresários e de toda a classe trabalhadora, visando sempre o bem comum.

Nosso desejo é que a entidade continue mantendo o sucesso até agora conquistado para alegria dos itajaienses e a grandeza de Itajaí.





Itajaí

149

Cotidianos



Ah, cidade plana do sol a pino
das duas avenidas e dos canais.

Amo-te nas tardes de domingo:
os rádios à toda altura transmitem o futebol.

Marcos José Konder Reis







Bairro Cordeiros

Flávio André da Silva

Professor de Geografia da Rede Municipal de Ensino de Itajaí



PORTA DE ENTRADA PARA A COLONIZAÇÃO do vale, o rio Itajaí-Açu sempre representou fonte de riquezas para Itajaí e região. Fora através deste rio que muitos imigrantes, famílias de agricultores e pescadores, acabaram se fixando e fundando pequenas colônias que se transformaram em importantes cidades. O fato de uma família que se estabelecera nestas terras, onde hoje está o bairro Cordeiros, em meados do século XIX, deu origem ao nome do bairro. O tronco dessa família foi Francisco Vieira Cordeiro, ilhéu português, ex-combatente da Guerra do Paraguai que, chegando a Itajaí, por volta de 1872, recebeu terras que foram doadas em troca de serviços prestados ao governo imperial. Também deixou fama de homem rigoroso em tudo e que legou aos seus muita dignidade.

Mais tarde, em 1930, com a inauguração da Ponte Marcos Konder sobre o rio Itajaí-Mirim, efetivou-se a ligação terrestre entre os bairros Barra do Rio e Cordeiros, vindo contribuir de maneira significativa o acesso para a estrada Itajaí-Blumenau e para a efetiva ocupação do local.

No decorrer de 1935, durante a gestão do prefeito Arno Bauer, tendo



em vista a matrícula da escola municipal da vizinha localidade de Espinheiros registrado em número reduzido de alunos, resolveu-se transferi-la para o bairro Cordeiros. Posteriormente, em 1966, na gestão do prefeito Dadinho Canziani, procedeu-se a transformação desta escola em Grupo Escolar Antônio Ramos devido à doação do terreno ao município que o mesmo fez antes de falecer, o qual ficou sendo seu patrono. Antônio Ramos, possuidor de muitas terras neste bairro, foi um dos pioneiros da carpintaria naval na região, tendo construído em seus estaleiros barcos de grande porte que faziam a linha entre Itajaí e outros portos do país transportando nossas riquezas, principalmente madeira.

A segunda unidade escolar e atual Escola Estadual Dom Aphonso Niehues iniciou suas atividades em 1956, com a transferência da Escola Isolada Pedra de Amolar, da localidade rural de Volta de Cima, também para o bairro Cordeiros. Em 1969, o governo estadual construiu a nova sede que abriga o atual prédio escolar.

Com o incremento populacional, a comunidade religiosa do bairro Cordeiros se reúne e, no ano de 1959, ergue a primeira capela do bairro, dedicada a São Cristóvão, padroeiro dos motoristas. Desde então, é realizada todos os anos a tradicional festa e procissão dos caminhoneiros pelas principais ruas de Itajaí. Em 1968, a capela transforma-se em paróquia e entre 1982 e 1985, concluiu-se a atual igreja.

Durante quatro décadas, o bairro Cordeiros serviu como entreposto de gás e combustíveis. Desde a década de 1950, começaram a se instalar, às margens do rio Itajaí-Açu, empresas distribuidoras de derivados de combustíveis, produto este que chegava através de navios-gaseiro, abastecendo os tanques para posterior redistribuição por todo o estado de Santa Catarina. Um dos episódios mais marcantes ocorreu no final da tarde do dia 02 de fevereiro de 1965. Após as comemorações do dia de Nossa Senhora dos Navegantes, um grande acidente causado pela explosão de um dos navios deixou os moradores da cidade em pânico. Graças ao heroísmo do marinheiro Odílio Garcia, que trabalhava no momento da explosão (perdeu a vida ao atirar-se entre as chamas para fechar o registro por onde era transferido o gás do navio Petrobras Norte para o



terminal itajaiense), uma catástrofe foi evitada. O fato foi notícia em diversos meios de comunicações do país. Em sua homenagem, foi construído no mesmo local do acidente um Parque Náutico que leva seu nome, inaugurado em 1996, e que proporciona um belo visual do rio Itajaí-Açu para quem trafega pela principal artéria do bairro, a Avenida Dr. Reinaldo Schmithausen.

Em 1997, para maior segurança da população, o Terminal de Combustíveis foi desativado e transferido para a localidade rural de Rio do Meio. Desde então, os derivados de petróleo que abastecem a região vem através de oleodutos, oriundos da Refinaria Getúlio Vargas, em Araucária-PR.

As obras de abertura do canal de retificação do rio Itajaí-Mirim, durante a década de 1960, favoreceu a vazão das águas do rio com o objetivo de evitar ou diminuir as enchentes que, por diversas vezes, trouxeram tantos danos à população do Vale do Itajaí, inclusive do bairro Cordeiros. Este canal representa o limite entre os bairros Cordeiros e São Vicente. Durante certo período, a ligação destes dois importantes bairros de Itajaí era feita por uma batera e depois por uma ponte-pênsil, até a implantação da ponte Tancredo Neves, em 1986 e, posteriormente, da ponte Vilson Kleinubing, em 2001.

Durante a década de 1970, o município de Itajaí apresentava uma considerável expansão de sua malha urbana. Com o fim do ciclo madeireiro, grande parte dos investimentos do governo federal foram direcionados para a indústria pesqueira e da construção naval. Em 1973, uma grande área, às margens da rodovia BR-101, é destinada ao 3º Distrito Industrial, onde atualmente estão instaladas importantes empresas. A cidade se expande na direção oeste-noroeste, implantando-se no bairro Cordeiros, onde outrora eram pastagens, novos acessos e loteamentos, tais como: Costa Cavalcante, entre 1970 e 1973; Lar Brasileiro, Jardim Progresso, Jardim Esperança, Abdon Fóes e Votorantin, no período compreendido entre 1977 e 1982.





Anuário de Itajaí - 2009

Com o incremento populacional, a própria comunidade acaba por exigir das autoridades a abertura de novos equipamentos públicos, como os estabelecimentos educacionais. Desta forma, são inauguradas as Escolas Municipais Padre Pedro Baron (1977) e Melvin Jones (1982), na gestão do prefeito Amílcar Gazaniga; o Grupo Escolar João Paulo II (1986), na gestão do prefeito Arnaldo Schmitt Jr.; a Escola Básica Estadual Elizabeth Konder Reis (1986), na gestão do governador Esperidião Amim; e o Centro Educacional de Cordeiros (2004), na gestão do prefeito Jandir Bellini.

A comunidade cristã do bairro também cresce e, no início da década de 1990, são construídas novas capelas. No loteamento Jardim Progresso, dedicada ao padroeiro São





José; no loteamento Jardim Esperança, a de Santa Maria; no loteamento Abdon Fôes, a do Cristo Rei; no loteamento Alfredo Weiss, a de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.

O bairro Cordeiros é o mais populoso de Itajaí, com aproximadamente 30 mil habitantes, sendo que as transformações urbanas na qual tem passado a cidade de Itajaí, nos últimos anos, vêm contribuindo para a melhoria da infra-estrutura local e consequentemente da qualidade de vida da população.

Um dos grandes desafios para o município é desafogar o trânsito pesado de caminhões de contêineres que se dirigem da BR-101 ao Porto de Itajaí. A implantação da Via Expressa Portuária, à beira do canal do rio Itajaí-Mirim, do lado do bairro Cordeiros, será uma obra de importância vital para o desenvolvimento econômico da região, devendo estar pronta nos próximos anos em toda a sua extensão.

Fontes consultadas

Arquivo Público de Itajaí, FGML, 2009.

Escritos sobre a origem do nome do bairro Cordeiros, FGML, Itajaí, 1910.

Históricos Escolares das Escolas Básicas Antonio Ramos, Dom Afonso Niheues, Padre Pedro Baron, 2005.

Histórico da Paróquia de São Cristóvão, Itajaí, 2005.





Percepção sócio-espacial do lazer no contexto itajaiense

Edegilson de Souza

Professor de História da Rede Municipal de Ensino de Itajaí

Elisabete Laurindo

Professora de Educação Física da Rede Municipal de Ensino de Itajaí

Introdução

A origem etimológica da palavra lazer está relacionada às particularidades lingüísticas latinas e gregas. Segundo a interpretação de Krippendorf (1989), é possível distinguir os significados originais da terminologia lazer de acordo com o entendimento específico das sociedades grega e romana. Para os romanos, o termo original "*ligerce*" era entendido como a liberdade de se fazer algo desejado: "lícito", "ser permitido", "poder". Já os gregos utilizavam o termo "*scholè*", significando uma ação limitante de temporalidade: "parar", "cessar" ou "tempo para si".

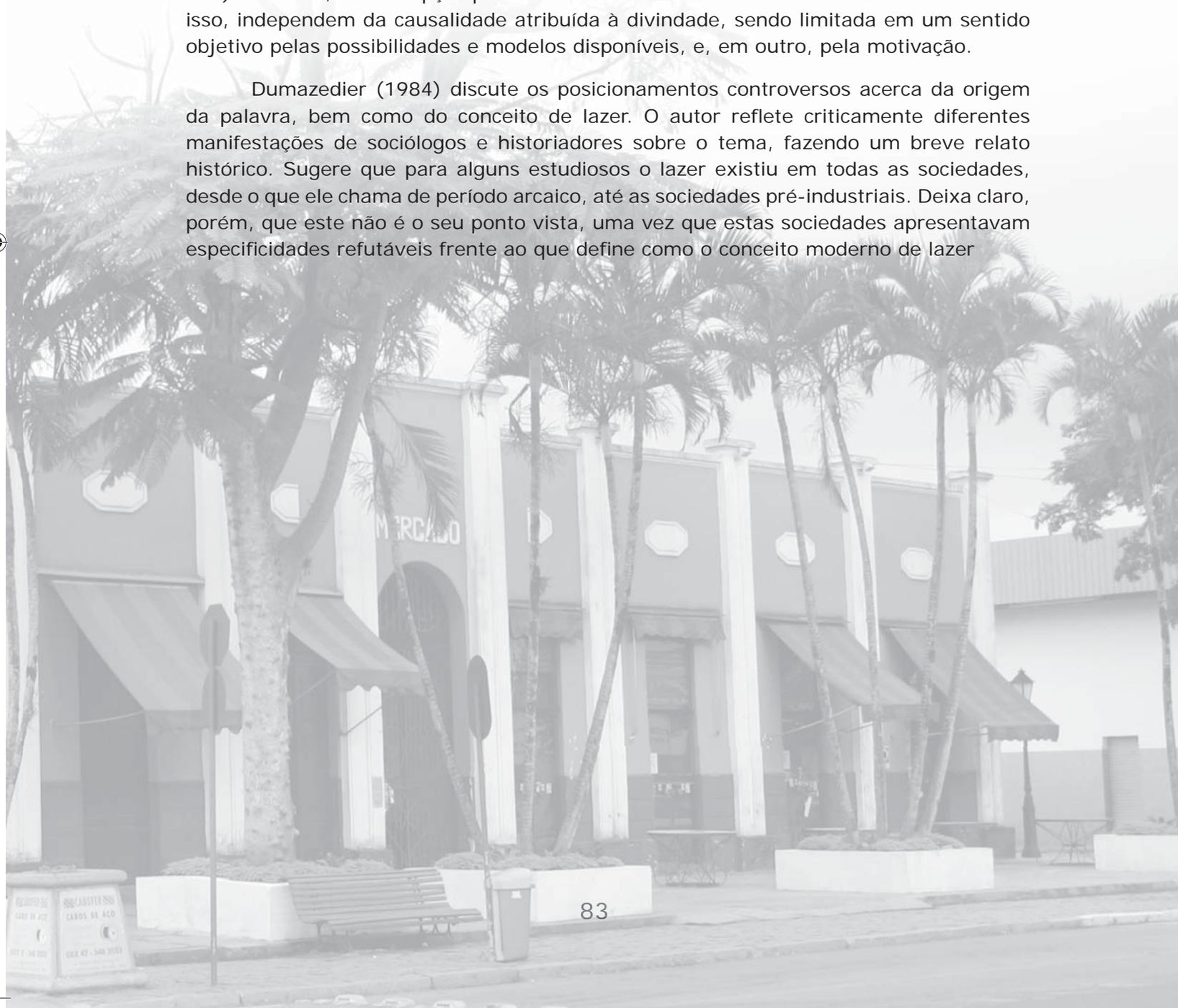




Para Guerra Filho (apud BACAL, 1988) a etimologia da palavra "ócio" tem origem nobre, originando-se da expressão grega *skolé*, que em latim significa *schola*, em castelhano *escuela* e, em português, tem o significado de escola. Este significado pressupõe a educação enquanto ócio, pois do ponto de vista semântico, a raiz *skolé* implicava nos atos de parar ou cessar, indicando idéias de repouso ou paz.

De acordo com suas caracterizações semânticas, é importante ressaltar que tanto para o conceito de *licerce* romano como para o de *skolé* grego, fica evidenciado que ambos não assumem caráter absoluto de autodeterminação, pois se configuram como possibilidades diante de escolhas motivadas ou condicionadas por situações objetivas e culturalmente construídas. Como afirma Platão (427-347 a.C.), "a maior parte das almas escolhe de acordo com os costumes da vida anterior" (apud ABBAGNANO, 2000, p. 611). Portanto, na concepção platônica as escolhas são de autoria de cada indivíduo. Por isso, independem da causalidade atribuída à divindade, sendo limitada em um sentido objetivo pelas possibilidades e modelos disponíveis, e, em outro, pela motivação.

Dumazedier (1984) discute os posicionamentos controversos acerca da origem da palavra, bem como do conceito de lazer. O autor reflete criticamente diferentes manifestações de sociólogos e historiadores sobre o tema, fazendo um breve relato histórico. Sugere que para alguns estudiosos o lazer existiu em todas as sociedades, desde o que ele chama de período arcaico, até as sociedades pré-industriais. Deixa claro, porém, que este não é o seu ponto de vista, uma vez que estas sociedades apresentavam especificidades refutáveis frente ao que define como o conceito moderno de lazer



[...] um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais (DUMAZIDIER, 1984, p. 34).

Outros conceitos são apresentados por diferentes estudiosos que se dedicaram ao tema, como por exemplo, o explicitado por De Grazia que, analisando o lazer sobre a ótica das sociedades antigas, interpreta-o como “não trabalho”, ócio. (1966 apud WERNECK, 2003). Os gregos denominavam de ócio o tempo livre, visto como condição essencial ao exercício da organização política, da reflexão filosófica, da contemplação aos deuses, da “arte e da guerra”, já que aos escravos eram destinadas as tarefas laborais. A valorização do ócio em contraposição às atividades de trabalho era, pois, uma característica marcante da sociedade grega. As atividades de “recreio e diversão estavam diretamente relacionadas com descanso do trabalho, e a capacidade de empregar devidamente o ócio era à base do homem livre e da felicidade humana” (MORAES, 2002, p. 3).

Dumazedier (1979) sustenta a tese de que o conceito de ócio reconhecido pela sociedade romana que, inclusive, perdurou por todo período medieval, era o de que indivíduos muito ocupados buscavam o “*otium*”, ócio, não como fim em si, mas em função do “*negotium*” (negócio), negação do ócio. Comparando-se esta realidade com o ideal grego de ócio interpretado como um fim em si mesmo, percebe-se que na interação com a filosofia realista romana, o trabalho carregava um estigma depreciativo nas duas sociedades.

Essa desvalorização do trabalho tem origem na sua própria etimologia. De acordo com Moreno (2002), o termo vem de tripalium ou trepalium, do latim tardio, um instrumento romano de tortura, uma espécie de tripé formado por três estacas cravadas no chão, onde eram supliciados os escravos. Reúne o elemento “*tri*” (três) e “*palus*” (pau) - literalmente: “três paus”. Daí derivou-se o verbo *tripaliare* (ou *trepaliare*), que significava, inicialmente, a ação de torturar alguém no tripalium, o que fazia do “trabalhador” o carrasco, algoz implacável. Somente a partir do Renascimento, o vocábulo adquiriu também o sentido atual de “labuta, atividade, exercício profissional”.

O presente artigo se propõe a apresentar os resultados de uma pesquisa exploratória de campo sobre gestão de políticas setoriais de lazer no contexto do município de Itajaí (SC), cuja metodologia adotada ancorou-se numa abordagem qualitativa de caráter descritivo.

Tem como objetivo discutir as representações sociais e os fatores condicionantes às práticas do lazer locais. A coleta de dados foi realizada com a aplicação de questionários semi-estruturados a 110 moradores dos bairros São Vicente, Cordeiros, Cidade Nova, Centro, São João, Praia Brava, Fazenda, Cabeçudas, Vila Operária e Dom Bosco. Para a distribuição quantitativa dos atores sociais por bairro adotou-se o critério da proporcionalidade populacional de acordo com os dados do último Censo Demográfico do IBGE, ano base 2000, que apresentou uma população total de 147.494, distribuída nos 16 bairros do município de Itajaí (a estimativa da população de Itajaí, segundo o IBGE, em 2005 é de 164.950 habitantes).

Na primeira parte são apresentadas as bases teórico-conceituais do lazer norteadoras do presente trabalho. A segunda parte se propõe a discutir as dimensões sócio-espaciais do lazer no contexto de Itajaí (SC). Na terceira parte, são analisadas as representações sociais do itjaiense acerca do conceito de lazer e seus fatores condicionantes. Na última parte, são apresentadas as considerações finais e o referencial consultado.

Dimensões Sócio-Espaciais do Lazer no Contexto de Itajaí (SC)

Discutir-se-á nesta parte do presente trabalho a percepção dos atores sociais acerca do lazer do ponto de vista estrutural e seus fatores condicionantes relacionados à realidade sócio-espacial no contexto de Itajaí (SC).

Tabela 1 – Utilização dos espaços públicos e privados à prática do lazer

Espacos	Freqüência	%
Bares	12	11
Restaurantes	25	23
Casa	60	55
Clubes	11	10
Locais comerciais (shopping, lojas etc.).	14	13
Ruas do seu Bairro	8	7
Passeios públicos fora do seu Bairro	12	11
Praias da cidade	34	31
Espaços públicos esportivos	9	8
Espaços públicos culturais (teatro, cinema, biblioteca etc.).	7	6
Associações de classe	3	3
Praças públicas da cidade	1	1

Fonte: Pesquisa de campo realizada no período de 22 a 28/05/2006.

Como é possível ser evidenciado na tabela 1, os espaços privados de lazer se configuram como a maior opção dos atores sociais, já que somados perfazem 51% a mais do que a registrada nos espaços públicos, com destaque para o espaço do lar, que aparece como a maior opção para mais da metade dos atores pesquisados, representando 55%. Neste caso, este espaço assume um caráter predominante de interferência na escolha da prática do lazer por uma série de fatores determinantes, declarados pelos usuários, entre eles o entretenimento midiático da TV, internet, games, bem como os fatores sociais de segurança e os de caráter familiar. Tal situação caracteriza o que Dumazedier (1979, p. 123) assim define: "Trata-se da tradução, no lazer, do encolhimento do espaço de vida social". Esse indicador traz no seu bojo uma evidente tendência à redução sistemática da sociabilidade nos espaços públicos, que parece estar se fortalecendo à cada dia.

Entre os espaços públicos de lazer, as praias da cidade registraram a maior frequência opcional com uma taxa de 31%. Um aspecto que merece especial atenção é a rejeição dos atores sociais em optar pelo espaço das praças públicas, com registro de apenas 1%, o

que pressupõe a influência determinante de pelo menos dois aspectos: 1) A insegurança decorrente da violência urbana; 2) A mudança de hábitos e atitudes dos usuários de lazer que procuram outras alternativas mais prazerosas para ocupar seu tempo livre.

Um terceiro aspecto relevante a ser considerado diz respeito à própria falta desses espaços públicos nos bairros de Itajaí. Este fato é confirmado pelo levantamento empírico junto ao órgão público municipal responsável pelo planejamento e desenvolvimento urbano no que se refere à distribuição dos espaços públicos de lazer. A discussão desse aspecto sócio-espacial será tratada com maior profundidade mais adiante na análise e interpretação dos dados do quadro 1 que aborda a proporção da população por espaço público de lazer na zona urbana, visualizados na figura 1, numa representação gráfica da distribuição dos equipamentos públicos de lazer na zona urbana de Itajaí.

Tabela 2 – Modalidades de lazer mais praticadas

Modalidades	Frequência	%
Lazer esportivo	26	24
Lazer cultural	25	23
Lazer recreativo	75	68
Lazer turístico	5	5

Fonte: Pesquisa de campo realizada no período de 22 a 28/05/2006.

Antes de iniciar a análise dos dados sobre a opção mais freqüente das atividades de lazer, faz-se necessário observar que a definição das modalidades de lazer apresentadas na tabela 2 foram estabelecidas a partir das características tipológicas propostas por Dumazedier (1979, p. 122), que afirma: "como a definição do lazer, a classificação das atividades de lazer é objeto de controvérsias". Em sua concepção ela é construída socialmente seguindo três propriedades formais: a) É orientada a partir de um ponto de vista determinado; b) É finita, pois as probabilidades permitem estabelecer comparações favoráveis e desfavoráveis entre os casos possíveis; c) É coerente, uma vez que permite incluir classes menores em classes maiores, constituindo-se num todo coerente. Ele classifica objetivamente as atividades de lazer em cinco categorias: 1) Lazer físicos, que englobam atividades esportivas de um modo geral, a exemplo dos jogos com bola, a pesca, a caminhada, a natação, entre outras atividades físicas; 2) Lazer artísticos envolvendo atividades como as visitas a museus, a contemplação a monumentos, assistência a peças de teatro, telenovelas, cinema etc.; 3) Lazer práticos, que concentram as atividades manuais, na sua maioria, realizadas em casa, a exemplo da jardinagem, artesanato, consertos etc.; 4) Lazer intelectuais, que se caracterizam pela leitura de livros, jornais, internet, programas culturais de TV e; 5) Lazer sociais, que são as visitas feitas e recebidas, viagens, participação em espaços de sociabilização como praças, parques, praias etc. Como pôde ser observado, a imensa maioria dos atores sociais se dedica ao lazer recreativo, perfazendo uma taxa de 68%. É importante ressaltar que dentre estas atividades, a televisão e a informática destacam-se como as preferidas. Outro dado importante é equilíbrio das modalidades de lazer praticadas na sua maioria em espaços externos como é o caso do lazer esportivo e o cultural que somadas perfazem uma taxa de 47%.

Bairro	População	Espaço público de lazer	Proporção
Cordeiros	28.737	5 praças; 2 áreas verdes; 1 parque náutico; 1 praça desportiva; 1 centro de múltiplo uso.	2.874 / 1
São Vicente	25.401	4 praças; 1 campo de futebol; 1 centro poliesportivo; 1 centro de múltiplo uso; 1 praça desportiva.	3.175 / 1
Cidade Nova	14.592	3 praças; 1 área verde; 1 centro de convivência para crianças e adolescentes; 1 campo de futebol de areia; 1 praça desportiva, 1 centro de múltiplo uso.	1.824 / 1
Fazenda	13.718	10 praças; 1 teatro municipal; 1 ginásio de esportes; 1 campo de futebol de areia; 1 pista de skate; 1 praça poliesportiva; 1 passeio para caminhada; 1 centro de múltiplo uso; 1 mirante no Morro da Cruz.	722 / 1
São João	12.510	4 praças; 1 parque ecológico; 1 biblioteca pública; 1 ginásio de esportes.	1.787 / 1
Centro	10.558	12 praças; 1 casa da cultura; 1 arquivo histórico; 1 museu histórico; 1 centro de promoções; 1 mercado público; 1 centro desportivo; 1 pier turístico, 1 Estádio de Futebol.	528 / 1
Vila Operária	8.037	4 praças; 1 praça esportiva; 1 centro de convivência para idosos.	1.340 / 1
Dom Bosco	5.735	3 praças.	1.912 / 1
Barra do Rio	5.402	4 praças.	1.351 / 1
Espinheiros	3.731	Não há espaços públicos de lazer equipados.	--
Praia Brava	2.737	Não há espaços públicos de lazer equipados.	--
Itaipava	4.027	1 praça; 1 área verde.	2.015 / 1
Ressacada	3.697	1 praça; 1 pista olímpica de atletismo.	1.849 / 1
Salseiros	1.525	3 praças;	508 / 1
Cabeçudas	985	4 Praças; 2 Jardins; 1 Bica; 1 Molhe da barra para atividades diversificadas.	123 / 1
Canhanduba	558	Não há espaços públicos de lazer equipados.	--
Total	141.950		

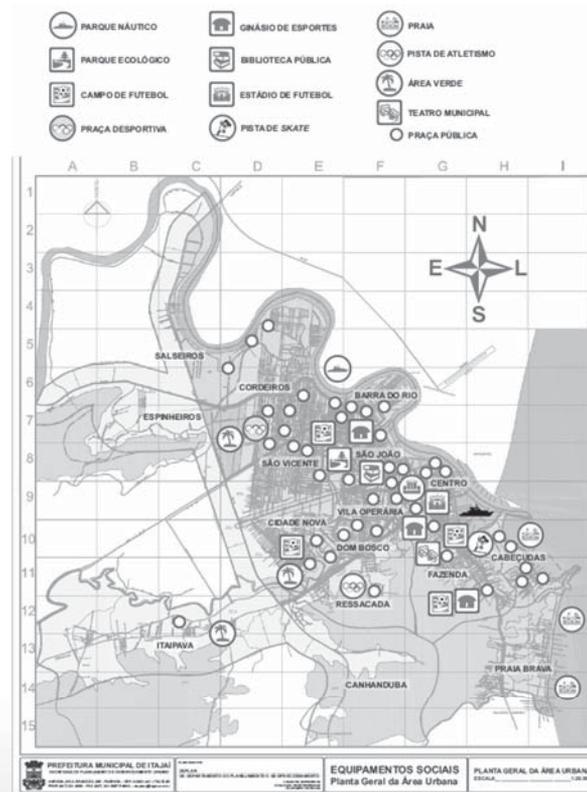
Quadro 1 – Proporção populacional por espaço público de lazer

Fontes: IBGE, Censo Demográfico 2000. SPDU (Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano), 2006.

Os dados demonstrados no quadro 1 revelam a realidade da estrutura pública de lazer nos bairros de Itajaí, demonstrando uma significativa desproporcionalidade, caracterizada pela concentração dos espaços de lazer públicos em áreas menos populosas. A exceção de alguns espaços naturais localizados nos Bairros Praia Brava e Cabeçudas que dispõem de 3 e 4 praias respectivamente, e do Bairro Fazenda que dispõe de um ótimo espaço para atividades náuticas, representado pelo espaço da Beira-Rio e Praça Genésio Miranda Lins, é possível identificar a grande distorção proporcional - a proporção (coluna 4) é obtida, dividindo-se a quantidade da população de cada Bairro (coluna 2), pela quantidade de espaços públicos de lazer dos respectivos bairros (coluna 3) - dos

espaços públicos de lazer nas últimas três décadas. Para uma melhor visualização dessa desproporcionalidade, a seguir é apresentado o mapa representativo da infraestrutura pública do lazer local.

Figura 1 - Mapa dos Equipamentos Públicos de lazer em Itajaí (SC)



Fonte: Adaptação efetuada pelos pesquisadores, a partir da planta geral da área urbana com os equipamentos sociais. DEPLAN, 2006.

Os dados demonstrados no quadro 1 e visualizados na figura 1 revelam que desde a aprovação da Lei 1.133/71, que instituiu o plano diretor de desenvolvimento de Itajaí não se estabeleceu uma sintonia entre a gestão da política urbana e a gestão das políticas setoriais de lazer, gerando um desequilíbrio problemático no atendimento às demandas sociais dos bairros mais populosos. Tal desequilíbrio vem formando um gargalo

entre o aumento populacional e a acelerada redução das áreas públicas disponíveis para construção de novos espaços de lazer.

Percebe-se, também, uma significativa desproporcionalidade caracterizada pela concentração dos espaços de lazer públicos em áreas menos populosas já desmonstrada no quadro 1 em desacordo com a Lei Orgânica do Município de Itajaí, promulgada em 1990, em que estabelece no seu artigo 117, que “a execução da política urbana está condicionada às funções sociais da cidade”, onde o lazer também figura no elenco das prioridades sociais.

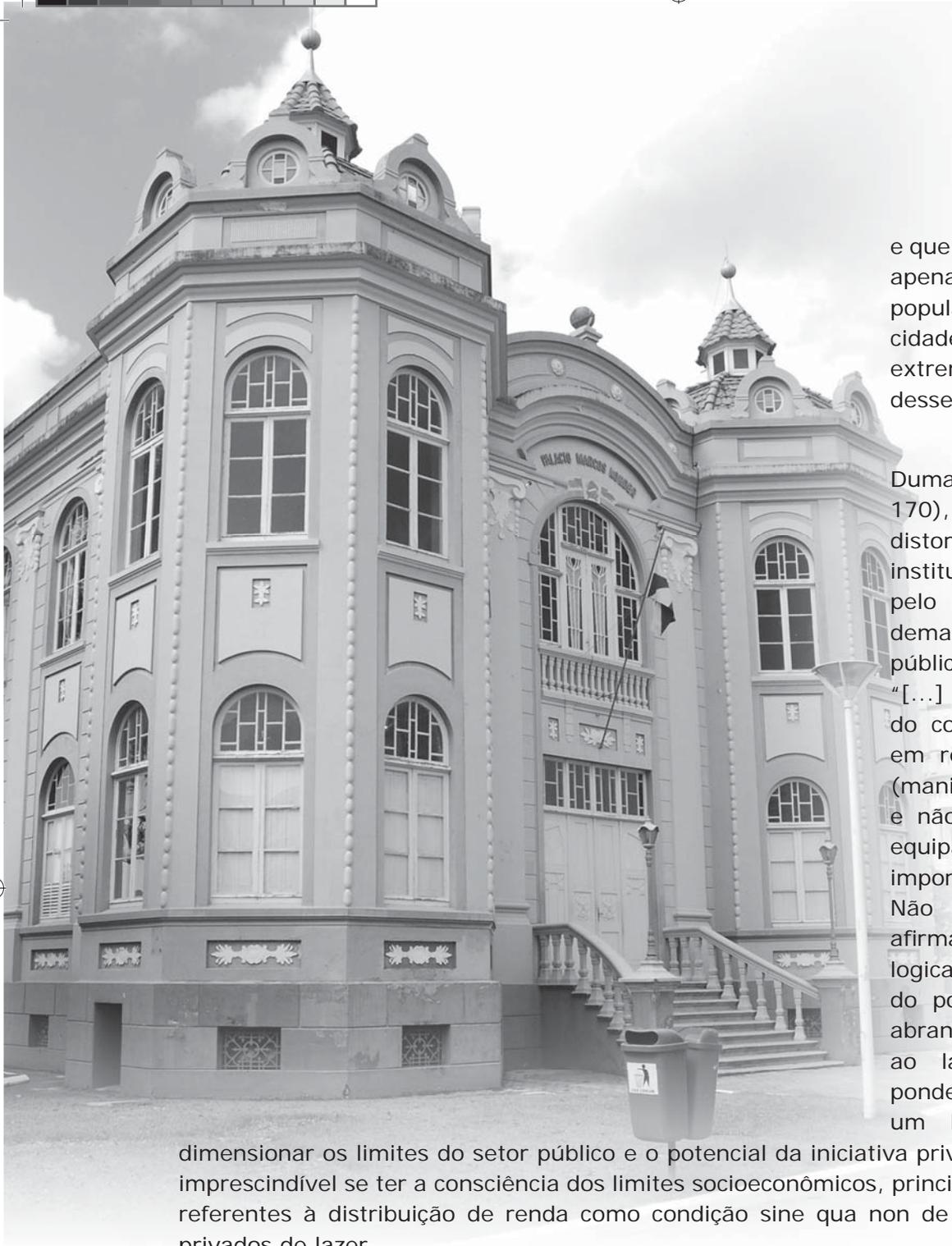
Contrariando as prerrogativas legais, o que se observa na realidade é uma precária política distributiva de espaços de lazer. Nos bairros de maior densidade demográfica registraram-se a menores quantidades desses espaços.

A densidade demográfica do município de Itajaí, segundo o Censo IBGE 2000, que foi a fonte de dados demográficos da pesquisa, era de 510 habitantes por quilômetro quadrado. Cabe registrar que, de acordo com a última contagem da população realizada em 2007 pelo IBGE esse número aumentou para 565 habitantes por quilômetro quadrado para uma população de 163.218 habitantes, distribuídos numa área total de 289 km².

No Bairro Cordeiros, a distorção proporcional chega a 2.874 habitantes para cada espaço de lazer. Já no Bairro São Vicente a situação é ainda mais crítica numa proporção de 3.175 habitantes para cada espaço de lazer, gerando uma atíssima demanda reprimida, sobretudo no que se refere às atividades esportivas. Sobre esse aspecto destaca-se mais uma vez o Bairro Cordeiros, que embora seja o mais populoso dispõe de apenas uma área desportiva pública, o que evidencia a grande demanda deste bairro por espaço de lazer. Neste contexto, a situação é crítica também para outros bairros da zona urbana que não dispõem de espaços públicos destinados às atividades esportivas. O Centro e o Bairro Fazenda são as duas regiões que concentram a maior fatia dos espaços públicos de lazer da cidade relativamente às suas populações, numa proporção média de 625 habitantes por espaço de lazer. É importante destacar que no primeiro semestre de 2006 o governo do estado de Santa Catarina, através da Lei N°. 13.728, de 06 de abril de 2006, autorizou a doação do Estádio Dr. Hercílio Luz, sede do Clube Náutico Marcílio Dias ao município de Itajaí. Trata-se da municipalização de um dos maiores espaços de esporte e lazer locais.

Essa miopia no processo de planejamento urbano associado ao modelo de produção espacial vigente fortalece a exclusão social por lazer, esporte e cultura da cidade. Corrigir essa grande distorção é um problema de enormes proporções. Aliás, esse não é um problema característico da cidade de Itajaí. Segundo Santos (1998), na cidade de São Paulo também se percebe o mesmo problema, com uma concentração dos espaços de lazer públicos e privados na região central. “Um resultado da planificação urbana capitalista combinada com o processo especulativo do mercado é a distribuição desigual dos equipamentos educacionais e de lazer”. (SANTOS, 1998, p. 90).

Quando se sabe que os espaços de lazer, cultura e esporte públicos estão concentrados em duas regiões da cidade, como é o caso dos Bairros Fazenda e Centro,



e que elas representam apenas 17% da população total da cidade, verifica-se a extrema concentração desses serviços.

Na concepção de Dumazedier (1979, p. 170), a redução dessa distorção sócio-espacial institucionalizada se dá pelo atendimento da demanda no espaço público e no privado. “[...] é o equilíbrio do conjunto de oferta em relação à procura (manifesta e latente) e não a pertença dos equipamentos que importa à população”. Não obstante esta afirmação ser logicamente aceitável do ponto de vista da abrangência de acesso ao lazer, é sensato ponderar que, se por um lado é possível

dimensionar os limites do setor público e o potencial da iniciativa privada, por outro, é imprescindível se ter a consciência dos limites socioeconômicos, principalmente aqueles referentes à distribuição de renda como condição sine qua non de acesso aos bens privados de lazer.

Não obstante a importância da dimensão privada do lazer no atendimento à enorme demanda social em espaços específicos de cultura, esporte, diversão e entretenimento as políticas públicas de lazer podem assumir um papel decisivo na produção do espaço público de sociabilidade. “O espaço, como um dos elementos fundamentais para a vivência do lazer, deve estar situado com grande relevância a partir da política urbanística da cidade”. (MARCELLINO, 2001, 126).

Este cenário não parece tão desolador para Dumazedier (1979, p. 170), uma vez que “[...] não basta construir alguns estádios suplementares, modernizar algumas bibliotecas públicas, erigir uma dezena de Casas de Cultura ou dobrar o milhar de Casas para os Jovens. Todas estas medidas são evidentemente úteis,



mas é mister, hoje, efetuar pesquisas globais". O posicionamento desse autor perpassa pela necessidade de se instituir projetos concatenados com a melhoria do desenvolvimento cultural das coletividades urbanas. Portanto, seu posicionamento transcende a questão estrutural do lazer, que pode ser minimizada com investimentos da iniciativa privada. Porém, a questão é mais profunda e remete ao caráter cultural das representações sociais do lazer. O investimento em pesquisas sociais de lazer também se configura como um importante fator de percepção da realidade e de propostas viáveis no curto e médio prazo.

Tudo isso amplia ainda mais o leque das discussões do papel da Administração Pública, com relação à formulação de Políticas de Lazer, e que vem se manifestando, na grande maioria de nossas cidades, pela ausência, ou falta de identidade, sendo substituídas pelos "Calendários de eventos", ou "pacotes" baixados dos gabinetes "técnicos" (MARCELLINO, 1996, p. 27).

Neste aspecto o lazer é entendido como uma questão de "cidadania, de participação cultural". Envolve a atividade criativa e ao mesmo tempo crítica e não conformista dos atores sociais, o que deveria ser desencadeada por uma grande discussão de entendimento do lazer, levando-se em consideração o seu duplo aspecto educativo, ou seja, suas potencialidades enquanto fator de mobilização e participação cultural em contraste com as barreiras socioculturais estabelecidas. Acrescentando-se, ainda, a percepção das limitações do poder público municipal e a necessidade da definição de prioridades na geração de políticas públicas a partir do diagnóstico situacional do lazer local, numa perspectiva intersetorial acerca da gestão de políticas públicas sócio-espaciais de lazer. Quanto ao duplo aspecto educativo cabe ressaltar o entendimento do lazer para além do descanso e do divertimento, considerando suas potencialidades de mobilização e participação culturais. Não obstante a importância do caráter sócio-cultural que uma política ampla de lazer demanda, é fundamental não se perder de vista a necessidade da definição de prioridades estruturais como as condições de uso e manutenção dos equipamentos e a própria distribuição desses no espaço urbano, que demanda ações importantes como a proposta de contemplar também questões relativas à formação e qualificação de profissionais para atuação nesses espaços.

Percepções Sócio-Espaciais Acerca do Lazer Local

Nesta parte do trabalho apresentam-se os resultados da pesquisa referente ao recorte amostral das percepções do itajaiense acerca do significado e importância social do lazer.

Tabela 3 – Demandas sócio-espaciais de lazer segundo os atores sociais

<u>Necessidades</u>	<u>Frequência</u>	<u>%</u>
Praça	59	54
Quadra	74	67
Cancha de bocha	44	40
Área verde	69	63

Pista de skate	50	45
Ciclovia	80	73
Pista para caminhada/cooper	64	58
Campo de vôlei areia	57	52
Equipamentos de ginástica	70	64
Campo de futebol suíço	54	49
Parque	82	75
Campo de futebol de areia	47	43

Fonte: Pesquisa de campo realizada no período de 22 a 28/05/2006.

Esse cenário apresentado na tabela 3 confirma a situação deficitária da organização urbana de Itajaí referente às questões espaciais de lazer, agravada pela falta de planejamento de longo prazo dos gestores públicos locais nas três últimas décadas. A falta de decisão quanto à organização urbanística gerou problemas sérios no trânsito local, inclusive, para os aficionados pelo lazer praticado com bicicletas. As principais ruas e avenidas da cidade não dispõem de ciclovias, prejudicando sobremaneira essa prática saudável e ambientalmente importante, principalmente, em se tratando de uma cidade quase que totalmente plana. Entretanto, é evidente os riscos que os ciclistas enfrentam num trânsito completamente tomado por veículos.

Evidenciou-se, também, que os equipamentos esportivos como quadras, campos de futebol, equipamentos de ginástica, entre outros, são uma necessidade real nos bairros. Milton Santos (1998, p. 47), ao refletir sobre as relações sócio-espaciais, considera que “[...] como morar na periferia é, na maioria das cidades brasileiras, destino dos pobres, eles estão condenados a não dispor de serviços sociais ou a utilizá-los precariamente, ainda que pagando por eles preços extorsivos”.

“Nas sociedades industriais, os construtores de cidades tiveram, antes de tudo, um ponto de vista utilitário; a transformação da natureza se fez em detrimento da contemplação, as relações sociais têm sido marcadas de maneira primordial pelo trabalho produtivo”. (DUMAZEDIER, 1979, p.172).

Nesta mesma linha de pensamento, Marcellino (1996, p. 35) conclui que “[...] é necessário que a administração municipal esteja ciente do risco de se tratar da questão do espaço, em especial do espaço de lazer, de acordo com a lógica do mercado e da especulação imobiliária”. Este autor considera que, enquanto espaço de lazer, até a própria rua é um fator merecedor da atenção do poder público, principalmente nas cidades em que os espaços são cada vez mais escassos. A situação agrava-se ainda mais diante da falta sistemática de segurança junto aos equipamentos públicos de lazer, como é o caso de Itajaí. Ele complementa seu pensamento destacando como ponto importante na discussão sócio-espacial do lazer a questão da convivência com os espaços “cheios” em detrimento dos “vazios”, cada vez mais escassos, em decorrência da mercantilização da produção espacial urbana. Nessa ótica a necessidade de espaços públicos de lazer passa a ser interpretada como um dos pontos centrais na discussão da agenda social local, ao lado de outras demandas não menos importantes como a educação, saúde e cultura.

Usuários do lazer

a) Recreação:

Diversão; distração; descontração; alegria e felicidade; curtir o que gosta de fazer; curtir o hobbie preferido; passear e viajar; caminhar; esporte; entretenimento; recreação e cultura.

b) Satisfação:

Estar de bem com a vida; prazer; bem-estar; é bom; sentir-se melhor; preenche a vida; é tudo; primordial para a vida.

c) Convivência:

União familiar; necessidade social; amizades; sociabilidade.

d) Oposição ao trabalho:

Descanso; ocupação do tempo livre; sossego; liberdade; esquecer os problemas do cotidiano.

e) Paz interior:

Meditação; relaxamento; qualidade de vida; é bom para a saúde; cuidado com o corpo e a mente; imaginação; paz interior; tranquilidade; religião; equilíbrio; paz; serenidade; terapia.

Gestores públicos do lazer

a) Direito social:

Direito de cidadania; direito social.

b) Paz interior:

Prazer, alegria; descanso mental.

c) Convivência

Socialização; confraternização.

d) Oposição ao trabalho:

Ocupação do tempo livre para diversão; atividade ou tempo para relaxamento; tempo e espaço para qualidade.

Gestores privados do lazer

a) Recreação:

Entretenimento e diversão; bailes e esportes.

b) Oposição ao trabalho:

Usar o tempo livre para fazer algo agradável e saudável com a família.

c) Convivência:

Local agradável para reunir a família; mais investimentos para que o associado participe mais; bem-estar social.

Quadro 2 – Representações sociais do lazer por grupos de atores e categorias de análise

Fonte: Pesquisa de campo realizada no período de 22/05 a 09/06/2006.

Os dados demonstrados no quadro 2 enfocam uma categoria de análise extremamente significativa para o objetivo do presente trabalho. Trata-se da categoria das representações sociais do lazer. O conceito das categorias de análise é desenvolvido por Gomes (1994, p. 70), para abranger “elementos ou aspectos com características comuns ou que se relacionam entre si”, como forma de aglutinar significados, idéias ou expressões que representam um conceito amplo do fenômeno pesquisado. Portanto, no intuito de identificar o significado de lazer na compreensão dos atores sociais, adotou-se a categoria das representações sociais, que segundo o mesmo autor envolve o



Hanna

Leandro de Delpho Stander

entendimento de pensamentos, ações e sentimentos representativos da realidade em que se inserem os atores pesquisados. Esses aspectos servem para explicar, justificar e questionar essa realidade objetiva. Portanto, no procedimento de análise e interpretação dos dados da pesquisa, optou-se por classificar os dados coletados por conjuntos de categorias de análise respectivamente aos grupos de atores sociais investigados.

Portanto, é possível evidenciar no quadro 2 que o significado do lazer na concepção dos atores sociais está associado a valores intrínsecos ao seu conceito moderno: recreação, satisfação, convivência, oposição ao trabalho e paz interior. Porém, um aspecto relevante a ser destacado é o fato do lazer, não ser considerado como “direito social”. O que sugere uma interpretação consubstanciada na ausência de uma consciência cidadã. Sobre este aspecto, Santos (1998, p. 12), trata da desapropriação da cidadania estabelecendo como parâmetro “[...] o escopo outorgado, estabelecido pelos que mandam, mas jamais de escopo finalístico a atingir”. O posicionamento desse

autor sobre a perda da identidade cidadã no caso brasileiro está diretamente relacionada à “[...] convergência de várias causas, ao mesmo tempo revolucionárias e dissolventes, iria ter um impacto fortemente negativo no processo de formação da idéia da cidadania e da realidade do cidadão”.

Na concepção de Marcellino (1996. P. 27), este caráter cidadão de protagonismo é tratado como participação cultural o que gera a atividade não-conformista, portanto, crítica e criativa de atores historicamente situados.

Proponho que a discussão passe pelo entendimento amplo do lazer, em termos de conteúdo, pela consideração do seu duplo aspecto educativo, suas possibilidades enquanto instrumento de mobilização e participação cultural, as barreiras socioculturais verificadas, e por outro lado, pelos limites da Administração Municipal e a necessidade de fixação de prioridades a partir da análise de situação.

Ao considerar a questão do lazer de modo não isolado da questão sócio-cultural na sua totalidade, é importante considerar, também, suas especificidades: a) interface com as políticas públicas de educação, saúde, promoção social etc.; b) instrumental de mobilização e participação cultural; c) barreiras sócio-culturais; d) limites da administração pública.

O problema histórico das migrações desenraizadas, o violento processo de urbanização concentrador, a massificação do consumo aliado ao crescimento econômico “delirante”, a apropriação concentradora dos meios de comunicação e a degradação do sistema educacional. Aliado a todo esse complexo processo de degeneração social impunha-se um duro regime antidemocrático que suprimiu os direitos individuais, instituindo uma filosofia de privilégios de acesso aos meios materiais como forma de buscar a ascensão social em detrimento dos valores humanos. “Em lugar do cidadão formou-se um consumidor, que aceita ser chamado de usuário” (SANTOS, 1998, p. 13).





1.º lugar, *America*
2.º " " *Barroco*
3.º " " *Barroco*

Tabela 4 – Percepção social do lazer nos espaços públicos?

Função social do lazer	Frequência	%
Necessário para o desenvolvimento social	106	96
Não há necessidade	0	0
Incentiva a vagabundagem	10	9
Aumenta a violência	16	15
Contribui para o uso de drogas	17	15
No passado era melhor	62	56
Hoje é perigoso praticar por causa da violência urbana	57	52
Falta espaço público	95	86
Outros	5	5

Fonte: Pesquisa de campo realizada no período de 22 a 28/05/2006.

Os dados demonstrados na tabela 4 permitem inferir que há uma consciência muito próxima da totalidade, representada por 96% dos atores sociais, que considera o lazer um fator necessário para o desenvolvimento social. Esta informação é extremamente relevante do ponto de vista político-social uma vez que se evidencia uma percepção clara da importância do lazer para os cidadãos itajaienses, apesar de alguns ainda o conceberem como um estímulo à vagabundagem, ao uso de drogas, ao aumento da violência etc.

Embora o lazer, na opinião da maioria dos atores sociais, represente uma necessidade para o desenvolvimento social, vale ressaltar a crítica apontada por Marcellino (1996) a respeito da visão reducionista acerca do conteúdo do lazer no Brasil, expressa no próprio texto constitucional que trata do Desporto. Segundo esse autor a expressão textual de que "[...] cabe ao poder público incentivar o lazer como forma de promoção social" (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988, p. 173), é carregada de vícios assistencialistas e de justificativas baseadas em critérios utilitários. "Nota-se, ainda, no próprio texto constitucional, a vinculação restritiva a um único conteúdo (esporte)" (MARCELLINO, 1996, p. 25).

Por outro lado, uma parcela significativa dos atores sociais (56%) prefere conservar as formas de lazer do passado, justamente pelo seu caráter amistoso, criativo e de preservação dos valores humanos mais essenciais, apesar da escassez no que tange aos equipamentos. O contraste frente a esse saudosismo é, porém, observado no percentual de pessoas (86%) que declararam faltar espaços públicos de lazer.



Considerações finais

No que se refere às representações sociais do lazer ficou evidente, no recorte amostral representativo dos itajaienses, que a diversidade de simbolismos conceituais que norteia a concepção dos atores sociais está associada a valores intrínsecos ao seu conceito moderno: recreação, satisfação, convivência, oposição ao trabalho e paz interior. Porém, um aspecto relevante a ser destacado é o fato do lazer não ser considerado como direito social.

Pôde ser observado, como principais demandas sócio-espaciais de lazer, segundo a visão dos próprios atores sociais, a falta de ciclovias e parques, além da disponibilização de novos equipamentos esportivos como quadras, campos de futebol, equipamentos de ginástica entre outros, que são necessidades básicas em vários bairros ainda carentes desses espaços devidamente equipados. Além desses investimentos, pôde-se observar a necessidade da manutenção dos equipamentos já existentes e a disponibilização de pessoal qualificado para orientação e animação do lazer, bem como pessoal para garantir a segurança dos praticantes e a preservação desses equipamentos.

Enfim, um fator relevante a ser considerado em relação à evidência do lazer não figurar no elenco das prioridades sociais de Itajaí, é a clara contradição prática da gestão urbana local com o que estabelece a legislação maior do município, constituindo-se num importante fator de limitação à democratização do lazer no município de Itajaí. Já que a própria Lei Orgânica municipal propõe uma política urbana condicionada a sua função social, quando se observa na realidade uma precária política distributiva de espaços de lazer, que não dá conta de atender às reais necessidades. Estas demandas, se atendidas com eficiência, eficácia e efetividade através da formulação de políticas públicas setoriais de lazer consistentes e aplicáveis a médio e longo prazo, poderiam contribuir significativamente para reduzir as lacunas históricas relativas à promoção social do lazer conforme pôde ser evidenciado nos resultados apresentados neste trabalho.

Referências

- ABBAGNANO, N. **Dicionário de filosofia**; tradução de Alfredo Bosi. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 611.
- BACAL, S. **Lazer** - teoria e pesquisa. São Paulo: Loyola, 1988.
- BRASIL. **Constituição 1988**. Texto Constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº. 1/1992 a 30/2000 e Emendas Constitucionais de Revisão nº. 1 a 6/1994. - Ed. Atual. Em 2000. - Brasília: Senado Federal, Gabinete do 4º Secretário, 2000.
- BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. O Brasil por município. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/>>. Acesso em: 24 de maio de 2005.
- DUMAZEDIER, J. **Sociologia Empírica do Lazer**. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- _____. **Valores e conteúdos culturais do lazer**. São Paulo: Serviço Social do Comércio, 1984.
- GOMES, R. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Maria Cecília de Souza Minayo (Org.). Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- ITAJAÍ. Lex. Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br/cgi-local/advancedsearchnew2.pl>>. Acesso



em: 05 de janeiro de 2006.

ITAJAÍ. Lei Orgânica do Município de Itajaí. Lex. Itajaí, 04 de abril de 1990. Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br/cgi-local/leiorganica.pl?cidade=Itajai&estado=SC>>. Acesso em: 07 de janeiro de 2006.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do Turismo**: Para uma nova compreensão do lazer e das viagens. São Paulo: Aleph, 1989.

MARCELLINO, N. C. (Org.). Lazer e Qualidade de Vida. In: **Políticas Públicas Setoriais de Lazer**: o papel das prefeituras. Campinas: Autores Associados, 1996.

_____. Políticas de Lazer: mercadores ou educadores? In: **Lazer e esporte**: políticas públicas. Campinas: Autores Associados, 2001.

MOREIRA, S. M. T. O porto da madeira. In: **Itajaí**: outras histórias. LENZI, R. M. (Org.). Itajaí, Prefeitura Municipal/Secretaria de Educação: Fundação Genésio Miranda Lins, 2002.

MORENO, C. Trabalho. In: Sua língua por Cláudio Moreno. Disponível em: <http://educaterra.terra.com.br/suaçingua/02/02_trabalho.htm> Acesso em: 12 de abril de 2005.

SANTA CATARINA. **LEI** N°. 13.728, de 06 de abril de 2006. Autoriza a doação de imóvel no Município de Itajaí. Lex. Florianópolis, 2006.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1998.

WERNECK, C. L. G. **Lazer, Recreação e Educação Física**. Belo Horizonte - MG, Autêntica, 2003.







Outras cabeças - Cristiano Moreira

Outras cabeças. Ainda mais sentenças

Cristiano Moreira
Poeta

A minha frente paira uma nevoa
espessa

Ossip Mandelstam

Alguns aspectos chamam a atenção na instalação coletiva dos artistas da AOCA, Associação de artistas da cidade de Itajaí, / SC. Aspectos que possibilitam a este texto a possibilidade de tecer alguns comentários que tenham em vista um posicionamento dialético diante da imagem exposta, bem como a problematização acerca do lugar (a) possível da arte contemporânea. A instalação é um painel com reproduções de fotos em primeiro plano dos artistas da AOCA. Fotografias, ou melhor, cópias de fotografias em preto e branco que reproduzem o rosto de cada artista com os olhos fechados. O painel, sem título, de aproximadamente três metros de largura e oito de comprimento, desce de uma parede branca e se estende pelo chão. Há, no centro, uma poltrona. Uma poltrona que, como objeto útil, sugere ou convida ao ato simples de olhar. Mas olhar o que?





Por que um painel com rostos de olhos fechados? Não se trata de um conjunto de cabeças decapitadas como as que eram fotografadas no século XVIII; seria uma releitura da fotografia do bando de Virgulino Ferreira, o Lampião? Ou ainda, se quisermos continuar uma leitura vertical, um neo-dadaísmo, seguindo o manifesto Dada onde lemos as palavras de Francis Picabia bradando que “Dada é vida, Dada é nada: vida e morte”. Um simulacro de mortos como um mausoléu das artes, um museu? Museu de cabeças? O museu é uma política para as artes que estabelece o ponto final, a morte.



Podemos lembrar Giorgio Agamben quando diz que “tudo pode tornar-se museu, na medida em que esse termo indica simplesmente a exposição de uma impossibilidade de usar, de habitar, de fazer experiência” (AGAMBEN, 2007, p. 73). Impossibilidade de usar, diz Agamben, para lembrar uma aporia da arte diante do mundo do dispêndio e do espetáculo. Pensar a arte como utilidade na medida em que torna o próprio objeto inoperante, ou seja, retirar dele toda a utilidade. Exemplo disto foi o que Marcel Duchamp fez com o banco de cozinha que todos passaram a chamar de Roda de Bicicleta. Duchamp





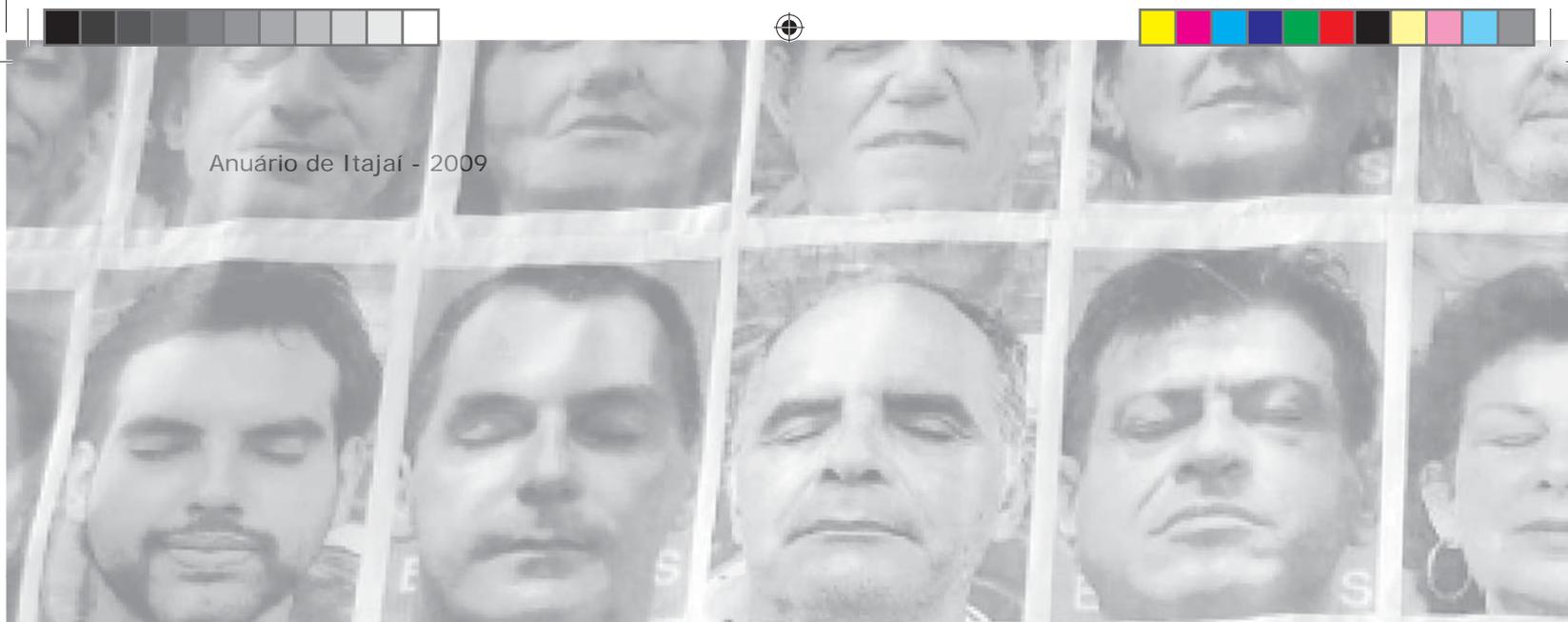
in-operou o banco de cozinha, retirou dele a utilidade para o qual foi criado. Então diante deste painel de rostos, olhamos o que não nos vê? Não somos vistos? Vejamos algumas armadilhas espalhadas pelo campo que um rosto.

Na anatomia humana há a cabeça. O rosto é uma configuração engendrada pela linguagem: é quando a natureza humana é capturada pela imagem ou, dito de outra forma, é quando o homem quer se apropriar de sua aparência, se nomeia. O rosto é



uma semiologia; o rosto: uma cidade. O problema aparece, também, na medida em que a imagem se torna um dispositivo político, uma semiótica que estabelece um *locus* de poder, porque a exposição, diz Giorgio Agamben, é o lugar da política. Diz ainda o filósofo italiano que “na verdade, o rosto, a exposição, são hoje objetos de uma guerra civil planetária, cujo campo de batalha é a vida social inteira” (AGAMBEN, 2002, p. 71). Portanto, a questão do rosto é afetada por um olhar que o olha e imprime sobre essa superfície não somente marcas de ideologias; antes, orienta uma economia para

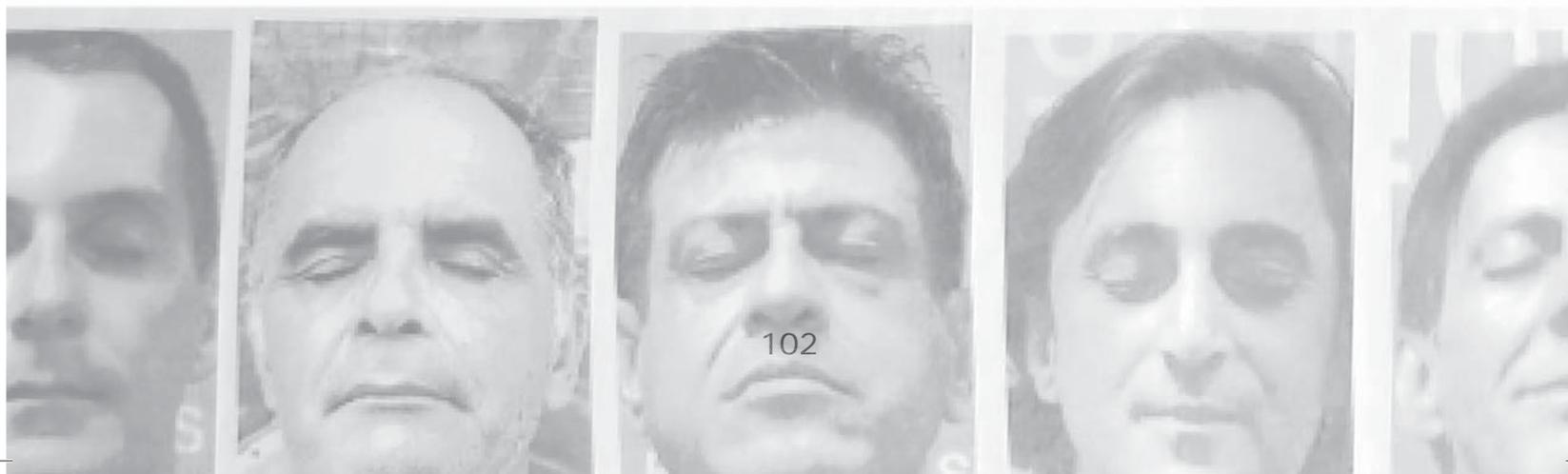




organizar o poder. O rosto torna-se campo de tensão ou, se quisermos, um plano onde se pode encontrar os rastros da ação de uma máquina abstrata, como quem segue um arado ou buril. Ao significarmos o rosto, ao propormos para tudo um "rosto" perdemos a animalidade, a abertura ao múltiplo. Qual a multiplicidade possível nesta instalação: seria um manifesto silente da dissolução do conjunto (quando fechamos os olhos não podemos ver a comunidade)? Não poderemos sequer tentar a dialética da imagem, sequer um carácter messiânico. Estamos sim diante de uma imagem agonística, o juízo final? O momento do *click*, é o dia do juízo; o dia do juízo, todos os dias.

A justaposição dos rostos neste painel da AOCA poderia compor uma narrativa, pois estamos falando, afinal de contas, de rostos e "rostos", no sentido em que desenvolvo este artigo apoiado em Gilles Deleuze e Giorgio Agamben. São desenhados ou inscritos pela política no sentido amplo do termo. Claro que, se pensarmos em biopolítica, estaremos diante de um desenho ainda mais complexo, porque temos nos rostos aquela semiologia já apontada aqui, que é a semiótica do mercado, do lugar de poder, da utilidade.

Não é por acaso que o cinema, principalmente o cinema soviético de Kulechov e Eisenstein, utilizando a montagem, criou efeitos de estranhamento e usou o primeiro plano (os rostos) como o plano da dor ou cólera (ver *O Encouraçado Pontenkin*). No cinema, assim como na cidade, nas casas, criam-se rostos inclusive para outros objetos, conforme a frase de Eisenstein: "aquela chaleira me olha". É pensar simplesmente na narrativa dos objetos em *A bela e a fera* ou, com menos luz, no *Odradek*, personagem de Kafka que parece uma espécie de carretel. Que objeto mais provido de rosto que o *Aleph*, do conto de Jorge Luis Borges? O que o torna, no entanto, um tesouro, ou melhor, um dom, é seu aspecto quadridimensional. Diante do *Aleph*, o narrador pode ter uma visão ampla do mundo, foge da prisão espaço-temporal.





Outras cabeças - Cristiano Moreira

Não se trata mais de uma semiologia do rosto primitivo, plurívoco, múltiplo, o rosto como um campo aberto, livre. A semiótica do poder destrói esse aberto do campo-rosto, sua natureza; ocupa-o moldando com o que conhecemos por subjetividade e significações, as "rostidades", um mundo de "sentidos". Pode ser proveitoso pensar como este rosto recebe essas significâncias. Pensar no efeito daquilo que Deleuze-Guattari chamam de "máquina abstrata de rostidade". Essa máquina é abstrata, pois inicia seu trabalho ao longo da história. Resulta nos dias de hoje em um poder introjetado nos corpos, mesmo que esses corpos não percebam, que neguem esse biopoder, agindo no *modus operandi* dos indivíduos, compondo o rosto com o qual o sujeito deve se apresentar nas relações sociais, nas segmentariedades das relações que desenvolvem ou cultivam. Seguindo ainda Deleuze-Guattari, saberemos que "determinadas formações sociais têm necessidade de rosto"; a semiótica somente poderá agir sobre um corpo já cooptado pelo poder, já rostificado. Lembremos, o corpo não tem rosto. O rosto constitui, segundo esses pensadores, um agenciamento maquínico "muro branco-buraco negro". Além do aqui descrito até agora, diante do painel de fotos da AOCA, estamos diante de um muro-branco cheio de buracos-negros. Cada fotografia, ou melhor, reprodução, é um buraco negro.

Simplificando bastante, são uma espécie de prisão os buracos negros, os muros brancos. Sobre o muro branco, o território das significações, no interior dos buracos-negros, o território da subjetivação. Nossa relação com a exterioridade, nossos afetos. A necessidade de significar constitui os fios que envolvem estes contornos, que sobrepõem camadas, os estratos de subjetivações sedimentados pela sociedade naquilo que se chama história, o buraco negro. Percebamos as imagens, elas são o corpo mesmo, os corpos os muros brancos de onde de(s)colam significantes. Cada imagem construída é um forte, um *bunker*, construção social de um corpo de guerra. Para fugir destas clausuras, é necessário desfazer o rosto. Tarefa árdua, não basta fechar os olhos.



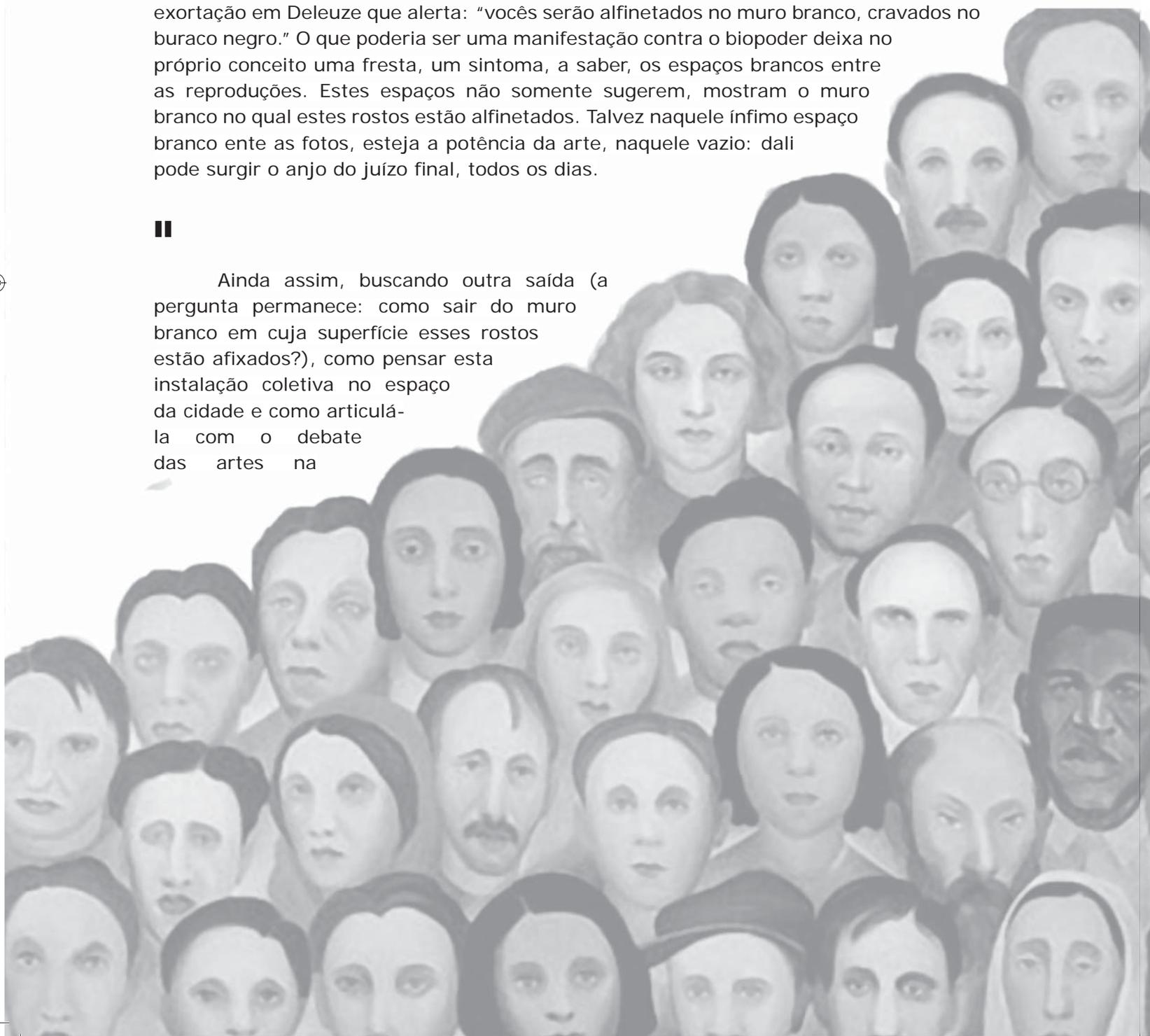


A arte é um meio, não um fim, talvez um meio sem fim. Podemos utilizá-la para criar linhas de fuga, subverter o domínio do biopoder, avançar os limites, trabalhar a arte como fronteiras elásticas. Deleuze alerta para que conheçamos esses buracos negros-muros brancos para que conheçamos os nossos rostos, do que são feitos, como foram desenhadas as impressões que os marcam. Sem isto não há meios de fuga. É estar no meio de um labirinto de imagens ou num deserto (que podem ser a mesma coisa).

Portanto, poderíamos ler a instalação como uma forma de subversão do olhar, negação do olhar. Mas fechar os olhos não auxilia a derrubada do muro, tampouco o aterro do buraco-negro. Uma imagem é sempre potência e olha mesmo de olhos fechados. Mas fechar os olhos não significa desfazer o rosto, fugir da fábrica de "sentidos". Há uma exortação em Deleuze que alerta: "você serão alfinetados no muro branco, cravados no buraco negro." O que poderia ser uma manifestação contra o biopoder deixa no próprio conceito uma fresta, um sintoma, a saber, os espaços brancos entre as reproduções. Estes espaços não somente sugerem, mostram o muro branco no qual estes rostos estão alfinetados. Talvez naquele ínfimo espaço branco ente as fotos, esteja a potência da arte, naquele vazio: dali pode surgir o anjo do juízo final, todos os dias.

II

Ainda assim, buscando outra saída (a pergunta permanece: como sair do muro branco em cuja superfície esses rostos estão afixados?), como pensar esta instalação coletiva no espaço da cidade e como articulá-la com o debate das artes na





modernidade? Vejamos: imagens instaladas à beira-mar, lugar onde tradicionalmente os homens observam, lançam não somente as tarrafas, mas antes, os olhares no horizonte sempre na possibilidade da viagem.

Retomando. Ali, nestas margens, rostos de olhos fechados ou cabeças expostas? Releitura das lutas, das degolas? Degolas da Guerra do Paraguai, Canudos? Outras lutas ainda, a arte como uma luta, campo de tensões, constitui uma forma conceber a arte moderna. É necessário acrescentar a estas tensões, aos elementos dos campos de força, o tempo. A arte moderna usa o espaço da memória na medida em que o virtual é tido como potência. A instalação da AOCA atualiza essa virtualidade em que navegava a montagem surrealista de Salvador Dalí (*Le phénomène de l'extase*, 1933), retoma as concepções batailleanas do ser acéfalo. Bataille diz que o homem desprovido de cabeça se parece com qualquer coisa como um monstro, uma aranha ou um escarro. "O corpo

acéfalo evoca o 'vazio alucinante que se contemplam nos altos cumes', o corpo acéfalo evoca o 'vazio alucinante' que confere ao ser humano um outro rosto" (BATAILLE, 2002, p. 204). Há na AOCA esta acefalia? Ser acéfalo significa também não ter um líder, ser contra o estado, ter enfim várias cabeças. Isto ocorre? Ou as cabeças decapitadas são alguma espécie de presságio?

A cabeça sem o corpo inevitavelmente nos fará lembrar a Górgona, o ser que transforma em pedra quem a olha. O ser humano é petrificado por estar diante de seu duplo, de sua condição de mortal, ao olhar para a Górgona: vê a noite eterna que cairá sobre o homem. Essa visão provoca um fascínio intenso e então nos perdemos. A palavra *Gorgó* significa perder a visão; como pedra, ficamos cegos diante de tamanha sedução. A cabeça de Batista é servida em uma bandeja de prata, a festa do fim. As cabeças da instalação da AOCA são servidas em um painel, por sobre ele andamos, nos sentamos e ficamos face a face com uma sorte de desaparecimento. A poltrona seria o convite a este confim entre o que vemos e o que nos olha? Creio que não. Quero crer que não.

Lembremos ainda, rapidamente, a história de Salomé, pintada por diversos artistas como Gustave Moreau (*L'apparition*, 1875), Aubrey Beardsley (*J'ai baissé la bouche*, 1893), De Chirico (*Le chant d'amour*, 1914) ou ainda (outras cabeças) o pernambucano Gil Vicente com a sua série de rostos intitulados *Sessenta cabeças* (1997), pintados com nanquim e carvão. Retratos que visam não uma subjetividade como os retratos 3x4, mas essa mesma luta cujas armas são noções como "ritmo,

expansão, tensão, desdobramento, intensidade...diante dessas seqüência de cabeças, várias delas beirando a abstração, nós, expectadores, colocamo-nos diante da dimensão plural do nosso enigma" (FARIAS, 2000, p. 20). Trata-se de um enigma porque as camadas estratificadas de sentido obscurecem o rosto que antes de ser um aspecto fisionômico, identidade, sujeito, era apenas nudez. Agora as cabeças de olhos fechados questionam o expectador sentado na poltrona; "decifra-me", talvez digam. Pior que o enigma da esfinge, pois exige uma arqueologia, escavação até chegar ao rosto nu novamente, inexpressivo, o rosto a-político, a-funcional, a-tópico. Quem deve fechar os olhos?

O rosto percorre toda a história da arte, é uma narrativa, um relato. Um rosto de olhos fechados, uma múmia, pode ser um relato moderno, produto de sonhos ou pesadelos, desenvolvimentos e catástrofes, caminhadas pela cidade que também pode ser labirinto. O labirinto pode ser um espaço onde o homem dança, erra e se entrega de olhos fechados (mesmo aquele que, desconfiado, espia). De olhos fechados, à deriva, o susto de permanecer na cidade moderna e tentar ultrapassar fronteiras, transgredir. Assim como Louis Aragon enfrentou as catástrofes da cidade criando seu guia, podemos olhar estas cabeças de olhos fechados como as imagens do sonho do camponês em Paris, dos pescadores em Itajaí ou dos artistas à beira do atlântico,

[...] aí estão todos os personagens fabulosos: o dono do armazém, o capitão de equipamentos, a rainha, o cantor, o esquimó, a dona da loja de laticínios. Cabeça, não caia ainda sobre o solo. Arregale os olhos, cabeça. Todas essas coisas não seriam imagens confundidas de um reflexo de mim mesmo? Você pode ouvir a língua híbrida que traz a brisa arrastando os trigos humanos? São palavras dementes que falam da felicidade. Cabeça, não caia ainda. Escute, parece o canto que brota das paredes úmidas das prisões ao fim uma bela jornada....Caia, caia cabeça, já jogamos bilboquê demais, sonhamos demais, vivemos demais. Basta: que a fumaça volte à chama, que o futuro se curve diante do dia...A cabeça agora aprende a reconhecer os pés. Há diversos tipos de pessoas que passam por esse caminho no campo. Seus modos de andar são variáveis até o infinito. Seus passos traem os múltiplos movimentos de seus corações. Passos pesados de lavrador, passos da moça, do assassino apressado que foge na relva e corre. E vocês, pés descalços, cansados, adoráveis. A cabeça vai rolar suavemente em direção ao mar (ARAGON, 1996, p. 211/212).

ITAJAÍ - Sta. Catharina
106
O "Itaipava" encalhado na barra



O espaço da arte talvez não seja a instituição, mas pode ser. Talvez o mar, o *lá*. Melhor seria a beira do rio, da rua, lá todos passam. Estas passagens seriam propulsoras da arte visual pois provocariam uma dinâmica maior dos olhares, seria talvez um pouco mais provocada a profanação do mito, da idolatria. Ou ainda, as pessoas apressadas, nas ruas, mas também no *hall* da biblioteca (onde foi exposta a instalação), não olhariam esta instalação que mostra vários rostos com os olhos fechados. As pessoas passam sem ver o painel. Talvez aí neste ínfimo confim do não-olhar se abra o espaço do êxito da instalação, um diálogo com o movimento da arte moderna: o vazio, o deserto. A atenção à pura negação de representar; deixar vaziar as sentenças, quantas cabeças houver para ouvir ou olvidar. A instalação não é um evento, acontece onde ninguém vê. Ouvimos o verso de Mandelstan: "à minha frente paira uma névoa espessa". Parece um naufrágio.

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. **Profanacoes**. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 73.
AGAMBEN, Giorgio. **Medios sin fin**. Madri: Editora Nacional, 2002, p.71.
Bataille, Georges. Apud. Robert Moraes, Eliana. **O corpo Impossível**. São Paulo; Iluminuras, 2002, p. 204.
FARIAS, A. **Desenhos**, livro de Gil Vicente. Museu de Arte Moderna Aloísio Magalhães, Recife, 2000, p.20.
ARAGON, Louis. **O Campones de Paris**. Rio de Janeiro; Imago, 1996, p. 211/212.

Diários de viagem Max José Schumann

*Transcrição feita por Saulo Adami
Escritor e editor*

Relatos de viagens do engenheiro Max José Schumann foram publicados no jornal *Novidades*, de Itajaí, na primeira década do século XX: *No centro do município de Nova Trento* (1908), *Uma excursão no centro de Brusque* (1907), *Uma excursão pelo interior de Brusque* (1908) e *D'aqui a Lages em 3 dias* (1908).

O engenheiro Max José Schumann foi chefe do Commissariado de Terras e Colonização do Segundo Distrito, com sede em Brusque (1907-1912), organizou e realizou várias expedições pelo interior daquele município, a maior parte delas descritas em textos publicados no jornal *Novidades*, de Itajaí, em 1907 e 1908. Foi membro da Comissão das Comemorações dos 50 Anos de Brusque (1910), foi premiado (medalhas de ouro e prata) na Grande Exposição Nacional do Rio de Janeiro (1908) e conquistou o Grande Prêmio da Grande Exposição Internacional de Turim (Itália, 1911), com 308 amostras de madeiras. Mantida a ortografia original.

1. No centro do município de Nova Trento

O CONHECIMENTO QUE AGORA ASSIM SE TEM D'ESSAS TERRAS, vem demonstrar as vantagens e facilidades que offerecem á construcção da estrada na sua 1ª. secção, isto é, até o Ribeirão do Ouro. São várzeas fertilizadas por abundantes cursos d'água e portanto com optimas condições para colonisação. Por sua vez, o terreno em geral, n'aquella zona, não apresenta accidentes que difficultem a construcção.



Ainda mais uma vez nos dirigimos á nossa representação federal e sobretudo ao prestigioso catharinense dr. Lauro Müller, cuja intervenção é valiosíssima para o sucesso de um problema de tanto alcance, para que tomem em consideração os planos do sr. Renaux e façam a parte que lhes competir para que se tornem realidade.

À realização do meu projecto de cruzar as mattas virgens e ainda quase desconhecidas entre o Rio Braço, o mais importante affluente do rio Tijucas, que, com a bacia dos seus tributários, ribeirões e arroios, forma o Município neo-trentino, e o Ribeirão do Ouro, hoje geralmente conhecido pelas suas ricas jazidas de cal, que a flexível actividade do nosso conterrâneo, coronel Carlos Renaux, pretende no bem geral explorar, levou-me a uma zona do nosso Estado, que, uma vez aberta á immigração, brevemente vai transformar-se em uma colônia florescente e riquíssima.

Raras vezes até hoje, encontrei um rio que no seu álto curso offereça em quasi toda a sua extensão margens tão suaves e pouco íngremes como o Rio Braço. Eis aqui mais uma prova do que já algumas vezes, em artigos anteriores, tenho exposto, que a extraordinária íngremidade e, seja-me permittida a palavra, a ferocidade da Serra do Mar, n'uma certa altura, perde o seu character ultramontanhoso, e aplainando-se para o centro até um certo grão, está formando assim até a Serra Geral um enorme planalto. A última cordilheira para si transformar-se na mesma forma na região serrana. Mas quem espera encontrar aqui uma só planície soffrerá uma grande desillusão, pois morros ainda há bastante, porém de fácil acesso e situados entre suaves e largos valles e várzeas.

A chave para toda esta zona por mim percorrida é a actualmente ultima linha colonial, a do Macaco. Ligada com a rêde vicinal do município por uma picada de cargueiros, n'uma extensão de mais ou menos oito kilometros, exige este caminho a sua transformação n'uma estrada de rodagem. Sòmente assim pode se impulsionar toda zona do Alto Braço. O Macaco, o ultimo reducto da civilização, forma ainda uma zona contestada, o colono ahi collocado vê-se continuamente obrigado a achar-se alerta, porém o curioso e talvez malévolo indígena ainda gosta de freqüentar estas paisagens, definitivamente incorporadas á florescente aureola de colônias, que cingem a nossa Santa Catharina.





Infelizmente, estes dois motivos não o deixaram andar no desejável progresso. A falta dos meios de exportar os productos e mais ainda o receio dos bugres deixaram estas terras excellentes, porém em parte íngremes, despovoadas e, por isso tanto mais louvável è a energia e corajosa resistência do único morador Carlos Brange, que, há treze annos, collocado neste sertão, não temeu o selvagem nem difficuldades da exportação dos seus productos.

Sahindo do matto, não há ninguém que não arbitrará esta vasta lacuna n'este mar verde, hoje transformada em florescentes roças e pastos, com uma criação regular de gado vaccum, como o trabalho abençoado d'uma vida inteira. Hoje o velho sr. Carlos está gozando, no selo d'uma numerosa família, com toda tranqüillidade, os fructos do seu trabalho. O grande numero de cachorros bravos e vigilantes està muito reduzido; o canno de fogo, que antigamente noite por noite, avisava aos bugres escondidos nas mattas ao redor da casa uma recepção de chumbo e pólvora, há annos que não falla mais. O indígena apparece hoje sòmente aqui de vereda, ou para descobrir qualquer novidade. Elle recuou os seus ranchos e toldos para as regiões, onde por enquanto a espingarda não atrôa. Dos três ranchos, que na abertura da picada foram por nós encontrados n'um planalto do Macaco, nada resta senão o nome do lugar.

A descida da serra do mesmo nome é muito mais suave do que a subida e conduz o excursionista à várzea do Ribeirão do Reginaldo. Passando um outro morro, chega-se a uma extensa várzea do Rio Braço. Assim vai na mesma forma o rio para cima. Com excepção do Ribeirão do Meio, com o Sapo e o Capivary na margem esquerda, e o Cotia e o Veado, na direita, têm todos elles extensas várzeas, cujas terras estão esperando sòmente o braço do colono para realisarem as suas riquezas naturaes.

Informaram-me os caçadores que acompanharam, que algumas d'ellas são tão extensas, que se podem medir três lotes, um no fundo do outro. Faltou-me tempo, para percorrer a zona, porque tinha sòmente poucos dias á minha disposição e logo ao começo não me impressionaram muito agradavelmente as imaginarias distancias, que me foram dadas. Um summario mental do mappa da região conhecida provou-me a impossibilidade desta distancia e ficou-me o programa para o reconhecimento assim marcado: S.O. até o Capivary, de lá N.O. até o Alto Ouro, para não cahir nas cabeceiras do Guabiroba ou do Porto Franco, iguaes ao Ouro tributários do Itajahy-mirim, como me tinham profetisado certos amigos, *ad maiorem mei gloriam!*

Até o Ribeirão do Capivary, onde levei, por causa d'um buraco que se





desmoronava, uma queda, levantei as alturas barometricamente, e pude constatar uma, successiva e insignificante subida, que oferece as melhores condições para a construcção d'uma estrada de rodagem e de uma estrada de ferro, talvez "ramal Estreito ao Ribeirão do Ouro" como com extraordinárias e largas vistas projectada realizar o audaz progressista coronel Carlos Renaux. Sòmente a subida do principal cume da Serra Capivary é um pouco íngreme, mas mesmo aqui dará uma exploração mais moronosa os meios para subir bem commodamente, e sem grande dispêndios. Aqui existem todas as condições favoráveis para o satisfactorio desenvolvimento econômico d'uma futura colonisação. O carcter topographico da região, permittirá em poucos annos a applicação das machinas modernas da agricultura; certas plantas provam as boas qualidades que ahi se encontram são uma prova, de que existem nesse logar camadas fundas de terras. As condições aquáticas correspondem completamente. Os ribeirões anteriormente mencionados têm cada um mais água do que, por exemplo, necessita a fábrica de tecidos em Brusque. Como os braços do Capivary, mesmo nos seus mais altos cursos, ainda têm bastante água para mover qualquer engenho, assim existem muitos ribeirões menores, como o Jacques, Alberto, Julio, etc, da mesma capacidade.

Nos mais importantes ribeirões observei um facto, a quasi absoluta falta de pedras grandes roliças. O Veado, que tem as suas nascentes no Pinheiral Grande, traz consigo sòmente areia. O Capivary é rico de pedras boas para amolar. Aqui predomina o macaschisto. Achei aqui a pedra medias real: a granate, conhecida no commercio internacional como granate da Bohemia. Não tendo encontrado desde o Macaco até o Ouro uma rocha de granito, pareceu-me ser a pedra principal da Serra de Capivary o macaschisto composto em grande escala com quartzo.

Com 19,2 kms. chegámos ao cume da Serra e assim na divisa dos dois Municípios, Brusque e Nova Trento. Tanto quanto o lado trentino é íngreme, o de Brusque é suave, formando um enorme chapadão, com descida fácil e sòmente aproximando-se ao Ribeirão do Ouro torna-se ella mais forte, para logo adiante desaparecer na Várzea Grande, que dista da sede do Ribeirão do Ouro 14 a 15 kilometros. Até as ultimas colônias ate hoje demarcadas, percorre-se mais uma pequena vargem. O resto é montanhoso, mas em grande parte ainda apto para a colonisação.

Eu concordo completamente com as intenções do Governo Federal de escolher em primeira linha vargens e margens que se prestam mais á cultura pelo arade; mas julgo necessário, sendo impossível de transformar todos as nossos morros férteis em planícies, de escolher para ellas immigração própria. O filho das serras, como

o tyrolez, hespanhoes, o sueco, o noroueguez vão sentir certa saudade das montanhas das antigas pátrias e com toda certeza prefirarão aqui também terrenos serranos.

Os cumes mais altos, como também morros de certa ingremidade, deviam ser excluídos da colonisação, ficando isentos da venda e incorporados no patrimônio federa ou do Estado, para, sendo elles os depósitos naturaes das águas cahidas, garantirem assim o "statu quo" dos nossos rios, como também a estabilidade do nosso saudável clima.

Da zona percorrida pertencem, como já disse, 19 km, a Nova Trento e 9 a Brusque. O caracter topographico permite, com excepção de poucos trechos, uma quasi ininterrupta linha de terra para um novo núcleo colonial. A parte neo-trentina, apesar de mostrar todos os signaes de terra bôa, inferior n'este sentido á brusquense, más evidentemente mais rica de bôas madeiras do que esta. Nas cabeceiras do Capivary começa também a vegetação de herva-matte, bem escassa ainda, porém de boa qualidade, pois o ar já tem depositado o salitre, que traz do oceano e que prejudica consideravelmente o agradável paladar do matte, legitimo, na grande distancia percorrida.

Quando aos perigos, que esperam os recém-chegados colonos n'estas férteis plagas, devido aos selvicolas, não julgo maiores do que os que correm os colonos collocados nas extremidades da actual zona cultivada. Pela minha excursão – os nossos dois últimos acampamentos ficaram rodeados por elles e fiquei convencido que este sertão è freqüentado pelos bugres, mas faltam todos os signaes d'uma permanência constante. Verdade é que não encontrámos nenhum rancho ou toldo povoado, pois acompanhámos sempre o curso das águas, sendo costume dos selvagens fazerem os seus toldos retirados da água. Mas sempre se devia ter encontrado rastros recentes. Nada d'isto. A única vereda d'elles, que cruzamos, tinha conforme vimos, os ramos torcidos e meios seccos, indicando que elles alli passaram talvez há oito dias e não foi em nada batida. Uma pena de jacutinga, procedente d'um flecha, já tinha apanhado alguma chuvas. As buscas da madeira d'uma árvore na biturcação dos dois braços do Capivary, onde elles com ferramentas tinham tirado mel, mostraram ao menos indícios de ter passado um anno. Quando os bugreiros iam vingar a morte de um moço italiano (no dia 24 de janeiro fez 3 annos) encontraram justamente no cume da serra um japuy novo e três giráos, onde os selvicolas poucos dias antes



tinham seccado conforme deprehndemos pelos ossos encontrados, a carne de duas antas. Hoje o japuy, feito rapidamente conforme as suas dimensões, parece sòmente construído para defender as crianças adormecidas dos mosquitos durante o trabalho, e está podre, os giráos cahidos e os ossos já esverdeado pela constante humidade.

Todos esses signaes indicam que o sertão é freqüentado, mas nenhuma prova há de que elles têm aqui moradas permanentes.

É a abundante caça, que os attrahe para cá. A matta aqui é ainda um eldorado de jacus, jacutingas, macuco, inhambus, veados, da pacca e da anta e porco. E' a riqueza de peixes do Rio Branco. Abrindo-se aqui picadas e roças desaparecerá a fauna, dizimada pela espingarda e fugindo do barulho da cultura. Assim o indígena não terá mais motivos de percorrer estas mattas para elle definitivamente perdidas.

Sob este ponto de vista julgo a collocação de colonos ahi não mais perigosa como antigamente na zona hoje povoada e cultivada.

Talvez fosse conveniente conceder em certas distancias, desde já, algumas lotes a certas pessoas peritas na vida do matto, acostumadas á vizinhaça selvicola.

Essa gente prestaria, em todo caso, bons serviços, servindo não só como uma guarda permanente, como também como instructores dos recém-chegados immigrantes na lavoura e todo trabalho pratico do matto.

Concluindo as minhas reflexões sobre esta interessante excurção, felicito aos dois Municípios pelas riquezas naturaes desta vasta zona, que, uma vez aberta e povoada, vai ser a fonte de novos e incalculáveis progressos.

Resta-me ainda agradecer, penhoradissimo, o patriótico cavalheirismo dos srs. Giacomo Poli, superintendente neotrentino, Hyppolito Boiteux, Laudelino Galotti e Francisco Gottardi Primo, abastados negociantes e capitalistas d'aquella praça, que com largas vistas para o progresso do município, pozeram á minha disposição os necessários meios para este serviço. Igualmente é o sr. Miguel Jacques merecedor da minha inteira gratidão, não só por ter arranjado a nossa turma, raramente bem composta, como também pela sua apreciável companhia. Finalmente não quero esquecer as brilhantes esperanças do



nosso brioso exercito, os dois alunos da Escola Militar, os srs. Alberto Pereira e tenente Julio Renaux, que se incumbiram da medição da picada.

2. Uma excursão no centro de Brusque

No desejo de conhecer pessoalmente, quando possível me fosse, o segundo Distrito do Comissariado Geral, que há pouco, imerecidamente me foi confiado pelo nosso Governo, aproveitei a ocasião que tinha de ir ali a serviço, para visitar a região do Ribeirão do Ouro, no alto Itajahy-Mirim. Julgando que há de haver quem tenha interesse em conhecer um pouco essa parte do florescente município de Brusque, venho tentar dar, em poucas linhas, uma descrição ligeira das impressões que recebi durante a minha excursão.

Saindo da nossa já bem adiantada Vila, e tendo passado a ponte metálica Coronel Vidal Ramos, tomei a estrada para Águas Claras, Cedro, Águas Negras, Porto Franco etc., cruzando primeiro o famoso canal do senhor Hoffmann e a moderna cultura de arroz, sistema chamado de submersão, empresa feita com tanto capricho como escrúpulo, e que custou em toda sua extensão, ao seu proprietário, uma quantia bem avultada, mas que dará também um bom resultado. Empresa modelo, que situada à margem d'uma das mais importantes vias da nossa colônia, dará aos transeuntes boa ocasião de apreciá-la e estudar o método moderno de duplicar muitas vezes o rendimento deste importante ramo da nossa lavoura.

O bom estado das casas, pastos, poteiros e roças, que deixaram poucos e já diminutos trechos de mata virgem, e que estão beirando a estrada geral, são uma boa prova da diligência e dedicação de seus moradores, que cultivam principalmente o feijão, milho, mandioca e cana, e que têm bastantes cafezais em condições regulares.

Até Águas Negras, predomina o elemento teuto entre os colonos; dali em diante, constituem os italianos a maior parte dos moradores. Como é flagrantemente destacado o estilo das moradias dos teutos da dos italianos, e como o viajante observador, já de longe, pode distinguir a residência d'um alemão da d'um filho da velha Itália! Mas é, inegavelmente, igual o zelo e a boa vontade das duas nacionalidades em cultivar e adiantar o estado das suas propriedades para ganhar o pão quotidiano.

Formando toda a nossa região um importante núcleo de exportação de





madeiras, encontra-se também um número regular de engenhos de serra aqui, cuja produção em consideráveis stokes se acha empilhada em frente do engenho, na beira da estrada ou da margem do rio, esperando para que sejam formadas as muitas vezes bem importantes balsas e jangadas para a viagem fluvial até o porto de Itajahy.

A importância desta indústria ganha relativamente com a distância do lugar até o centro do município, para finalmente predominar completamente no Ribeirão do Ouro. Para obter a necessária força motriz e mesmo nos tempos de seca ter suficiente água, foram feitas em muitos lugares canalizações, juntando assim algumas vertentes e riachinhos. Encontram-se também diversas adufas regulares, cujos saltos artificiais aumentam bastante o pitoresco encanto da região montanhosa. Quase todas as terras destas vertentes já estão aproveitadas, na forma acima mencionada, para arrozais.

Estranhei, e principalmente na esfera dos colonos italianos, a quase absoluta falta de vinhos, convidando justamente a terra calcária para culturas em grande escala, pois julgo geralmente conhecido, que os vinhos espumantes da Champagne devem as suas qualidades superiores a essas condições geológicas do solo e subsolo. O clima aqui não pode ser muito diferente do daquela parte da França.

Sendo a cabra a “vaca dos pobres”, arbitrei os poteiros cheios de gado vacum como agradável sinal de certa riqueza dos moradores, mas não quero deixar despercebida a ocasião para chamar a atenção daqueles moradores para a grande importância da criação caprina nestes morros quase inacessíveis e toda a vida impróprios para a lavoura.

Existe feito muito trabalho pelo próprio braço do morador, que hoje, sendo a região já regulamentemente cultivada, não é mais tanto avaliado como merece. Nesse sentido, faço menção de um caminho particular do senhor Alexandre Tirloni, para escoadouro das madeiras dos terrenos dele, nos fundos da linha do Gabiruba, que custou perto de 4 contos.

A respeito da estrada geral, que vai no vale do rio Itajahy, cortando um considerável número das suas mil voltas, bastando dizer que fiquei, apesar do tempo muito chuvoso, agradavelmente impressionado pelo seu estado regular. Dá para fazer a vigem em carro até a sede do Ribeirão do Ouro, mas em alguns lugares ela é tão estreita, que duas carroças não podem desviar-se. Dando-se um caso deste, é necessário desmontar o veículo para poder virá-lo e voltar num lugar mais largo.

A viagem que se pode fazer bem comodamente num só dia, porque são apenas, mais ou menos, cinquenta quilômetros, não aborrece o itinerante, por

causa da grande variedade do pitoresco panorama do rio, que como filho das altas serras, cheias de abismos e boqueirões, dividido por milhares de grutas e gargantas, percorre bem alegre o seu "thalweg" pedregoso e estreito, formando assim numerosas correntes e duas cachoeiras regulares. O murmurar e o ruído surdo de suas águas espumantes e cristalinas acompanham sempre, como agradável música, o viajante, que sabe gozar dos deliciosos atrativos da majestosa natureza e que não aborrece a maravilhosa arquitetura de nossas serras, sejam elas cobertas duma floresta semi-verde, sejam somente pedras nuas e rochas gigantescas, quais a vista encontra sempre durante a viagem nos dois lados do rio.

Partindo a estrada do planalto de Brusque, vai subindo continuamente até o Ribeirão do Ouro e creio eu que este último lugar está situado a mais de 200 metros acima do nível do mar. Mais tarde, tornando-se com o aumento da população o trânsito desta estrada maior, será necessário alargar estes trechos, atualmente tão estreitos.

O valor do rio para a navegação é atualmente diminuto, mas podia-se com insignificante despesa melhorá-lo. O maior obstáculo apresentam as duas já referidas cachoeiras formadas por algumas lajes e rochas e dividindo assim a largura do rio em diversos canais de diferente correnteza e altura.

Construindo aqui e nos dois lados diques e deixando o principal canal aberto, ficaria concentrada lá toda água e dava para passarem inteiras as balsas e jangadas, onde hoje passam somente em partes. Igualmente, tornava-se também mais cômoda a passagem das canoas. Estes melhoramentos que, por exemplo, encontram-se no rio Cahy, no Rio Grande do Sul, talvez dessem para lanchões baixos e de não muito calado poderem subir o rio, mesmo com pouca água, até a sede do Ribeirão do Ouro. Isto devia ser de grande importância para o escoamento da cal, fabricada nesta altura. Hoje, por terem receio de molhar e arruinar assim o produto, os fabricantes não podem aproveitar a via fluvial.

Sofre toda esta região de numerosas enchentes, mas por causa da impetuosidade da corrente do rio, são elas de pouca duração. Calcula-se em dezoito horas. A mais importante de que os atuais moradores lembram, deu-se no ano de 1880, passando o rio cerca de 50 palmos o seu nível normal e causando grandes estragos. Também ficaram



nesta época bem transformadas as condições topográficas do rio, que não procurou somente em diversos trechos um novo "thalweg", como também formou imensas ilhas e ilhotas, roubando ora nesta margem, ora naquela, consideráveis pedaços das propriedades. O antigo leito aparece hoje com lagoas e serve para o esgoto das águas que transbordam do rio no tempo das enchentes.

O estado das pontes varando Águas Claras e Águas Negras é muito bom. As outras menos importantes são regulares e são reparadas pelos próprios moradores. Somente a ponte sobre o Cedro exige categoricamente em breve uma reconstrução completa e causou a comunicação do senhor Superintendente, que trouxe da Capital os necessários créditos para isto, a mais agradável impressão entre os moradores.

A formação geológica mostra à flor da terra e no subsolo camadas de grande espessura de barro amarelo, que oferece um material superior para a fabricação de tijolos. Quando mais para cima o barro vai aparecendo às vezes misturado com areia, saibro, mas predominando sempre o primeiro. Aproximando-se do Ribeirão do Ouro encontram-se diversos minerais, pedra-gres, ferro, granito, quartzo e muitas qualidades de pedra calcária e uma pedra parda, para a qual nos últimos tempos, por iniciativa do senhor coronel Carlos Renaux, foi chamada não somente a atenção de todos daqui, como também a do Governo e até de capitalistas europeus. E, conforme a análise dum químico especialista da Suíça, matéria-prima excelente para a fabricação de cimento. Não aparece ela somente em ninhos ou dispersa nesta vasta região, mas forma uma jazida enorme e de grande extensão, sendo encontrada como pedras soltas e roliças e como rochas em formas de pequenos morros regulares, não só no Vale do Ouro como também no do Ribeirão da Areia e em alguns lugares no município de Lages.

A indústria de caeiras já começa a ser explorada pela laboriosa colônia italiana. Mostraram-me uma cal virgem, de qualidade superior, branca como a neve, e contaram-me que uma pedra, mais ou menos do tamanho de um tijolo, dava uma quarta de cal. O método, porém, da fabricação, ainda é muito primitivo. Conforme os mencionados materiais que acompanham o chisto e ouro, a geognosia com toda certeza classificaria a formação da zona como hurônea.

Nestes morros de cal foram descobertas algumas cavernas de tamanho regular. Entrei em três, mas o meu tempo não deu para ir ao Ribeirão da Areia. A primeira, num morro do lote número 7 da Linha Ouro, foi descoberta por um italiano que procurava na mata uma vaca fugida. A mais interessante é a terceira, não só por causa de sua formação e construção como também por ser a mais extensa. Aqui se encontram três quartos ligados por duas galerias em zigue-zague. A altura varia de 4 até 6 metros, mas parece ser mais alta por não ser muito larga. Encontram-se dentro, como igualmente nas outras, algumas estalactites e os princípios de estalagmites, mas já foram derrubadas as mais bonitas. A cor delas é de um branco duvidoso e amarelado, mas na segunda existe ainda os restos de vermelho-claros, quase rosa. As três grutas são completamente secas. Que elas foram conhecidas dos indígenas e talvez aproveitadas para qualquer fim, prova um grande número de sinais que descobri na parede da maior, feitos, como julgo, com a ponta férrea duma flecha.

Com toda certeza, não foi usada como moradia por ser sensivelmente fresca; também faltam os indícios de fogo e fumaça, mas serviu e serve talvez ainda como "rendez-vous" dos nossos silvícolas, pois essa zona forma ainda uma parte do sertão, ocupada pelos bugres, e onde o branco entra somente com toda cautela. Está bem vivo ainda a lembrança dos últimos dois assassinatos nesta região. Mataram, no já citado lote número 7, perto da gruta, há anos, um moço que derrubava, em companhia de três amigos, uma mata. O outro caso deu-se com uma senhora, que foi já há mais de 10 anos moradora do lugar. Ignora-se até agora o motivo dos dois homicídios. Que eles ainda estão ali, afirmou-me o senhor Morelli que, passando com o carroção o ribeirão, foi atacada com pedras atiradas da mata. O meu vaqueano, que descobriu as duas últimas grutas, nesta excursão, foi o senhor Jacinto Marcelino, irmão do célebre bugreiro Martins, e que vive à beira do mato como caçador e estabelecido com os seus cunhados com engenho de serra.

As matas da região por mim penetradas estão virgens, pois a exploração ilegal de suas madeiras ainda não venceu as dificuldades por falta de caminhos. São, porém, de aspectos tristes os lotes no Ribeirão do Ouro, completamente derrubados e devastados no seu principal valor, na madeira. Já por este motivo devia-se aceitar com maior satisfação, a realização da Empresa Renaux, que acabará de uma vez com estes crimes. Seria uma injustiça processar essa gente, pois culpados são todos os moradores, desde o tempo da colonização até os intrusos atuais. Atravessei a mata em todos os rumos, encontrando sempre a mesma situação.





Os estabelecimentos dos moradores, sejam benfeitorias, sejam culturas, denotam um estado de decadência e a miséria daquela gente ali, como puxadores de madeira etc. Choupanas tristes e plantações numa escala que não dá para o próprio sustento da família. A única exceção é a casa dos senhores André Colzani, recém-construída, e a do senhor Teodoro Werner, estabelecido lá com engenho de serra, atafona e criação regular de gado vacum e suíno.

Não quero concluir sem aludir mais uma vez ao grande desenvolvimento moral e material dos colonos. Reina ali boa ordem e trabalho e o bem-estar, testemunhos da prosperidade, do engrandecimento de povo laborioso. Aproveito o ensejo para mais uma vez agradecer, penhorado, as provas de estima e consideração que me foram dispensadas em Águas Negras, Porto Franco e Ribeirão do Ouro, durante a minha excursão.

3. Uma excursão pelo interior de Brusque

O meu serviço levou-me nos últimos dias a uma zona do Distrito, não muito longe da nossa Vila, mas pouco conhecida, pois não é cortada por uma via da nossa rede vicinal e fica situada num canto esquecido. Percorri os extremos do nosso Município, entrando nas vizinhanças de Tijucas e Camboriú.

Conforme o caráter geralmente montanhoso da nossa região, o excursionista encontra aqui também um sistema de serras, contrafortes e espigões. Essas serras serviram no tempo da demarcação dos Municípios para fixar as divisas destes distritos administrativos do Estado. A parte cujas águas são tributárias do Itajaí Mirim, pertence a Brusque; onde as águas correm para sueste é Tijucas e o nordeste pertence a Camboriú.

Das águas que despejam no nosso rio, quero mencionar somente duas: os ribeirões Pomerânia e Águas Claras.

O primeiro, que tem um curso de poucos quilômetros, nasce nos morros do Poço Fundo, da Bohemia e na lombada da linha Pomerânia, a qual não possui encantos de paisagem, mas é notável por uma indústria que ali prospera. Cercado seu leito por um dique, o ribeirão Pomerânia forma uma extensa lagoa que fornece a força motriz para uma fábrica de tecidos.

Não me detenho em descrever esse estabelecimento, mas convido o leitor a acompanhar-me numa excursão e tenho a convicção de que há de encontrar alguma coisa nova e interessante.

Vi aí o senhor Rieger a tratar de uma plantação de cânhamo brasileiro. Em geral, esta planta têxtil, cujas folhas têm muita parecença com as da mandioca, acha-se bem desenvolvida, pois reparei que os seus troncos estão se cobrindo de uma espécie de pequenas raízes muito finas, o que, como sabem os entendidos, é sinal de franco crescimento. Observei ainda nas culturas do senhor José Rudolf que este cânhamo resiste muito aos ataques das formigas, o que está bastante sujeito, e bem assim às mudanças, tendo eu a ocasião de ver que diversos pés, arrancados por engano na capinação, e replantados, pegaram, imediatamente, sem ficarem muito prejudicados em seu desenvolvimento. A experiência feita pelo senhor Rieger de semear o cânhamo na cápsula não provou bem, por atrasar o seu crescimento pelo menos em um mês.

Outra coisa que aí nos chamou a atenção foi um touro, quase puro sangue, do município Allgau, nos Alpes da Bavária. Os chifres curtos, a nuca curta, o peito largo e a cernelha bem proporcional, provam a sua raça. Esta raça Allgau, que tem sua origem no *Bos-brachyceros*, produz, relativamente ao seu peso, muito leite. Na Bavária, uma vaca Allgau tem um peso médio de 400 a 450 quilos e a produção de leite é de 1900 a 2500 litros por ano. Como animal carreiro e para o talho, essa raça não é das melhores, mas adapta-se facilmente a qualquer pastagem sem degenerar.

O sangue da raça holandesa conhece-se somente por uma lista clara no pelo castanho acompanhando o dorso, e por um pelo bastante crescido dentro das orelhas. Esta raça que tem por tronco o *Bos-primigenius* é, pela abundância de leite, a que mais convém. A sua produção média de leite pode ser calculada em 2850 litros anuais e vacas há que chegam a dar mais de 4000 litros; sendo de notar, porém, que contendo o seu leite menor porção da matéria graxa do que o da raça Allgau, presta-se ele menos a fabricação de manteiga.

Encontra-se, também, aí nos terrenos da fábrica, uma apreciável criação de abelhas, pertencente ao senhor von Czekus, que faz a cultura segundo o sistema seguido na sua velha pátria, a Hungria, onde ela está bastante desenvolvida. O senhor von Czekus tem uma produção média de 1500 quilos e toda a cera colhida no seu abelheiro é consumida pela fábrica na preparação de tecidos. Quem quiser conhecer um estabelecimento modelo de apicultura, deve fazer uma visita ao senhor von Czekus, a qual certamente muito lhe aproveitará.



Para aqueles que se interessam pela agronomia, julgo não haver neste lugar coisa que possa atraí-los mais do que o laboratório químico representado pelas caldeiras da fábrica. O resultado da análise sobre a composição química desta região é desolador, mas é verdadeiro. Ficou provada a falta absoluta de cal que é a condição principal para a fertilidade do solo. Dizem-me que, em outros lugares, o industrial tem que limpar, anualmente, as caldeiras de uma espécie de pedra calcária, conhecida por "pedra de caldeira", formada pelos depósitos que aí deixam as águas. Aqui na fábrica do senhor Renaux, que está funcionando a mais de 10 anos, ainda não houve necessidade de se proceder a tal operação, tendo-se, às vezes, de limpar as caldeiras apenas de uma lama fina. Está aí uma análise quase que feita pela própria natureza e certamente fiel e de mais valor do que, por exemplo, o parecer dos célebres químicos do Laboratório do Rio de Janeiro, na questão das cervejas condenadas. Esta pobreza do solo também foi motivo porque os primeiros moradores da Pomerânia, quase todos, abandonaram os seus lotes. Nos últimos anos, porém, depois de se ter estabelecido aqui a fábrica, que dá trabalho a mais de 100 pessoas, povoou-se de novo esta linha da nossa colônia.

Logo adianta da fábrica, nos fins da lagoa a que já me referi, observa-se que a terra já é outra, tornando-se arenosa, e desaparecendo o barro vermelho. A cor clara da terra prova a ausência de ferro, cuja decomposição, onde ele existe, dá à mesma diversas cores.

Aí já se encontra o granito, indícios da nossa Serra do Mar. O granito desta zona é bem diferente do de outros lugares. Predomina na sua composição o feldspato e aparecem, em pequena proporção, o muscovito e a biotito. Esta qualidade de granito, que se encontra em uma vasta zona, pois até nas serras do Pinheiral vêem-se rochas gigantescas dele, é muito mais utilizável do que o de granulação fina e agora sei donde vem a caolina, de que achei inúmeros depósitos da baía de Florianópolis.

A correnteza do mar levou-a consigo, depositando-a nas baixadas da costa. Tendo-se levantado a nossa costa 25 centímetros em 400 anos, começa agora aparecer lá a terra porcelana que, segundo tive ocasião de verificar, é um material excelente. O senhor Dr. Fausto de Souza está aproveitando a lama escavada dos baixos da baía, material pardo e menos limpo do que a minha caolina, para a fabricação de tijolos "chamote" e tem obtido resultados satisfatórios.



Águas Claras forma também um ribeirão de pequeno percurso. Nascendo nos morros da Nova Itália, deságua no nosso rio, 6 quilômetros acima da vila de Brusque. Numa picada que tem o mesmo nome de Águas Claras, o Sr. Rieger possui, em terras do Sr. José Rudolf, a mais extensa plantação de cânhamo do nosso município, 6.500 metros quadrados”.

As cabeceiras desse ribeirão são muito pitorescas. Há uma série de saltos, formando quase uma única cachoeira, e assim vai até o cume, cuja altura calculo em 400 metros. O caminho que leva às suas nascentes é péssimo, mas vale a pena aventurar-se a excursão, pois goza-se de lá um magnífico panorama. Para o lado de trás, avistam-se, no éter azul, perdidas no horizonte, as cordilheiras das Águas Negras, Porto Franco e Ribeirão do Ouro, cujos mais elevados cumes são o Barão e o Morro do Lima. Em frente, na raiz do morro, estende-se a várzea do arroio do Moura, cercada pelas montanhas do Perdão, do Gavião e de outros cujos nomes ignoro. E muito longe aparece o mar. Involuntariamente, repeti as palavras de Xenofonte: “Tallata! Tallata!”.

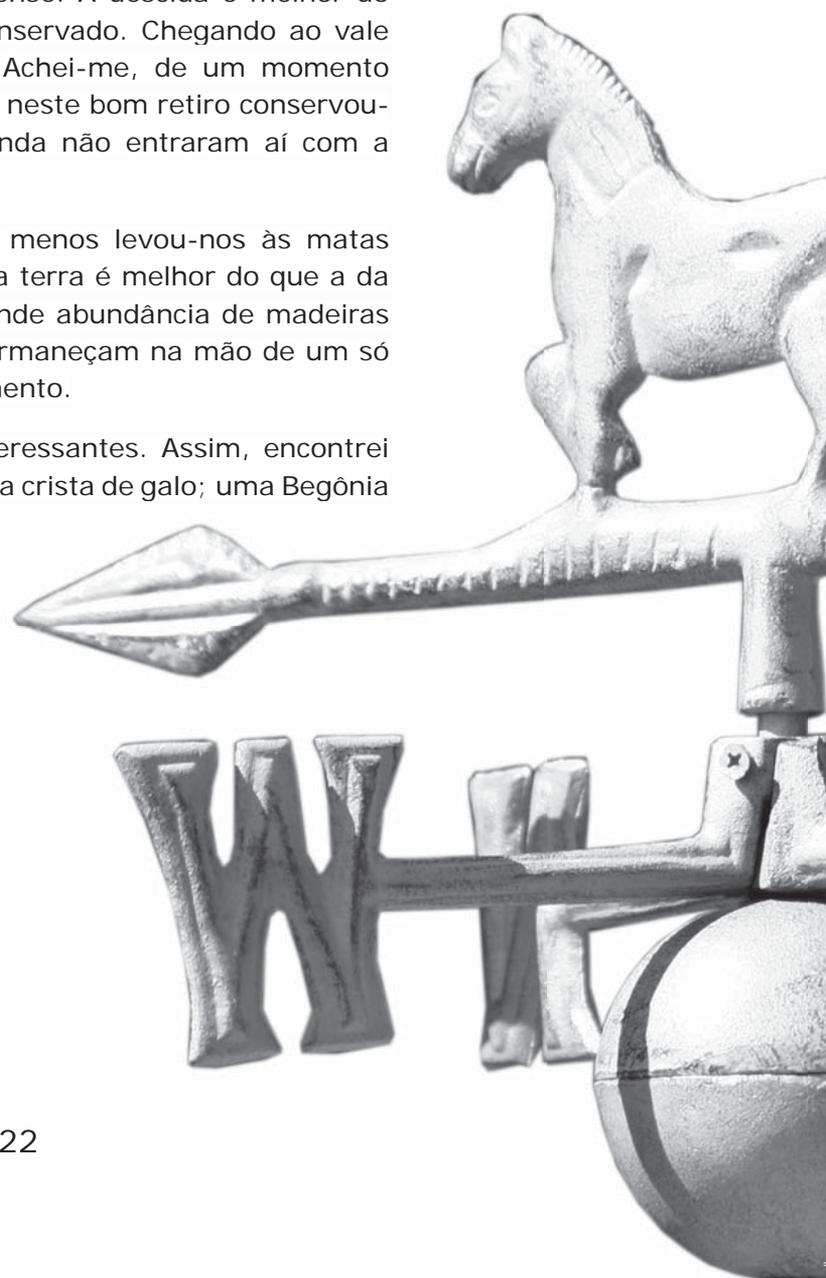
Daqui passa-se para território tijuquense. A descida é melhor do que a subida, pois o caminho está bem conservado. Chegando ao vale do Moura, tive uma impressão magnífica. Achei-me, de um momento para outro, no Brasil e entre brasileiros, pois neste bom retiro conservou-se intacto o encanto patriarcal do sítio. Ainda não entraram aí com a imigração, outros costumes.

Um passeio de duas horas mais ou menos levou-nos às matas ainda virgens do Gavião. Logo se nota que a terra é melhor do que a da região que acabamos de atravessar. Há grande abundância de madeiras e causa pesar que tão extensos terrenos permaneçam na mão de um só proprietário, dificultando-se assim o povoamento.

A flora oferece algumas espécies interessantes. Assim, encontrei uma Bromeliácea cuja flor tem a forma de uma crista de galo; uma Begônia trepadeira e diversas criptógamas, para mim desconhecidas.

Informaram-me existir nessas matas ainda alguma caça. Efetivamente, matei um gavião-macaco (*Thrasacts destructor*), a maior ave de rapina do Brasil, e uma coruja (*Strixflamca*). Um gambá, que cursou o meu caminho, perdoei por não ser apreciador de tal prato.

Acaba aí o caminho transitado por carro de bois, e quem não quiser voltar por onde veio tem que desmontar e puxar o animal por uma vereda de cadoros. Assim o fiz, e depois de uma hora cheguei





à estrada de rodagem que liga Camboriú com Brusque pela picada da Limeira. É uma estrada larga e geralmente bem conservada.

O bom aspecto das moradias, as culturas florescentes e extensas são testemunho de que ali vive um povo dedicado ao trabalho e à luta honesta pela vida. Dos negociantes que há nesta estrada, os mais importantes são os senhores Gottlieb Becker e Germano Benvenuti. Alguns engenhos de serrar que recebem a força motriz das águas represadas do Ribeirão Limeira formam com suas lagoas artificiais, a mais atraente paisagem.

Daí, atravessando-se um pequeno atalho, chega-se a picada do Poço Fundo. É um núcleo exclusivamente italiano, situado no fundo de um vale estreito e cercado de morros íngremes. Por uma picada, viemos dar nos fundos da lagoa da fábrica de tecidos, que tinha sido o ponto de partida desta excursão.

Era de grande necessidade transformar esta última picada em uma estrada de rodagem, com o que também se abreviaria a distância em cerca de 5 quilômetros, e muito ganhariam os moradores da Limeira e do Poço Fundo.

4. D'aqui a Lages em 3 dias

Illm°. Snr. Tiburcio de Freitas: Retribuindo ao illustre amigo as saudações que me dirige, agradeço penhorado a distincção immerecida de pedir minha opinião sobre um caminho novo para Lages e portanto para a zona serrana. Justamente com esta pergunta o illustre amigo vem tocar n'uma questão, á qual eu já há algum tempo dedico o maior interesse. Durante minha excursão ao Ribeirão do Ouro, quasi todos os moradores, com que tive de fallar, não perderam occasião de se referirem a este assumpto. Naturalmente o interesse d'essa bôa gente é muito differente do intuito que tem o Amigo ao ventilar tão importante questão.

O sr. com uma larga vista procura, por meio d'um caminho mais curto, uma ligação mais rápida da nossa costa com aquelle importante empório do planalto do nosso Estado, que é a cidade de Lages. Os moradores do districto de Porto Franco procuram simplesmente os meios para vender directamente os seus productos ao tropeiro lageano e a abertura d'aquella ainda vasta zona de terras devolutas, porém fertilíssimas e de grande valôr. Um simples olhar no mappa geral de Santa Catharina nos está mostrando, que uma das linhas mais rectas que temos para ligar a nossa costa com Lages é o Valle do Itajahy-mirim, e Ribeirão do Ouro e de lá o rumo par os Campos de Figueredo. Ahi tem o roteiro

mais curto e portanto a viagem mais rápida, o que quer dizer, o viajante aqui pode fazer a viagem em três dias. Cálculo assim: de Itajahy a Brusque 36 kilometros em 5 horas; de Brusque a Ribeirão do Ouro 50 kilometros em 8 horas, mudando em Brusque os cavallos. Do Ribeirão do Ouro pode-se calcular aproximadamente de 72 a 75 kilometros até o Figueredo, então seria para o segundo dia quasi a mesma distância. E quem chegou a estes campos e faxinaes está francamente n'um dia ou dia e meio em Lages. Julgo que um resultado d'estes merece o maior e mais vivo interesse de todas as pessoas que viajam.

Os mais importantes motivos que interessam os moradores do Porto Franco são os já mencionados. A fertilidade em Porto Franco è grande, não sómente a da terra como também a das famílias e assim já faltam n'esse districto para a mocidade terras próprias para a lavoura. No caso contrário a geração que chega vê-se obrigada a emigrar. Sendo o Ribeirão do Ouro próximo ao Porto Franco, preferia todo esse povo collocar-se alli onde pode ficar em contacto permanente com os pais e parentes a ir para longe. O segundo motivo é a venda dos productos da zona. Hoje a maior parte è exportada para Blumenau, etc. e vai d'ahi para cima da serra. Sendo ligado o Ribeirão do Ouro com os já citados campos, com toda certeza a maior parte dos serranos viria para cá.

A opinião pública no importante núcleo de Porto Franco, è tão favorável a este projecto, que a gente mais rica offereceu-me trabalhadores gratuitos para a realização d'elle. Na minha qualidade de empregado público, cumpri meu dever, communicando o seu desejo à Directoria da Viação e assim ao nosso sábio e criterioso Governo. Julgando eu a idéia em questão d'uma grande importância, peço que me permittais mais algumas palavras n'este sentido.

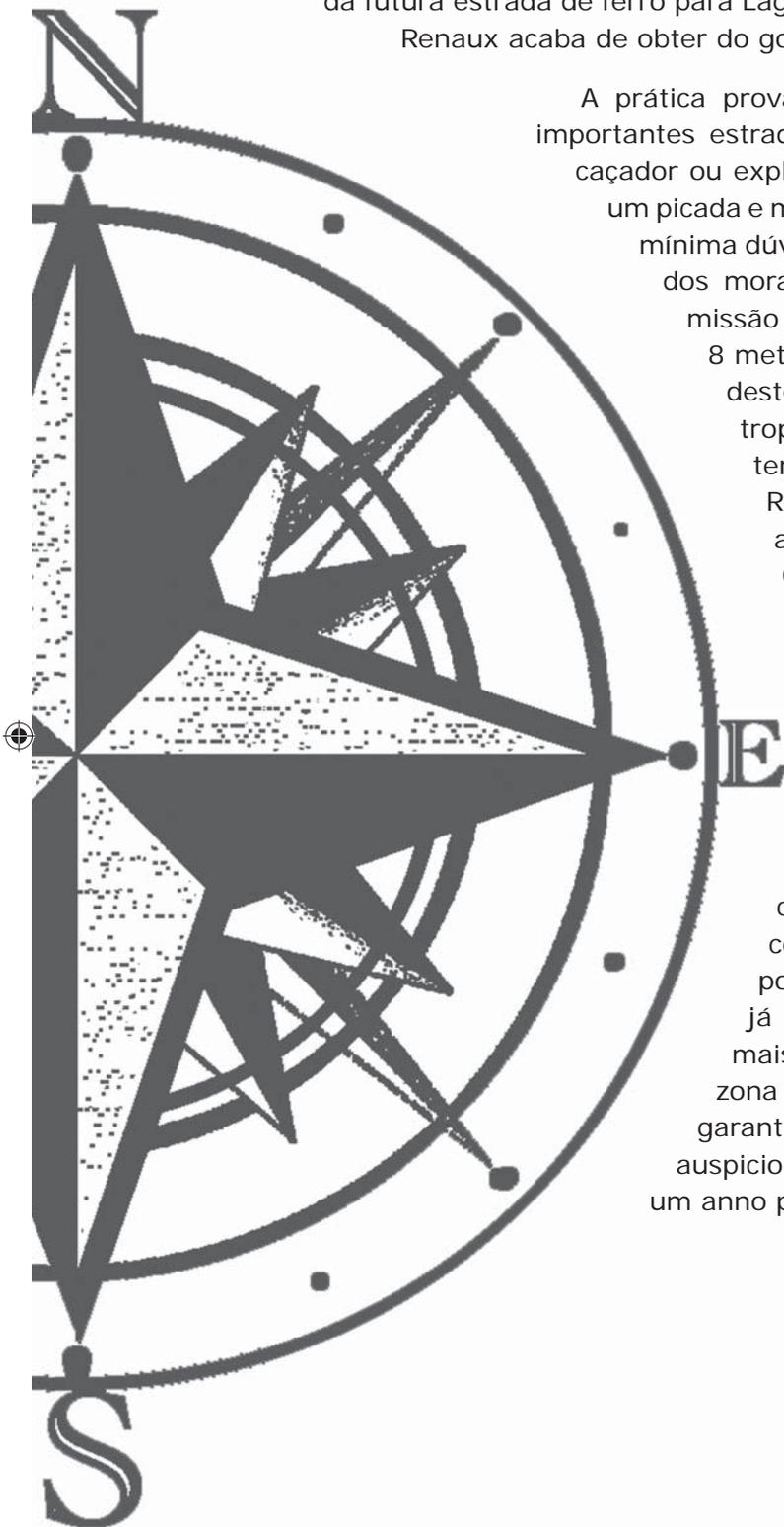
O rumo do caminho para Lages pelo Ribeirão do Ouro é, quero dizer, o único possível e o mais natural que pode ser escolhido, não só por ser o mais protegido pela natureza de morros e serras.

Em comparação com a zona do Ribeirão de Areia, como também com o resto do Alto do Rio Itajahy-Mirim, o trecho em questão deve ser qualificado como uma zona cheia de valles suaves e morros de pouca subida, pois tão medonho parece aquelle outro cheio de abysmos, peraus, rochas, etc. etc. de sorte que por causa disto, nunca será, perece-me, escolhido ou para uma estrada de rodagem ou de ferro.



Assim o sr. já deve julgar também a picada de que se trata, como a precursora da futura estrada de ferro para Lages, que o benemérito e incansável Coronel Carlos Renaux acaba de obter do governo federal.

A prática prova e mostra-nos que a maior parte das nossas importantes estradas originou-se d'uma vereda feita a facção pelo caçador ou explorador, passando geralmente em pouco tempo a um picada e mais tarde estrada real ou de rodagem. Não tendo a mínima dúvida que o nosso sábio governo attenderá o desejo dos moradores de Porto Franco, e sendo-me confiada a missão de traçar o caminho, pretendo abrir um picadão de 8 metros de largura até o Faxinal do Figueiredo, sendo destes, 4 metros bem limpo para o franco trânsito dos tropeiros lageanos e viajantes a cavallo. Neste caso tenciono fazer um reconhecimento anterior do Alto Ribeirão da Areia e do Thieme, esperando encontrar alli as mesmas condições vantajosas que no Alto do Ouro. O Ribeirão do Thieme já foi medido, há muitos annos, mas ainda está inteiramente devoluto, devido isto aos já expostos motivos. Necessitando hoje os caçadores para a viagem do Ouro até Thieme mais d'um dia, espero com um desvio de talvez 6 kilômetros n'uma certa altura da picada em questão passar aquella zona e abril-a assim também ao povoamento e á cultura. O districto do Porto Franco é bem conhecido do nosso governo como um dos melhores e mais rendosos da zona colonial, pois, por exemplo, sòmente o Rothschild porto-franquense, o sr. Alexandre Tirlone, pagou já para mais de 40 contos por elle, sua família e mais parentes. O mau prognostico sobre tão futura zona ainda chega até o florescente Porto Franco e garanto que o dinheiro gasto na abertura desta futura e auspiciosa via da nossa rede de estradas não levará nem um anno para voltar outra vez par os cofres do Estado.





Silvestre João de Souza Júnior
Procissão de Nossa Senhora da Imaculada Conceição
Itajaí - 1982
Esmalte sintético sobre madeira - 120x60cm







Silvestre João de Souza Júnior
Pescaria
Itajaí - 1982
Esmalte sintético sobre madeira - 100x80cm





Silvestre João de Souza Júnior

Cláudia Telles
Artista plástica

SILVESTRE JOÃO DE SOUZA JÚNIOR, nascido na década de 50 no bairro Fazenda, na Itajaí das chácaras e dos carros de molas. Desde menino demonstrou sensibilidade para as artes, em especial a modelagem em argila, o que mais tarde se revela sua grande paixão artística. Foi aluno do Colégio Salesiano, Victor Meirelles e Morisco, e nesse foi co-autor do Hino de Itajaí. Graduou-se em Ciências Jurídicas e Sociais em 1975, na FEPEVI (atual UNIVALI) e depois de algumas incursões em diversas funções na área, iniciou sua jornada em busca de experiências na Arte.

Na sua trajetória artística realizou trabalhos e investigações em diversas linguagens, desenho, entalhe, pintura, escultura e cerâmica; participando de cursos em Joinville, São Paulo, Buenos Aires e Varanasi/Índia.

Realizou estudos de Cerâmica, que foram definitivos para mergulhos mais profundos na sua vivência de artista. Realizou diversos Murais: Entalhe em Madeira, Murais Cerâmicos, Mosaicos Cerâmicos expostos em locais públicos de Itajaí, Blumenau e Joinville e Buenos Aires.

Desde de 1982 participa de Mostras de Artes, Projetos e Congressos, Salões de Arte no Brasil e na Argentina. Neste mesmo ano, quis contribuir com uma obra para a Cultura da cidade, então trabalhou dois anos construindo um Mural de Entalhe, em Cedro Rosa, de 3X5 metros, "Os Carijós", doado ao povo de Itajaí, é um dos acervos da Casa da Cultura Dide Brandão. Neste período realiza inúmeras pinturas que foram adquiridas por pessoas da cidade, outras cidades e estados, algumas pinturas compõe o acervo pessoal do artista.

Já estabelecido como artista e ativista cultural, integrou o Conselho Municipal de Cultura e em 1987 assume a direção da Casa da Cultura Dide Brandão, não como burocrata, mas como incentivador e promotor das artes e da cultura local. Nesse período os artistas e as artes de Itajaí foram projetados no cenário estadual e regional, a Casa da Cultura, torna-se ponto de convergência da vida cultural e social da cidade. E ponto de passagem obrigatória de produções de artistas renomados de todo país.

Desde 1998, mantém um ateliê, hoje também galeria, onde se encontram expostas obras de 1980 a 2009.





Como arte educador, ensinou Entalhe gratuitamente a cerca de 200 alunos, na Casa de Cultura Dide Brandão. Depois já dedicado à Cerâmica, ensinou Queimas Redutivas num Instituto de Ceramologia da Argentina. Ministrou cursos a nível profissionalizante, de construção e uso de Fornos, Pastas e Esmaltes Cerâmicos, ministrou Cursos de Cerâmica.

Atualmente, realiza restauros de murais cerâmicos, desenha, esculpe, escreve e desenvolve pesquisa sobre Esmaltes Raros e Especiais, e de Tradição Oral.

Apresenta para este anuário, imagens de pinturas realizadas na década de 80, que tratam de reminiscências da infância nas cercanias do Centro de Itajaí.

Desses primeiros anos de vida, ficaram as impressões marcantes das vivências dos ritos cotidianos e religiosos da Itajaí das décadas de 50 e 60, expressos nas obras do Ciclo de Pinturas de 1982, do artista.



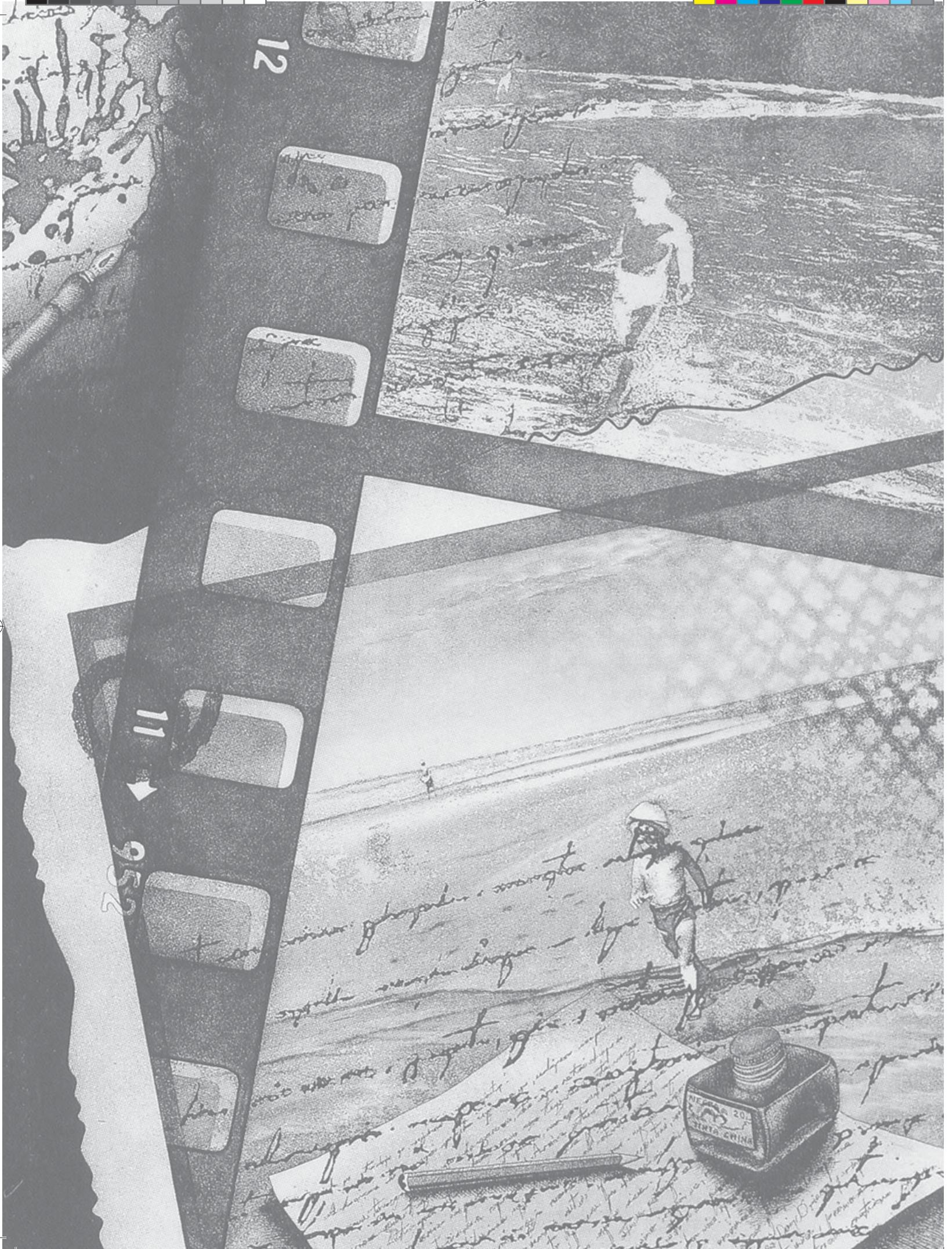


Para essa edição reparei duas séries: a primeira de pinturas que segundo Silvestre, mesclam o expressionismo figurativo com o impressionismo na composição da luz.

O estilo e técnica são foram prioridades que ocupavam a mente do artista durante o processo de investigações do universo da pintura, lhe interessava mais conhecer a cor, a luz e o movimento.

Silvestre João de Souza Júnior
Procissão de Nossa Senhora da Conceição
Itajaí - 1982
Esmalte sintético sobre madeira - 120x60cm







A História Oral como fonte de Pesquisa no Cotidiano Escolar

Elizete Maria Jacinto
Professora da Rede Municipal de Ensino

Berenice de Oliveira Piccoli
Professora da Rede Municipal de Ensino

Constatando, nos tornamos capazes de intervir na realidade, tarefa incomparavelmente mais complexa e geradora de novos saberes do que simplesmente a de nos adaptar a ela

PAULO FREIRE (Pedagogia da Autonomia, 1996)

A TRADIÇÃO DA HISTÓRIA ORAL NÃO É ALGO RECENTE, está contida nas experiências dos povos anteriores à escrita. É um registro da memória individual de cada um que, entrelaçado como uma rede, nos traduz uma memória coletiva dando sentido a uma história local, onde as pessoas comuns buscam compreender suas próprias trajetórias de vida nas relações de pertencimento e construindo identidades.

Jacques Le Goff (1992, p. 428) afirma que “[...] o primeiro domínio onde se cristaliza a memória coletiva dos povos sem escrita é aquele que dá um fundamento – aparentemente histórico – à existência das etnias ou das famílias, isto é, dos mitos de origem”.

A utilização da História oral requer o interesse do pesquisador não apenas pelo objeto da história, mas pelo sujeito que transmite o que a sua memória guardou, dentro de um contexto repleto de interpretações e significados no campo social tornando a história muito mais democrática.

Para Paul Thompson (1992, p. 22), a história oral “[...] pode derrubar barreiras que existam entre professores e alunos, entre gerações, entre instituições educacionais e o mundo exterior”.

Neste sentido, na produção da história apresentada em livros, museus, cinema etc. é possível evidenciar a história vivenciada pelos sujeitos segundo as suas próprias narrativas. Com isso, no contato entre pesquisador e narrador, surgem outras



possibilidades que a entrevista pode proporcionar como, por exemplo, a revelação de documentos escritos, fotografias, objetos que vão ajudar a recompor esse grande quebra-cabeça da história.

Nas últimas décadas, o conhecimento histórico tem sido ampliado por pesquisas que tem transformado seu campo de atuação. Houve questionamentos significativos, por parte dos historiadores, relativos aos agentes condutores da história – indivíduos e classes sociais, sobre os povos nos quais os estudos históricos devem se concentrar, sobre as fontes documentais que devem ou podem ser usadas em pesquisas e quais as ordenações temporais que devem ou podem prevalecer.

Sobre esta questão, Jacques Le Goff (1992, p. 22) salienta que “[...] a ciência histórica conheceu, desde há meio século, um avanço prodigioso: renovação, enriquecimento das técnicas e dos métodos, dos horizontes e dos domínios”.

Assim, tem sido criticada, simultaneamente, uma produção histórica que legitima determinados setores da sociedade, vistos como únicos condutores da política da nação e de seus avanços econômicos. Tem sido considerada, por sua vez, a atuação dos diversos grupos e classes sociais e suas diferentes formas de participação na configuração das realidades presentes, passadas e futuras.

Paul Thompson (1992, p. 44) define esta participação social abrangente ao afirmar que “[...] a história oral é uma história construída em torno de pessoas. Traz a história

para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade”.

O conhecimento histórico, como área científica, tem influenciado o ensino, afetando os conteúdos e os métodos tradicionais de aprendizagem. A escolha do que, como e para que ensinar relaciona-se com a série de transformações da sociedade, especialmente a expansão escolar para um público culturalmente diversificado, com intensa relação entre os estudantes com informações difundidas pelos meios de comunicação, com as contribuições pedagógicas – especialmente da Psicologia social e cognitiva – e com propostas pedagógicas que defendem trabalhos de natureza interdisciplinar.





A história está envolvida em um fazer orgânico, é vivo e mutável. Ora, sendo o “fazer histórico” mutável, seu exercício pedagógico também o é. Ensinar história é uma atividade submetida a duas transformações constantes: do objeto e da ação pedagógica. O objeto em si (o “fazer histórico”) é transformado pelas mudanças sociais, pelas novas descobertas arqueológicas, pelo debate metodológico, pelo surgimento de novas documentações. Já a ação pedagógica muda porque mudam seus autores, mudam professores, alunos, pais e também a administração escolar.

Portanto, é necessário que o planejamento do professor proporcione o intercâmbio, a troca, o diálogo onde os conceitos estão organizados em torno de unidades globais, de estruturas conceituais e metodológicas compartilhadas por várias disciplinas, cabendo ao aluno a realização de sínteses sobre os temas estudados.

Nesta perspectiva, o conhecimento não se apresenta fragmentado, mas sim contextualizado, levando o aluno a uma compreensão mais concreta do mundo em que está inserido, porque a leitura solitária, os exames e as aulas expositivas podem e devem também ceder lugar a pesquisa histórica em colaboração e integração entre as disciplinas. Segundo Thompson (1992, p. 31), “[...] a investigação em conjunto leva professores e estudantes a um relacionamento muito mais íntimo, menos hierárquico, criando muito mais oportunidades de um contato informal entre eles”.

Isto provoca uma aprendizagem significativa onde o estudante deixa de ser apenas o receptor para exercitar sua autonomia ao ser capaz de fazer suas próprias escolhas durante o processo, em relação as temáticas a serem pesquisadas.

Paulo Freire destaca que ensinar exige pesquisa e dentro desta perspectiva argumenta que “[...] pensar certo, do ponto de vista do professor, tanto implica o respeito ao senso comum no processo de sua necessária superação quanto o respeito e o estímulo à capacidade criadora do educando” (1996, p. 29).

Desta forma, cabe ao professor organizar e estimular situações de aprendizagem que favoreçam o desenvolvimento dessas competências e habilidades em seus alunos. O professor não está mais na condição de transmissor, mas sim coordenador, mediador, levantando hipóteses, abrindo novos caminhos para que os alunos encontrem suas próprias respostas e socializem, convivam e respeitem a diversidade.

Paul Thompson (1992, p. 31) ainda acrescenta que “[...] professor pode contribuir com a experiência específica na interpretação e no conhecimento de fontes existentes, mas contará com o apoio dos estudantes na organização e no trabalho de campo”.

O ensino de História possui objetivos específicos, sendo um dos mais relevantes, o que se relaciona à constituição da noção de identidade. Assim, é primordial que o ensino de História estabeleça relações entre identidades individuais, sociais e coletivas, entre as quais as que se constituem como nacionais. Neste sentido Jacques Lê Goff (1992, p. 476) afirma que “[...] a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje”.

Ao estabelecer um diálogo entre o passado e o presente, constatamos que não podemos reconstituí-lo exatamente como era, mas também não podemos dar uma aula de história baseado apenas na concepção atual. Existe o passado e quem recorda é o homem atual. O homem é quem recorta, escolhe, dimensiona e narra. Assim, uma vez produzido, todo o texto histórico torna-se ele mesmo objeto de história e passa a representar a visão de um indivíduo sobre o passado.

Porém, a memória, conforme a realidade do presente traz novas reflexões. Trabalhar a memória é uma atividade de todos e que o historiador tenta tornar consciente e crítica. Pode-se dizer que a história necessita ser escrita e reescrita, não apenas imperativamente, pois deriva das descobertas constantes, mas também da mudança de significação que damos a documentos antigos.

Devemos pensar que a renovação do ensino de história deve ser trazida constantemente à tona e que uma aula pode ser extremamente conservadora e ultrapassada mesmo contando com os mais modernos meios audiovisuais. Da mesma forma, uma aula pode ser muito dinâmica e inovadora utilizando-se apenas giz, professor e aluno. Descobrir coisas novas nas práticas pedagógicas através da leitura, reunião com outras pessoas, críticas e discussões podem resultar numa reflexão séria sobre a história, e também conduzir um profissional preocupado com o exercício do magistério.

É necessário, portanto, que o ensino de história seja revigorado e que professores dessa disciplina se conscientizem de sua contribuição social.

Ecléa Bosi (1994, p. 90) nos faz refletir neste sentido afirmando que “[...] a história deve reproduzir-se de geração em geração, gerar muitas outras, cujos fios se cruzem, prolongando o original, puxados por outros dedos”.

Desta forma, humanizar o homem é percebê-lo em sua organização social de produção e no conteúdo específico dessa produção. É preciso ter bem claro que devemos estar preparados para ocupar um espaço na sociedade globalizada.

Quanto aos Parâmetros Curriculares Nacionais, estes consideram que o ensino de História envolve relações e compromissos com o conhecimento histórico, de caráter científico, com reflexões que se processam no nível pedagógico e com a construção de uma identidade social pelo estudante, relacionada às complexidades inerentes à realidade com que convive.

Considera-se ainda que o saber histórico escolar reelabora o conhecimento produzido no campo das pesquisas dos historiadores e especialistas do campo das Ciências Humanas, selecionando e se apropriando de partes dos resultados acadêmicos, articulando-os de acordo com seus objetivos. E nesse processo de reelaboração, agrega-se um conjunto de “representações sociais” do mundo e da história, produzidos por professores e alunos.

Segundo Jacques Le Goff (1992, p. 17), “[...] *Historiein* em grego antigo é ‘procurar saber, informar-se’. *Historie* significa, pois, procurar. É este o sentido da palavra em Heródoto, no início das suas Histórias, que são investigações”.

Podemos, então, perceber que, de acordo com Heródoto, considerado o “pai da História”, o estudante precisa estar motivado a investigar e a interpretar a sociedade em que vive e, nesta investigação, refletir sobre os efeitos causados pelas revoluções, as mudanças ocorridas ao longo do tempo, vendo-se também como um agente transformador de realidades.

Para tanto, o tema cotidiano vem aparecendo com muita frequência nos estudos e pesquisas sobre a educação; não se pode falar de ensino sem se falar no dia-a-dia.

Leandro Karnal (2005, p. 10) nos aponta que “[...] a boa vontade da mudança esbarra tanto nos vícios tradicionais da escola como na resistência multifacetada de pais, direção, colegas e alunos”.

Neste sentido, um questionamento nos levou a esta análise no que envolve a utilização da metodologia de história oral na prática docente. Como é possível desenvolvê-la nas escolas públicas, quebrando barreiras frente a um ensino tradicional, onde cabe ao professor a escolha desta prática pedagógica mais abrangente, libertária, muitas vezes incompreendida pelos gestores das instituições de ensino? Para responder a esta questão investigamos e aqui levantamos três experiências ocorridas em escolas e épocas diferentes.

Em se tratando de interdisciplinaridade, é interessante destacar que estruturas conceituais e metodológicas podem ser compartilhadas por várias disciplinas. E que toda experiência ocorrida no cotidiano escolar nesta trajetória processual pode apresentar limitações e dificuldades, porém, para Santomé (1998, p. 47) mesmo que “[...] a interdisciplinaridade seja um objetivo nunca alcançado, na tentativa de ler o mundo na complexidade na qual ele se apresenta, deve ser permanentemente buscado”.

Dentro deste contexto, a primeira experiência investigada envolveu uma ação cooperativa da professora de Língua Portuguesa, a qual buscou subsídios em outras áreas do conhecimento empírico e científico para desenvolver o projeto.

Experiência 1

A professora da Rede Municipal de Ensino de Itajaí, Solange Coelho Martins, já leciona há vinte anos a disciplina de Língua Portuguesa, tendo com seus alunos realizado ao longo da carreira vários projetos. A última experiência que realizou foi com alunos de sétima e oitava série na E.B. João Paulo II, no bairro Cordeiros, durante o ano de 2008, ao participar da proposta da Olimpíada Nacional de Língua Portuguesa, iniciativa do Itaú e da Fundação Social, juntamente com o Ministério da Educação. Além destas instituições, o Setor Educativo do Museu Histórico de Itajaí, uma das unidades da Fundação Genésio Miranda Lins, repassou o embasamento teórico metodológico em história e museologia e organizou a Mostra Expográfica “Itajaí em Memórias”, realizada na própria escola após a coleta do material em sala de aula.

Segundo a professora Solange, a comunidade foi a maior parceira no desenvolvimento do projeto, pois mobilizou o envolvimento de pessoas que trabalhavam

na escola, das pessoas do comércio que faziam o conserto de aparelho de som, por exemplo, assim como dos pais dos alunos que muito contribuíram. Conforme a professora, “[...] tinham fotografias, eles tinham objetos, eles dispunham de tempo para ir lá na escola e falar do tempo de namoro, falar do tempo de escola, falar de educação”.

Desta maneira, foi possível realizar o trabalho com o gênero “memórias”, onde o aluno foi motivado a pesquisar, relatando oralmente e de maneira escrita, as entrevistas que eles fizeram com pessoas, moradores da cidade, moradores do bairro, trazendo a tona parte da história da comunidade na qual estão inseridos. A proposta da Olimpíada era de, a partir das memórias, produzir um texto. A produção dos alunos desencadeou a premiação na esfera municipal e estadual, ficando em terceiro lugar em nível nacional com o texto “ Marcas do tempo”, da aluna Ana Karine Mendonça Grein, da oitava série.

Em relação às dificuldades no desenvolvimento do processo, a professora ainda destacou a importância de investigar e conferir as várias informações, assim como o levantamento dos objetos que fizeram parte da história da comunidade. Para muitas pessoas, não possuíam nenhum valor pela visão no senso comum, de serem coisas velhas, obsoletas, fora de uso. Por esta razão é tão importante destacar o valor histórico desses objetos, caso contrário, muitas histórias correm o risco da perda pela falta de registro.

Os alunos, no início, mostraram-se um pouco desconfiados e com algumas dúvidas sobre a execução da entrevista. Porém, a partir do momento em que a proposta foi apresentada, os alunos passaram a se interar, porque as narrativas foram se aproximando da vida, do cotidiano, da história local e tornando tudo mais interessante. Neste contexto, a professora Solange argumenta: “Eles se percebem naquele enredo, eles querem saber mais e mais. Você não fica mais dentro de uma sala de aula, você atravessa as paredes, você vai lá fora e ele começa a se sentir responsável por tudo isso”. Sendo assim, os alunos se percebem frutos dessa história, que hoje repercute no dia-a-dia de cada um deles.

Tratando-se da avaliação e do registro do projeto, não foi uma produção de conhecimento fragmentada, mas sim um processo contínuo e integrado. A partir do momento que interagiam com os objetos (contando a história), produziram, a partir das entrevistas, um texto de memória. Acontecia aí a avaliação de apropriação do conhecimento, da oralidade, da expressão e segundo, a professora Solange, “[...] não posso ter mais uma avaliação típica de Língua Portuguesa, mas eu tenho então uma avaliação que entra na grade curricular de história, de artes e também da Língua Portuguesa”. Percebemos então a possibilidade do enfoque interdisciplinar que aproxima as várias áreas do conhecimento em uma leitura contextualizada.

Experiência 2

O professor da Rede Estadual de Ensino de Itajaí, Cláudio José de Senna, leciona há 12 anos a disciplina de História e também realizou projetos de pesquisa com seus alunos durante os anos de 2007 e 2008. A experiência aconteceu na E. E. B. Dom Afonso

Niehues, no bairro Cordeiros, para turmas do Ensino Médio onde a temática abordada girou em torno do estudo da região local, do bairro e histórias das famílias.

Para o professor Cláudio, uma das maiores dificuldades foi a coleta de dados familiares, pois algumas pessoas não tem o hábito de guardar e comentar a história familiar; alguns comerciantes, pessoas mais idosas do lugar, mostraram-se desconfiados em relação a entrevista, principalmente nas regiões mais pobres. Mas este foi um desafio a ser vencido pelos alunos na questão da abordagem e convencimento em relação a esses entrevistados. É preciso, portanto, orientar os estudantes a dialogar de maneira responsável, colocando a importância do trabalho proposto, porém, respeitando a opção das pessoas que, por ventura, não se sintam à vontade para remexer suas lembranças, evitando a insistência de maneira inconveniente.

Quanto à expectativa dos alunos, o professor relatou que foi boa, não atingindo os 100% devido os aspectos citados acima: “[...] a comunidade, muitas vezes, não gosta de revelar a intimidade, ou a nova história cultural, que envolve sentimento, que envolve os entrelaçamentos de conflitos”. Porém, de um modo geral, segundo a avaliação do professor e da turma, a proposta repercutiu bem e os alunos puderam registrar essas narrativas apresentando os resultados também em *slides* na sala de aula.

Sobre trabalhar a metodologia de história oral nas escolas, o professor salienta que deveria ser uma prática aplicada sempre para garantir a memória da comunidade, argumentando que “[...] a população não tem o hábito de repassar a história familiar, a história do bairro; é só verificar nas pesquisas, que nós temos poucas pesquisas sobre a localidade, a população não se percebe na história enquanto agente”.

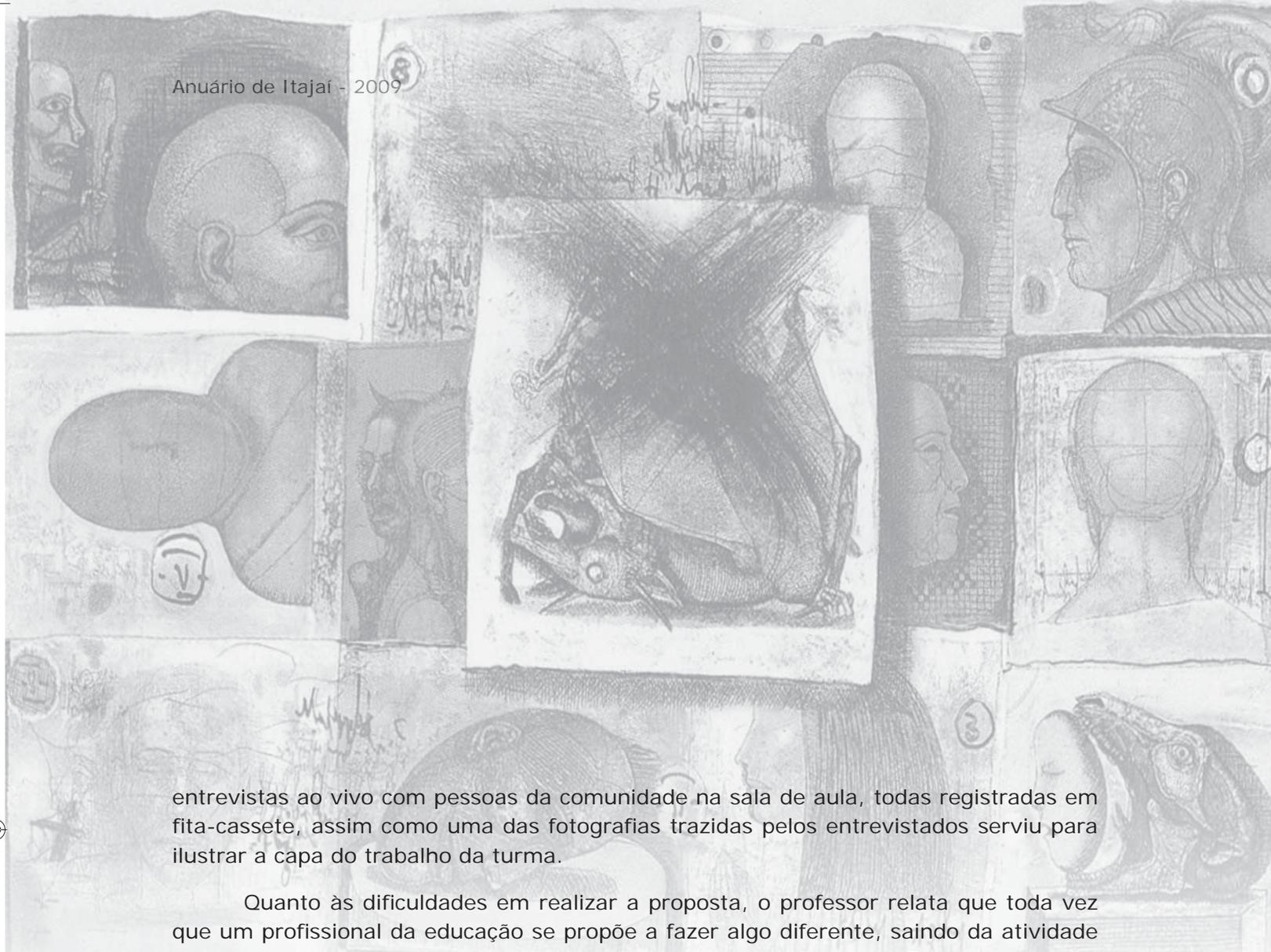
Experiência 3

O professor Ivan Carlos Serpa já leciona há 20 anos a disciplina de História, tendo atuado na Rede Municipal e Estadual de Itajaí, bem como na Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). Durante a sua carreira como professor e pesquisador, nos relatou o primeiro trabalho com projeto de pesquisa na metodologia de história oral que foi realizada na E. B Arnaldo Brandão, com estudantes de 5^a à 8^a série, no ano de 1993, sobre a história do Bairro Imaruí, onde está fixada a escola.

Segundo o professor Ivan, a idéia surgiu nas conversas com os alunos no cotidiano escolar: “A gente comentava alguns conteúdos de história na sala de aula e os próprios alunos sugeriram a possibilidade de estar registrando a história do bairro deles, foi uma atividade muito legal que aconteceu”.

E neste processo que envolveu a curiosidade e a necessidade vinda dos próprios alunos, o trabalho foi contemplado com uma referência na Revista Nova Escola de 1993, além de outros pesquisadores utilizarem algumas informações, a partir da escola, servindo como elemento para futuras pesquisas sobre afro-descendentes em Itajaí.

Os alunos envolvidos levaram questionários para casa e os traziam respondidos como tarefa (esta etapa fazia parte da avaliação). Eram realizadas, também, as



Anuário de Itajaí - 2009

entrevistas ao vivo com pessoas da comunidade na sala de aula, todas registradas em fita-cassete, assim como uma das fotografias trazidas pelos entrevistados serviu para ilustrar a capa do trabalho da turma.

Quanto às dificuldades em realizar a proposta, o professor relata que toda vez que um profissional da educação se propõe a fazer algo diferente, saindo da atividade rotineira da sala de aula, é natural que encontre alguma dificuldade. E acrescenta: "Foi uma inovação para a época, a diretora da escola estranhava muito, a equipe técnica também, mas as dificuldades eram sempre superadas pelo acolhimento dos alunos e da comunidade que sempre se identificaram muito com o trabalho".

Neste sentido, vale pensar o quanto é importante a relação de pertencimento de uma identidade, pois toda a proposta visava retratar a história e a cultura da própria comunidade que se envolveu e incentivou o professor e os alunos a continuarem, apesar dos olhares de estranhamento do corpo administrativo da escola.

Em relação à repercussão e resultados da pesquisa junto aos alunos, foram consideradas duas questões relevantes. Uma delas foi a utilização da escola como veículo para realizar o registro da história local, das comunidades, do bairro, pois neste campo há pouca pesquisa em Itajaí. A outra questão diz respeito ao incentivo para o estudante realizar esta atividade na sala de aula. Neste sentido, o professor salienta que "[...] ele se sente valorizado porque não está apenas reproduzindo conhecimentos, não está apenas recebendo e memorizando informações e a partir desse momento revertemos todo o processo de ensino-aprendizagem". Neste contexto, o aluno começa a se perceber como produtor de conhecimento, modificando a sua auto-imagem enquanto cidadão do bairro, da cidade, do estado e do país.





Quanto à aplicação da metodologia de história oral no cotidiano das escolas, percebemos os reflexos positivos, tendo em vista o relato dos professores que ousaram provocar essas novas situações de aprendizagem. Apesar das dificuldades apresentadas ao longo do processo, de um modo geral, foi válida a experiência na prática dos professores assim como na vida escolar dos alunos. Isto se reflete no depoimento da professora Solange quando destaca que os alunos tem o desejo de registrar, porque isso provoca um desejo enorme de contar histórias, de ter este registro em mãos, de marcar o nosso tempo.

Todo o trabalho requer comprometimento, bom senso, realização de parcerias externas e, principalmente, cumplicidade entre o professor e os seus alunos. É o desejo de quebrar barreiras, enfrentar desafios, levantar questionamentos, trabalhar em uma rede que se amplia a cada etapa realizada; é participar de maneira consciente da construção da memória e da história coletiva, transformando a sala de aula em um laboratório de história oral onde se busca compreender o sentido da vida em comunidade.

Referências

- BOSI, E. **Memória e Sociedade: Lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.p.90.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. p. 29.
- KARNAL, L. **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. 3.ed.São Paulo: Contexto, 2005.
- LE GOFF, J. **História e Memória**. 2 .ed. Campinas, SP. Editora da UNICAMP, 1992, p.17.
- MARTINS, S. C. **Depoimento**: entrevista realizada em 11/08/2009. Bairro Cordeiros/ Itajaí.
- Parâmetros curriculares nacionais: **História e Geografia** / Ministério da Educação, Secretaria da Educação Fundamental. 3.ed. Brasília, 2001. p.33 e 35.
- SANTOMÉ, J. T. **Globalização e Interdisciplinaridade: O currículo integrado**. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda. 1998.p.47.
- SENNA, C. J. de. **Depoimento**: entrevista realizada em 07/08/2009. Bairro Vila Operária /Itajaí.
- SERPA, I. C. **Depoimento**: entrevista realizada em 07/08/2009. Bairro Itaipava/ Itajaí.
- THOMPSON, P. **A Voz do Passado: História Oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.p.31.



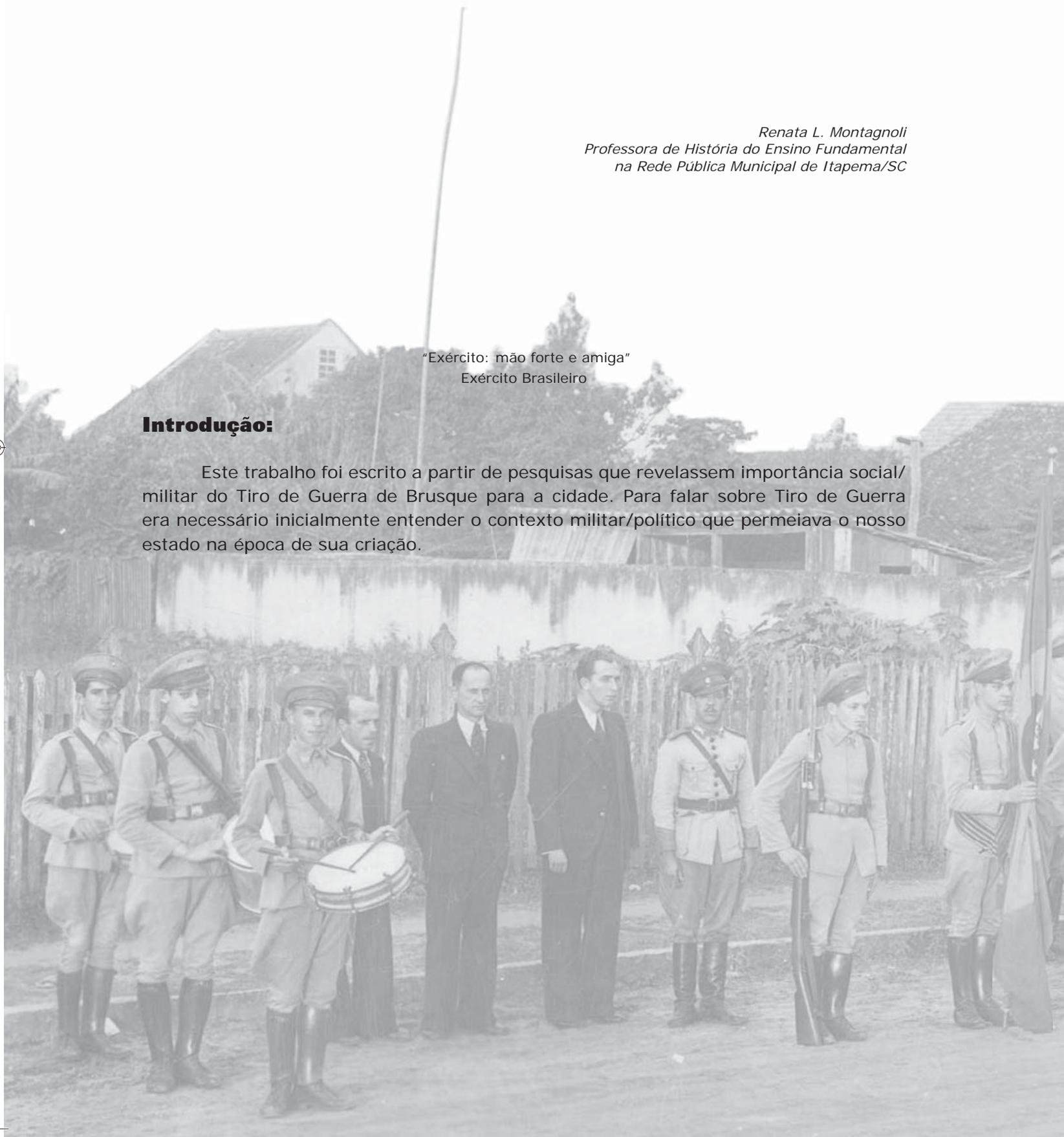
Tiro de Guerra 05-005/Brusque

Renata L. Montagnoli
Professora de História do Ensino Fundamental
na Rede Pública Municipal de Itapema/SC

"Exército: mão forte e amiga"
Exército Brasileiro

Introdução:

Este trabalho foi escrito a partir de pesquisas que revelassem importância social/militar do Tiro de Guerra de Brusque para a cidade. Para falar sobre Tiro de Guerra era necessário inicialmente entender o contexto militar/político que permeiava o nosso estado na época de sua criação.



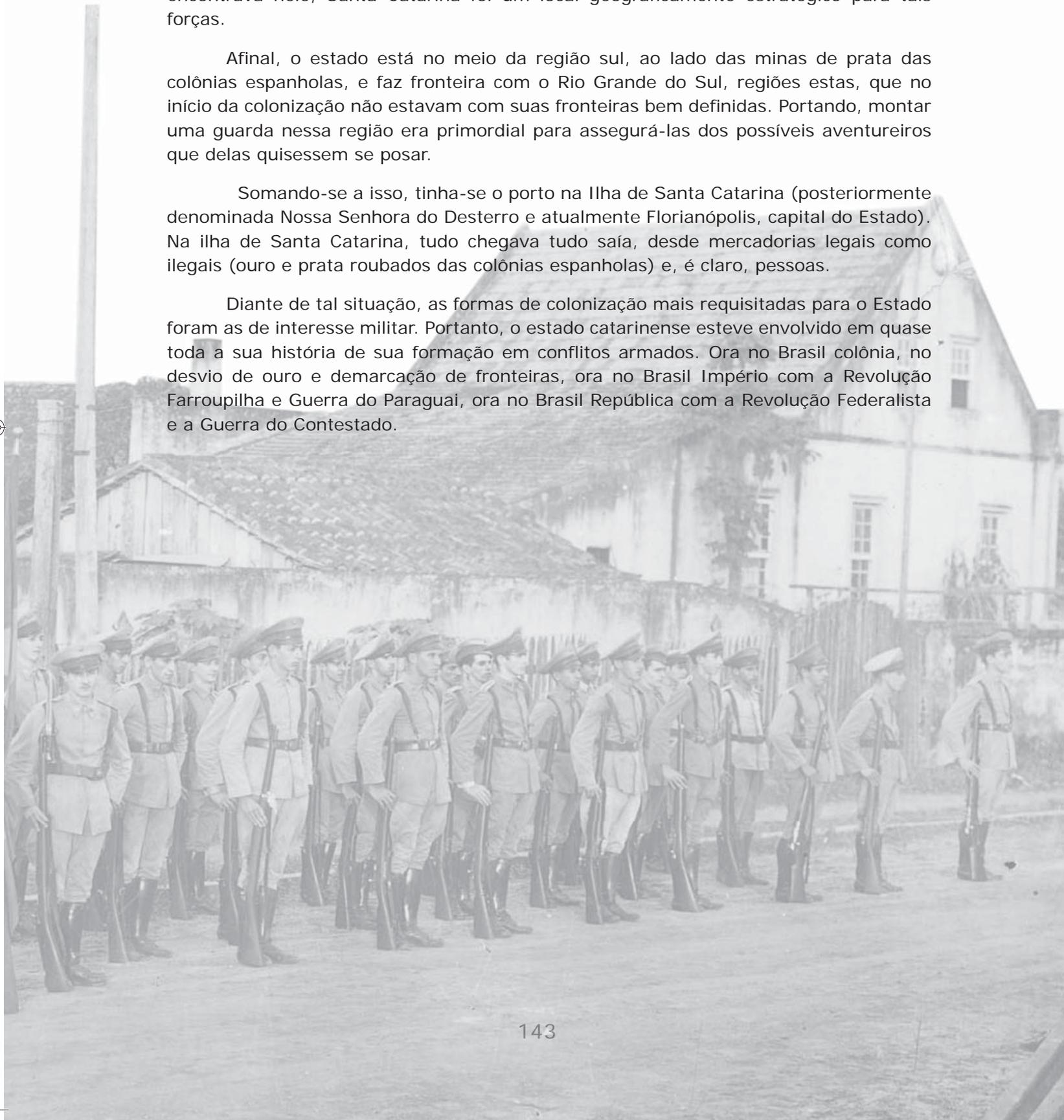


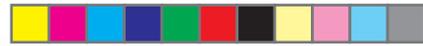
O Estado de Santa Catarina sempre foi ponto estratégico para as “Forças Oficiais” que comandaram o país desde os colonizadores portugueses, passando pelo Império e posteriormente República. Não importando quem estivesse no poder, ou quando se encontrava nele, Santa Catarina foi um local geograficamente estratégico para tais forças.

Afinal, o estado está no meio da região sul, ao lado das minas de prata das colônias espanholas, e faz fronteira com o Rio Grande do Sul, regiões estas, que no início da colonização não estavam com suas fronteiras bem definidas. Portanto, montar uma guarda nessa região era primordial para assegurá-las dos possíveis aventureiros que delas quisessem se posar.

Somando-se a isso, tinha-se o porto na Ilha de Santa Catarina (posteriormente denominada Nossa Senhora do Desterro e atualmente Florianópolis, capital do Estado). Na ilha de Santa Catarina, tudo chegava tudo saía, desde mercadorias legais como ilegais (ouro e prata roubados das colônias espanholas) e, é claro, pessoas.

Diante de tal situação, as formas de colonização mais requisitadas para o Estado foram as de interesse militar. Portanto, o estado catarinense esteve envolvido em quase toda a sua história de sua formação em conflitos armados. Ora no Brasil colônia, no desvio de ouro e demarcação de fronteiras, ora no Brasil Império com a Revolução Farroupilha e Guerra do Paraguai, ora no Brasil República com a Revolução Federalista e a Guerra do Contestado.





Mas, por que busco lembrar tais fatos? Por que puxo a Colonização – Império - República do nosso estado dentro dessa ótica dos conflitos?: para fortalecer a minha argumentação de que Santa Catarina sempre precisou de um efetivo “militar” que justificasse a construção de fortes, quartéis, juntas militares e, em extensão, os Tiros de Guerra.

Do Império à República: a necessidade do serviço militar

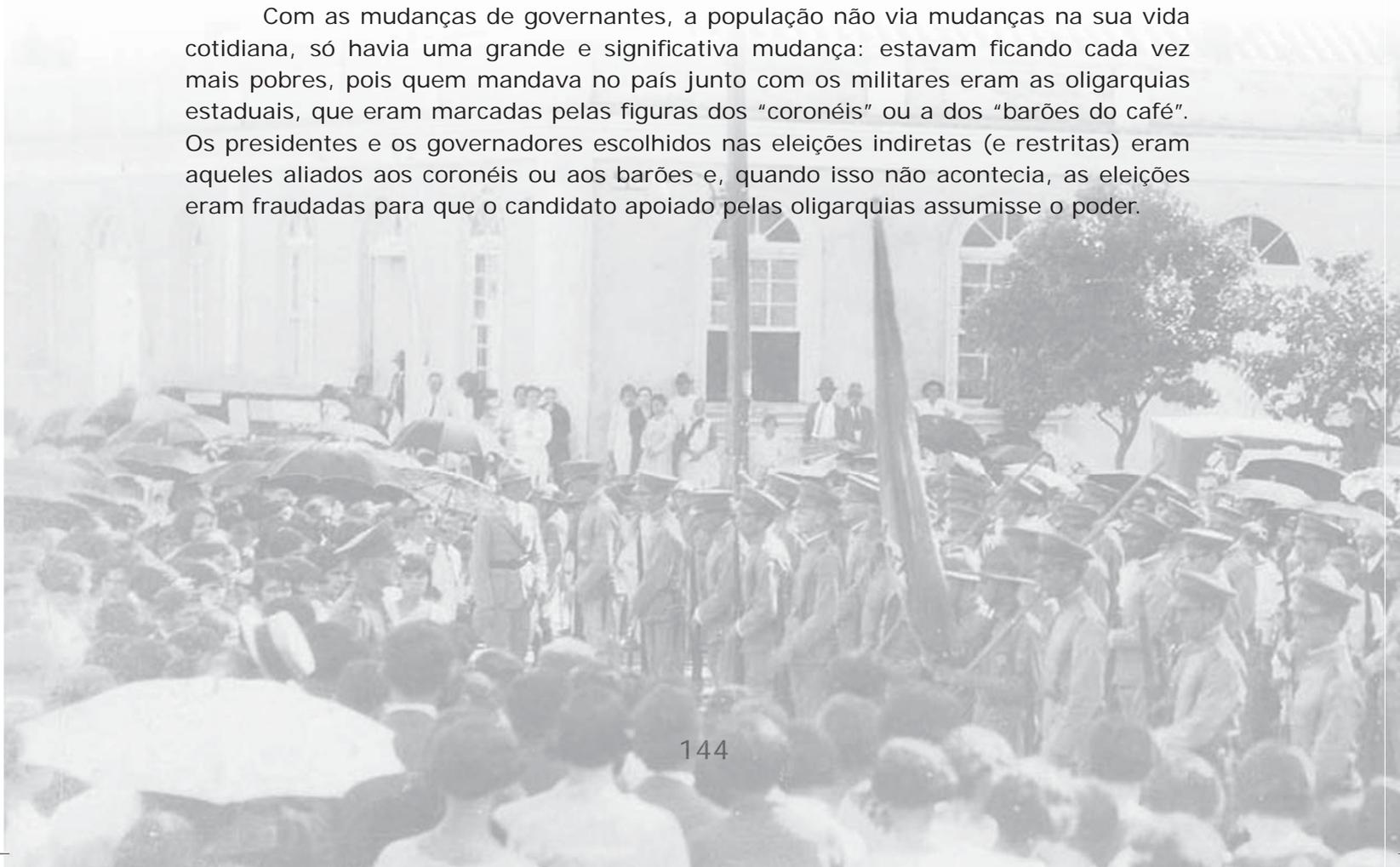
O povo, que pelo ideário republicano deveria ter sido protagonista dos acontecimentos, assistiu a tudo bestializado, sem compreender o que se passava, julgando ver uma parada militar (CARVALHO, 1987, p.9).

Em 15 de novembro de 1889 é Proclamada a tão sonhada República Federativa dos Estados Unidos do Brasil. Como bem colocou Aristides Lobo, a população não teve efetiva participação no acontecimento e que esse fato não representava uma significativa mudança econômica e social, mas sim uma mudança de sistema político.

A imagem de um povo “ovino”, ou seja, um imenso rebanho, termo alusivo a uma população que mais se assemelhava a um bando de ovelhas obedientes, submissas e apáticas, reforçava o desalento da fala do personagem (RIBEIRO, 1985, p. 69).

Os militares assumem o poder político e o país passa a ser governado por presidentes. O primeiro deles foi o Marechal Deodoro da Fonseca, que permaneceu no governo por um ano, sendo o seu sucessor outro Marechal... Floriano Peixoto.

Com as mudanças de governantes, a população não via mudanças na sua vida cotidiana, só havia uma grande e significativa mudança: estavam ficando cada vez mais pobres, pois quem mandava no país junto com os militares eram as oligarquias estaduais, que eram marcadas pelas figuras dos “coronéis” ou a dos “barões do café”. Os presidentes e os governadores escolhidos nas eleições indiretas (e restritas) eram aqueles aliados aos coronéis ou aos barões e, quando isso não acontecia, as eleições eram fraudadas para que o candidato apoiado pelas oligarquias assumisse o poder.





No contexto do império começam a se traçar os primeiros passos das Forças Armadas Brasileiras. Segundo informações do próprio Exército Brasileiro, o exército como força militar surgiu enquanto tal no século XVII com “[...] o sentimento nativista que uniu brancos, índios e negros na Batalha de Guararapes. O Exército, [...] nasceu com a própria nação” (Site oficial do Exército Brasileiro). Justificando-se assim a tomada de poder por esse grupo no período republicano.

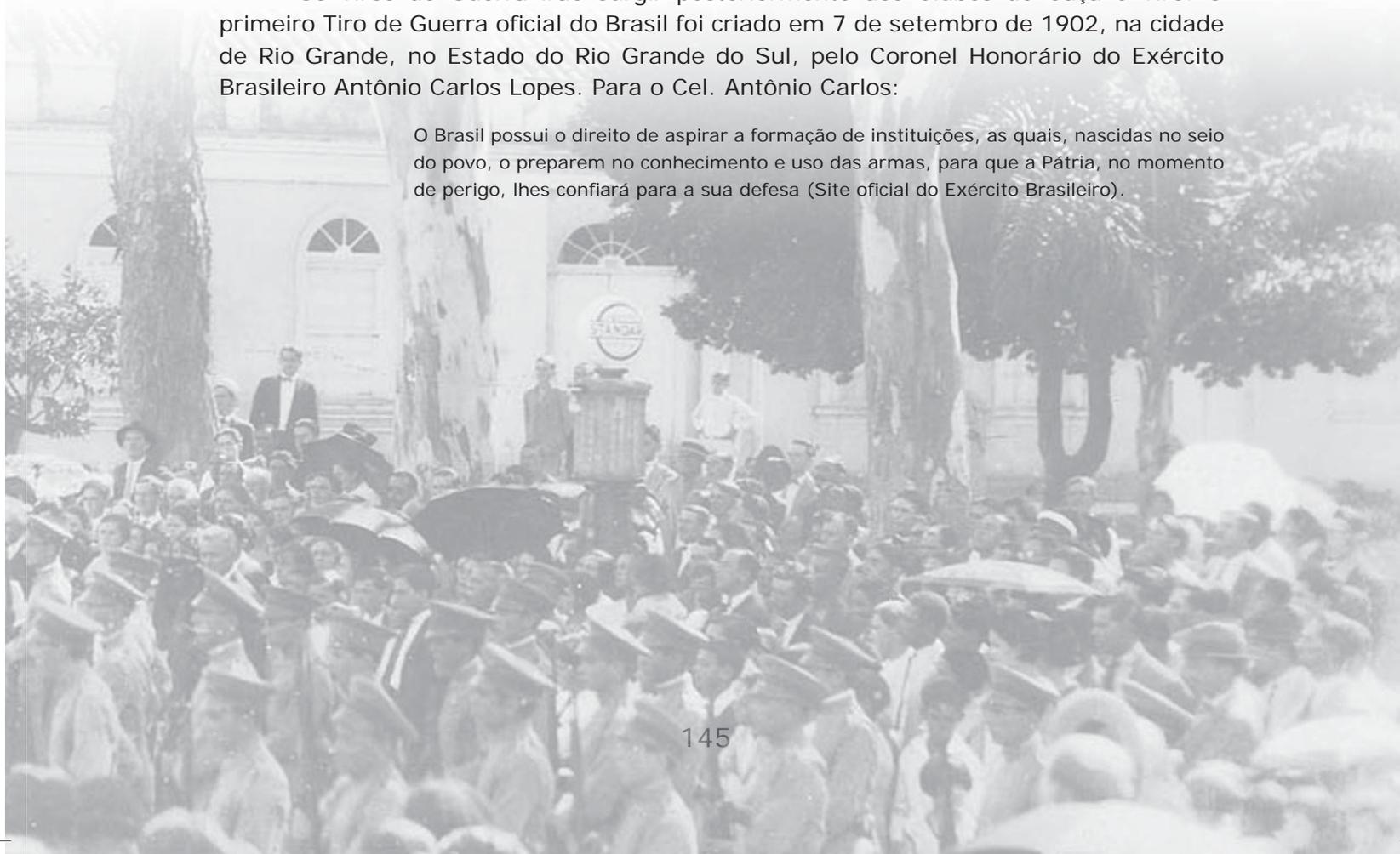
Nesse momento, no país, havia duas forças militares que dividiam o poder: a Guarda Nacional (existente desde 1808), dos chamados Coronéis. Recebiam este título de chefia militar, pois eram eles que tinham o poder militar na região em que atuavam.

A outra força militar era o Exército Nacional, que só se constitui enquanto tal quando a família real se fixou no país. Era o exército que chefiava as sociedades de Tiro que tinham alguns fins militares e que estavam mais presentes na porção meridional do país. A cidade de Brusque/SC foi a primeira a sediar um Clube de Caça e Tiro na América Latina, sendo este CCT Araújo Brusque (1866) o mais antigo do gênero em funcionamento ainda hoje no Brasil. Esses clubes se devem a colonização alemã e a prática esportiva armamentista deste povo, que inicialmente treinavam o tiro para a defesa dos ataques indígenas e como forma de união das famílias nos domingos.

Criação dos Tiros de Guerra e a Obrigatoriedade Militar

Os Tiros de Guerra irão surgir posteriormente aos Clubes de Caça e Tiro. O primeiro Tiro de Guerra oficial do Brasil foi criado em 7 de setembro de 1902, na cidade de Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul, pelo Coronel Honorário do Exército Brasileiro Antônio Carlos Lopes. Para o Cel. Antônio Carlos:

O Brasil possui o direito de aspirar a formação de instituições, as quais, nascidas no seio do povo, o preparem no conhecimento e uso das armas, para que a Pátria, no momento de perigo, lhes confiará para a sua defesa (Site oficial do Exército Brasileiro).





Após a Lei de 5 de setembro de 1906, criada pelo então Ministro da Guerra, o Marechal Hermes da Fonseca, os Tiros de Guerra se propagam por todo o país.

Com os descontentamentos populares (revoltas e motins de norte a sul do país), houve a necessidade de um serviço militar obrigatório, aonde os cidadãos iriam “servir a pátria e garantir a paz do sistema republicano”. Para isso era necessário os “cidadãos brasileiros” da importância do Serviço Militar. O responsável por essa campanha foi Olavo Bilac, que durante 1915 e 1916 “[...] empreendeu peregrinação pelo País conscientizando os brasileiros da necessidade do Serviço Militar Obrigatório, pregando a verdadeira cidadania” (Site oficial do Exército Brasileiro). Olavo Bilac, disse o seguinte em resposta a uma indagação sobre o Serviço Militar Obrigatório:

É o triunfo da Democracia. É o nivelamento das classes sociais. É a escola da Ordem, da Disciplina, da Coesão. É o laboratório da dignidade e do Patriotismo. É a instrução primária, a educação cívica e a higiene obrigatória. É a caserna, como filtro admirável, onde os homens se depuram e se apuram. (Site oficial do Exército Brasileiro).

Talvez, o fato de Bilac citar “higiene obrigatória” nos pareça algo estranho, mas se analisarmos o período histórico da época veremos que tal preocupação era primordial para a elite. A República estava enquadrada na idéia de modernidade européia, a *Belle Époque*, e tal modernidade buscava o desenvolvimento, a urbanização, a higienização. Para afirmação do referido tema, temos um exemplo do Rio de Janeiro:

A ambição de arrancar do seio da capital as habitações e moradores indesejados pelas elites dirigentes começou a se materializar com as medidas visando a demolição dos numerosos cortiços e instalagens, espalhadas por todas as freguesias centrais do Rio de Janeiro, o que se processou sobre a legitimação conferida pelo sanitarismo (MARINS, 1998, p.141).

Como reflexo do que estava acontecendo na capital federal, temos também o exemplo seguido por Florianópolis, capital do Estado:

[...] prosseguem diligente a ativamente as obras da futura Avenida do Saneamento [...]. Continuam as desapropriações dos prédios e das destruições dos velhos e infectos pardieiros que enfeiam o beco Irmão Joaquim. A ação da picareta está se fazendo sentir e um novo aspecto agradável e sadio apresenta aquele trecho na nossa capital (ARAÚJO, 1919).

Desde 1874 o Serviço Militar já era obrigatório, porém, só em meados de 1916 é que essa lei foi efetivamente colocada em prática.

Exército em reserva capaz de atuar como elemento de dissuasão. Ou de alimentar um esforço de guerra prolongando, na eventualidade indesejável da ocorrência de uma guerra, evento tão presente e vivo na História da Humanidade, como a que estava tendo lugar na Europa, a 1ª Guerra Mundial 1914-18 (Site oficial do Exército Brasileiro).

A forma mais eficaz de colocar em prática o Serviço Militar foi a construção de vários quartéis gerais, obras do então Ministro da Guerra Dr. Pandiá Calógeras na primeira década do século XX, e a formação nos municípios das instituições de Tiro de Guerra. Essas instituições eram “órgãos de formação da reserva (OFR)”, que





possibilitam aos cidadãos “servirem a pátria” (no Serviço Militar Inicial), nos municípios em que residiam.

O Tiro de Guerra 05-005/Brusque/SC

O Tiro de Guerra 05-005/Brusque iniciou suas atividades (organização da Linha de Tiro) em 1916, com o número 317. As pessoas mais ilustres da cidade é que faziam parte do Conselho Diretor do Tiro de Guerra, tendo como presidente o então prefeito da cidade, o Sr. Vicente Schaefer. Cotava com 68 atiradores e, no ano seguinte, foi enviado à cidade o primeiro instrutor, o Sargento Álvaro A. Vieira.

O Tiro não tinha uma sede própria e suas atividades eram desenvolvidas na Sociedade de Atiradores. As reuniões do Conselho Diretor eram realizadas nas dependências da antiga Prefeitura Municipal, que se localizava onde hoje é o Banco Itaú, no centro da cidade.

O objetivo dos TG é formar reservistas de 2ª categoria aptos ao desempenho de tarefas no contexto da Defesa Territorial e Defesa Civil. A formação do atirador é realizada no período instrução. Há um acréscimo de 36 horas destinadas às instruções específicas do Curso de Formação de Cabos (CFC) – um terço desse tempo é direcionado para matérias relacionadas com ações de saúde, ação comunitária, defesa civil e meio ambiente (Site oficial do Governo Brasileiro).

O Tiro de Guerra 317 foi instalado em Brusque porque havia uma grande necessidade de que os jovens brusquenses permanecessem na sua terra, pois eles constituíam a força de trabalho das fábricas têxteis e não era viável enviá-los para outras cidades ou até para outros estados.

Em 1918 encerraram-se as atividades militares no TG 317. Depois de 10 anos, iniciou-se novamente o alistamento, com as atividades militares ainda sendo praticadas na Sede da Sociedade de Atiradores e o funcionamento da secretaria, nas dependências da Prefeitura, como era antes do fechamento.

No dia 15 de fevereiro de 1941 é inaugurada a Sede Social do TG, com a sua linha de tiro, na Rua Felipe Schmidt, 455, Centro (se encontra ainda hoje). Por ser tratar de uma reserva do exército, o TG não deveria, a princípio, estar numa área urbana da cidade com grande circulação de civis, pois sendo soldados, necessitavam de grandes espaços, grandes campos para praticarem os exercícios físicos, as aulas de combate, as de tiro e simulações de situações de guerra.

O Tiro de Guerra de Brusque, portanto, vai contra essa determinação, pois o mesmo se localiza no “centro da cidade”. É possível que isso tenha ocorrido por causa da idéia de grandeza, de prestígio, que tal instituição traria a cidade, sendo assim, tal órgão não poderia ficar numa área suburbana. Nada mais justo, então, que o Tiro estivesse no coração da mesma, tornando-se um ponto de referência de localização dentro do próprio centro (tal lugar fica no centro, perto ou na rua do Tiro). Essa idéia fica explicita na seguinte citação:



[...] entre nós, a orientação é geralmente feita dentro de um espaço “embebido” socialmente. Nas cidades brasileiras, a demarcação espacial e social se faz sempre no sentido de uma gradação ou hierarquia entre o centro e periferia, dentro e fora. Para verificar isso, basta conferir a expressão brasileira “centro da cidade” [...] (MATTA, 1991, P. 36).

Para a reinauguração estavam presentes o interventor do Estado, Dr. Nereu Ramos, o Comandante da 5o Região Militar, Ary Pires, o Sargento Osvaldo Cordeiro e autoridades locais, como o prefeito, Germano Schaefer, e o Cônsul Carlos Renaux.

Como percebemos, a inauguração do Tiro foi algo de grande importância para cidade, pois se encontraram na ocasião grandes autoridades e pessoas ilustres. Não podemos esquecer que a criação de grandeza é feita por parte de uma elite da cidade e não por toda a população. Muitos cidadãos não estavam envolvidos com o acontecimento e nem faziam idéia da sua importância. Como nos diz Roberto Da Matta:

[...] o que pode ser estabelecido entre as rotinas diárias e as situações extraordinárias, anômalas ou fora do comum, mas que são socialmente programadas e inventadas pela própria sociedade. Essas situações se definem pelo que usualmente chamamos de festas, cerimoniais, rituais, solenidades [...] (MATTA, 1991, p. 42).

Tudo ia bem até que em 1945 veio uma ordem maior para que fosse fechado o Tiro, pois o contingente militar era muito pequeno. Em 31 de outubro encerraram-se as atividades com a conclusão da formação dos atiradores alistados no ano.

Um ano depois, com esforços de pessoas importantes e influentes da nossa cidade, como o 1o Tenente Dr. João Antônio Schaefer, o TG abre novamente as suas portas, porém, com o número 170. Houve uma nova inauguração na antiga sede do TG 317.

O diretor passou a ser o então Dr. Nica (João Antônio Schaefer) que, por ser a maior autoridade militar municipal, ficou com o cargo, tendo como instrutor o 1o Sargento José Rodrigues Nunes.

Algumas mudanças ocorreram no decorrer dos anos e reformas foram feitas para que o prédio estivesse cada vez melhor estruturado para atender suas obrigações.

Em 2003 o Tiro de Guerra passou para o número 05-005, que significa que ele é o 5o TG da 5a Região Militar, que tem como sede Curitiba. O número de soldados é de 100, tendo dois sargentos, os quais são instrutores de 50 soldados cada. Os instrutores em eram o Sargento Delson Knutsen e o Sargento José Carlos Mattos Rodriguez.

O Tiro de Guerra de Brusque pode estar esquecido por muitos e totalmente sem significado para outros, mas ainda existem pessoas que tem as suas vidas entrelaçadas com a vida histórica do Tiro, como é o caso do Dr. Nica que, durante muitos anos, desenvolveu o cargo de diretor do Tiro. Segundo ele, “O Tiro é a minha cachaça”.

Referências

- ARAÚJO, H. R. de. **A invenção do Litoral**: Reformas Urbanas e Reajustamento Social em Florianópolis na 1a República. Dissertação de Mestrado: PUC-SP, 1989.
- CARVALHO, J. M. de. **Os Bestilizados**: O Rio de Janeiro e a República que não foi. Rio de Janeiro: Ed. Cia.



das Letras, 3 Edição, 1987.

_____. **A Formação das Almas:** O Imaginário da República no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Cia. das Letras, 1990.

COMANDOLLI, D. E. **História do Exército Brasileiro.** Dissertação Monográfica: FEBE – Brusque, 1978.

KRIEGER, Y. M. A. **Articulação Militar no Golpe do Estado Novo.** Dissertação Monográfica: FEBE – Brusque, 2000.

MARINS, P. C. G. Habitação e vizinhança: limites da privatização no surgimento das metrópoles brasileiras. In: SEVCENKO, N. (org). **História da Vida Privada no Brasil** - República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Cia. das Letras, volume 3, capítulo 2, 1998. P. 131-212.

MATTA, R. Da. **A Casa e a Rua:** Espaço, Cidadania, Mulher e Morte no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogan, 4 Edição, 1991.

MUMFORD, L. **A Cidade na História:** suas origens, suas transformações, suas perspectivas. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia Ltda, 2 vol., 1965.

PAULILO, M. I. S. **Terra à Vista...** E ao Longe. Florianópolis: Ed. UFSC, 2 Edição, 1998.

PENNA, L. de A. **República Brasileira.** Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1999.

RIBEIRO, J. U. **Viva o Povo Brasileiro.** Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1985.

SJOBERG, G.; DAVIS, K. **Cidades:** A Urbanização da Humanidade. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

FONTES BIBLIOGRÁFICAS

Álbum do Centenário de Brusque. Ed. Sociedade Amigos de Brusque, 1968.

Entrevistas: - Sargento Delson Knutsen (Entrevista concedida em 11/04/2003); Sargento José Carlos Mattos Rodriguez (Entrevista concedida em 11/04/2003); Dr. João Antônio Schaefer - Dr. Nica (Entrevista concedida em 23/05/2003).

Revista Cultural Histórica do Vale do Rio Itajaí Mirim. Ano IV, 1982. Edição Sociedade Amigos de Brusque - Notícias de Vicente Só: Brusque - Ontem e Hoje 13 a 24.

Revista de Vicente Só. Ano II, 1978. no. 8, p.97.

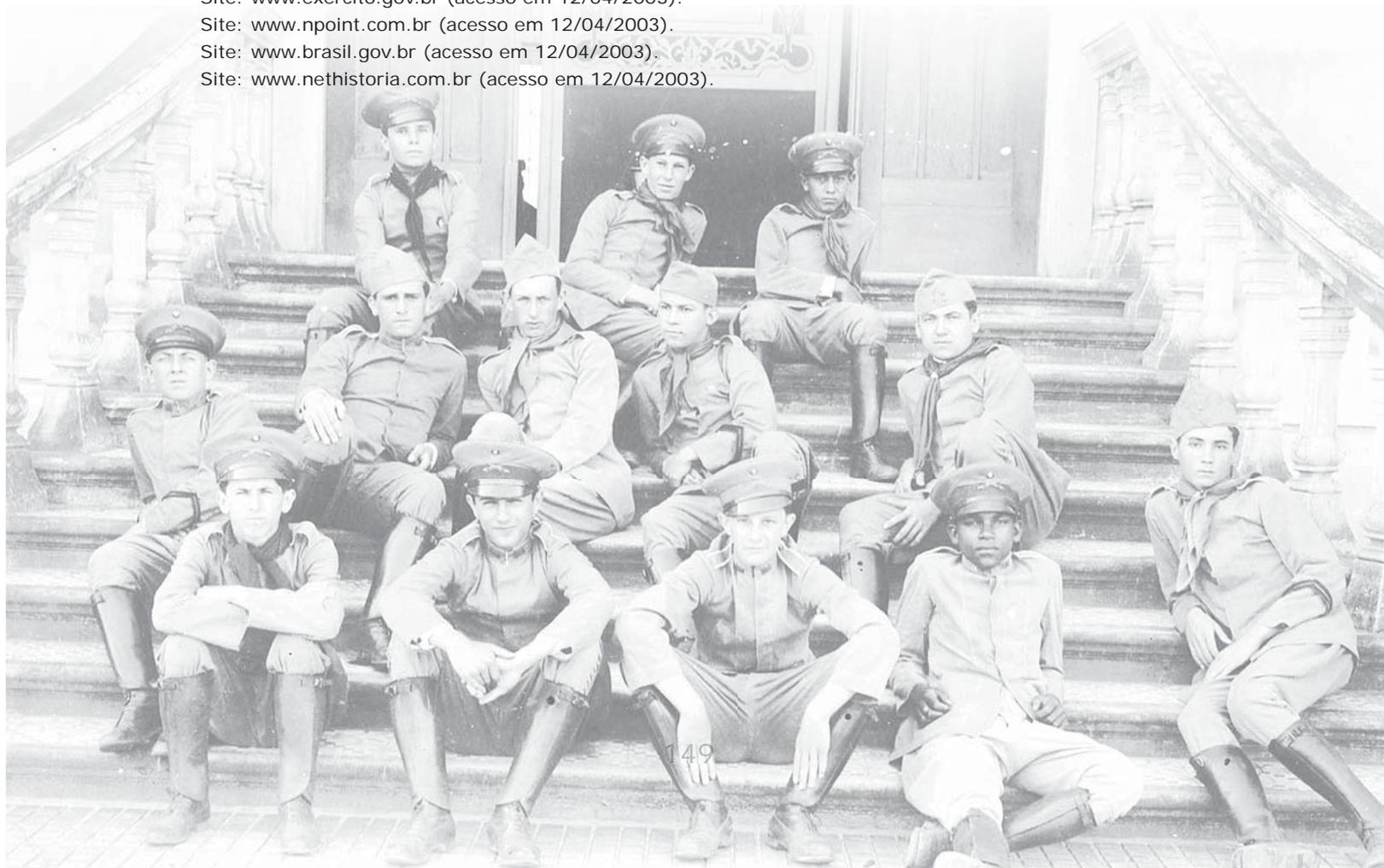
Revista Verde Oliva. Ano I, 2003, p.24.

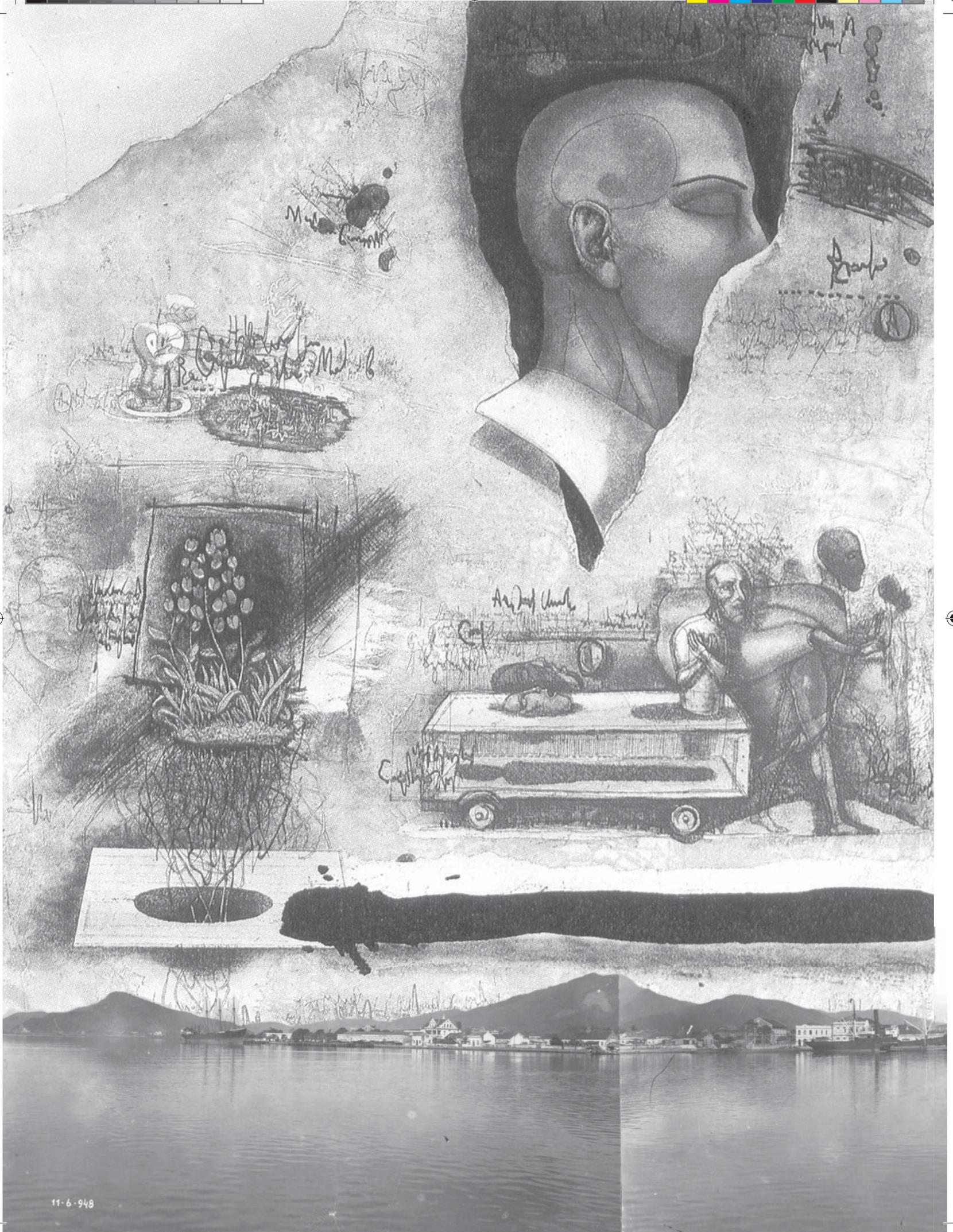
Site: www.exercito.gov.br (acesso em 12/04/2003).

Site: www.npoint.com.br (acesso em 12/04/2003).

Site: www.brasil.gov.br (acesso em 12/04/2003).

Site: www.nethistoria.com.br (acesso em 12/04/2003).





11-6-948



Sedução, defloramento.... Priscila R. C. Grimes; Paulo R. M. de Oliveira

Sedução, defloramento e desonra: crimes sexuais contra mulheres em Itajaí e região nas décadas de 1930 e 1940¹

*Priscila Regina Carneiro Grimes
Acadêmica de História - UNIVALI*

*Paulo Rogério Melo de Oliveira
Professor de História da UNIVALI*

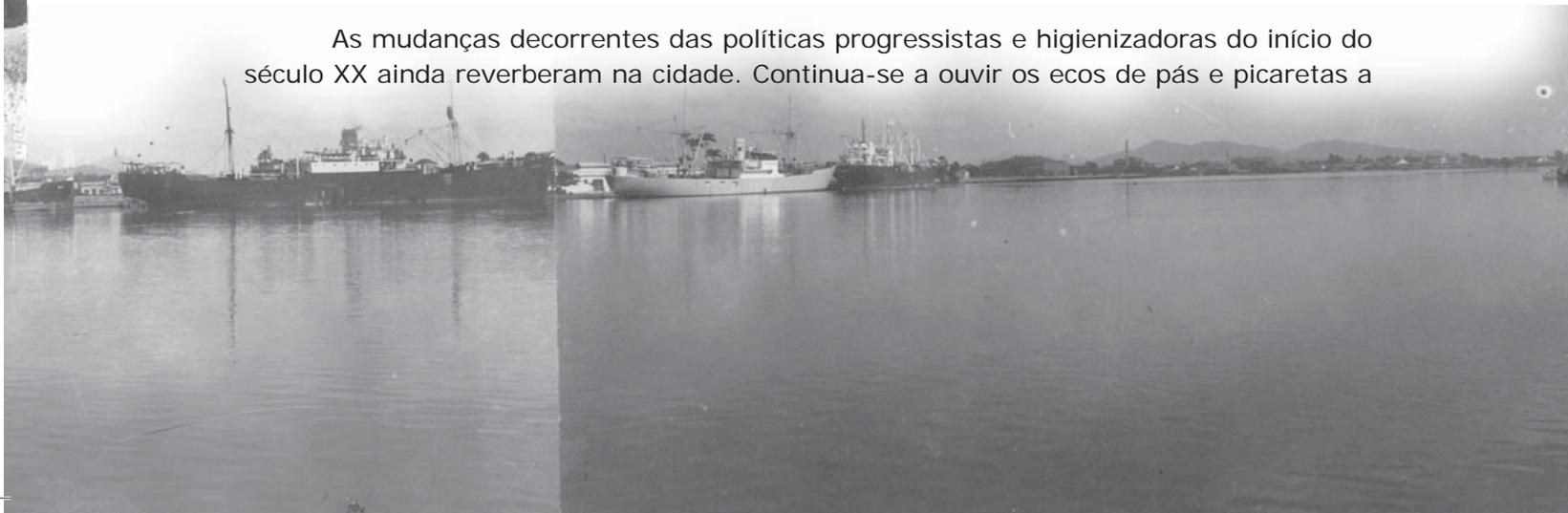
Introdução

As décadas de 1930 e 1940 são marcadas por uma política de normatização e disciplinamento dos corpos e das condutas. O governo visava a criação de uma nação moderna e progressista, livre da degenerescência². Nesse contexto, Itajaí se preocupa com a conduta de seus habitantes e com o uso que os mesmos fazem dos espaços da cidade. A emergência de limpar a cidade dos “miasmas” que poderiam contaminar o organismo social fizera da punição dos crimes sexuais, o meio de intervir no cotidiano das classes populares.

A grande quantidade de processos criminais de defloramento, entre 1930 e 1942, na comarca de Itajaí suscitava indagações. Quem eram os envolvidos nos processos? Quais atores sociais circulavam na cidade? Que papéis sociais eram divulgados e exigidos? Para responder tais indagações faz-se necessário perceber que cidade havia se tornado Itajaí.

Itajaí nas décadas de 1930 e 1940: que cidade é essa?

As mudanças decorrentes das políticas progressistas e higienizadoras do início do século XX ainda reverberam na cidade. Continua-se a ouvir os ecos de pás e picaretas a





demolir, e reconstruir a nova cidade “moderna”. Itajaí foi alvo da modernização irradiada pelos grandes centros no começo do século. Remodelada em suas particularidades, a cidade foi sendo escrita e reescrita embasada nos preceitos de modernidade e progresso.

Nas primeiras décadas do século XX, Itajaí está passando pelas primeiras mudanças que parte das cidades estava passando – procurava-se imprimir uma outra escritura na cidade: a rua Conde D’Eu passara-se a se chamar Lauro Müller – começando a ser vista de outra forma através de um discurso de reordenação do espaço urbano [...]³.

Apesar de quase duas décadas separarem a Itajaí do início do século, desta de meados de 30, não foram tantas as mudanças ocorridas na cidade. Pelo menos quanto a sua representação⁴.

Ora, Itajaí era, naqueles anos vinte-quase-trinta, uma pequena cidade, se comparada com outros centros maiores, mas que também vivenciara e vivenciava as aventuras da entrada de valores e práticas ansiadas por uma determinada classe, cujos projetos clamavam por distinções e sonhavam para si um lugar sano e alinhado: a elite⁵.

As intervenções feitas na cidade para sua adequação aos ideários da modernidade não se restringem às ações do poder público. A elite acompanha e intervém juntamente com os governantes nessa remodelação de espaços e condutas. Morar em uma cidade “moderna” fazia parte dos anseios dessa classe, que estava em ascensão neste início de século.

As décadas se passaram e a cidade cresceu juntamente com a população. As obras de ampliação do porto movimentavam Itajaí nesse período⁶. Agora, sua identidade está indissociavelmente vinculada ao porto. É através dele que chegam as novidades, que o comércio movimenta-se, que a cidade cresce. Ele é o propulsor do progresso. No entanto, as benesses dessa identidade portuária para a cidade são confrontadas com outras representações advindas do porto:

[...] ao mesmo tempo em que proporciona o progresso, o desenvolvimento econômico, proporciona a prostituição, a criminalidade o tráfico de drogas e a própria imagem estereotipada que as outras cidades constroem das cidades portuárias pelo fato de serem portas abertas para o mundo [...]⁷.

Através do porto, a cidade com suas “portas abertas para o mundo” ganha ares de metrópole, uma cidade cosmopolita, onde circulam alemães, lusos, brasileiros, afro-descendentes. O jeito europeizado, tão caro no início do século XX, se consolidou na criação e remodelação de novos espaços e condutas, porém, continua a ser apropriado e reinventado pelos populares da cidade. A rua, o grande alvo da política higienista, é o espaço



onde podemos perceber essas apropriações. Embora um rígido código de posturas direcione as ações no espaço público, sendo a rua o local apenas dos transeuntes e dos passeios, ela também é local de sobrevivência dos trabalhadores⁸.

A elite continua a idealizar a cidade. Seus projetos e planos visam a construção e a consolidação de uma Itajaí “moderna e progressista”. Os entraves desse caminho são quase os mesmos de duas décadas atrás. Os pobres com suas condutas ditas “desviantes” permanecem obstruindo o trajeto para o progresso.

Sim, na pequena cidade que se conformava, as elites exigiam a entrada de valores e práticas capazes de colocá-las no torvelinho entontecedor da modernidade. Sonhavam com um lugar saneado, alinhado [...] E claro, os transeuntes, os mendicantes, as mulheres pobres e outros atores presentes nos espaços públicos tornavam feia a imagem da cidade – eram o tormento para os que a queriam conforme os padrões modernos de limpeza e higiene [...]⁹.

Os códigos de posturas, tão divulgados e exigidos nesse momento, limitavam as atividades e a circulação feminina no espaço público. As diferenças na ocupação dos espaços indicam as limitações encontradas pelas mulheres para transitar no espaço público, este visto por excelência como local masculino. “A distinção entre público e privado implica uma segregação sexual crescente do espaço. Uma das suas chaves talvez seja a definição do espaço público como espaço político reservado aos homens [...]”¹⁰. Assim, à mulher é reservado o espaço privado, que condiz com a representação que a sociedade faz dela. Devido a esse aspecto, a rua sempre foi vista como perigosa para a circulação feminina.





A rua: grande vilã da mulher

As transformações ocorridas na cidade no início do século XX remodelaram os espaços e as condutas. A rua ganhou novas definições e transitar no espaço público implica adequar-se a novas formas de conduta.

O desejo de normatizar a cidade e constituir um comportamento social que possa se equiparar à perfeição pretendida para as condutas urbanas dependem da constituição de uma outra relação com o espaço público, passando a se tornar também espaço de civilização e distinção, pois estar na rua e em movimento era também ser moderno¹¹.

O antropólogo Roberto Damatta nos ajuda a perceber as relações das pessoas com os espaços público e privado. Para ele, a rua e a casa são esferas de significação social, suas funções vão além da separação das esferas por fronteiras materiais, cada espaço “[...] contém visões de mundo ou éticas particulares”¹². Os códigos de posturas desse período estabelecem uma “ética particular” para o espaço público, ao delimitarem ações específicas condizentes ao espaço em que se transita. A casa e a rua são vistas como espaços contrários. Enquanto a casa é associada à segurança, ao conforto, à recuperação, a rua “[...] é um espaço definido precisamente ao inverso [...] é um local perigoso”¹³.

A visão de que a casa encerra a segurança enquanto a rua é povoada por perigos corrobora a idéia de que a mulher deveria transitar apenas no espaço privado, pois nesse período ela era vista como despreparada para enfrentar as tentações e os perigos de





transitar no espaço público. A territorialidade feminina estava limitada pelas fronteiras do mundo privado. A mulher, “passiva e frágil”, deveria ser protegida pelas paredes do lar, seu mundo era o mundo doméstico. Sua condição biológica e social¹⁴ determinaria suas limitações. Transitar entre o público e o privado seria prerrogativa dos homens, para mulher isso era visto como imoral e degenerativo.

Normas e códigos direcionavam e controlavam as ações femininas no espaço público. Andar na rua era seguir à risca códigos de posturas, ter gestos e olhares comedidos, ações condizentes à cidade moderna. Michelle Perrot, ao falar das condutas esperadas das mulheres francesas, parece indicar o que se passava em Itajaí: “[...] A mulher ‘tal como deve ser’ principalmente a jovem casadoura, deve mostrar comedimento nos gestos, nos olhares, na expressão das emoções, as quais não deixará transparecer senão com plena consciência [...]”¹⁵. Podemos dizer que existe um código de posturas específico para as ações femininas. O comedimento de gestos e olhares era essencial na rua, isso fica evidente nas crônicas de Rachel Meyer ao relatar seu namoro:

Ele já me vira e aproximava-se sorrindo e olhando-me com os olhos que cada vez mais me seduziam. Cumprimentou e foi-me acompanhando. Isso me deu um prazer enorme, eu caminhava muito feliz, mas um pouco inquieta: estariam reparando? Não era uso, na cidade, os moços acompanharem as namoradas, principalmente se eram “moços de fora”¹⁶.

Para as moças da elite era mais fácil adequar-se aos códigos de posturas, sua condição lhes possibilitava permanecer em casa, sob os olhares “vigilantes” da família. Já para as moças pobres, que precisavam trabalhar fora, tornava-se um tanto complicado seguir à risca as prescrições para o mundo feminino. Provavelmente, os populares se apropriavam desses códigos de uma forma peculiar. Pareciam não se preocupar tanto com a circulação das mulheres no espaço público, aspecto este percebido na fala da testemunha Maria, que considerava Guilhermina uma “moça séria e ajuizada” embora, “[...] por duas ou três vezes às 10 horas da noite quando a depoente vinha em companhia de Guilhermina da Fábrica, foram acompanhadas pelo denunciado [...]”¹⁷.

Sair desacompanhada e em determinados horários era algo proibido, visto como imoral para a conduta feminina. Sua fragilidade e inocência não permitiam que saísse desacompanhada, pois a rua era povoada por imoralidades, por inúmeros desvios que a levariam à perdição¹⁸. “[...] Não havia outra coisa mais sensata a fazer: a mulher tinha que ser permanentemente vigiada”¹⁹. Eis a grande contradição vivida por muitas mulheres pobres nas décadas de 1930 e 1940. Como conciliar os horários do trabalho com a rigidez dos códigos de conduta? A vigilância onipresente de alguém da família era quase impossível. Transgredir essas normas era necessário, fazia parte da luta pela sobrevivência.

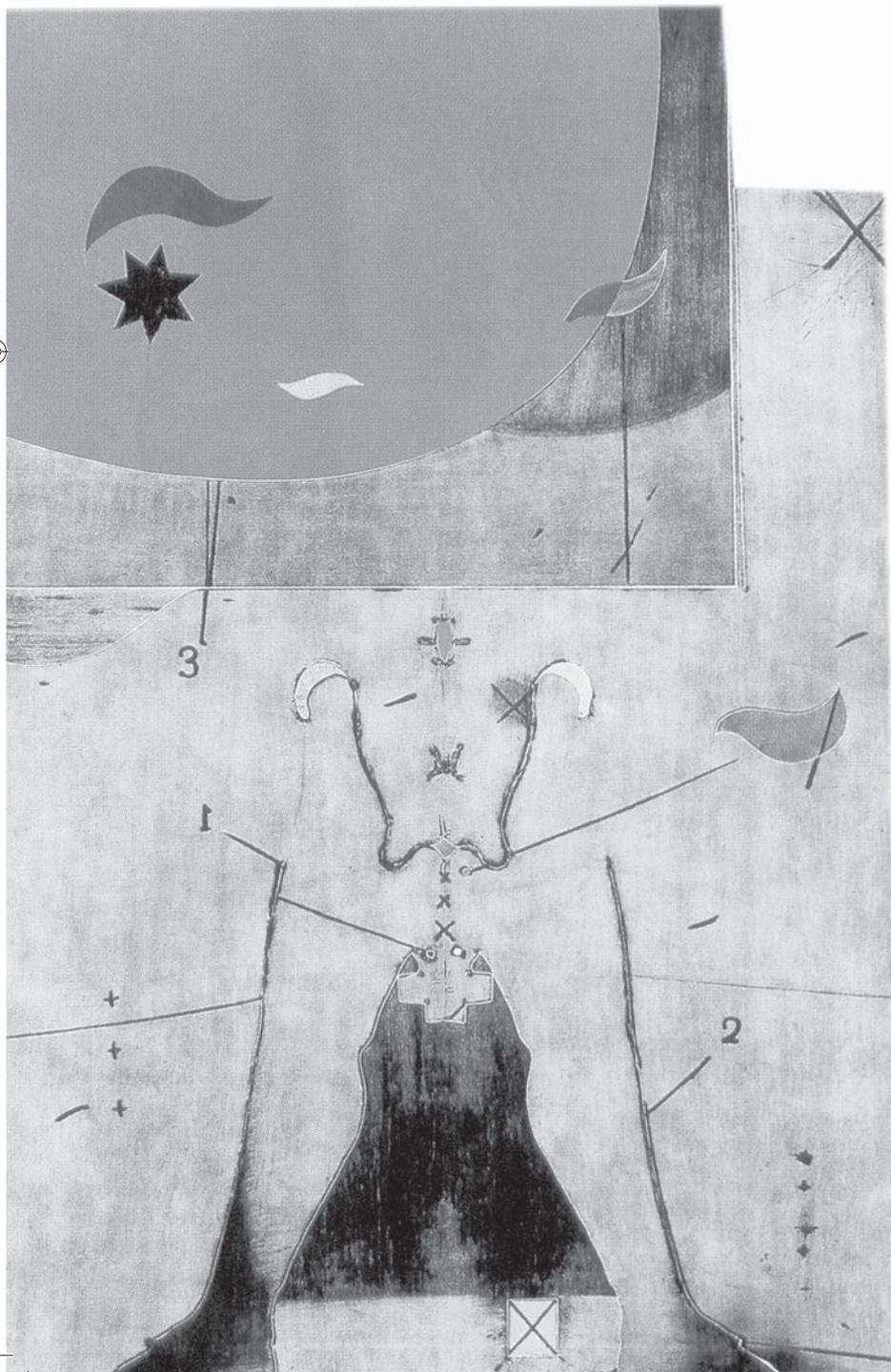
A modernidade tão almejada pelos governantes e pela sociedade era quase um bem masculino, aparecia como algo nocivo às mulheres. As mulheres consideradas “modernas” não eram bem vistas pela sociedade. “Quando atribuída ao homem, a modernidade era geralmente entendida em seu sentido positivo de racionalidade progressiva. Quando atribuída à mulher, implicava moral licenciosa e estilo de vida desregrado”²⁰. Podemos dizer que a modernidade e suas benesses só serviriam às mulheres enquanto forma de assegurar e perpetuar sua condição, não como maneira de obter autonomia.

Defloramentos: crimes contra a honra ou contra as mulheres?

Nos crimes de defloramento, as mulheres é que são ofendidas? Ou é ferida a honra masculina que está atrelada a honra feminina?

Essa indagação suscita uma discussão acerca de quem realmente é atingido nos crimes de defloramento. Para tanto, faz-se necessário vermos as mudanças ocorridas no código penal nas décadas de 1930 e 1940 no que diz respeito aos crimes sexuais. Durante quase todo o período estudado, estava em vigor o código penal de 1890. Apenas no final de 1940 é publicado o decreto-lei que coloca em vigor um novo código penal.

As mudanças do código de 1890 para o código de 1940 são consideráveis na questão dos crimes sexuais. Há décadas os juristas vinham discutindo as noções de sedução, engano ou fraude que caracterizavam o crime de defloramento. Reclamavam da dificuldade da interpretação de tais noções e suas aplicações no cotidiano das vítimas e acusados. As



definições que caracterizavam o defloramento pareciam muito abstratas para serem interpretadas à luz das ações de ofendidas e denunciadas²¹.

A mudança mais nítida entre os códigos, pelo menos na redação do texto, seria a alteração dos títulos. O defloramento sai “Dos crimes contra a segurança da honra e honestidade das famílias e do ultraje público ao pudor”, no código de 1890, para fazer parte “Dos crimes contra os costumes”, no código de 1940. Também vemos alterações significativas na redução da menoridade de 21 anos (1890) para 18 anos (1940), bem como na nomenclatura do crime que passa de defloramento para sedução²².

As mudanças para os juristas foram vistas como necessárias devido à dificuldade de definição das condições para o crime de defloramento. Essas alterações tentam dar conta do contexto da nova sociedade em que viviam vítimas, acusados e testemunhas dos crimes.

No código penal de 1890, os artigos 274 e 275, e no código de 1940, o artigo 225, referem-se à questão das queixas pública e privada. O Ministério Público só assumiria a ação se a moça fosse miserável e sua família não pudesse arcar com as despesas do processo. Em todos os processos pesquisados as moças eram pobres e as denúncias foram feitas pela Promotoria Pública. A ausência de queixas privadas evidencia outras alternativas utilizadas pela elite na resolução desses conflitos.

Os estigmas de ser mulher, pobre e afro-descendente pesaram na decisão do juiz ao considerar improcedente a denúncia contra João Hermínio²³. Estes não foram os únicos motivos que levaram juiz e promotor a optar por essa decisão. Primeiramente, a queixa foi feita pela mãe da ofendida, evidenciando a inexistência de um representante masculino, fator que pesava contra um desfecho favorável para a ofendida. Como agravante, Benta era doméstica e fora deflorada na residência onde trabalhava, o que denota falta de vigilância da família e dos patrões. Uma moça deveria ser constantemente vigiada, sua ingenuidade e inexperiência poderiam levá-la a cometer atos que prejudicariam seu futuro irremediavelmente, sendo um destes a maculação de sua honra.

Os agentes jurídicos veiculam em suas sentenças e pareceres os valores, os ideais e os padrões femininos. A conduta das mulheres deve ser vigiada, controlada, sua presença restrita às paredes da casa. Os promotores e juizes podiam civilizar ou marginalizar²⁴ as moças, isso variava de acordo com a conduta de cada uma. Inadmissível para eles era se defrontar com uma mulher que fugia aos padrões divulgados e exercia sua sexualidade de forma não recomendada. Nos processos, vemos falas carregadas de preconceitos e estereótipos, aspecto este nítido na fala do promotor:

[...] Como admitir que uma moça que vai aos bordéis, à procura de um ambiente propício ao seu temperamento, onde possa dar expansão aos desejos de sua carne, venha à Justiça dizer: “este me deflorou, este me seduziu?” Levianas de pouca categoria a quererem se transformar em meninas inocentes, “debochadas que vivem na penumbra do pecado a quererem se confundir com virgens imaculadas dos conventos”, é o que vemos todos os dias. Nesta comarca, o defloramento já se tornou uma indústria; as moças, para terem o casamento certo, facilitam a sua antecipada consumação e depois vêm alegar em seu favor, a sedução de que foram vítimas. [...]²⁵.

O discurso jurídico aparece impregnado das hierarquias e diferenciações de gênero, influenciando as decisões dos agentes jurídicos. Assim, a justiça protegia as moças que soubessem seus papéis e respeitassem as normas e códigos destinados ao mundo feminino. Embora em alguns casos os agentes jurídicos se mostrassem mais flexíveis e compreensivos com as ações das ofendidas, esse aspecto não significava um desfecho favorável no processo. Esse foi o caso em que Maria era a vítima e João o acusado²⁶.

Maria namorava João há oito meses e foi deflorada na casa onde estava trabalhando como doméstica. Durante o inquérito, as testemunhas são unânimes em afirmar o bom comportamento de Maria e alegam ser João o autor do defloramento, visto serem namorados e freqüentarem bailes juntos. Quando as testemunhas são intimadas novamente para deporem, agora não apenas na presença do delegado, mas junto com juiz, promotor, acusado e advogado, as falas mudam de conotação. A ofendida, de “boa moça”, passa a freqüentar

[...] festas [...] em companhia de outras moças de cor” e afirmam “[...] que a opinião geral [...] é que o denunciado não deve se casar com Maria [...] em virtude dos namorados que a mesma tivera anteriormente e a largueza que a mesma possuía acompanhando-se unicamente de seus namorados, a bailes e passeios à noite²⁷.

A circulação feminina no espaço público era permitida em certas ocasiões, como no ir e vir do trabalho, nas compras, nos passeios, mas sempre acompanhada. Andar apenas na companhia de homens e à noite não era algo bem visto para uma moça “honesta”. Detalhe esse salientado pelo advogado ao fazer a defesa do acusado.

Apropriando-se das falas das testemunhas, o advogado elabora uma defesa de quatro folhas onde não faltam menções à vida de “libertinagem” em que vivia Maria. Todos os aspectos dos depoimentos são colocados contra sua reputação. É nessa defesa erudita, embasada nos preceitos de Galdino Siqueira²⁸, que o advogado deixa transparecer padrões, estereótipos e conceitos esperados de uma “moça direita”.

Peculiaridade percebida em todos os processos pesquisados é a inversão de papéis quanto a quem deve ser julgado. Desprende-se das folhas dos sumários de culpa que as ofendidas eram julgadas, não os acusados. Seu comportamento, suas ações, os locais que frequentavam, com quem andavam, aonde trabalhavam, como era sua família, tudo contava na hora dos agentes jurídicos decidirem se mereciam ou não o amparo da lei. De vítima, ela poderia passar a ser culpada por apenas um pequeno deslize, um simples arranhão na moral feminina. Débora Figueiredo, ao analisar o discurso jurídico, fala da condição da mulher no mundo jurídico:

[...] As mulheres que são parte em processo legais [...] estão expostas a um duplo grau de discriminação e exclusão: primeiro, como leigas, elas ocupam uma posição desfavorecida se comparadas com militantes legais (advogados, juizes, promotores, etc.); segundo, elas são estigmatizadas também por serem mulheres, e têm seu comportamento social e sexual analisado e controlado pelo discurso jurídico [...]²⁹.

Dentro dessa perspectiva, percebemos quão corriqueira é a prática dos agentes jurídicos na hora de julgar crimes sexuais, em deslocar a culpa do acusado para a



vítima. Esse deslocamento é nítido em alguns processos nos quais a sedução poderia partir da ofendida, como alegava o advogado de João: “[...] Convenhamos que se razão existisse para caracterização da figura delituosa do defloramento, a sedução partira da ofendida, isto é, que João [...] fora seduzido por Maria [...]”³⁰.

Embora Georges Vigarello trabalhe com crimes de estupro na França, sua análise encaixa-se perfeitamente no universo jurídico brasileiro ao julgarem crimes sexuais:

[...] certeza de uma atitude de sedução por parte da vítima, o universo do agressor pesa sobre o desenrolar do processo, banalizado por uma “sociedade complacente diante da tese da provocação feminina”, revela uma cultura, um clima suscetível de orientar o julgamento, mesmo que magistrados e testemunhas inicialmente não sejam favoráveis ao acusado³¹.

Percebe-se que nesse período os agentes jurídicos são mais cautelosos ao julgar e condenar. As moças são analisadas sempre como propensas à imoralidade e a libertinagem. Existe uma preocupação exacerbada em defender e proteger valores e padrões condizentes com a sociedade que se fundamentava, na qual o papel da mulher era o de esposa e mãe. O pretexto mais usado pelos advogados dos acusados era o das moças serem “pseudo-ofendidas”³². Havia ludibriado testemunhas, familiares, juizes e promotores com ingenuidade e inocência acionadas apenas no momento da denúncia.

[...] São essas donzelas puras e castas, modernas vestaes, que querem implorar o amparo da lei, depois de perdas nas suas aventuras amorosas urdidas com o propósito preconcebido de arranjar um casamento à custa da simbólica cegueira de Themis. Sabida e sumamente industriada, a ofendida ensaiou e chegou encenar um ardil que aparece o denunciado como tendo prometido casamento à ela ofendida, aproveitando uma forma cabocla, já gasta, para caracterizar a sedução: promessas de casamento [...]³³.

As mulheres eram preparadas para o casamento e para a maternidade desde a infância. Nas décadas de 1930 e 1940, foram consideradas as salvadoras da família aquelas que velariam pela moral e bons costumes e gerariam os novos cidadãos do país. Para tanto, foi criado todo um aparato de especialistas que auxiliariam na execução desse projeto: médicos, pedagogos, psicólogos.

[...] A “nova mulher”, submetida à tutela médica, além de se constituir num agente familiar da higiene social, tornava-se o baluarte da moral da sociedade. Dessa forma, as normas médicas deveriam ser transmitidas pelas mães às filhas a partir da adolescência e da puberdade, período do início da vida fértil da mulher [...]³⁴.

Jacques Donzelot³⁵ percebe a emergência desse novo *status* da mulher, enquanto esposa e mãe, na Europa do final do século XVIII. A mulher aparece como auxiliar do médico no combate às doenças e epidemias, visando a salubridade da vida familiar. Suas atenções deveriam ser voltadas exclusivamente para os filhos e o marido.

As possibilidades das mulheres pobres adequarem-se aos padrões e modelos divulgados pela sociedade e pelo poder judiciário eram pequenas. As condições financeiras levavam mães e filhas a trabalharem desde cedo para contribuir com o orçamento familiar. O trabalho fora de casa não era bem visto, conseqüentemente, implicava uma redução na vigilância das moças, além de uma certa “autonomia” no ir







e vir do trabalho. “[...] Condenava-se o trabalho extradoméstico das mulheres, que era visto como um desperdício físico de energias femininas e como fator de dissolução da saúde e do comprometimento da dignidade feminina [...]”³⁶.

Os populares viam o trabalho feminino de uma forma diferente das elites. Trabalhar fora não era sinônimo de desonestidade e imoralidade se fosse para contribuir na renda familiar. Aliás, essa era a situação da maioria das famílias das vítimas. Torna-se inviável manter a filha sob o controle e a vigilância do lar materno quando seu trabalho se mostra como indispensável para a família.

Fora do reduto familiar, as mulheres estavam sujeitas a inúmeras tentações. O mundo moderno era povoado de tentações e desvios, podendo levá-las a negligenciar a importância de seu papel na construção da nova nação. Um desses perigos era a sexualidade.

O sexo saudável estava restrito ao recôndito do lar, a segurança e intimidade do quarto do casal. Essas normas para as relações sexuais pareciam não preocupar tanto os jovens pobres, pois os defloramentos aconteciam em locais considerados “impróprios” para tais relações. Dos 16 processos pesquisados, 3 defloramentos aconteceram nos quintais das casas onde as ofendidas moravam, 4 aconteceram nas casas das ofendidas ou nas casas de seu patrões, 2 foram em terrenos baldios, 2 em locais abandonados e 1 num hotel³⁷. Nos casos restantes não se faz menção ao local do crime. Esses dados nos mostram uma particularidade dos crimes ocorridos na cidade. A quantidade de defloramentos em locais externos denota que os jovens não associavam a relação sexual com locais reservados e privados. Sua sexualidade não era exercida dentro dos padrões higiênicos e eugênicos, tão divulgados nesse momento.

Além da restrição quanto ao local da relação sexual, ela deveria ocorrer, via de regra, apenas para reprodução, considerada saudável somente no casamento. Assim, as vítimas e os acusados nos processos estavam transgredindo normas que regiam a sexualidade numa sociedade pautada na ordem e na moral. Uma transgressão dupla, onde a relação era vista como forma de obtenção de prazer e acontecia antes do casamento. O caso de Alice é ilustrativo nesse ponto. No seu segundo depoimento, este agora no Fórum, ela deixa transparecer o possível desejo que a levou a aceitar a proposta de Norberto: “[...] o denunciado não foi violento, havendo apenas pegado no braço normalmente e dizendo [...] ‘vamos entrar ali’, que a declarante acedeu [...] o denunciado beijou ela [...] e foi nessa ocasião que lhe prometeu casamento [...]”³⁸. Esse é o único processo em que a vítima fala do desejo feminino; talvez ela não soubesse que, para os agentes jurídicos, a mulher não sente desejo.

Além dos locais, as posições das relações também eram alvo de normatização. Apenas a posição convencional, o homem por cima da mulher, era aceita pela sociedade e pela Igreja. Qualquer outra posição era considerada escandalosa e imoral. Novamente, nossas ofendidas e denunciados encontram-se transgredindo as normas das relações “saudáveis”. Embora, na maioria dos processos, não se especifique as posições das relações, os locais em que ocorriam mostram que, provavelmente, as posições não



eram convencionais como se exigia.

Toda a lista de preceitos que regia a sexualidade, como já vimos, não era seguida à risca pelos jovens. A moralidade popular acerca das relações sexuais também diferia daquela divulgada pela sociedade. O caso de Elvira³⁹ vem ilustrar essa questão. Bento, o acusado, em seu depoimento alega que ao deflorar sua namorada ela não era mais virgem. Esse detalhe não o incomodou, pois continuou a namorá-la e a freqüentar sua casa e até já havia marcado o casamento. Mesmo que Elvira fosse virgem no dia do defloramento, e Bento usasse esse argumento para escapar da punição, ele não achava incorreto continuar a namorar uma moça que tivesse “perdido sua honra”. No entanto, Bento muda de opinião ao ser pressionado pelo pai da moça e pela família. Tenta esquivar-se com inúmeros argumentos, alegando não ter cometido o crime. O que se percebe nesse caso é que determinada moralidade (a da elite) é acionada apenas quando convém. Elvira era uma boa moça para se casar, até o defloramento tornar-se público.

Em todos os momentos do processo, a mulher é o alvo dos agentes jurídicos. Eles buscam embasamentos para reaverem sua “honra perdida”. Promotores e juízes defendem a honra de quem? Seria a honra da mulher? Da família? Ou mais precisamente dos homens da família?

A honra não era considerada um valor individual⁴⁰. A honra feminina estava diretamente ligada à honra da família. Sueann Caulfield exemplifica bem esse ponto: “[...] a honra como precedente era a prerrogativa dos homens, a honra como atributo moral (pureza sexual) era restrita às mulheres, e a defesa da honra feminina, uma responsabilidade masculina”⁴¹. A honra das mulheres estava condicionada ao seu corpo e ao uso que fazia dele.

O corpo feminino evidencia as ações morais e imorais, assim ele poderia ser aliado ou inimigo das mulheres. A honra transita entre as ações da mulher e as repercussões dessas ações no seu corpo. Sua honra é materializada no hímem⁴², ele é seu patrimônio, seu dote, seu passaporte para uma vida respeitável e digna. O hímem intacto é o atestado de sua honra, de sua moralidade.

Embora Joana Pedro trabalhe especificamente com as representações do corpo feminino nas práticas contraceptivas, sua fala corrobora as idéias desenvolvidas anteriormente, onde os corpos são

“[...] representados como capazes de denunciar aquelas mulheres que não se comportavam de acordo com as exigências feitas ao seu sexo”⁴³. Todos os meandros que configuram as práticas em que o corpo da mulher é evidenciado confirmam mais uma via de controle da sexualidade feminina.

Outra questão pertinente na análise dos processos refere-se às testemunhas. Nos 16 processos pesquisados, a quantidade de homens como testemunhas é bem maior do que a de mulheres. A pequena quantidade de mulheres como testemunhas evidencia o caráter masculino do universo jurídico. “[...] A lei e a cultura masculina estão intimamente ligadas, o sistema jurídico é quase que inteiramente dominado por



homens [...] e, de forma geral, ele expressa uma visão masculina do mundo [...]”⁴⁴. A representação da mulher no discurso jurídico, e conseqüentemente na sociedade, condiciona a quantidade de testemunhas mulheres. A fala masculina é legitimada como digna e moral, essa confiabilidade não diz respeito à fala das mulheres. A fala feminina, para os agentes jurídicos, vem carregada dos estereótipos que representam a mulher nesse período. Sua condição limita sua representatividade no universo jurídico.

Considerações finais

A partir deste olhar, em que se percebe as construções de papéis sociais, as normatizações e padrões a que homens e mulheres estavam sujeitos, é que podemos questionar a condição feminina atualmente.

Desvelar o mundo “silenciado” dos processos criminais é dar voz a homens e mulheres, perceber seus anseios, suas lutas, seu cotidiano. Através dos depoimentos dos processos se enxerga as intrincadas redes de solidariedade e sociabilidade das classes populares da cidade. Percebe-se as alternativas utilizadas pelos jovens para escapar da punição dos crimes de defloração e os argumentos utilizados pelas vítimas para adequar-se ao padrão de conduta feminina na esperança de serem amparadas pela lei.

Nos mesmos processos vemos o que seria o “outro lado” da sociedade, os agentes jurídicos divulgando normatizações, padrões, referenciais, representações dos papéis sociais adequados a homens e mulheres nesse período. O controle da sexualidade dos populares seria feito através da punição dos crimes de defloração. Podemos dizer que o poder judiciário atuava em conjunto com a polícia e com outros segmentos da sociedade na ânsia de controlar e normatizar os comportamentos considerados “destoantes” da cidade “moderna”.

Nesse ínterim, a mulher, que segundo os preceitos da família higiênica e eugênica deveria dedicar-se incondicionalmente às suas funções de mãe e esposa, rompeu, de certa forma, com as amarras que a prendiam no mundo privado. A ampliação da circulação das mulheres no espaço público evidencia o pequeno, mas significativo, passo na conquista de seus direitos.

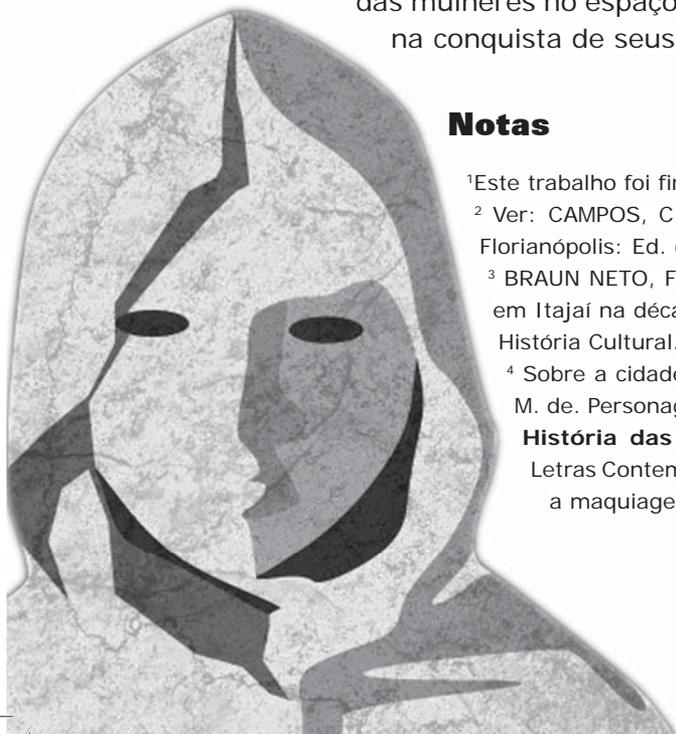
Notas

¹Este trabalho foi financiado pelo Programa de pesquisa do artigo 170 da Univali.

² Ver: CAMPOS, C. M. **Santa Catarina, 1930: da degenerescência à regeneração**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

³ BRAUN NETO, F. A. **Artefatos do Corpo: os desejos de produzir corpos perfeitos em Itajaí na década de 20**. Florianópolis: UFSC, 2001. Dissertação de Mestrado em História Cultural. P.26.

⁴ Sobre a cidade no início do século XX ver: BRAUN NETO, F. A. Op. Cit.; FÁVERI, M. de. Personagens à beira de um porto: mulheres de Itajaí. In: MORGA, A. (Org.) **História das mulheres de Santa Catarina**. Chapecó: Argos; Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2001; SEVERINO, J. R. **Itajaí e a identidade açoriana: a maquiagem possível**. Itajaí: Editora da Univali, 1999.





⁵ FÁVERI, M. de. **Moços e moças para um bom partido**: a construção das elites – Itajaí, 1929 – 1960. 2ª ed. Itajaí: Ed. da Univali, 1999. P.22.

⁶ Cf. SILVA, J. B. R. da. **Estiva “Papa-siri”**: as mãos e os pés no porto de Itajaí. Itajaí: Ed. do autor, 2004.

⁷ Idem, ibidem, P.56.

⁸ Cf. FÁVERI, M. de. Op. Cit.

⁹ FÁVERI, M. de Op. Cit. (2001) P.17.

¹⁰ PERROT, M. A dona-de-casa no espaço parisiense no século XIX. In: _____. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. P.218.

¹¹ BRAUN NETO, F. A. Op. Cit. P.33.

¹² DAMATTA, R. **A casa & a rua**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. P.47.

¹³ Idem, ibidem, P.57.

¹⁴ Lombroso e Ferrero, em sua obra publicada no final do século XIX, caracterizam a mulher com “[...] numerosos traços comuns com a criança, que seu senso moral é deficiente [...]” apud SOIHET (1989, p.83) e afirmam sua natureza inferior com relação ao homem. Para saber mais sobre essa questão ver: SOIHET, R. **Condição feminina e formas de violência**: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

¹⁵ PERROT, M. Os silêncios do corpo da mulher. In: MATOS, M. I. S. de e SOIHET, R. (Org). **O corpo feminino em debate**. São Paulo: Editora UNESP, 2003. P.15.

¹⁶ MEYER, R. L. **Uma menina de Itajaí**. Florianópolis: Ed. Mulheres. FCC, 1999. P.129. Vale ressaltar que Rachel Meyer era uma mulher de elite, e seus olhares acerca de Itajaí no início do século XX, são perpassados pela sua condição de classe e gênero.

¹⁷ Depoimento de Maria Hunger, testemunha no processo contra Emanuel Rebelo, 3021/1938, fls 38 (verso) e 39 (frente). Foi atualizada a ortografia e respeitada a pontuação das falas dos processos citadas no texto.

¹⁸ Sobre a rua como espaço de perversão ver: GAVRON, E. L. **Seduções e defloramentos**: o controle normativo das práticas sexuais em Florianópolis – 1930/1940. Florianópolis: UFSC, 2002. Dissertação de Mestrado em História do Brasil. PP. 28-30. Sobre os perigos de sair desacompanhada ver: ESTEVES, M. de A. **Meninas perdidas**: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. PP. 43-4.

¹⁹ ESTEVES, M. de A. Op. Cit. P. 46.

²⁰ CAULFIELD, S. **Em defesa da honra**: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940). Campinas: Ed. Da Unicamp, 2000. P. 86.

²¹ Sobre as discussões sobre o código penal de 1890 e a necessidade de se implantar outro, ver: Idem, ibidem, PP. 51-4.

²² Para consultar os códigos penais ver: PIERANGELI, J. H. **Códigos penais do Brasil**: evolução Histórica. 2ª Ed. Brasília: Editora Revista dos Tribunais, 2001.

²³ Processo contra João Hermínio de Souza, 1057/1931.

²⁴ Expressão utilizada por Martha Esteves, em seu livro, onde analisa 88 processos de defloramento ocorridos no Rio de Janeiro no início do século XX. Op. Cit.

²⁵ Processo contra João Hermínio de Souza, 1057/1931, fl 40 frente.

²⁶ Processo contra João Martins Soares Sobrinho, 4431/1931.

²⁷ Idem, fl 38 verso.

²⁸ Galdino Siqueira é um famoso jurista do período que trabalhava na jurisprudência dos crimes sexuais. Sobre isso ver: ESTEVES, M. de A. Op. Cit.; CAULFIELD, S. Op. Cit.

²⁹ FIGUEIREDO, D. de C. Gênero e poder no discurso jurídico. In: **Revista de Ciências Humanas**. V. 15, n. 21, Florianópolis: Ed. da UFSC, Abril, 1997. P 39.

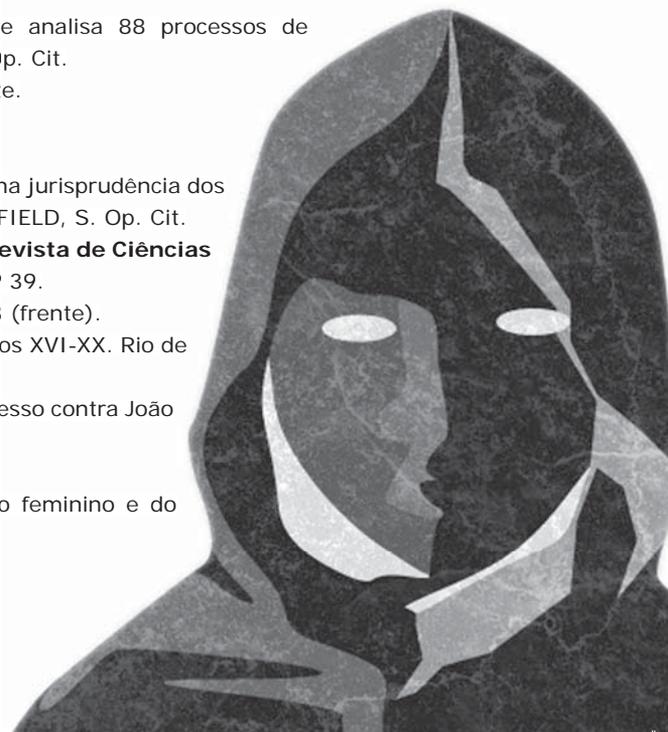
³⁰ Processo contra João Martins Soares Sobrinho, 4431/1931, fl 43 (frente).

³¹ VIGARELLO, G. **História do estupro**: violência sexual nos séculos XVI-XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998. P.31.

³² Esse argumento foi utilizado pelo advogado Arão Rebelo, no processo contra João Martins Soares Sobrinho, 4431/1931.

³³ Idem.

³⁴ MATOS, M. I. S. de. Delineando corpos: as representações do feminino e do



masculino no discurso médico (São Paulo 1890-1930). In: MATOS, M. I. S. de; SOIHET, R. (Org). **O corpo feminino em debate**. São Paulo: Editora UNESP, 2003. P.110.

³⁵ DONZELOT, J. **A polícia das famílias**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

³⁶ MATOS, M. I. S. de. Op. Cit. P.112.

³⁷ Dados retirados dos 16 processos criminais de defloração ocorridos entre 1930 e 1942.

³⁸ Processo contra Norberto Souza, 4547/1941, fl 41 (verso).

³⁹ Os dados a seguir foram retirados do processo contra Bento Pacheco, 1007/1930.

⁴⁰ Sobre a honra da mulher associada à honra da família ver: GAVRON, E. L. Op. Cit. PP. 93-4. Acerca da discussão sobre as noções de honra que influenciavam os juristas nesse período ver: CAULFIELD, S. Op. Cit. PP.85-6.

⁴¹ CAULFIELD, S. Op. Cit. P.86.

⁴² Sobre o hímene e a himenolatria ver: Idem, ibidem, PP.51-6.

⁴³ PEDRO, J. M. As representações do corpo feminino nas práticas contraceptivas, abortivas e no infanticídio – século XX. In: MATOS, M. I. S. de; SOIHET, R. (Org). **O corpo feminino em debate**. São Paulo: Editora UNESP, 2003. P.160.

⁴⁴ FIGUEIREDO, D. Op. Cit. P.39.

Fontes Manuscritas

Acervo do Centro de Documentação e Memória Histórica Genésio Miranda Lins

Crimes de defloração. Fundo: Judiciário. Série: Processos criminais

1007/1930 - Sumário de Culpa, autora: Justiça, réu: Bento Pacheco. Cx 21 B (1)

1057/1931 - Sumário de Culpa, autora: Justiça, réu: João Herminio de Souza. Cx 21 B (2)

1076/1931 - Sumário de Culpa, autora: Justiça, réu: Manoel de Souza. Cx 21 B (1)

1144/1931 - Sumário de Culpa, autora: Justiça, réu: Benedicto J. José Gonçalves. Cx 20 B (2)

4431/1931 - Sumário de Culpa, autora: Justiça, réu: João Martins Soares Sobrinho. Cx 20 B (2)

1263/1932 - Sumário de Culpa, autora: Justiça, réu: Idalino Pacheco dos Santos. Cx 20 B (1)

1809/1934 - Sumário de Culpa, autora: Justiça, réu: Domingos de Freitas Cabral. Cx 21 B (2)

2969/1938 - Sumário de Culpa, autora: Justiça, réu: Ozório Gonçalves Viana. Cx 20 B (2)

3021/1938 - Sumário de Culpa, autora: Justiça, réu: Emanuel Rebelo. Cx 20 B (2)

3401/1939 - Sumário de Culpa, autora: Justiça, réu: Sebastião Pereira. Cx 20 B (1)

3867/1940 - Sumário de Culpa, autora: Justiça, réu: Manoel Cipriano da Silva. Cx 21 A (1)

3989/1940 - Sumário de Culpa, autora: Justiça, réu: Gumercindo João Eufrásio. Cx 21 A (1)

4007/1940 - Sumário de Culpa, autora: Justiça, réu: José Cesário dos Santos Filho. Cx 21 A (1)

4547/1941 - Sumário de Culpa, autora: Justiça, réu: Norberto Souza. Cx 21 A (1)

5011/1942 - Sumário de Culpa, autora: Justiça, réu: Cezar Honorato da Silva. Cx 21 A (1)

5019/1942 - Sumário de Culpa, autora: Justiça, réu: Manoel José Candido. Cx 21 A (1)

Referências

MEYER, R. L. **Uma menina de Itajaí**. Florianópolis: Ed. Mulheres. FCC, 1999.

PIERANGELI, J. H. **Códigos penais do Brasil**: evolução Histórica. 2ª ed. Brasília: Editora Revista dos Tribunais, 2001.

Referências

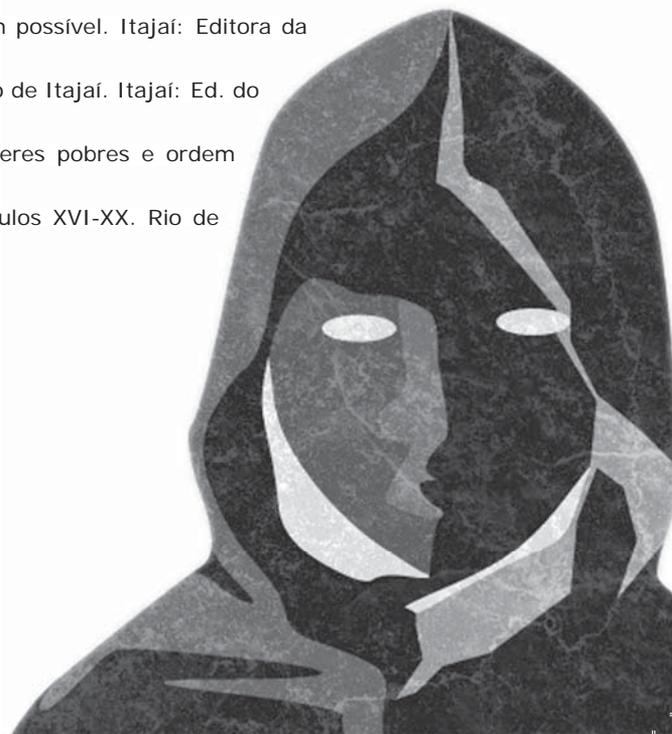
ARAÚJO, H. R. de. **A invenção do litoral**: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na primeira república. São Paulo: PUC, 1989. Dissertação de Mestrado em História.

BRAUN NETO, F. A. **Artefatos do Corpo**: os desejos de produzir corpos perfeitos em Itajaí na década de 20. Florianópolis: UFSC, 2001. Dissertação de Mestrado em História Cultural.

CAMPOS, C. M. **Santa Catarina, 1930**: da degenerescência à regeneração. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.



- CAULFIELD, S. **Em defesa da honra**: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940). Campinas: Ed. Da Unicamp, 2000.
- DAMATTA, R. **A casa & a rua**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- DONZELOT, J. **A polícia das famílias**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.
- ESTEVES, M. de A. **Meninas perdidas**: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- FÁVERI, M. de. **Moços e moças para um bom partido**: a construção das elites – Itajaí, 1929 – 1960. 2ª ed. Itajaí: Ed. da Univali, 1999.
- _____, M. de. Exclusão, cultura e violências em curso. In: **Revista Alcance**. Ano VII, nº 4. Itajaí, dez. 2000. p. 33-40.
- _____, M. de. Personagens à beira de um porto: mulheres de Itajaí. In: MORGA, A. (Org.) **História das mulheres de Santa Catarina**. Chapecó: Argos; Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2001.
- FIGUEIREDO, D. de C. Gênero e poder no discurso jurídico. In: **Revista de Ciências Humanas**. V. 15, n. 21, Florianópolis: Ed. da UFSC, Abril, 1997. PP. 37-52.
- GAVRON, E. L. **Seduções e defloramentos**: o controle normativo das práticas sexuais em Florianópolis – 1930/1940. Florianópolis: UFSC, 2002. Dissertação de Mestrado em História do Brasil.
- HERSCHMANN, M. M.; PEREIRA, C. A. M.. O imaginário moderno no Brasil. In: HERSCHMANN, M. M.; PEREIRA, C. A. M. (Org). **A invenção do Brasil moderno**: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. P. 9-42.
- HERSCHMANN, M. M. A arte do operatório. Medicina, naturalismo e positivismo – 1900-1937. In: HERSCHMANN, M. M.; PEREIRA, C. A. M. (Org). **A invenção do Brasil moderno**: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. P. 43-65.
- MATOS, M. I. S. de. Delineando corpos: as representações do feminino e do masculino no discurso médico (São Paulo 1890-1930). In: MATOS, M. I. S. de e SOIHET, R. (Org). **O corpo feminino em debate**. São Paulo: Editora UNESP, 2003. P. 107-27.
- PEDRO, J. M. As representações do corpo feminino nas práticas contraceptivas, abortivas e no infanticídio – século XX. In: MATOS, Maria Izilda Santos de e SOIHET, Rachel (Org). **O corpo feminino em debate**. São Paulo: Editora UNESP, 2003. P. 157-76
- PERROT, M. A dona-de-casa no espaço parisiense no século XIX. In: _____. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. Parte II, cap. 3. p. 213-31.
- _____, M. Os silêncios do corpo da mulher. In: MATOS, M. I. S. de e SOIHET, R. (Org). **O corpo feminino em debate**. São Paulo: Editora UNESP, 2003. P. 13-28
- _____, M. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.
- PESAVENTO, S. J. (Coord.). **O espetáculo da rua**. 2ª ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1996.
- RANKE-HEINEMANN, U. **Eunucos pelo reino de Deus**: mulheres, sexualidade e a Igreja Católica. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1996.
- SEVERINO, J. R. **Itajaí e a identidade açoriana**: a maquiagem possível. Itajaí: Editora da Univali, 1999.
- SILVA, J. B. R. da. **Estiva "Papa-siri"**: as mãos e os pés no porto de Itajaí. Itajaí: Ed. do autor, 2004.
- SOIHET, R. **Condição feminina e formas de violência**: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.
- VIGARELLO, G.. **História do estupro**: violência sexual nos séculos XVI-XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.







Apresentação

Páginas 06/07 - Itajaí/2007. Fotografia de João Souza.

Páginas 08/09 - Aquerela de Lindinalva Deólla - 2009.

As dimensões do encontro eu-outro:...

Páginas 10/11 - David Ritter (USA).

Páginas 12 a 19 - Penny Mathews (USA).

Página 20 - Tom Denham (USA).

Inclusão digital:...

Páginas 22 a 32 - Tom Denham (USA).

Página 33 - Itajaí/2007 - fotografia de João Souza.

Página 34 - Hotel Brazil, Itajaí, s/d. Acervo FGML/CDMH, tobo n° 002.00383.001.

Ao mestre com carinho:...

Página 38 - Hospital Santa Beatriz, Itajaí, 1925. Acervo FGML/CDMH, tobo n° 054.12036.001.

Página 39 - Itajaí, Igreja de confissão Lutherana, s/d. Acervo FGML/CDMH, tobo n° 057.12978.001.

Página 40 - composição entre fotografia de Josep Altarriba (Espanha) e fotografia de Leopoldina von Hake. Acervo FGML/CDMH, tobo n° 027.06462.001

A modernidade aporta em Itajaí:...

Páginas 42, 43 e 49 - máquina fotográfica do século XIX. Acervo digital do autor.

Página 49 - acervo digital João Hansen.

Itajaí numa perspectiva histórico-geográfica

Páginas 50/51 - Quadro imigrantes. Acervo FGML/CDMH, tobo n° 010.01375.001.

Páginas 52/53 - Itajaí, 1882. Reprodução da litogravura de ????. Acervo FGML/CDMH, tobo n° 002.00329.001.

Página 54 - composição a partir da imagem de "Hidden" (México) e acervo da FGML/CDMH, tobo n° 013.01860.001.

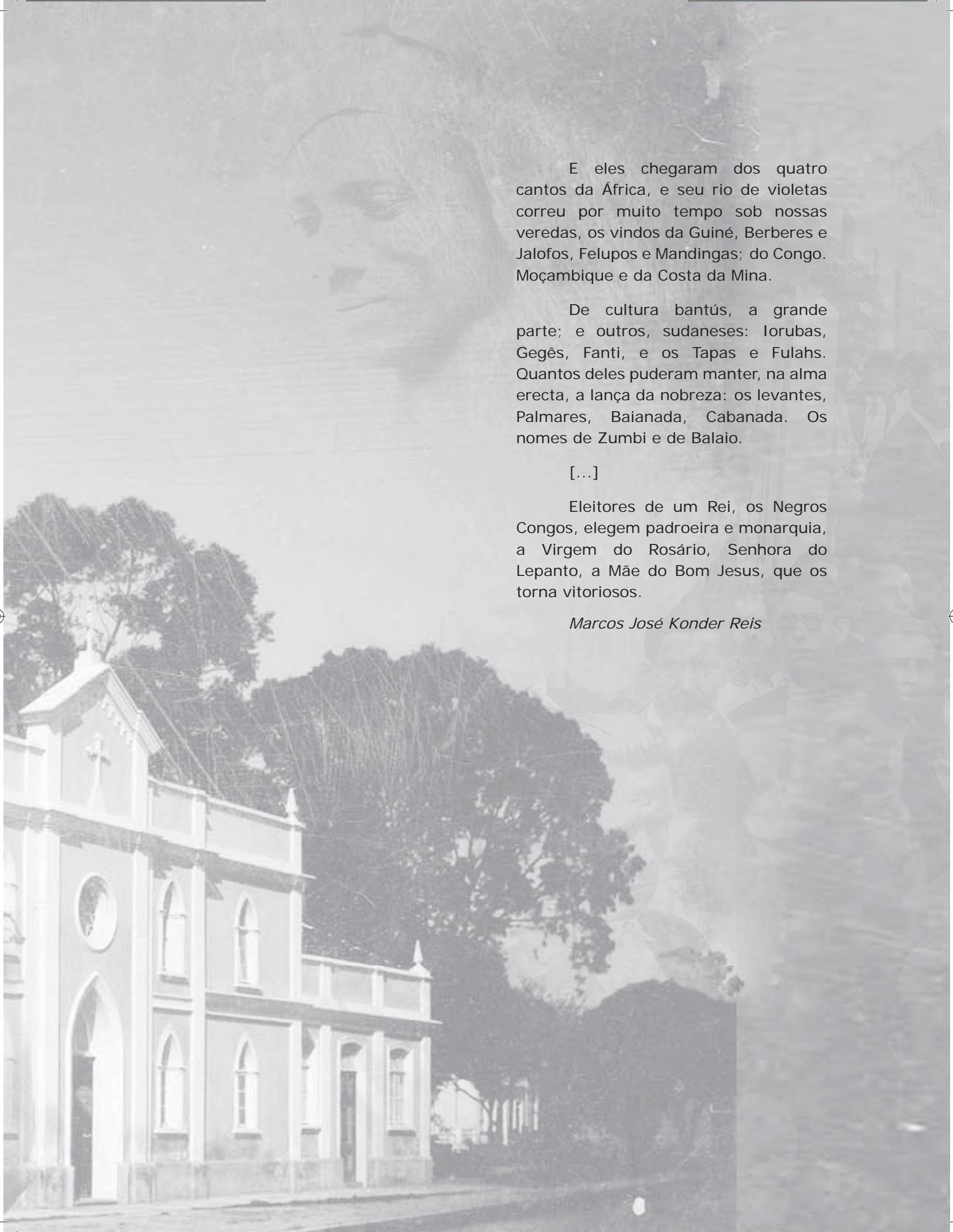
Página 55 - composição a partir da imagem de "Hidden" (México) e acervo





Itajaí 149 ANOS cotidIANOS





E eles chegaram dos quatro cantos da África, e seu rio de violetas correu por muito tempo sob nossas veredas, os vindos da Guiné, Berberes e Jalofos, Felupos e Mandingas; do Congo. Moçambique e da Costa da Mina.

De cultura bantús, a grande parte; e outros, sudaneses: Iorubas, Gegês, Fanti, e os Tapas e Fulahs. Quantos deles puderam manter, na alma erecta, a lança da nobreza: os levantes, Palmares, Baianada, Cabanada. Os nomes de Zumbi e de Balaio.

[...]

Eleitores de um Rei, os Negros Congos, elegem padroeira e monarquia, a Virgem do Rosário, Senhora do Lepanto, a Mãe do Bom Jesus, que os torna vitoriosos.

Marcos José Konder Reis



da FGML/CDH, tombo n° 002.00203.001 (centro da Vila do Santíssimo Sacramento, 1887).

Páginas 62/63 - Itajaí/2007. fotografia de João Souza.

Página 64 - compisção a partir da imagem de "Hidden" (México) e acervo da FGML/CDMH, tombo n° 007.00819.001 (Rua Hercílio Luz, Itajaí, c. 1988).

Uma Associação a serviço de Itajaí

Página 66 - composição a partir da logomarca da ACII e imagem de "Hidden" (México).

Páginas 68 a 74 - Presidentes da Associação Empresarial de Itajaí. Acervo da ACII.

Página 75 - composição para a exposição da FGML intitulada "Itajaí - 149 cotidiANOS" - exposta durante as comemorações dos 149 anos de Itajaí.

Bairro Cordeiros

Páginas 76/77 - Inauguraçã oda Ponte Marcos Konder, Itajaí, 1930. Acervo FGML/CDMH, tombo n° 008.01206.001.

Páginas 78/79 - Navio Petrobras Norte - incêndio. Acervo FGML/CDMH, tombo n° 071.14973.001.

Páginas 80/81 - Parque Náutico Odílio Garcia (vista). Fotografia de João Souza.

Percepção sócio-espacial do lazer no contexto itajaiense

Páginas 82/83 - Centro de Cultura Popular (antigo Mercado Público). Fotografia de João Souza.

Página 88 - Parque Náutico Odílio Garcia (vista). Acervo FGML/CDMH, tombo n° 062.14159,001.

Página 90 - Museu Histórico de Itajaí, s/d. Acervo digital FGML/CDMH.

Página 94 - Regata no rio Itajaí-Açu, 1927. Acervo FGML/CDMH, tombo n° 016.03735.001.

Páginas 96/97 - Molhe da Barra, Itajaí, 2008. Fotografia de João Souza.

Outras cabeças

Páginas 98/99; 100/101; 102/103 - acervo do autor.

Páginas 104/105 - Operários, de Tarsila do Amaral (detalhe). Reprodução FGML.

Páginas 106/107 - Navio encalhado na entrada da Barra, Itajaí, 19??. Acervo FGML/CDMH, tombo n° 007.00778.001.



Diários de viagem

Páginas 108/109; 112/113; 116/117; 120/121/124/125 - Jamie Hansen (USA).

Páginas 110/111; 114/115; 118/119; 122; 123 - "SS" (Canadá).

Página 132 - Daniel Horacio Brambilla (águaforte) - reprodução FGML.

A História Oral como fonte de pesquisa...

Página 134 - Emílio Garcia Llopes (xilogravura) - reprodução FGML.

Páginas 140/141 - Dimo Kolibarov (águaforte) - reprodução FGML.

Tiro de Guerra (imagens de Itajaí meramente ilustrativas ao tema)

Páginas 142/143 - Tiro de Guerra 301, Itajaí, s/d. Acervo FGML/CDMH, tomo n° 009.01229.001.

Páginas 144/145 - Tiro de Guerra 301, Itajaí, 1929. Acervo FGML/CDMH, tomo n° 055.12445.001.

Página 149 - Tiro de Guerra 301, Itajaí, 1931. Acervo FGML/CDMH, tomo n° 046.10894.001.

Sedução, defloramento e desonra:...

Páginas 150/151 - composição a partir da águaforte (reprodução FGML) de Dimo Kolibarov e vista do porto de Itajaí, Itajaí, 1959, tomo n° 059.13491.001.

Páginas 152/153 - Itajaí, Rua Lauro Müller, 1928. Acervo FGML/CDMH, tomo n° 063.14374.001.

Páginas 154/155 - Itajaí, Rua Hercílio Luz, 1940. Acervo FGML/CDMH, tomo n° 055.12555.001.

Páginas 156 - Águatinta (reprodução FGML) de Miguel Buceta.

Página 160 - Paneaux de Eduardo Moreira. Acervo digital de Rogério Lenzi.

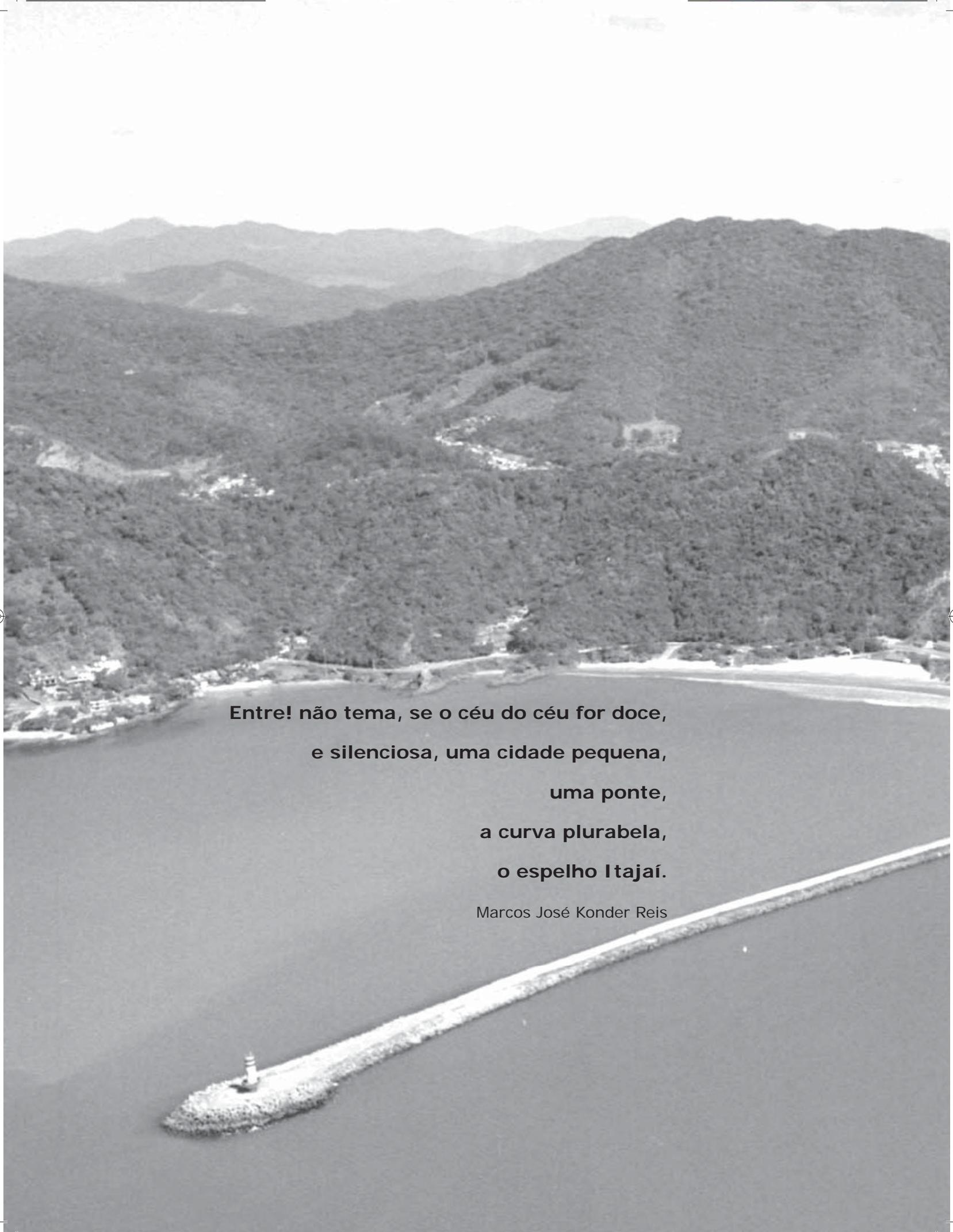
Página 163 - Águaforte e colagem (reprodução FGML) de Eva Toker de Jawerbaum.

Páginas 164 a 167 - Penny Mathews (USA).

Página 168 - Afonso Lima (Brasil).

Páginas 170/171 - composição para a exposição da FGML intitulada "Itajaí - 149 cotidiANOS" - exposta durante as comemorações dos 149 anos de Itajaí.

Páginas 174/175 - Acervo digital FGML/CDMH.



**Entre! não tema, se o céu do céu for doce,
e silenciosa, uma cidade pequena,
uma ponte,
a curva plurabela,
o espelho Itajaí.**

Marcos José Konder Reis







Este livro foi impresso na fonte
Verdana, corpo 10, entrelinhas
14, para Fundação Genésio
Miranda Lins na primavera
de 2009.

Itajaí - Santa Catarina - Brasil

